

geo
graphia

41

EDITORIAL

Em seu último número de 2017, a revista GEOgraphia inicia uma nova seção, **Conceitos Fundamentais da Geografia**, em substituição à seção **Livros & Autores**. Trata-se do embrião de uma proposta mais ousada, a de produzir, futuramente, um Dicionário de Geografia Humana brasileiro. Objetiva-se assim tratar os principais conceitos trabalhados pela geografia, de modo conciso mas reunindo uma média de 3 a 6 páginas. Para sua redação serão convidados especialistas nas temáticas tratadas, entre aqueles que se dedicam à Geografia no Brasil. Inauguramos esta seção com nosso verbete mais amplo, *Espaço*, a cargo do geógrafo Ruy Moreira.

Os verbetes terão também, ao final, a indicação de uma pequena bibliografia básica, autores que discutiram o tema na Geografia ou que tiveram um papel fundamental para o debate sobre o conceito. Serão responsáveis por esta seção os seguintes membros do Comitê Editorial: Rogério Haesbaert, Juliana Nunes e Daniel Sanfelici.

Os **Artigos** desta edição abordam novamente uma ampla variedade de temas geográficos de especialistas nacionais e internacionais renomados. No primeiro artigo, *Teorizando as relações socioespaciais* os pesquisadores do Reino Unido e Estados Unidos, Bob Jessop (Universidade de Lancaster), Neil Brenner (Universidade de Harvard) e Martin Jons (Universidade de Sheffield) reformulam debates recentes sobre a teoria socioespacial por meio da introdução de uma abordagem que pretende compreender o caráter inerentemente polimórfico e multidimensional das relações socioespaciais. Os autores consideram várias das recentes e sofisticadas "viradas" no âmbito da ciência social crítica, explorando suas limitações metodológicas e salientando muitas vertentes importantes da teoria socioespacial, as quais

buscam transcender aquelas limitações. Esta proposição é apresentada como uma extensão às contribuições recentes para a espacialização da abordagem estratégico-relacional (AER), a qual se mostra aplicável em várias esferas de investigação dos processos socioespaciais no capitalismo contemporâneo.

Em *Debate contemporâneo: Geografias ou geografia? Fragmentação ou Totalização?*, Dirce Suertegaray (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) discute a fragmentação e a totalidade/totalização da geografia brasileira. Esse debate contemporâneo evidencia como a fragmentação geográfica se expressa em diferentes temas e no conceito de espaço geográfico, salientando a necessidade de avançar em análises para a busca de unidade na Geografia.

O conceito de governança para designar todos os procedimentos institucionais das relações de poder e das formas de gestão públicas ou privadas, tanto formais como informais, as quais regem a ação política dos atores é discutido no artigo *A governança territorial revisitada: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação* por Elson Luciano Silva Pires e Lucas Labigalini Fuini (ambos da Universidade Estadual Paulista), Wilson Bento Figueiredo Filho (Academia da Força Aérea) e Eugênio Lima Mendes (Universidade Estadual de Feira de Santana). São problematizados os fatores explicativos das teorias institucionalistas que tratam a governança territorial como uma condição necessária para estabelecer compromissos entre os atores, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e político das metrópoles, das cidades e seus territórios locais e regionais.

Uma análise do papel das ações coletivas

(associações, cooperativas e sindicatos de agricultores) no acionamento e na ativação das escalas geográficas para o desenvolvimento de suas atividades é pretendida em *Políticas de escala e a conformação de estratégias-rede das ações coletivas no espaço sisaleiro da Bahia* por Agripino Souza Coelho Neto (Universidade do Estado da Bahia). Este estudo foi realizado no Espaço Sisaleiro da Bahia (Brasil), onde um conjunto significativo de associações e cooperativas de agricultores e sindicatos de trabalhadores rurais tem se organizado em torno das escalas espaciais para viabilizar sua ação político-institucional e econômico-produtiva. É evidenciado como estas ações coletivas desenvolvem políticas de escala, ou seja, como a escala passa a significar muito mais que uma categoria de análise, tornando-se uma categoria da prática social e política. A função social da propriedade como uma categoria jurídica e política que só pode ser efetivamente compreendida nas conexões que possui com as relações sociais de produção é o que discute Luiz Antônio Evangelista de Andrade (Instituto Federal do Espírito Santo) em *O princípio da função social da propriedade na zona de conflito jurídico-político: uma contribuição ao debate acerca da problemática urbana contemporânea*.

Em *Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará*, Ricardo Gilson da Costa Silva e Francilene Sales da Conceição (ambos da Universidade Federal de Rondônia) discutem como o agronegócio da soja cristaliza os espaços da globalização na Amazônia brasileira, opondo o campesinato e as forças hegemônicas do capital. A área para análise deste processo multiescalar de conversão de áreas agrícolas em campo de expansão econômica do capital é entre o sul do estado de Rondônia e o oeste do estado do Pará.

Já em *(Nenh)um "choque das civilizações", ou a colonialidade da "nova ordem mundial"*, Shadia Hussein de Araújo (Universidade de Brasília) aborda os discursos geopolíticos (re)produzidos nas mídias árabes com o objetivo de enquadrar e explicar os atentados de 11 de setembro de 2001, destacando o papel da teoria do "choque das civilizações" e das representações do Ocidente que se manifestam nesse contexto. A partir do conceito de "Geografias Imaginativas" na perspectiva da Geopolítica Crítica, este artigo mostra que a teoria do "choque das civilizações" – por sua vez duplamente assentada em regionalizações geográficas tradicionais e em uma construção binária entre Ocidente e mundo islâmico – é rejeitada nos jornais analisados. É evidenciado que ao invés de se apoiar nessa teoria, os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 e os atentados terroristas nos anos seguintes, bem como as geografias imaginativas do Ocidente reproduzidas nesse contexto, são enquadrados e formados por meio de um discurso multifacetado e profundamente pós-colonial.

Na sequência, seguem dois artigos sobre o conceito de Lugar. Em *Cartografias geográficas: o que pode um mapa...*, Djeovani Roos (Universidade Federal da Grande Dourados) e Cláudio Benito Ferraz (Universidade Estadual Paulista) abordam o uso da cartografia geográfica para estudos do conceito de Lugar, com o objetivo de capturar e mostrar que as informações espaciais são modos de apreensão possível do que faz uma imagem cartográfica ser um mapa. A potência que se instaura aqui é instigar o pensamento na relação dos mapas com a produção artística; enquanto obra de arte não se fixa representativamente, mas é um instigador de processos possíveis. Por sua vez, o artigo *Lugar e memória: cenários* por André Alvarenga (Universidade Federal Fluminense) busca problematizar a memória à luz da geografia. É evidenciado como a memória complexifica o lugar, permitindo-o ser percebido e concebido em diversas escalas, além de compreendido como elemento que afeta os indivíduos e coletividades afetivamente e também politicamente.

Por fim, *Solos frágeis do Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí*, por Gustavo Souza Valladares, Cláudia Maria Sabóia de Aquino e Renê Pedro de Aquino (todos da Universidade Federal do Piauí) em colaboração com Raphael Moreira Beirigo (Universidade Federal da Paraíba) analisa a fragilidade de solos de sítios arqueológicos do Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC) à degradação por erosão. Apesar de grandes variações morfológicas, químicas e granulométricas, evidenciou-se a fragilidade em quase todos os perfis estudados de solo, indicando a premente necessidade de melhor manejo ambiental.

A seção **Nossos Clássicos** traz um dos autores mais importantes no debate sobre espaço e política, Henri Lefebvre, através da tradução do texto *Problemas Teóricos da Autogestão*, publicado originalmente na revista francesa *Autogestion*, em 1966, e recentemente na coletânea em inglês *Space, State and World: selected essays*. Trata-se de um atualíssimo debate envolvendo as definições de autogestão e as possibilidades de sua emergência nas fraturas do capitalismo.

Por fim, a **Resenha** de João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro (Universidade Federal Fluminense) apresenta a obra *Milton Santos: A Pioneer in Critical Geography from the Global South* que compõe a série *Pioneers in Arts, Humanities, Science, Engineering, Practice* (Editora Springer), coleção de divulgação do trabalho de pensadores importantes em diversas disciplinas.

Uma ótima leitura a todos!

Os editores

TEORIZANDO AS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS*

Bob Jessop**

Universidade de Lancaster

Neil Brenner***

Universidade de Harvard

Martin Jones***

Universidade de Aberystwyth

Resumo: Este ensaio busca reformular debates recentes sobre a teoria socioespacial por meio da introdução de uma abordagem que pretende compreender o caráter inerentemente polimórfico e multidimensional das relações socioespaciais. Como antigos defensores de uma virada escalar, agora questionamos o privilégio – qualquer que seja – a uma única dimensão do processo socioespacial, escalar ou não-escalar. Consideramos várias das recentes e sofisticadas “viradas” no âmbito da ciência social crítica; exploramos suas limitações metodológicas e salientamos muitas vertentes importantes da teoria socioespacial que buscam transcender aquelas limitações. Com base nesse entendimento, propomos um reconhecimento mais sistemático da polimorfia – a organização das relações socioespaciais em diferentes formas – da teoria socioespacial. Mais especificamente, sugerimos que territórios (T), lugares (L), escalas (E) e redes (R) devam ser vistos como mutuamente constitutivos e como dimensões interligadas das relações socioespaciais. Apresentamos esta proposição como uma extensão às contribuições recentes para a espacialização da abordagem estratégico-relacional (AER) e exploramos algumas de suas implicações metodológicas. Concluímos com uma ilustração da aplicabilidade da “estrutura TLER” em várias esferas de investigação dos processos socioespaciais no capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Território. Lugar. Escala. Rede. Teoria Socioespacial.

THEORIZING SOCIOSPATIAL RELATIONS

Abstract: This essay seeks to reframe recent debates on sociospatial theory through the introduction of an approach that can grasp the inherently polymorphic, multidimensional character of sociospatial relations. As previous advocates of a scalar turn, we now question the privileging, in any form, of a single dimension of sociospatial processes, scalar or otherwise. We consider several recent sophisticated ‘turns’ within critical social science; explore their methodological limitations; and highlight several important strands of sociospatial theory that seek to transcend the latter. On this basis, we argue for a more systematic recognition of polymorphy – the organization of sociospatial relations in multiple forms – within sociospatial theory. Specifically, we suggest that territories (T), places (P), scales (S), and networks (N) must be viewed as mutually constitutive and relationally intertwined dimensions of sociospatial relations. We present this proposition as an extension of recent contributions to the spatialization of the strategic-relational approach (SRA), and we explore some of its methodological implications. We conclude by briefly illustrating the applicability of the ‘TPSN framework’ to several realms of inquiry into sociospatial processes under contemporary capitalism.

Keywords: Territory. Place. Scale. Network. Socio-spatial Theory.

TEORIZANDO LAS RELACIONES SOCIALESPACIALES

Resumen: En este ensayo se procura reformular debates recientes sobre la teoría socioespacial mediante la introducción de un abordaje con el que se apunta a comprender el carácter inherentemente polimorfo y pluridimensional de las relaciones socioespaciales. Como viejos defensores de un giro escalar, cuestionamos ahora que se otorgue un privilegio –sea cual fuere– a una única dimensión del proceso socioespacial, escalar o no escalar. Analizamos varios de los recientes y sofisticados “giros” en el ámbito de la ciencia social crítica; exploramos sus limitaciones metodológicas y enfatizamos muchas vertientes importantes de la teoría socioespacial que buscan trascender dichas limitaciones. Partiendo de ese entendimiento, proponemos un reconocimiento más sistemático del polimorfismo –la organización de las relaciones socioespaciales en diferentes formas– de la teoría socioespacial. Más específicamente, sugerimos que territorios (T), lugares (L), escalas (E) y redes (R) deben verse como mutuamente constitutivos y como dimensiones interconectadas de las relaciones socioespaciales. Presentamos este planteamiento como una contribución a los aportes recientes que apuntan a una espacialización del abordaje estratégico-relacional (AER) y exploramos algunas de sus implicaciones metodológicas. Concluimos con una ilustración de la aplicabilidad de la “estructura TLER” en varias esferas de investigación de los procesos socioespaciales en el capitalismo contemporáneo.

Palabras clave: Territorio. Lugar. Escala. Red. Teoría Socioespacial.

*Traduzido por Camila de Brito e Fabiana Ribeiro do Nascimento, sob a supervisão e revisão da Prof.ª Dr.ª Elizamari Becker.

**Departamento de Sociologia, Universidade de Lancaster LA1 4YD, Inglaterra. E-mail: bjessop@lancaster.ac.uk

***Departamento de Planejamento Urbano, Universidade de Harvard, 48 Quincy St, Cambridge, MA 02138, EUA. Email: nbrenner@gsd.harvard.edu

****Instituto de Geografia e Ciências da Terra, Universidade de Aberystwyth, Aberyst-wyth SY23 3DB, País de Gales; e-mail: msj@aber.ac.uk

Introdução

Debates acirrados a respeito da espacialidade das relações sociais ocorrem com frequência nas ciências sociais. No entanto, esses debates seguem frequentemente seu curso sem produzir grande impacto sobre as pesquisas empíricas em torno da questão espacial – especialmente quando estes debates parecem ser excessivamente abstratos, abstrusos ou unidimensionais para dar suporte à pesquisa concreta. Este ensaio busca redefinir esses debates. Como antigos defensores de uma virada escalar, atualmente questionamos o privilégio, qualquer que seja, de uma única dimensão do processo socioespacial, escalar ou não-escalar¹, por acreditarmos que isso contribui para uma sequência irrefletida de viradas espaciais, levando a curtos ciclos de vida intelectual para importantes conceitos socioespaciais, limitando oportunidades de aprendizado por meio de debates teóricos, análises empíricas e avaliações críticas de tais conceitos. Os limites do unidimensionalismo manifestam-se, também, em diversas tendências metodológicas na teoria socioespacial contemporânea, incluindo-se: amnésia teórica e alegações exageradas sobre inovações conceituais; uso de conceitos caóticos em vez de abstrações racionais; extensão excessiva e aplicações imprecisas de conceitos; aprofundamento de conceitos em detrimento de sua aplicação empírica; e um apelo a metáforas fragilmente definidas em prejuízo de estratégias de pesquisa rigorosamente demarcadas². Depois de esboçar esses problemas e suas expressões em análises mais ou menos unilaterais, propomos um reconhecimento mais sistemático da polimorfia – a organização das relações socioespaciais em diversas formas e dimensões – na teoria socioespacial.

Sucessivas “viradas” socioespaciais e suas limitações

Diversas viradas espaciais explícitas ocorreram durante os últimos trinta anos em diversas disciplinas. Cada uma delas tentou revelar as premissas espaciais não declaradas, e muitas vezes problemáticas, subjacentes às pesquisas das ciências sociais, assim como elaborar uma descrição mais adequada das relações socioespaciais. Particularmente, quatro termos espaciais foram cunhados pelos cientistas sociais ao longo dos últimos trinta anos: território, lugar, escala e rede (DICKEN et al, 2001; PAASI, 2004; SHEPPARD, 2002). Esses termos estão associados com viradas

espaciais específicas e, embora problematizem questões diferentes, estão, na verdade, intimamente conectados, teórica e empiricamente. Quaisquer que sejam as diferenças – substanciais, metodológicas e políticas – entre os teóricos contemporâneos sobre o uso dos termos território, lugar, escala e redes, o interesse nesses assuntos tem sido fortemente relacionado aos esforços para decifrar as transformações de larga escala da organização socioespacial, principalmente aquelas associadas com a crise do fordismo no Atlântico Norte, com a intensificação da “globalização” e com a reestruturação concomitante das geografias pretéritas da acumulação de capital, da regulação estatal, da urbanização, da reprodução social e da luta sociopolítica³.

Inicialmente, em conjunto com os estudos acerca das divisões espaciais do trabalho e da reestruturação econômica local e regional nos anos 80, as visões recebidas do lugar enquanto unidade fixa, zonal, circunscrita [*self-contained*] e mais ou menos singular de organização socioespacial foram rejeitadas. Em vez disso, os lugares eram cada vez mais entendidos como relacionalmente constituídos, como processos polivalentes incorporados em conjuntos mais amplos de relações sociais. (CRESWELL, 2004; HUDSON, 2002; MASSEY, 1984; 1994).

A atenção voltou-se, então, para o pressuposto implícito de que a territorialização do poder político foi estabelecida no interior das fronteiras nacionais pelos estados nacionais e também serviu para definir as sociedades como nacionalmente delimitadas. Isso se refletiu no interesse crescente, desde o fim dos anos 80, na afirmação, agora corriqueira, de que o nexos westphaliano entre território nacional e soberania nacional está sujeito a um “desacoplamento” [*unbundling*] (AGNEW; CORBRIDGE, 1994; TAY-LOR, 1994). Discussões controversas, mas produtivas acerca das territorialidades – e, de modo mais geral, espacialidades – cambiantes da formação estatal [*statehood*] se seguiram (BRENNER et al, 2003).

A década de 90 testemunhou uma virada mais controversa para a escala, provocada por esforços para decifrar como as relações globais, nacionais, regionais e locais pretéritas estavam sendo recalibradas através da reestruturação capitalista e do recuo do Estado. Discutiui-se os processos (potencialmente complicados e não-convergentes) de produção da escala e de salto escalar, bem como seus impactos sobre a (re)diferenciação hierárquica entre várias formas interligadas de organização socioespacial, tais como as economias capitalistas, as instituições do estado, os regimes de cidadania e os sistemas urbanos (COLLINGE, 1999; SMITH, 1995; SWYNGEDOUW, 1997). Isso ajudou

¹ Este artigo é fruto de muitos anos de discussões intermitentes, e às vezes intensas, entre os autores, começando no congresso IBG/Royal Geographical Society, em Brighton, Inglaterra. Partindo de uma convergência inicial acerca da necessidade de uma virada escalar e de uma economia política da escala, gradualmente passamos a reconhecer as limitações de uma virada socioespacial tão aguda e a necessidade de uma abordagem multidimensional das relações socioespaciais.

² Sobre as metáforas em geral e sobre o debate da escala em particular, ver Howitt (1998).

³ Para uma revisão das abordagens espacializadas sobre estas questões desde os anos 1980, ver Cox (1997), Dear e Scott (1981), Gregory e Urry (1985), Lee e Wills (1997) e Wolch e Dear (1989).

a gerar um novo termo de escala geográfica com o qual os estudiosos pudessem investigar diversos processos de reescala e de práticas de *scale-jumping* em uma perspectiva histórica e contemporânea (KEIL; MAHON, 2008; SHEPPARD; McMASTER, 2004).

Mais recentemente, os estudiosos vêm focando sua atenção nas redes, enfatizando as formas transversais e "rizomáticas" de interconectividade interespaial (AMIN, 2002; CASTELLS, 1996; TAYLOR, 2004). A pesquisa sobre as geografias das redes se tornou sólida em vários campos da pesquisa social, com referência específica em investigações, por exemplo, sobre cadeias produtivas, interdependências empresariais, sistemas de governança, relações interurbanas e movimentos sociais (GRAHBER, 2006). Isso contribuiu para um amplo debate teórico com relação à conceituação de geografias de redes emergentes e suas relações com formações territoriais, locais e escalares herdadas (AMIN, 2004; MARSTON et al, 2005).

Em parte, a sucessão de debates relativamente distintos sobre território, lugar, escala e redes reflete as diferenças de objeto de pesquisa, as mudanças em sua relativa importância nos diferentes campos de pesquisa e contextos históricos e, até certo ponto, as modas intelectuais. Embora reconheçamos isso, é surpreendente, a partir da nossa perspectiva atual, o quanto o trabalho na teoria socioespacial está preocupado com o refinamento e a aplicação de ferramentas conceituais associadas com uma ou outra "virada", em vez de explorar as relações mutuamente constitutivas entre essas categorias e seus respectivos objetos empíricos. Como observamos anteriormente, as quatro vertentes da pesquisa socioespacial têm-se esforçado em questionar premissas geográficas recebidas e irrefletidas, em criticar as viradas espaciais anteriores ou em decifrar grandes transformações estruturais e reorientações estratégicas das geografias econômicas, políticas e socioculturais. Entretanto, os defensores de uma dada virada são frequentemente tentados a focar em uma única dimensão das relações espaciais, negligenciando o papel de outras formas de organização socioespacial como pressupostos, arenas e produtos de ação social. Pior ainda, alguns estudiosos privilegiam ontologicamente uma dimensão singular, apresentando-a como a característica essencial de uma paisagem socioespacial (atual ou histórica). Em muitos casos, isto superontologiza questões que são mais bem resolvidas em termos mais concretos e complexos. Tais tentativas de estabelecer a primazia de uma dada dimensão socioespacial tendem a expandir seu escopo analítico e empírico ao envolver uma variedade de fenômenos cada vez maior. As abstrações cuidadosamente definidas de território, lugar, escala e rede vão se tornando cada vez mais imprecisas, e podem

se tornar conceitos caóticos⁴.

O unidimensionalismo é evidente nos quatro termos socioespaciais em formas e níveis diferentes. Cada um cai na armadilha de fundir uma parte (território, lugar, escala ou redes) com o todo (a totalidade da organização socioespacial), seja devido à imprecisão conceitual, a um foco de análise excessivamente limitado ou à abrangência de um (quase) reducionismo ontológico insustentável. Essa armadilha é notoriamente presente no *territorialismo metodológico*, que subsume todos os aspectos das relações socioespaciais sob a rubrica da territorialidade. Isso é manifestado, por exemplo, em abordagens "estadocêntricas" para os estudos de globalização e em entendimentos territorialistas limitados sobre cidades, estados e economia mundial (para uma visão crítica, ver BRENNER, 2004; WIMMER; GLICK SCHILLER, 2002). Uma falácia equivalente é o *lugar-centrismo*, que trata o lugar como conjuntos distintos, mais ou menos independentes, mais ou menos idênticos de relações socioecológicas, e/ou entende as relações socioespaciais principalmente por meio do termo "lugar". Deixa-se de considerar, assim, como os processos de produção do lugar são constitutivamente ligados com as dimensões territoriais, escalares e reticulares das relações socioespaciais (para uma visão crítica, ver MASSEY, 1994). Ao mesmo tempo, o *escala-centrismo* [*scale-centrism*] trata a escala como a base primária em torno da qual outras dimensões de relações socio-espaciais são organizadas ou, alternativamente, foca-se unilateralmente na escala, mesmo dentro do contexto de análises que buscam ampliar e complexificar esse contexto particular (veja, por exemplo, MARSTON, 2000; MARSTON; SMITH, 2001; para uma visão crítica, ver BRENNER, 2001). Por fim, o *rede-centrismo* [*network-centrism*] traz um foco unilateral nas interconexões horizontais, rizomáticas, topológicas e transversais das redes, espaços sem fricção e mobilidades em aceleração (CASTELLS, 1996; SELLER; URRY, 2006). Evidentemente, as redes, os fluxos e as mobilidades são importantes e podem ter se tornado ainda mais importantes durante as últimas três décadas de reestruturação. Ainda assim, isso não justificaria a adoção de uma "ontologia plana" como a base exclusiva para as investigações socioespaciais (JONES et al., 2007; MARSTON et al., 2005).

Para nós, a teoria socioespacial é mais contundente quando (a) se refere às geografias historicamente específicas das relações sociais; e (b) explora a variação contextual e histórica no acoplamento estrutural, na coordenação estratégica e nas formas de interconexões entre as diferentes dimensões das últimas (BRENNER, 2008; JESSOP, 2008; JONES; MacLEOD, 2004; MacLEOD;

⁴ Sayer (1992, p. 138) define a diferença entre abstrações racionais e 'más abstrações' ou conceitos caóticos da seguinte forma: "Uma abstração racional é aquela que isola um elemento decisivo do mundo que tem alguma unidade e força autônoma, como uma estrutura. Uma abstração ruim divide arbitrariamente o indivisível e/ou mescla aquilo que não tem relação ou é desimportante, de tal forma 'formatando' o objeto de estudo com pouca ou nenhuma atenção à sua estrutura e forma".

JONES, 2007). Focar em uma só dimensão pode ser justificado como um *ponto de partida simples* para uma *investigação mais complexa*, mas tal enfoque exige uma atenção reflexiva para combinar diferentes dimensões da análise socioespacial com outras características do objeto de pesquisa em questão. Na verdade, à medida que o pesquisador se move cada vez mais em direção a uma “descrição densa” e/ou tenta dar explicações espacialmente orientadas para fenômenos mais concretos – e complexos –, as análises devem envolver articulações dinâmicas de, pelo menos, duas ou mais dimensões dentre as quatro.

O reconhecimento disso ganha expressão em duas contratendências teóricas e metodológicas que surgiram às margens dos recentes debates socioespaciais e que co-meçaram a ganhar mais destaque. Primeiramente, uma série de estudiosos começaram a investigar ativa e reflexivamente duas ou mais dimensões das relações socioespaciais. Exemplos dessa tendência incluem: as análises de Sheppard (2002) de posicionalidade dentro de lugares, escalas e redes sob condições de globalização; a demonstração de Dicken et al. (2001) de que as cadeias produtivas globais e as redes interempresariais são simultaneamente escalonadas [*scaled*] e territorializadas; a consideração de Paasi (2002) sobre como as identidades regionais são institucionalizadas através de interação entre produção do lugar, produção da escala e processos de territorialização; e a investigação de Bulkeley (2005) sobre governança ambiental como um conjunto de estratégias de escala e de rede. Além disso, há um aumento no uso de neologismos que sugerem a imbricação mútua de duas ou mais dimensões socioespaciais. Exemplos incluem: glocalização, glurbanização, neomedievalismo, redes territoriais, lugares escalonados [*scaled places*],

regiões virtuais, cidades polinucleadas, soberania graduada, estados em redes, governança em multinível, cidades globais hierarquizadas, “enclaves locais em rede” (BUNNELL; COE, 2005, p. 834), e “uma rede-arquipélago de grandes polos” (VELTZ 1996, p. 6). Essas contratendências assumem o desafio de desenvolver análises complexo-concretas que estejam sintonizadas sistematicamente e reflexivamente à polimorfia de relações socioespaciais.

A estrutura TLER

Nosso ponto de partida para teorizar a polimorfia nas relações socioespaciais é uma perspectiva heurística que, devido ao seu foco no território (T), no lugar (L), na escala (E) e nas redes (R), deve ser chamada de estrutura TLER. Essas quatro dimensões espaciais de relações sociais não são as únicas (nem as mais importantes), mas elas são indiscutivelmente as mais notáveis no trabalho sobre a reestruturação político-econômica contemporânea⁵. Por si só, a adoção dessa perspectiva heurística não resolve os problemas associados com o unidimensionalismo – isso é apenas o primeiro passo para confrontá-los. A tabela 1 apresenta os princípios associados a cada dimensão da relação socioespacial e especifica suas consequências para a estruturação dessas relações.

A tabela serve principalmente para propósitos pedagógicos e de definição. A tabela 2 indica como o unidimensionalismo surge a partir da adoção de um ponto de partida simples – e abstrato – e como continua, a partir de fusão, essencialismo ou fetichismo, restrito a esse aspecto. Assim, por mais concreta que a análise tenha se tornado, a mesma se mantém confinada em uma estrutura unidimensional.

Tabela 1: Quatro dimensões fundamentais de relações socioespaciais.

Dimensão das relações socioespaciais	Princípio da estruturação socioespacial	Padrão associado das relações socioespaciais
Território	Definição de fronteiras [<i>bordering</i>], delimitação, parcelização, fechamento	Construção da divisão do interior/exterior; papel constitutivo de “exterior”.
Lugar	Proximidade, enraizamento espacial, diferenciação de área.	Construção de divisões espaciais de trabalho; diferenciação das relações sociais de forma horizontal entre lugares “centrais” x lugares “periféricos”

⁵Outros dois candidatos para inclusão nessa lista podem ser o meio ambiente (ou a natureza) e, como indicado por Sheppard (2002), a “posicionalidade”.

Escala	Hierarquização, diferenciação vertical	Construção de divisões escalares do trabalho; diferenciação vertical de relações sociais entre escalas "dominante", "nodal" e "marginal".
Redes/ reticulação	Interconectividade; interdependência, diferenciação transversal ou "rizomática".	Construir redes de conectividade nodal; diferenciação de relações sociais entre pontos nodais no âmbito de redes topológicas

Tais problemas podem ser evitados através de investigações mais sistemáticas e reflexivas acerca das interconexões entre as dimensões espaciais das relações sociais anteriormente mencionadas – isto é, as relações mutuamente constitutivas entre seus respectivos princípios estruturantes e as práticas específicas associadas com cada uma destes últimos. Isso poderia possibilitar um movimento em direção a uma descrição multidimensional e polimórfica baseada: (a) na elaboração de conceitos suficientemente ricos para cada uma das dimensões das relações socioespaciais; e (b) na aplicação destes conceitos de tal maneira que permita aos pesquisadores explorar mais precisamente suas relevâncias e articulações diferenciais em um dado contexto espaço-temporal. O insucesso ao buscar essa estratégia pode levar a dois tipos distintos, porém simétricos, de quase-redução a análises unidimensionais. Ambos os tipos ocorrem quando a estrutura conceitual e teórica para explorar um aspecto de um fenômeno complexo tem maior precisão, profundidade e amplitude do que as estruturas desenvolvidas para lidar com outros aspectos.

No primeiro tipo, o poder descritivo e explicativo relativo da estrutura mais diferenciada e abrangente neutraliza um interesse apropriado por detalhes e mecanismos ligados a outras dimensões. Nessa situação, até mesmo quando estudiosos reconhecem duas ou mais dimensões de relações espaciais, eles não têm as ferramentas teóricas e empíricas necessárias para examinar suas respectivas contribuições para um determinado objeto de investigação. O segundo tipo de erro ocorre quando o caráter unidimensional de uma análise socioespacial compromete a compreensão até mesmo daquele aspecto das relações socioespaciais que é mais diferenciado e integralmente elaborado. Nesses casos, as complexidades dessa dimensão são reduzidas a mero detalhe ou mediações de uma dimensão menos especificada⁶.

⁶ A análise de Harvey (2003) sobre o imperialismo ilustra esse problema: visto que sua análise da lógica territorial do Estado não é suficientemente rica do ponto de vista conceitual, a lógica espacial do capitalismo fornece explicações muito mais

Ambos os tipos de unidimensionalismo são questionáveis do ponto de vista teórico. Embora não possa haver, como alguns teóricos socioespaciais contemporâneos têm muito adequadamente observado, uma perspectiva superior e neutra sobre a dinâmica social, essa afirmação não impede – e, na verdade, até ressalta – a necessidade de um desenvolvimento de vocabulários apropriadamente ricos – e comensuráveis – para cada uma das quatro dimensões das relações socioespaciais. Isso também ressalta a importância do desenvolvimento de categorias mais complexas, refletindo diferentes tipos de articulação e desarticulação entre as quatro dimensões, com o objetivo de produzir descrições densas e mais explicações concreto-complexas para determinados objetos de pesquisa⁷.

Essa é uma meta de perfeição que requer um movimento em espiral que consiste em passar de um para outro momento da espacialidade das relações sociais, colocando-os sucessivamente em relevo. Sendo assim, os pesquisadores poderiam explorar o mundo social a partir de diferentes pontos de partida e ainda assim atingir análises complexo-concretas nas quais cada momento encontra seu peso descritivo-explicativo apropriado (para fundamentações metodológicas, ver BERTRAMSEN et al., 1991, p. 122-141; JESSOP, 2007, p. 225-233; SAYER, 2000, p. 86-96, 108-130). O movimento em espiral a partir do abstrato (simples) para o concreto (complexo) também precisa considerar a lógica e a dinâmica das combinações historicamente praticáveis de TLER entendidas em referência às: (a) paisagens de território, lugar, escala e redes herdadas de relações socioespaciais anteriores; e (b) estratégias emergentes orientadas para a transformação de tais paisagens – seja através de novas formas de territorialização, produção do lugar, produção da escala [*scaling*] e

fortes. A esta se contrapõe uma crua explicação geopolítica do imperialismo em termos de motivações políticas ou do expansionismo dos estados ou dos gestores do estado enquanto sujeitos (JESSOP, 2006).

⁷ Essa sugestão não requer um número igual de conceitos para cada dimensão – isso implicaria um fetichismo numérico com conceitos. Na verdade, reivindica-se uma ampla gama de conceitos, de diferentes graus de abstração-concretude e simplicidade-complexidade, que possam decifrar a polimorfia das relações socio-espaciais.

Tabela 2: Os locais do unidimensionalismo.

Ponto de partida simples (e abstrato)	Área de aplicação			
	Território	Lugar	Escala	Redes
Território	Territorialismo metodológico			
Lugar		Lugar-centrismo		
Escala			Escala-centrismo	
Rede				Rede-centrismo

formação de redes, ou através de novas combinações das dimensões. Resumindo, a realização de possibilidades socioespaciais específicas em qualquer combinação TLER envolve interações materiais entre diferentes estruturas e estratégias que se baseiam nesses princípios de organização socioespacial de forma diferencial, histórica e geograficamente específica. Esse processo de estruturação impõe determinados limites à forma, feição e trajetória das combinações TLER presentes e futuras, bem como às relações socioespaciais através das quais estas combinações são mediadas, produzidas e transformadas. Nossa abordagem também rejeita qualquer harmonização prematura de contradições e conflitos através da postulação de uma configuração bem ordenada e permanentemente reproduzível das relações socioespaciais. Ao invés disso, nossa abordagem enfatiza a importância das contradições, conflitos, dilemas, marginalização, exclusão e volatilidade, simultaneamente no interior e entre cada uma dessas formas socioespaciais.

Uma abordagem estratégica-relacional às configurações TLER

Essas considerações baseiam-se, ao mesmo tempo que estendem, a abordagem estratégico-relacional (AER) (em inglês *strategic-relational approach* – SRA) que fundamentou muitos dos nossos trabalhos anteriores (sobre

isso, ver JESSOP, 2001; 2007). Assentada na perspectiva da regulação e em uma teoria do Estado, a AER salienta: (a) as contradições, os dilemas e os conflitos que caracterizam as formações sociais capitalistas em períodos, estágios e conjecturas específicas; e (b) as tentativas de resolver ou, pelo menos, afastar essas contradições e, então, regularizar e governar a acumulação de capital e a dominação política (JESSOP; SUM, 2006). Na última década, a AER foi aplicada na análise de várias formas de reestruturação socioespacial e algumas de suas categorias fundacionais foram espacializadas – tais como a seletividade estratégica, estratégias de acumulação, projetos estatais, estratégias de estado e projetos hegemônicos (BRENNER, 2004; JESSOP, 2001; JONES, 1997; MacLEOD, 2001; MacLEOD; GODWIN, 1999). A partir desse ponto de vista, as relações socioespaciais devem ser consideradas em termos de uma dialética dependente da trajetória [*path-dependent*] e produtora da trajetória [*path-shaping*], de restrições estruturais estrategicamente seletivas e de ações estratégicas estruturalmente sintonizadas. Um conceito estratégico aqui é a “ajuste espaço-temporal” (JESSOP, 2006), que se apóia em trabalhos anteriores sobre ajustes espaciais e ajustes escalares (HARVEY, 1982; SMITH, 1995). A discussão precedente realizou esforços para espacializar a AER ao destacar a importância de: (a) incluir todas as quatro princípios estruturantes e suas estratégias associadas e práticas na análise de tais ajustes, e (b) explorar suas combinações histórica

e geograficamente específicas – com algumas combinações sendo mais importantes do que outras na segurança do ajuste (por exemplo, pelo deslocamento ou protelamento de contradições e tendências à crise). Também queremos encorajar uma investigação mais sistemática de como as relações socioespaciais – entendidas como conjuntos de TLER estrategicamente seletivos – interagem em contextos histórico-geográficos específicos para produzir ordenações e reordenações singulares da paisagem socioespacial, incluindo novas geografias de acumulação, poder de Estado e hegemonia.

A tabela 3 traz uma orientação conceitual inicial para tal investigação; a tabela apresenta algumas coordenadas de análise associadas à estrutura TLER em vez de aplicações concretas da última. Dezesesseis células foram geradas por meio da análise cruzada de cada dimensão socioespacial considerada como um princípio estruturante com todas as quatro dimensões socioespaciais consideradas como campos de operação desse princípio estruturante. Essa matriz indica que o princípio estruturante não se aplica apenas a eles mesmos – o caminho para formas mutuamente isoladas de unidimensionalismo – e que conceitos mais complexos podem ser desenvolvidos ao considerar a maneira como diferentes princípios estruturantes afetam outros campos das relações socioespaciais.

Tabela 3: Além do unidimensionalismo: orientações conceituais.

Princípios estruturantes	Campos de operação			
	Território	Lugar	Escala	Rede
Território	Fronteiras e limites passados, presentes e emergentes	Lugares singulares em um dado território	Governo multinível	Sistema interestatal, alianças estaduais, governo multi-área
Lugar	Centro-periferia, regiões fronteiriças, impérios, neo-medievalismo	Locais, <i>milieux</i> , cidades, sítios, regiões, localidades, globalidades	Divisão de trabalho conectado a lugares diferentemente escalados	Governança local/urbana, parcerias
Escala	Divisão escalar de poder político (estado unitário, estado federal, etc)	Escala como área em vez de nível (da local até a global), divisão espacial de trabalho (boneca russa)	Ontologia vertical baseada em hierarquias encaixadas ou entrelaçadas	Redes de poder paralelo, regimes internacionais não-governamentais
Redes	Origem - borda, efeito cascata (radiação), esticamentos e dobraduras, região transfronteiriça, sistema interestatal	Redes de cidades globais, cidades polinucleadas, locais entrelaçados.	Ontologia plana com diversos pontos de entrada a-escalares	Redes de redes, espaços de fluxos, rizoma

Esta tabela não deve ser vista como o produto de uma insensatez taxonômica ou como um exercício formalístico de preencher células – ela tem propósito heurístico definido. Mais especialmente, cada conceito socioespacial pode ser dividido de três formas dentro dessa matriz. Por exemplo, o território pode ser explorado:

- Por si mesmo como produto de estratégias fronteiriças (território → território)
- Como princípio estruturante (ou mecanismo causal) que afeta outros campos das relações socioespaciais (lendo a matriz horizontalmente, portanto: território → lugar; território → escala; território → rede), e;
- Como campo estruturado, produzido em parte por meio do impacto de outro princípio de estruturação socioespacial sobre a dinâmica territorial (agora, lendo a matriz verticalmente, focando na coluna “território” e considerando as ligações entre: lugar → território; escala → território e rede → território).

Reconhecer os vários caminhos em que as quatro dimensões de relações socioespaciais podem ser analisadas em termos auto-referenciais e em termos de suas interações é crucial para evitar análises unilaterais e reducionistas. Além disso, de acordo com uma AER espacializada, as várias interações entre as dimensões descritas na tabela 3 podem ser compreendidas como expressão de diversas tentativas de coordenação estratégica e conexão estrutural dentro de contextos espaço-temporais específicos (Jessop, 2001). Argumentar o contrário – tratando as dimensões como existentes fora de sua produção na e através da ação social – implicaria o risco de cair em novas formas de estruturalismo, funcionalismo ou fetichismo socioespacial.⁸

Os conceitos incluídos em cada célula são meramente ilustrativos e, de modo algum, esgotam as possibilidades de análise. Convidamos os leitores a incluir outros exemplos e examinar esses já inclusos. O propósito heurístico maior por trás da tabela 3 é o de encorajar o debate a respeito de quais estratégias metodológicas devem ser apropriadas para investigar a polimorfia das relações socioespaciais.

Transcender o unidimensionalismo nada mais é do que um primeiro passo em direção ao desenvolvimento de um modo genuinamente polimórfico de análise socioespacial. As tabelas 2 e 3 continuam obstinadamente bidimensionais e uma abordagem verdadeiramente polimórfica deve superar essa limitação. Seria necessário

⁸ Sayer adverte contra a abstração das relações espaciais de suas relações substantivas, atribuindo, assim, poderes causais ao espaço (ou algumas das suas características como geometria, distância, localização, movimento) independentemente dos poderes causais das relações substantivas subjacentes a esses atributos. Tais procedimentos, sugere Sayer, levam ao fetichismo espacial (2000, p. 109 – 121). De fato, é devido à nossa preocupação em evitar o fetichismo espacial que, ao longo deste artigo, temos evitado a terminologia padrão de “espacialidade” e “socioespacialidade”. Fundamentos teóricos para essa conceitualização relacional são elaboradas em muitas importantes vertentes de análise socioespacial, incluindo Sayer (2000) com seu realismo crítico, Massey (2005) e sua análise do espaço como uma forma de

também especificar mais explicitamente os modos histórica e geograficamente específicos e estrategicamente seletivos de territorialização, de produção do lugar, de produção da escala e de produção de redes subjacentes às paisagens geograficamente concreto-complexas no âmbito das quais determinadas combinações TLER emergem.

Assim, as três tabelas acima servem principalmente para indicar a direção geral do nosso pensamento em vez de apresentar uma descrição polimórfica de conceitos e métodos em questão. Conforme indicado, conceitos tridimensionais já existem e muitos trabalhos a respeito das relações socioespaciais estão sendo realizados no momento utilizando perspectivas tridimensionais. Conceitos e métodos quadridimensionais também poderiam ser desenvolvidos, embora suas representações diagramáticas e operacionalizações práticas continuem sendo sérios desafios.

Buscando uma agenda de pesquisa TLER

Os nossos argumentos são primariamente direcionados aos esclarecimentos conceituais. Embora eles sejam inicialmente motivados pelos debates recentes em torno da “virada escalar”, nossa intenção é de intervir em discussões mais amplas a respeito das relações socioespaciais. No mínimo, esperamos estabelecer que (a) as análises unidimensionais são enganosas e improdutivas; e (b) que pensar em termos multidimensionais pode ajudar a esclarecer debates contemporâneos no âmbito da teoria socioespacial (por exemplo, sobre as possibilidades e limites de “escala” ou “rede” enquanto conceitos geográficos), bem como revelar o poder heurístico dos métodos polimórficos de análise. No entanto, também acreditamos, com base nas nossas pesquisas prévias e naquelas em andamento, que a estrutura TLER pode ser utilizada para gerar análises precisas, substanciais e substantivas de algumas das “grandes questões” da economia geopolítica.

Por exemplo, podemos asseverar que a abordagem TLER tem implicações significativas para análise, e especialmente, para periodização das geografias históricas do desenvolvimento capitalista. Isso sugere: (a) que a importância relativa de território, lugar, escala e redes como princípios estruturantes para as relações socioespaciais varia de acordo com os diferentes tipos de ajuste espaço-temporal (em outras palavras, seus papéis relativos em assegurar a coerência global das relações espaço-temporais no capitalismo e em outras formações sociais podem variar histórica e contextualmente); (b) que as crises de acumulação e regulação podem ser exploradas como uma disjunção crescente entre manifestações institucionais historicamente específicas

“emergência” e a investigação de Lefebvre (1991 [1974]) da “produção” do espaço.

dessas quatro dimensões socioespaciais enquanto fundamento da coerência estrutural do capitalismo; (c) que as estratégias de resolução de crise implicam tentativas de reordenar a importância relativa das quatro dimensões e suas expressões institucionais associadas em relação aos circuitos do capital e dos modos de regulação; e (d) que as crises, as tentativas de resolução de crises e a emergência de novos ajustes espaço-temporais podem estar associadas com mudanças em referências socioespaciais fundamentais, em estruturas organizacionais e em estratégias para projetos contra-hegemônicos.

A partir deste ponto de vista, muitos dos nossos trabalhos individuais e colaborativos feitos anteriormente, bem como muitos outros escritos sobre a economia geopolítica, podem ser reinterpretados como uma demonstração de como o território, lugar, escala e redes foram suturados em configurações geográfica e historicamente específicas para forjar o ajuste espaço-temporal fordista-keynesiano, e que, depois de um período de buscas por tentativa e erro, experimentações e contestações, novas combinações de TLER parecem estar emergindo, mais apropriadas para uma economia global, pós-nacional, caracterizada pelo desenvolvimento desigual. Se essas novas combinações TLER emergentes poderão ou irão se consolidar da mesma forma que o ajuste espaço-temporal dominante associado ao fordismo atlântico, bem como se elas encontrarão formas mais efetivas de resistência, são assuntos para futuras pesquisas teóricas e empíricas.

De maneira similar, poderíamos sugerir que o esquema TLER pode informar produtivamente o campo da "política de contestação" [*contentious politics*], que examina diferentes formas de contestação, resistência, mobilização e lutas "de baixo", independentemente de suas bases sociais, identidades, interesses ou objetivos. O interesse nas geografias do conflito tem-se intensificado nos últimos anos, à medida que as categorias e métodos espacializados foram integrados mais sistematicamente aos estudos de mobilização social. (LEITNER *et al.*, 2008; MILLER, 2000; ROUTLEDGE, 2003; SEWELL, 2001; TILLY, 2000). Neste campo de pesquisa emergente, o esquema TLER pode ter pelo menos três tipos de aplicação.

Primeiramente, ele pode ser empregado para classificar diferentes explicações sociocientíficas de políticas de contestação. Se a matriz apresentada nas tabelas 2 e 3 for utilizada, sobressaem os limites de vários tipos de análises unidimensionais que tem sido desenvolvidas nesse campo. Os exemplos incluem: (a) a celebração do nomadismo (DELEUZE; GUATTARI, 1987) como forma exemplar de resistência desterritorializada do poder territorializante e reterritorializante do Estado (território → território); (b) a concepção de "Multitude" (HARDT; NEGRI, 2000) como uma força de rede oposta

ao espaço plano ontológico supostamente formado pelo Império (rede → rede); (c) a redução da política de contestação às estratégias de salto escalar em uma ordem escalar hierárquica (criticada por MARSTON, 2000) sem consideração à polimorfia socioespacial que tal política geralmente engendra (escala → escala), e (d) descrições de lutas sociais em termos exclusivamente localistas (lugar → lugar) (criticado por ESCOBAR, 2001; PURCELL, 2006). Essa estratégia analítica pode, então, ser estendida para cobrir outras análises de lugares, estratégias ou objetivos socioespaciais que envolvem duas ou mais dimensões de relações socioespaciais, o que eventualmente levará a análises ainda mais sofisticadas, tridimensionais ou até quadridimensionais, como aquela recentemente apresentada por Leitner *et al.* (2008) sobre a Immigrant Workers' Freedom Ride. Desta maneira, o esquema TLER pode trazer orientação metodológica para aqueles que procuram desenvolver categorias geográficas mais adequadas para a investigação de políticas de contestação.

Uma segunda aplicação para o esquema TLER nesse campo inclui seu uso para decifrar as estratégias e táticas de agentes individuais e coletivos, organizações e instituições que estão engajadas em políticas de contestação, como eles a percebem enquanto participantes. Dessa forma, o esquema TLER pode dar base para decifrar os espaços variegados e polimórficos de contestação que são produzidos através de diferentes tipos de mobilização social em diferentes contextos histórico-geográficos. Além disso, e em terceiro lugar, o esquema pode ser empregado para colocar novas questões em relação à ação recíproca entre os espaços de política de contestação e a periodização geohistórica da acumulação de capital e poder de estado pois, dada a ênfase na dialética dependente e produtora da trajetória [*path-dependent and path-shaping*] no âmbito da AER espacializada, podemos esperar que a relativa importância e efetividade de diferentes geografias de políticas de contestação estejam interligadas de modo sistemático com configurações evolutivas da TLER associadas às territorialidades históricas mutantes do capitalismo e do Estado, suas tendências à crise e suas contradições. Apresentamos essas ideias mais como um estímulo para futuras pesquisas na área da economia política geográfica do que como hipóteses completamente elaboradas ou conclusões definitivas.

Conclusão

Há quase duas décadas atrás, Soja (1989) declarou a "reafirmação do espaço na teoria social crítica". Nossas reflexões atuais sugerem uma reinterpretação dessa declaração. Primeiramente, argumentamos que

premissas espaciais sempre estiveram presentes nas ciências sociais, mas que nas últimas décadas, tem-se testemunhado um engajamento mais crítico e reflexivo sobre tais premissas e suas implicações metodológicas. Em segundo lugar, sugerimos que esse engajamento não focou nas relações socioespaciais em si, e sim em uma sucessão de dimensões relacionadas, porém distintas, incluindo território, lugar, escala e redes, cada uma delas sendo adotada como ponto focal da teoria socioespacial. Terceiro, embora reconheçamos as contribuições significativas de tais análises, argumentamos que muitas delas têm foco muito restrito e negligenciaram a exploração das interconexões entre as várias dimensões das relações socioespaciais, levando a várias insuficiências teóricas, riscos metodológicos e pontos cegos empíricos. Por fim, propusemos diversos conceitos e procedimentos analíticos através dos quais uma análise polimórfica e estratégico-relacional dos processos socioespaciais pode ser efetuada.

No presente contexto, não tentamos aplicar nossa abordagem, muito menos ditar um tipo específico de programa de pesquisa. No entanto, acreditamos que o esquema TLER pode se provar produtivo, não apenas para o aprofundamento da teoria socioespacial, mas também, e de forma mais importante, para a análise das transformações tanto históricas quanto contemporâneas das relações socioespaciais. Nos nossos futuros trabalhos, por exemplo, utilizaremos essa estrutura para reconceituar problemas como a questão urbana; a questão regional; o desenvolvimento espacial desigual; a reestruturação espacial do Estado; os ajustes espaço-temporais; as especificidades socioespaciais da União Europeia; e a da metagovernança multiescalar.

Agradecimentos

Gostaríamos de reconhecer particularmente o papel de Gordon MacLeod em dar forma aos argumentos apresentados neste ensaio. Através de seu engajamento constante, desde a sua concepção em 2000 até hoje, tanto como co-autor de estudos anteriores como interlocutor comprometido e crítico, ele contribuiu significativamente para o projeto mais amplo a partir do qual o presente trabalho surgiu. Além disso, gostaríamos de agradecer a Yuri Kazepov, da Universidade de Urbino, na Itália, e a Rob Kitchin e Sean O'Riain, da Universidade Nacional da Irlanda, em Maynooth, por nos receber em suas instituições em agosto de 2005 e em maio de 2006, respectivamente. Martin Jones gostaria de agradecer à bolsa Leverhulme pelo financiamento da pesquisa através do prêmio Philip Leverhulme.

Referências

- AGNEW, J. CORBRIDGE, S. (1994). *Mastering space*. Londres: Routledge.
- AMIN, A. (2002). Specialities of globalisation. *Environment and planning* v. 34 p. 385-399.
- AMIN, A. (2004). Regions unbound, towards a new politics of place. *Geografiska An-naler*. V. 86 p. 33-44.
- BERTRAMSEN, R. B. THOMSEN, J. P. F, TORFING, J. (1991). *State, economy, and society*. Londres: Unwin Hyman.
- BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structu-ration. *Progress in human geography*. v. 15 p. 525-548.
- BRENNER, N. (2004). *New state spaces: urban governance and the rescaling of state-hood*. Oxford: Oxford University Press.
- BRENNER, N. (2008). *A thousand leaves: notes on the geographies of uneven spatial development. Leviathan undone? towards a political economy of scale*. Vancouver: University of British Columbia.
- BRENNER, N.; JESSOP, B.; JONES, M.; MACLEOD, G. (2003). *State/space: a read-er*. Oxford: Blackwell.
- BULKELEY, H. (2005). Reconfiguring environmental governance: towards a politics of scales and networks. *Political geography*, v. 24, p. 875-902.
- BUNNELL, T.; COE, N.; (2005). Re-fragmenting the "political": globalization, gov-ernmentality and Malaysia's multime-dia super corridor. *Political geography*, v. 24, p. 831-849.
- CASTELLS, M. (1996). *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell.
- COLLINGE, C. Self-organisation of society by scale: a spatial reworking of regulation theory. *Environment and planning D: society and space*. v. 17, p. 557-574.
- COX, K. (1997). *Spaces of globalization*. New York: Guilford Press.
- CRESSWELL, T. (2004). *Place: a short introduction*. Oxford: Blackwell.
- DEAR, M.; SCOTT, A. J.; (1981). *Urbanization and urban planning in capitalist society*. Londres: Methuen.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1987). *A thousand plateaus: capitalism and schizo-phrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- DICKEN, P.; KELLY, P.; OLDS, K.; YEUNG, H. W. C. (2001). Chains and networks, territories and scales, towards a relation-al framework for analysing the global economy. *Global networks*, v. 1, p. 89-112.
- ESCOBAR, A. Culture sits in places, reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political geogra-phy*. v. 20, p. 139-174.
- GRABHER, G. Trading routes, bypasses and risky intersections mapping the travels of 'networks' between economic sociology and economic geography. *Progress in human geography*, v. 30. 1-27.
- GREGORY, D.; URRY, J. *Social relations and spatial structures*. Basingstoke, Hants, Palgrave Macmillan. 1985.
- HARDT, M.; NEGRI, (2000). *A. Empire*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- HARVEY, D. (1982). *The limits to capital*. Oxford: Basil Blackwell.
- HARVEY, D. (2003). *The new imperialism*. Oxford: Oxford university press.
- HOWITT, R. (1998). Scale as relation: musical metaphors of geographical scale. *Area*. v. 30, p. 49-58.
- HUDSON, R. (2002). *Producing places*. New York: Guilford Press.
- JESSOP, B. (2002). Institutional re(turns) and the strategic-relational approach. *Environment and planning*. V. 33, p. 1213-1235.
- JESSOP, B. (2006). *Spatial fixes, temporal fixes and spatio-temporal fixes, David Harvey: a critical reader*. Oxford: Blackwell. Pp. 142-166.
- JESSOP, B. (2007). *State power. A strategicrelational approach*. Cambridge, Polity press.
- JESSOP, B. (2008). *Avoiding traps, rescaling the state, governing Europe. Leviathan undone? Towards a political econ-*

omy of scale. R. Keil, R. Mahon. Vancouver: University of British Columbia.

JESSOP, B.; SUM, N-L. (2006). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Glos: Cheltenham, Edward Elgar.

JONES, J. P. III; WOODWARD, K.; MARSTON, S. A. (2007). Situating flatness. *Transactions of the institute of british geographers, new series*. V. 32, pp. 264-276.

JONES, M. Spatial selectivity of the state? The regulationist enigma and the local struggles over economic governance. *Environment and planning*, v. 32, pp. 264-276.

JONES, M.; MACLEOD, G. Regional spaces, spaces of regionalism, territory, insurgent politics, and the English question. *Transactions of the institute of british geographers, new series*, v. 29, pp. 433-452

KEIL, R.; MAHON, R. (2008). *Leviathan undone? Towards a political economy of scale*. Vancouver: University of British Columbia Press.

LEE, R.; WILLS, J. (1997). *Geographies of economies*. Londres: Arnold.

LEFEBVRE, H. (1974). *The production of space translated by D Nicholson-Smith*. Oxford: Blackwell.

LEITNER, H.; SHEPPARD, E.; SZIARTO, K. M. (2008). The spatialities of contentious politics. *Transactions of the institute of british geographers, new series*. V. 33, pp. 157-172.

MACLEOD, G. (2001). New regionalism reconsidered, globalization, regulation and the recasting of political economic space. *International journal of urban and regional re-search*. V. 25, pp. 804-829.

MACLEOD, G.; GOODWIN, M. (2001). Space, scale and state strategy, rethinking urban and regional governance. *Progress in human geography* v. 23 pp. 503-527.

MACLEOD, G; JONES M, (2007). Territorial, scalar, networked, connected, in what sense a 'regional world? *Regional Studies*, v. 41 pp 1-15. 1999.

MARSTON, S. (2000). The social construction of scale. *Progress in human geography*, v. 24. Pp. 219-242.

MARSTON, S.; SMITH, N. (2001). States, scales and households, limits to scale? A response to Brenner. *Progress in human geography*, v. 25, pp. 615-629.

MARSTON, S.; JONES, J. P. III, WOODWARD, K. (2005). Human geography without scale. *Transactions of the institute of british geographers, new series*. v. 30, pp. 416-432.

MASSEY D. *Spatial divisions of labour*. (1984). Hants: Basingstoke, Macmillan education.

MASSEY D. (1994). *Space, place and gender*. Cambridge, Polity Press.

MASSEY D. (2005). *For space*. Londres: Sage.

MILLER, B. A. (2000). *Geography and social movements*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.

PAASI, A. (2002). Bounded spaces in the mobile world, deconstructing regional identity. *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*. v. 93 pp. 137-148.

PAASI, A. (2004). Place and region, looking through the prism of scale. *Progress in human geography*, v. 28, pp. 536-546.

PURCELL, M. (2006). Urban democracy and the local trap. *Urban studies*, v. 43, pp. 1921-1941.

ROUTLEDGE, P. (2006). Convergence space, process geographies of grassroots globalization networks. *Transactions of the institute of British geographers, new series*, v. 28, pp. 333-349.

SAYER, A. (1992). *Method in social science*, 2nd edition. Londres: Routledge.

SAYER, A. (2000). *Realism and social science*. London: Sage.

SEWELL, J. W. (2001). *Space in contentious politics, in Silence and voice in contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 51-88.

SHELLER, M.; URRY, J. The new mobilities paradigm. *Environment and planning*, v. 38, pp. 207-226.

SHEPPARD, E. The spaces and times of globalization, place, scale, networks, and positionality. *Economic geography*, v. 78, pp. 307-330.

SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. (2004). *Scale and geographic inquiry*. Oxford: Blackwell.

SMITH, N. (1995). *Remaking scale: competition and cooperation in prenational and postnational Europe, in Competitive european peripheries*. Berlim: Springer. Pp. 59-74.

SOJA, E. (1989). *Postmodern geographies*. Londres: Verso. 1989.

SWYNGEDOUW, E. (1997). *Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale, in spaces of globalization*. New York: Guilford Press, pp. 137-166.

TAYLOR, P. J. (1994). The state as container, territoriality in the modern world-system. *Progress in human geography*, v. 18, pp. 151-162.

TAYLOR, P. J. (2004). *World city network*. Londres: Routledge.

VELTZ, P. (1996). *Mondialisation, villes et territoires: l'economie archipel*. Paris: PUF.

WIMMER, A.; GLICK S. N. (2002). Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the local sciences. *Global networks*, v. 2, pp. 301-334.

WOLCH, J.; DEAR, M. (1989). *The power of geography*. Londres: Unwin Hyman.

A GOVERNANÇA TERRITORIAL REVISITADA: DISPOSITIVOS INSTITUCIONAIS, NOÇÕES INTERMEDIÁRIAS E NÍVEIS DE REGULAÇÃO¹

Elson Luciano Silva Pires*

Universidade Estadual Paulista

Lucas Labigalini Fuini**

Instituto Federal de São Paulo

Wilson Bento Figueiredo Filho***

Academia da Força Aérea

Eugênio Lima Mendes****

Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo: A palavra governança não é nova. Ela perpassa por diversos períodos da história e assume significados específicos em determinadas épocas e países. Atualmente, o conceito de governança designa todos os procedimentos institucionais das relações de poder e das formas de gestão públicas ou privadas, tanto formais como informais, que regem a ação política dos atores. O objetivo deste artigo é problematizar os fatores explicativos das teorias institucionalistas que tratam a governança territorial como uma condição necessária para estabelecer compromissos entre os atores, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e político das metrópoles, das cidades e seus territórios locais e regionais. Enfrentar as lacunas do debate acadêmico e coadunar os conceitos da literatura internacional referente à governança territorial, em especial a de matriz francesa, com a nacional, são um dos principais contributos deste artigo.

Palavras-chave: Formas institucionais. Governança territorial. Modos de regulação.

REVISITING TERRITORIAL GOVERNANCE: INSTITUTIONAL DEVICES, INTERMEDIATE NOTIONS AND REGULATORY LEVELS

Abstract: The word governance is not new. It goes through different periods of history and takes specific meanings in certain times and countries. Currently, the concept of governance can be defined as institutional procedures of power relations and of public or private forms of management, which can be formal as well as informal, that govern political actions of political actors. The purpose of this article is to analyze the explanatory factors of institutionalist theories that approach territorial governance as a necessary condition to establish compromises among actors, seeking an economic, social, and political development of metropolis, cities, and their regional and local territories. One of the main contribution of this paper is to address the gaps in academic debate, and to relate national Brazilian concepts to international literature concerning territorial governance, in particular the French theoretical framework.

Keywords: Institutional forms. Territorial governance. Modes of regulation.

LA GOUVERNANCE TERRITORIALE REVISEE: DISPOSITIFS INSTITUTIONNELS, NOTIONS INTERMÉDIAIRES ET NIVEAUX DE RÉGULATION

Resumé: Le mot gouvernance n'est pas nouveau. Il traverse diverses périodes de l'histoire et prend des significations spécifiques à certains moments et pays. Actuellement, le concept de gouvernance désigne toutes les procédures institutionnelles de relations de pouvoir et de formes de gestion publiques ou privées, formelles ou informelles, qui régissent l'action politique des acteurs. L'objectif de cet article est de problématiser les facteurs explicatifs des théories institutionnalistes qui traitent la gouvernance territoriale comme une condition nécessaire pour établir des compromis entre les acteurs, en vue du développement économique, social et politique de la métropole, des villes et de leurs territoires locaux et régionaux. Faire face aux lacunes du débat académique en accord avec les concepts de la littérature internationale sur la gouvernance territoriale, notamment la matrice française, avec la matrice nationale, sont l'une des contributions majeures de cet article.

Mots-clés: Formes institutionnelles. Gouvernance territoriale. Modes de régulation.

¹Este artigo se nutre do relatório final da pesquisa "As Modalidades de Governança Territorial no Estado de São Paulo: territórios, políticas públicas e desenvolvimento", realizado pelo Grupo de Pesquisa Estruturas de Governança e Desenvolvimento Territorial, no Laboratório de Desenvolvimento Territorial da UNESP/IGCE/Rio Claro, com auxílio financeiro da FAPESP (Processo 11/50837-9) sob a coordenação do Prof. Elson Pires. Participaram dessa pesquisa, além dos autores deste artigo, os seguintes pesquisadores: Adriana Renata Verdi (APTA), Maria Célia de Souza (IEA), Malimíria Otani (IEA), Nelson Staud (IEA – in memoriam) e Rodrigo Furgieri Mancini (Aequitas). Como auxiliares de pesquisa e estagiários, também participaram os alunos José Rubens Guido Junior (doutorando), Tiago Teixeira (mestrando), Ricardo Nagliati Toppan (mestrando) e José Renato Ribeiro (graduando).

*Doutor em Sociologia, docente do programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP/Campus de Rio Claro. Av. 24-A, 1515. CEP: 13506-900 - Rio Claro – SP. E-mail: elsonlsp@rc.unesp.br

**Doutor em Geografia, docente do Instituto Federal de São Paulo – IFSP/Campus de S. João da Boa Vista. Avenida Marginal, 585 - Bairro Fazenda Nossa Senhora Aparecida do Jaguari. CEP: 13871-298 - São João da Boa Vista – SP. E-mail: lucasfuini@ifsp.edu.br

***Doutor em Geografia, docente da Academia da Força Aérea - AFA, Pirassununga-SP. Estrada de Aguai, s/n - Jardim Bandeirantes. CEP: 13631-972 - Pirassununga – SP. E-mail: wfigueiredo11@gmail.com

****Doutor em Sociologia, docente aposentado da Universidade Estadual de Feira de Santana. Av. Transnordestina, s/n - Novo Horizonte. CEP: 44036-900 - Feira de Santana-BA. E-mail: e.mmendes@uol.com.br

Introdução

A palavra governança não é nova. Ela perpassa por diversos períodos da história e assume significados específicos em determinadas épocas e em alguns países. Ela remonta à Idade Média tanto em francês como em inglês ou em espanhol (*gouvernance*, *governance*, *governanza*). No século XIII, a palavra designava toda a administração de uma região, ou então o edifício que a abrigava ou a residência do governador. O conceito foi referência a regimes especiais de governo em províncias anexadas, tal qual ocorreu na França, ou em contextos particulares da Inglaterra do século XIV, quando a palavra é inicialmente utilizada em língua inglesa (HERMET et al., 2014, p. 126).

No século XX, a partir dos anos 1930, a palavra é utilizada nos Estados Unidos para designar a forma de gerir as grandes empresas (*Corporate governance*), e nos anos 1970 para designar os dispositivos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações eficazes aos contratos e à aplicação de normas. Todavia, a expressão só se vulgariza verdadeiramente através de um relatório do Banco Mundial sobre a África em 1989, quando se exalta a “good governance” para os países em desenvolvimento, como uma gestão inspirada nas empresas privadas dos países avançados, eventualmente delegada às ONGs ocidentais. No entanto, a noção já era aplicada desde meados dos anos 1980 à análise das políticas públicas municipais na Grã-Bretanha (HERMET et al., 2014, p. 126).

Atualmente, mais especificamente desde os anos 1990, estendida ao domínio internacional e ao modo de funcionamento da União Europeia, o conceito de governança designa, daí em diante, todos os procedimentos institucionais das relações de poder e das formas de gestão públicas ou privadas, tanto formais como informais, que regem a ação política. Ao se afastar da distinção público/privado na lógica de uma relação horizontal e já não hierárquica ou vertical entre os “decisores”, essa nova perspectiva postula que as instâncias políticas reconhecidas, como o Estado ou as organizações intergovernamentais, já não detêm o monopólio da condução dos assuntos públicos (HERMET et al., 2014, p. 126).

Frente à emergência de conceitos como descentralização, cooperação e redes (*network*), a teoria da governança vai incorporar novos significados e ganhar complexidade. Estende-se o espaço de ação coletiva, caracterizado por uma maior dispersão de poder entre uma grande diversidade de atores, e a revalorização da cooperação como mecanismo para melhorar a eficácia na ação pública. Nesse contexto, assimila-se a participação como um princípio básico na análise da governança.

A partir dos anos 2000, em virtude da sua complexidade, a expressão governança ganhou um caráter interdisciplinar, e vem sendo usada em várias disciplinas e contextos que envolvem empresas, instituições, organismos governamentais ou não governamentais, para articular a coordenação das interações políticas entre membros e setores da sociedade (UNESCAP, 2009). Daí a denominação dos termos como: *governança corporativa*, *governança política* e *governança territorial*. Desde então, a governança tem sido objeto de estudo de um grande número de trabalhos bem heterogêneos, com origens em diferentes contextos históricos, em diferentes disciplinas do conhecimento e de raízes teóricas distintas. Apesar dos avanços, a apropriação indiscriminada da noção de governança costuma desconsiderar as distintas abordagens e suas correntes de pensamento, sobretudo nas ciências sociais, fazendo com que este termo implique muitas significações e se preste também a múltiplos usos.

No Brasil, a referência direta ao tema da governança territorial foi inicialmente adotada, de forma ainda introdutória, em Dallabrida e Becker (2003). Em outros artigos, o tema foi relacionado por Dallabrida (2003) com a prática do planejamento do desenvolvimento na perspectiva da institucionalização de um processo de concertação público-privada, inserido no debate sobre a dinâmica do desenvolvimento territorial. Recentemente, o mesmo autor esclarece que nesses trabalhos “a governança poderia ser entendida como o *exercício do poder e da autoridade para gerenciar um país, um território ou região, compreendendo os mecanismos, processos e instituições através dos quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses*, incluindo como atores as representações dos agentes estatais”. O exercício da governança territorial aconteceria através da atuação dos diferentes atores, nas instituições e organizações da sociedade civil, em *redes de poder socioterritorial*. A definição dos novos rumos para o desenvolvimento do território ou da região dependeria da constituição e da emergência de um novo *bloco socioterritorial*, que, por meio de processos de concertação público-privada que contemplem o caráter democrático-participativo, busquem construir consensos mínimos, pela articulação dos diferentes atores e de suas diferentes propostas e visões de mundo, resultando no pacto socioterritorial, ou seja, o *projeto político de desenvolvimento da região* (DALLABRIDA, 2011, p. 16-7).

Em uma perspectiva para além da análise do poder do Estado e da autoridade dos governantes, outros trabalhos procuraram mostrar que a governança territorial no Brasil deve ser entendida como estruturas diferenciadas de dividir poderes, administrar e inovar recursos, regular conflitos e pilotar os processos e expectativas de planejamento do desenvolvimento dos territórios (PIRES; MÜLLER; VERDI, 2006; PIRES; NEDER, 2008). Algumas

dessas novas manifestações de governança territorial, principalmente no Estado de São Paulo, têm partido de iniciativas locais e regionais na construção de Câmaras, Circuitos, Comitês, Conselhos, Fóruns, Redes e Sistemas de Cooperação, como modalidades de tentativas de coordenação mais descentralizadas, participativas, equilibradas e democráticas. Essas iniciativas de diferentes modalidades de governança territorial se constituem em um novo processo institucional-organizacional de construção de estratégias coletivas, visando compatibilizar os interesses convergentes entre atores geograficamente próximos em caráter parcial e provisório, que atende a premissa das expectativas de resolução de problemas inéditos. A governança territorial se dá também por meio dos projetos setoriais institucionalizados através de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais, apoiados pelo Estado com articulação dos agentes econômicos e dos atores sociais locais (FUINI; PIRES, 2009; FUINI, 2010; PIRES et al., 2011; FIGUEIREDO FILHO, 2012).

Este artigo se insere na segunda perspectiva acima e tem como objetivo problematizar os fatores explicativos do percurso teórico e metodológico das teorias institucionalistas na economia, na ciência política e na geografia, que tratam a governança territorial como uma condição necessária para estabelecer compromissos entre os atores, com vistas ao desenvolvimento econômico e político dos territórios locais e regionais. Para atingir este objetivo, o artigo está estruturado em quatro sessões. Na primeira, abordamos o papel das cinco formas institucionais que materializam a história da construção dos territórios nacionais e locais. Na segunda, transplantamos esta abordagem para desenvolver o papel dos dispositivos institucionais na construção dos territórios dos setores, articulados em redes. Na terceira e quarta sessões, abordamos as estruturas espaciais e as estratégias da governança territorial nos processos de desenvolvimento. Na quinta sessão, procuramos problematizar esta abordagem teórica e metodológica especulando sobre as implicações das raízes históricas da matriz institucional do desenvolvimento brasileiro no funcionamento truncado da governança territorial e seus dispositivos de regulação pouco eficazes. Por último, concluímos o artigo procurando sistematizar algumas práticas da teoria.

As formas institucionais e a construção dos territórios locais

De acordo com a abordagem da economia política institucionalista na teoria da regulação, a moeda e o regime monetário, o tipo de relação salarial e outras relações de trabalho e as formas da concorrência constituem as três formas institucionais básicas de uma economia capitalista. Além dessas três, compõem o quadro

institucional a natureza e a forma do Estado-nação e a sua inserção no regime internacional. Essas cinco formas institucionais dão vigor ao sistema e são resultado de compromissos sociais institucionalizados no interior de cada Estado-Nação. Esses compromissos não se restringem a uma lógica exclusivamente econômica, mas também são determinados pela lógica geográfica e política de cada Estado (BOYER, 2009, p. 62).

Nessa abordagem, o capitalismo é um conjunto de formas institucionais, e o crescimento econômico não é o resultado garantido apenas da aplicação do progresso técnico (exógeno/endógeno), mas a expressão da coerência de um conjunto de formas institucionais, resultado da viabilidade (local, transitória) de uma multiplicidade de regimes de acumulação, ou seja, de diferentes tipos de capitalismo nacionais (BOYER, 2009, p. 107). Essa variedade é bem delineada, pois abrange tanto economias de industrialização antiga quanto economias em que o processo de industrialização é mais tardio, como no capitalismo brasileiro.

Na realidade, a viabilidade de um regime de acumulação levanta a questão da reprodução das formas institucionais. Quando um regime de acumulação entra em colapso, a arquitetura das formas institucionais é diretamente afetada. Quando são combinados os diferentes regimes de produtividade e de procura, obtém-se uma variedade de configurações que correspondem ora a regimes de acumulação viáveis, ora situações de crise. Nesse sentido, chama-se de modo de desenvolvimento a combinação de um regime de acumulação e de um modo de regulação. Mas em que medida esse regime de acumulação é viável? Eis uma questão complexa para um tema controverso.

A aplicação dessas noções para a análise do capitalismo contemporâneo abre uma série de pistas e questões para o campo de uma macroeconomia institucional (e histórica) e para o estudo das transformações contemporâneas nos principais níveis da regulação no interior do espaço nacional. Essa análise regulacionista tem sido transplantada para identificar as formas institucionais no âmbito do território local e regional, conforme Quadro 1.

QUADRO 1

AS FORMAS INSTITUCIONAIS EM ÂMBITO LOCAL

I – Relação salarial local e relações de trabalho

A organização do trabalho (formal ou informal), as relações de trabalho, o estatuto dos assalariados, a fixação dos salários, a gestão da mão-de-obra, a política de recrutamento, o sistema de formação... Fator essencial que caracteriza a dinâmica dos diferentes tipos de mercados de trabalho e de espaços produtivos locais. As modalidades das relações de trabalho e da relação salarial são diferentes, dependendo do tipo de aglomeração (agrícola, distrito industrial, tecnopolo, APLs etc).

II – Concorrência e modo de coordenação entre empresas e centros de pesquisa

A forma da concorrência, o porte das empresas e suas articulações em redes. Este componente institucional atribui um lugar importante às formas de coordenação fora de mercado, que caracterizam as relações entre ciência e indústria nos processos de inovação tecnológica. Estas relações apresentam diferentes níveis de hierarquização e conflituosidade.

III – Estado e modo de intervenção dos atores públicos

O papel do Estado e dos atores públicos difere de acordo com os espaços produtivos locais em função de sua transparência e a sua coerência global. Isto é ainda mais verdadeiro quando o poder de coerção dos atores públicos locais é menos forte que o dos atores centrais. Assim, o lugar do Estado na coordenação deve ser colocado de maneira menos normativa com os atores locais, mas como objeto de uma negociação local institucionalizada, na qual os atores locais e suas organizações civis (associações patronais, profissionais, sindicais, políticas e religiosas) poderão influenciar na construção de compromissos.

IV – Posicionamento do espaço local na divisão espacial do trabalho

Qualifica-se a partir da análise de recursos produtivos genéricos e específicos que permitem definir o grau de autonomia/dependência do espaço local em relação às lógicas econômicas nacionais, ao bloco regional multinacionais e às lógicas econômicas globais. Mostra a capacidade de um espaço produtivo local de gerar um conjunto coerente de recursos específicos como componente central da sua atração e seu posicionamento concorrencial. Esta propriedade retoma as análises de ancoragem territoriais e nomadismo das empresas.

V – Posicionamento do espaço local no sistema monetário e financeiro

Este posicionamento pode ser qualificado a partir das disponibilidades de fontes de financiamento para as atividades econômicas, bem como nas variações da taxa de câmbio e de juros definida no âmbito de um espaço mais vasto que o do território local ou nacional. Estas variações afetam desigualmente a competitividade do(s) território (s), que pode estar fundada sobre uma lógica de atração ou sobre uma lógica de competências.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Colletis; Gilly et al (1999) e Fuini (2010)

Nesse âmbito subnacional, as formas institucionais apresentam a questão da articulação entre as regulações parciais locais e a regulação nacional e global, constitutiva de instâncias econômicas intermediárias, decisivas para a análise das dinâmicas territoriais locais e regionais e suas possibilidades de desenvolvimento (COLLETIS et al., 1999).

Esse quadro teórico e metodológico do território local e regional se insere em um processo mais amplo de

recomposição espacial da economia mundial (SCOTT, 1998; BENKO, 2001), que tem sido frequentemente interpretado na geografia econômica como um paradigma polissêmico que subentende também a descentralização do global, através de um processo simultâneo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização da economia mundial (STORPER, 1994; HAESBAERT, 2004; HARVEY, 2006). Assim, os exemplos das "regiões ganhadoras" (BENKO; LIPIETZ, 1994), do "mosaico de regiões" (BENKO, 1996) e da "economia de arquipélago"

(VELTZ, 1996) que embasaram a análise institucionalista do território local, todos esses casos atestaram a importância dos processos de territorialização e descentralização na globalização como determinantes do surgimento dos sistemas produtivos territoriais (COLLETIS et al., 1999; MAILLAT, 2002). Nas regiões brasileiras, o Estado começa a se dar conta dos Arranjos Produtivos Locais (CASSIOLATO et al., 2000).

Essas abordagens negam a perspectiva de enxergar o território como um simples palco ou suporte isomorfo das atividades humanas, dando ênfase às relações sociais e institucionais. O território socialmente construído não é um simples espaço delimitado de recursos, mas "o modo de estabelecimento de um grupo, no meio ambiente natural, que na organização das localizações das atividades instaura e faz prevalecer as condições da comunidade-linguagem e da aprendizagem coletiva" (PERRIN, 1992, apud GILLY; PECQUEUR, 1995, p. 304). Ele deve ser assimilado a um meio complexo que reagrupa em um todo coerente um aparelho produtivo, uma cultura técnica e os atores. Ele contém ainda as potencialidades e proximidades próprias de desenvolvimento, graças ao jogo consciente dos atores econômicos locais.

O território também não é apenas uma escala de planejamento das políticas públicas locais, mas, através das estratégias dos atores, é também um produtor de externalidades complexas, de proximidades organizacionais particulares, de normas e de ordens implícitas que constituem um quadro regulador (COLLETIS; PECQUEUR, 1993). Dessa forma, ele é a "constituição de um espaço abstrato de cooperação entre diferentes atores com ancoragem geográfica, para engendrar os processos de criação dos recursos particulares (sociais, econômicos e virtuais), em vista de resolver os problemas e apontar para as soluções inéditas" (PECQUEUR, 2000, p. 15). Assim, o território se constitui em um produtor de externalidades complexas, uma escala geográfica de proximidades organizacionais e institucionais, um espaço organizado de coordenação das ações entre os atores sociais (GILLY; TORRE, 2000; ZIMMERMAN; PECQUEUR, 2005).

Portanto, falar de território subnacional, hoje, significa referir-se a uma construção social localizada que gera um sistema de representações comuns aos seus membros, que cria suas próprias regras e que faz emergir as formas de regulações parciais relativamente autônomas, através dos dispositivos territoriais de regulação. Esses dispositivos atuam como espaços de homogeneização e de orientação dos comportamentos dos atores locais, articulados à dimensão nacional e global do modo de regulação dominante de um sistema econômico (GILLY; PECQUEUR, 1995).

Assim, o território passou a ser visto como "um campo de forças de relações de poder espacialmente

delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial" (SOUZA, 2003, p. 97). Um lugar do exercício de dialéticas entre as escalas geográficas e entre o Estado-nação, a sociedade e o mercado (BENKO, 1996). Portanto, um constructo e um processo em constante mudança.

Nesse nível de análise, trata-se de referir-se não a um território "local" definido *a priori* sobre critérios predeterminados, mas de *territórios socialmente construídos* pelos atores do local e suas relações com as diversas escalas. Nessas condições, os espaços territoriais locais guardam uma coerência com os compromissos sociais estáveis, e devem se organizar segundo um conjunto de regras e de instituições que são *parcialmente* elaboradas nesses níveis, como são as estruturas de governança territorial (PIRES et al., 2011).

Segundo Llorens (2001, p. 111), em tais circunstâncias, deve-se raciocinar em termos de *territórios socialmente organizados*, vistos em função de suas capacidades para materializar as inovações e para gerar sinergias positivas entre os responsáveis pelas atividades produtivas, em conjunto com os gestores públicos do Estado e os atores sociais locais. Portanto, o território socialmente organizado compreende a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, suas características ambientais específicas, os atores sociais públicos e empresariais privados, a sociedade civil e sua mobilização, em torno das diversas estratégias e projetos, a existência e o acesso de todos aos ativos e recursos para o desenvolvimento local.

Como o pertencimento e a identidade coletiva são territorializados, a "diversidade territorial" existente se apoia na aquisição e na adaptação de conhecimentos gerais e específicos, os quais são filtrados pela própria prática, institucionalidade e cultura local. Nesse sentido, o território é, segundo Becattini e Rullani (1996, apud LLORENS, 2001, p. 27), um dos contextos nos quais se desenvolve a divisão do trabalho cognoscitivo, isto é, a divisão do trabalho na produção e utilização dos conhecimentos que podem ser classificados em dois segmentos: "contextuais" (quando se produzem num contexto local e são específicos de tal território) e "codificados" (quando se trata de conhecimentos de caráter global, mais facilmente transferíveis). Na divisão do trabalho cognitivo de tipo circular, o território local gera conhecimentos para uso global e o global fornece aos circuitos locais de conhecimentos procedentes de todo o mundo (LLORENS, 2001, p. 27). Nessa divisão, as especificidades territoriais entre as diferentes localidades não são nem um pouco transferíveis entre si, pois tratam de diferenças duráveis dos territórios, ou seja, uma diferenciação não suscetível de ser colocada em causa pela mobilidade dos fatores de produção (BENKO, 2001, p. 9).

Os dispositivos institucionais e a construção territorial dos setores

Ainda nesse campo teórico, alguns estudos mostram a heterogeneidade das formas institucionais em diferentes setores produtivos em diferentes regimes de acumulação. Nesse contexto, como observado por Tertre (1995), a economia política institucionalista na versão da teoria da regulação define o setor não a partir da homogeneidade do produto – conceito walrasiano –, mas a partir de uma construção social complexa da esfera produtiva, reconhecida historicamente. As produções de valores de uso particulares, realizadas sobre a base de tecnologias específicas, estão ligadas aos processos de estruturação das finalidades econômicas que se materializam pelas instituições *ad hoc* onde estão representados os interesses corporativos e profissionais, pelos procedimentos particulares de coordenação das unidades produtivas (BOYER, 1990 apud TERTRE, 1995, p. 313).

Nessa concepção, os setores correspondem às esferas das atividades dos *dispositivos institucionais* particulares, que são definidos conforme três esferas: a primeira, da relação social do trabalho que se apoia sobre uma configuração produtiva precisa; a segunda, de capitais individuais que se confrontam no quadro de uma concorrência organizada; a terceira, de regulamentos nacionais e internacionais que enquadram a dinâmica do setor no regime nacional e internacional (TERTRE, 1995, p. 314).

Essas análises estão direcionadas para identificar e definir as dinâmicas setoriais ou de um regime de acumulação, ou um *modo de regulação setorial*, como a combinação de regimes econômicos de funcionamento e de dispositivos institucionais, considerada como um processo dinâmico, no tempo e no espaço (BARTOLI; BOULET, 1990, p. 19 apud BOYER; SAILLARD, 1995, p. 546). Portanto, as “formas institucionais” no nível macro condicionam os “dispositivos institucionais” nos níveis setoriais (TERTRE, 1995). Porém, as evoluções que conhecem esses setores podem igualmente contribuir para modificar certas formas institucionais no nível macro.

Nesse ambiente analítico, os enfoques setoriais devem distinguir mais claramente possíveis dois níveis diferentes de análise (MOLLARD, 1995). De um lado, dos fundamentos setoriais da regulação, quer dizer, seus elementos constitutivos, detectáveis empiricamente em uma atividade dada, buscando sua particularidade em construção histórica e social do setor. Adota-se assim um ponto de vista interno e específico sobre a regulação setorial. Do outro lado, as interações e os pontos de articulação principais entre o setor e a economia global, sua importância e seu efeito de arrasto sobre ela.

Adota-se assim um ponto de vista externo e genérico sobre a regulação setorial. Portanto, a influência e o caráter motor de um setor dado, e sua articulação com a regulação nacional e global, será função da combinação e ponderação respectiva desses dois critérios.

Os estudos apontam novas dinâmicas e novos desafios territoriais e setoriais, que mostram o surgimento de modificações estruturais que questionam o conteúdo e os modos de regulação territorial e setorial vigente antes da globalização. Primeiro, surge *um novo contexto de conjunto*, com transformação da estrutura produtiva, demanda final mais reativa e sensível às ofertas de serviços, bem como novas configurações produtivas. Segundo, observam-se *novas dinâmicas e regulações setoriais*, nas quais as firmas são levadas a posicionar suas competências em um espaço de “saber fazer” que superam as lógicas estritas de produto e de setor. A necessidade de constituir “produtos” combinando bem-estar e serviços que requerem distintos tipos de competências favorece a constituição de redes, de acordos entre firmas, de externalização e de subcontratação inter-ramos. Além disso, a abertura comercial mais acirrada favorece uma nova organização da produção para além das fronteiras nacionais, afetando a maioria de firmas e setores. Terceiro, apresentam-se *novos desafios para os espaços e territórios*, nos quais as dinâmicas das novas organizações têm o duplo efeito de confrontar os sistemas locais com uma concorrência crescente, mas também de permitir uma melhor exploração dos seus ativos específicos, para favorecer o desenvolvimento de seus recursos próprios. Por último, faz-se necessária organizar a *concorrência entre os territórios locais*, para que possam aproveitar as sinergias possíveis e as capacidades de governança de outros territórios, por meio das articulações e do trabalho em rede, da expansão das relações de serviços de qualidade, das solidariedades no plano financeiro, do apoio político das grandes nações e das regiões do globo (TERTRE et al., 2000).

A dimensão espacial da governança territorial

É da coordenação dos modos de regulação através de dispositivos institucionais nos níveis nacional, local e setorial que surge a noção de governança territorial desenvolvida neste artigo. O conceito de governança territorial pode ser definido como mecanismo de produção das regularidades de coordenação produtivas localizadas, de um processo institucional-organizacional na construção da compatibilidade dos diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos, visando à resolução de um problema produtivo eventualmente inédito (COLLETIS et al., 1999, p. 12).

A governança territorial supõe a aposta em coerência, sempre parcial e provisória (devido às relações de força e os conflitos que o dividem e o opõem), surgida em compromissos entre diferentes atores econômicos institucionais ou mesmo políticos. Por um lado, entre os atores econômicos (e técnico-científicos) e entre estes e os atores institucionais sociais e políticos (regras do jogo). Por outro lado, entre a dimensão local e a dimensão global (nacional ou mesmo mundial) através das mediações realizadas por atores (tanto institucionais como industriais) ao mesmo tempo ancorados no território e presentes sobre a cena econômica e institucional global (por exemplo, os estabelecimentos de grandes grupos). Nesse sentido, a concepção da governança territorial é da competência, ao mesmo tempo, da dimensão estratégica e da dimensão institucional (GILLY; PECQUEUR, 1995; COLLETIS et al., 1999, p. 12).

Nessa mesma perspectiva, Scott (1998) observa que a condição de emergência de novas formas de coordenação e organização do território está associada, dentre outros fatores, ao contexto de redefinição do papel do Estado nacional e sua crescente descentralização político-administrativa. Esta pode surgir potencializando o papel das escalas local e regional como âmbitos do desenvolvimento e da regulação territorial dos sistemas produtivos e atividades econômicas. Como será observado no quadro analítico 3, estão incluídas essas formas intermediárias de regulação, fortalecendo os níveis decisórios hierarquicamente abaixo da esfera do Estado soberano, como os governos subnacionais e outras instâncias locais e regionais.

Para Storper e Harrison (1994), como para Scott (1998), Humphrey e Schimtz (2002), a governança territorial interfere na competitividade das regiões ao definir formas de distribuição de poder em cadeias produtivas e outras formas de relacionamento comercial, institucional e industrial, fazendo convergir, em torno de um agente central, uma grande empresa, ou compartilhando, em vários agentes articulados por uma instância coletiva, a tarefa de definir as estratégias competitivas principais de um aglomerado produtivo local. E, nesse sentido, se direcionam as características, estratégias e possibilidades inerentes ao processo de desenvolvimento territorial.

Desse modo, as estruturas de governança, quando abordadas em âmbito intranacional, não podem ser reduzidas somente aos limites dos municípios e de suas estruturas político-administrativas. A convergência de cadeias produtivas e de redes de agentes locais mobilizados endogenamente (desde a base da tessitura social e não somente no planejamento outorgado) se faz, mormente, em contextos socioespaciais inéditos. Portanto, trata-se de um desafio teórico e prático, quando o problema é a determinação da delimitação do território da governança.

Segundo essas abordagens, a governança territorial pode ser entendida também como modalidade de coordenação das formas de desenvolvimento econômico envolvendo os agentes e as formas institucionais em um dado contexto. Esses contextos podem variar de uma simples *aglomeração* (concentração de atividades econômicas heterogêneas coordenadas pelos preços dos mercados) para uma *especialização* (concentração de empresas em torno de uma mesma atividade ou produto e que resultam em complementariedades, externalidades e projetos comuns). Podem até mesmo chegar a uma *especificação* do território (existência de estruturas e formas de coordenação públicas e/ou privadas que internalizam os efeitos externos e dirigem o tecido econômico local).

A estruturas políticas da governança e o desenvolvimento territorial

Para Tapia (2005), a governança se constrói através de pactos territoriais como ocorridos na Itália, mais precisamente na área do Mezzogiorno, nas regiões do Vêneto, Toscana e Emilia Romana. Trata-se da formação de pactos sociais e esquemas de concertação social buscando constituir coalizões estáveis entre atores locais a fim de deflagrar um processo de transformação da economia e da sociedade local visando melhorar a oferta de bens coletivos.

Nessa perspectiva, segundo Dallabrida (2003), o termo governança territorial na geografia política se refere "às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos agentes sociais, econômicos e institucionais". Geralmente essas iniciativas ocorrem em um processo de dinâmica territorial manifesta em um conjunto de ações relacionadas ao processo de desenvolvimento, empreendidas por atores/agentes, organizações/instituições de uma sociedade identificada histórica e territorialmente.

Como mostrado no Quadro 2, essa governança territorial decorre de um processo em que interagem os seguintes elementos: o bloco de poder socioterritorial, as redes de poder socioterritorial, a concertação social e os pactos socioterritoriais.

QUADRO 2
ELEMENTOS POLÍTICOS DA GOVERNANÇA TERRITORIAL

ELEMENTOS POLÍTICOS DA GOVERNANÇA TERRITORIAL	CARACTERÍSTICAS
1 – Bloco de poder sócio-territorial	Refere-se ao conjunto de atores localizados historicamente e territorialmente que pela liderança que exercem localmente, assumem a tarefa de promover a definição dos novos rumos do desenvolvimento do território, através de processo de concertação público-privada.
2 – Redes de poder sócio-territorial	Refere-se a cada um dos segmentos da sociedade organizada territorialmente, representados pelas suas lideranças, constituindo na principal estrutura de poder que, em cada momento da história, assume posição hegemônica e direciona política e ideologicamente o processo de desenvolvimento.
3 – Concertação social	Processo em que representantes das diferentes redes de poder sócio-territorial, através de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática da gestão territorial de forma descentralizada.
4 – Pactos sócio-territoriais	Refere-se aos acordos ou ajustes decorrentes da concertação social que ocorrem entre os diferentes representantes de uma sociedade organizada territorialmente, relacionada ao seu projeto de desenvolvimento futuro.

Fonte: Adaptado de Dallabrida, 2006

No caso do Brasil, a análise desses elementos deve destacar o papel do Estado no modelo federativo do País em suas três esferas (federal, estadual e municipal) e sua capacidade de mobilizar os agentes econômicos e os atores sociais na estruturação da governança territorial. Por outro lado, a posição hegemônica do Estado, articulada com os segmentos patronais nos estudos de casos, revela a ausência e a baixa participação da sociedade civil nas estruturas de governanças e, bem menos, nas estratégias de desenvolvimento territorial.

Portanto, como pode-se extrair conjuntamente dos Quadros 1 e 2, as relações entre atores dentro das estruturas ou formas institucionais criam uma rede de relações que definem “ao mesmo tempo, um limite e uma alteridade...” (SOUZA, 2003, p. 86). Dessa forma, os atores planejam, governam e agem dentro de “uma rede de governos circunscritos a domínios específicos” (MATUS, 1996, p. 50), ou seja, dentro de um território formado e conformado pelas suas próprias ações em várias escalas.

Apoiando-se nessa teorização, definimos a governança de um território como sendo o conjunto de elementos institucionais, formalizados ou não, que estabelecem a regulação das relações entre atores públicos, privados

e da sociedade civil (empresas, associações, sindicatos, poder público, ONGs) em torno de um planejamento ou projeto de desenvolvimento, ou mesmo na busca por resolver algum problema socioeconômico inédito em âmbito local, regional, nacional ou internacional. Essa conceituação deve estar atenta para resolver um núcleo metodologicamente complexo nos estudos da governança, que diz respeito à *participação dos agentes na formação do consenso e à eficácia das políticas de governança do desenvolvimento territorial local e regional*.

De acordo com os pressupostos teóricos e metodológicos utilizados ao longo deste artigo, é possível caracterizar o tipo de modalidade de governança territorial vigente no Brasil, em função do seu caráter público ou privado, e dos objetivos atribuídos e dos modos de apropriação pelos atores dos recursos territoriais assim produzidos. Com base nessa perspectiva, as modalidades de governança territorial podem ser agrupadas em quatro tipos: Privada, Privada-Coletiva, Estatal-Privada e Pública-Tripartite, conforme Quadro 3.

QUADRO 3
TIPOS DE GOVERNANÇA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

TIPOS DE GOVERNANÇA	CARACTERÍSTICAS
1 – Governança privada	<i>São organizações privadas dominantes que impulsionam e pilotam dispositivos de coordenação de recursos com objetivo de apropriação privada do território. Neste caso, a grande empresa (um grande grupo) aparece como o motor do sistema, que estrutura o espaço produtivo local e regional.</i>
2 – Governança privada-coletiva	<i>O ator chave é uma organização formal que agrupa operadores privados e impulsiona a coordenação de recursos e estratégias. Encontra-se neste caso os sindicatos patronais e empresariais que agrupam operadores privados, que estrutura o espaço produtivo local e regional</i>
3 – Governança estatal-privada	<i>O Estado e as instituições públicas impulsionam a coordenação de recursos e estratégias territoriais com o setor privado. Neste caso, através dos órgãos públicos, autarquias e serviços coletivos, demandados por atores públicos ou privados do território.</i>
4 – Governança pública-tripartite	<i>São instituições públicas, organizações privadas e da sociedade civil, que juntas impulsionam a coordenação compartilhada de recursos e estratégias territoriais. Neste caso, através de Câmaras, Conselhos, Consórcios, Comitês, Agências ou Fóruns voltados à gestão das políticas públicas. São situações mistas e raras, de autonomia relativa e sem domínio unilateral - a priori ou ex-ante.</i>

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Colletis; Gilly et al (1999) e Fuini (2010).

Esse quadro teórico permite aplicar estas tipologias que enfocam a função do caráter público ou privado da governança, as atribuições e os modos de apropriação pelos atores dos recursos territoriais, nas modalidades de governança estudadas. Essa metodologia pode ser ampliada de modo a permitir a análise da rede intermunicipal urbana-regional inscrita nas modalidades de governança territorial existentes.

Conforme Quadro 4 pode-se adotar a terminologia proposta por Storper e Harrison (1994, p. 176-177), para análise das estruturas de governança em presença de "arranjos" ou "aglomerados" produtivos industriais e agrícolas, com ênfase no grau de flexibilidade e hierarquia das mesmas.

QUADRO 4
ESTRUTURA HIERÁRQUICA DAS REDES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS
PORTADORA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs)

ESTRUTURA HIERÁRQUICA	CARACTERÍSTICAS DA GOVERNANÇA
1 – Anel sem núcleo	Ausência de município líder permanente, com direção compartilhada (de acordo com projetos). Ausência de hierarquia.
2 – Anel-núcleo com município economicamente preponderante	O município economicamente mais forte ocupa posição dominante; é o agente motor da cadeia produtiva regional, mas não pode sobreviver sozinho, nem condicionar a existência de outros municípios produtores no sistema. Existe certa hierarquia.

3 – Anel núcleo com município líder	O município líder é largamente independente dos outros municípios produtores vizinhos, o que lhe dá a possibilidade de determinar, pelo menos parcialmente, a sua periferia; por conseguinte, o seu arcabouço de empresas condiciona a existência das empresas dos seus vizinhos. Poder assimétrico hierarquizado.
4 – Núcleo sem anel	A cadeia produtiva está internalizada em apenas um único município motor da cadeia.

Fonte: Fuini (2010), adaptado com base em Storper; Harrison (1994).

A análise da estrutura hierárquica das redes político-administrativas portadoras de Arranjos Produtivos Locais, por meio de dados e indicadores apresentados, nos permite avaliar a dimensão e preponderância de determinado município, dentro de cada uma das estruturas de governança. Trata-se, então, de uma análise não apenas da governança dentro do sistema produtivo regional, mas também da governança dentro da estrutura político-administrativa inerente ao sistema produtivo regional.

Nessa perspectiva, a noção de governança territorial requer uma concepção de territorialidades dos processos econômicos, que Storper (1994, p. 16-17) resume sob a forma de três eixos: primeiro, os efeitos das economias locais externas ou de aglomeração; segundo, o conhecimento especializado alcançado em aprendizado

tecnológico por organização de agentes em contexto de interdependências organizacionais; e terceiro, o funcionamento e o impacto das estruturas institucionais e ações base de coordenação econômica de um lugar. Este último eixo é central, pois nos remete aos estudos da proximidade, seja geográfica, organizacional e institucional (TORRE, 2003; ZIMMERMAN; PECQUER, 2005).

Finalmente, o Quadro 5 sintetiza as forças e os princípios qualitativos que alteram o funcionamento da governança e que, portanto, refletem a sua natureza institucional. Esses princípios servem de roteiro para a interpretação do papel que cumpre o comportamento dos atores no desempenho da modalidade da governança estudada, considerando suas características cognitivas na percepção dos princípios destacados como fundamentais na conceituação do tema.

QUADRO 5
FORÇAS E PRINCÍPIOS BÁSICOS DA GOVERNANÇA TERRITORIAL

PRINCÍPIOS BÁSICOS	CARACTERÍSTICAS
1 – Foco	Clareza na definição dos objetivos da estrutura institucional que facilita a atuação dos gestores e participantes, e o ponto para onde convergem as ações relacionadas com as políticas públicas de âmbito local/regional, estadual e nacional. Baixa, Média-Baixa, Média, Média-Alta, Alta
2 – Mecanismos	Dispositivos que buscam divulgar e operacionalizar os princípios da governança territorial (reuniões, grupos de trabalho, audiências, mesas de negociação etc), direcionadas para atingir as expectativas dos agentes. Baixo, Médio-Baixo, Médio, Médio-Alto, Alto
3 – Transparência	Qualidade das relações sociais entre os atores que permite evidência nas ações direcionadas aos objetivos, a clareza na definição das funções e responsabilidades dos atores, do compromisso dos gestores e lideranças com a publicação e acesso público às informações e dados. Baixa, Média-Baixa, Média, Média-Alta, Alta
4 – Participação	Qualidade e equilíbrio da composição da representação social e política, que permite o ato ou efeito de tomar parte nos processos decisórios, respeitando-se as condições de igualdade/desigualdade dos atores, organizações e instituições. Baixa, Média-Baixa, Média, Média-Alta, Alta

5 – Representatividade	Qualidade democrática da participação social e política dos atores, que garanta aos representantes um discurso coletivo que permite saber o que e quem participa, como se participa e as consequências da participação. Baixa, Média-Baixa, Média, Média-Alta, Alta
6 – Accountability	Qualidade da responsabilidade e obrigação de geração de informações e dados, de prestação de contas, de interação de argumentos e de justificar ações que deixaram de ser empreendidas. Baixa, Média-Baixa, Média, Média-Alta, Alta
7 – Coerência	Qualidade das ações e da integração dos agentes com o foco, estado ou atitude de relação harmônica entre situações, acontecimentos ou ideias; capazes de fortalecer a prática de gestão territorial descentralizada para promoção de acordos e ajustes relacionados ao projeto de desenvolvimento. Baixa, Média-Baixa, Média, Média-Alta, Alta
8 – Confiança	Efetividade e consenso das ações, segurança ou crédito depositado nas lideranças e gestores, que inspiram a cooperação e as boas práticas da gestão territorial descentralizada, para promoção de acordos e ajustes relacionados ao projeto de desenvolvimento da governança. Baixa, Média-Baixa, Média, Média-Alta, Alta
9 – Subsidiaridade	Recursos da estrutura para auxílios, agentes ou elementos que reforçam ou complementam outro de maior importância, ou para este converge. Baixa, Média-Baixa, Média, Média-Alto, Alta.
10 – Autonomia	Faculdade relativa da estrutura de se reger por si mesma em relação ao Estado e as políticas públicas. Baixa, Média-Baixa, Média, Média-Alta, Alta

Fonte: Pires, E. Relatório Final da Pesquisa Fapesp (Processo 11/50837-9).

Esse procedimento procura, principalmente, identificar em que medida o desenho institucional das modalidades de governança cumpre com os requisitos distintos que o conceito de governança implica, tais como: deliberação e decisão associada entre empresas, autoridades públicas e setores da sociedade civil, coerência, representatividade, confiança, autonomia, foco, mecanismos de representatividade. De tal modo que se possa determinar se e em que medida existe governança no sentido próprio do termo, e não apenas um conceito que se apresente artificialmente como um processo de “gestão social” governamental, dominado ou capturado por grupos sociais ou privados poderosos.

Esses critérios metodológicos procuram subsidiar a análise da temática da governança territorial a partir de uma abordagem mais plural e sistêmica. Eles ainda possibilitam suprir algumas lacunas existentes no tratamento do território como categoria de análise multidisciplinar. Essa questão continua válida principalmente no âmbito da Geografia, em que o conceito é fundamental e, ao mesmo tempo, constitui-se numa de suas categorias básicas (SOUZA, 2003; CASTRO, 2003; MOREIRA, 2007; SAQUET, 2007; HAESBAERT, 2004).

As implicações da matriz institucional brasileira na análise da governança

O instrumental teórico descrito anteriormente, para sua aplicação empírica no Brasil, requer mediações próprias para análises dos capitalismo periféricos que questionam o “tipo ideal” de governança. Neste, a montagem das estruturas de governança e seu próprio funcionamento se inserem no interior de uma matriz institucional imperfeita e incompleta, que explica, em grande medida, as dificuldades encontradas no funcionamento das nossas modalidades de governanças setoriais e territoriais (PIRES, 2014).

Inicialmente, as “falhas” encontradas podem ser explicadas pelas características da matriz institucional e histórica da construção do Estado e da sociedade brasileira, onde convivem valores e comportamentos nepotistas, patrimonialistas, oligárquicos e populistas, que marcam o funcionamento das instituições públicas e das organizações de classes (FREYRE, 1987; HOLANDA, 1993). Tudo isso sob um processo permanente de “incompletude da lei” (O'DONNELL, 1998), percebido pela parcialidade das leis no País, o que resulta em aumento da incerteza nas relações sociais, dificultando a cooperação. Para DaMatta (2006), as leis no Brasil

são aquelas “que a própria sociedade almeja e diz que quer, mas que, por contrariarem práticas sociais bem estabelecidas, ‘não pegam’, como, por exemplo, as que mandam ocupar cargos públicos somente por concurso” (DAMATTA, 2006, p. 266).

A noção de Sérgio Buarque de Holanda de que no Brasil os contrários não entram em conflito, mas se acomodam e convivem, em uma economia de dependência imperfeita e desenvolvimento incompleto, também é utilizada por Oliveira (2003) para explicar a persistência da convivência do arcaico com o novo. O populismo, expressão dessa convivência, é fruto da falta de uma autêntica revolução burguesa, tais quais as revoluções que ocorreram na Europa Ocidental. Por isso, o autor em questão descreve o Brasil através da imagem do ornitorrinco. Animal que combina características dos anfíbios e mamíferos. Da mesma maneira, o Brasil combina práticas modernas e atrasadas através de um processo de modernização conservadora, ou seja, uma revolução produtiva sem uma revolução burguesa de fato.

Nesse caso, a cooperação que surge nas governanças entre atores sociais é limitada pela incerteza, gerando acordos provisórios e parciais, uma vez que as instituições sancionam como legítimos alguns comportamentos ilegais. Nesse cenário histórico-social, a matriz institucional dificulta comportamentos cooperativos e o surgimento de lideranças legítimas. Nesse sentido, sanciona como legítimos comportamentos que dificultam o desenvolvimento territorial e a construção de acordos de cooperação. Tal matriz fornece os parâmetros para o funcionamento das estruturas de governança no interior do País e influenciam o seu funcionamento, o que ajuda a explicar a pequena participação e as assimetrias de informações dentro das estruturas de governança, como assim funcionam no interior do Estado de São Paulo. Tais problemas estruturais são manifestações de comportamentos legítimos, sancionados pela matriz institucional brasileira. No caso das assimetrias de informação estamos diante do comportamento legítimo que dificulta a distinção do que é público e do que é privado.

Portanto, do ângulo de vista da análise institucional, a maioria das estruturas de governança no Brasil ainda funcionam de maneira truncada, especialmente no que se refere à participação cidadã e à redução das assimetrias de informação entre os agentes. Daí as bases da regulação centralizada, sem descentralização do poder e com poucos incentivos à participação democrática.

Conclusões

De uma maneira geral, a governança se coloca na literatura institucionalista como tentativa de compatibilizar ou equilibrar diferenças através de acordos parciais e provisórios, buscando atingir vários objetivos, como: maior crescimento econômico, ampliação da representatividade política, modernização tecnológica, maior poder competitivo de aglomerações produtivas, redução de custos produtivos, melhores condições de preços em compra de insumos e matérias-primas, capacitação de mão de obra local, aperfeiçoamento de estratégias de *marketing* e divulgação, investimentos público-privados em infraestruturas de circulação, proteção contra crises setoriais e impactos externos da globalização financeira, redução das desigualdades socioeconômicas, controle de impactos ambientais, entre tantos outros temas possíveis.

Geralmente, os acordos de governança começam com objetivos pontuais e, conforme adquirem maior legitimidade social e política, passam a adicionar um conjunto maior de temas com os quais buscam lidar em sua dinâmica, dando a entender que a comunidade local dá ao respectivo elemento de governança um nível de credibilidade para resolver alguns de seus problemas públicos.

Desse modo, a governança é um elemento fundamental para o desenvolvimento dos territórios locais, podendo inclusive ser tratada como seu recurso específico, pois é por meio dela que se concebe a aproximação e a configuração de redes de atores que caracterizam, através de seus compromissos, acordos e convenções. Isso posto, é possível afirmar que, conforme o nível de compartilhamento das decisões em uma estrutura de governança territorial pública envolvendo atores distintos com interesses comuns, maior o nível de satisfação dos integrantes da governança diante da contemplação de seus objetivos.

Dado que nenhum desses atores tem os recursos necessários para influenciar decisivamente nos rumos do desenvolvimento, as experiências democráticas mostram que a demanda coletiva nas estruturas de governanças locais facilita a construção de consensos e o encaminhamento de conflitos. Portanto, as estruturas de governança territorial podem se tornar inovações institucionais que reduzem a incerteza e a assimetria de informações, pois permitem aos atores atuar, cooperar e competir no território. Elas fornecem esquemas legítimos de referência para que os atores possam interagir e estimar as possíveis respostas dos demais atores às suas ações.

No Brasil, as falhas institucionais encontradas nas pesquisas que analisam o funcionamento das estruturas de governança territorial e setorial são indícios de que

estamos apenas no começo da marcha da construção da governança do desenvolvimento territorial, no sentido de construir coerência e acordos estáveis através de regras elaboradas pelos atores que atuam dentro da própria estrutura. Ainda estamos na lógica do *learning by doing*, tal como sugere a nossa interpretação dos casos estudados.

Da reflexão das teorias às práticas de governança analisadas, parece que estamos diante da construção histórica da governança do desenvolvimento regional e territorial, mas ainda pouco adequado às novas condições econômicas e políticas do País. O Estado e os atores tateiam estratégias e novas formas para criar condições para um desenvolvimento mais sustentável, de acordo com as aspirações democráticas de cada sociedade local e regional. Essas estratégias e articulações dos atores, bem como a criação de um ambiente institucional favorável, não são dadas por leis e decretos de interpretações normativas. Ao contrário, elas surgem de uma construção institucional e histórica específica, fruto de experiências de um território socialmente construído, que permite aos seus atores reorganizarem a economia territorial e a sua coordenação, face ao crescimento do poder das concorrências na escala nacional e mundial.

Referências

- BENKO, Georges. (1996) *Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI*. 1. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 266 p.
- _____. (2001) A recomposição dos espaços. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande/MS, volume 1, número 2, p. 7-12
- BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. (1994) O novo debate regional. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs.). *As Regiões Ganhas – Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Ed. Celta, 296 p.
- _____. (2001) Géographie socio-économique ou économie géographique? In : BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs). *La Richesse des Régions: la nouvelle géographie socio-économique*. Paris: PUF.
- BOYER, Robert. (2009) *Teoria da Regulação. Os fundamentos*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 156 p.
- BOYER, R.; SAILLARD, Y. (orgs.). (1995) *Théorie de La Régulation: l'état des savoir*. Paris: La Découverte, 568 p.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; SZAPIRO, M. (2000) *Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Proposições de Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico*. Rio de Janeiro: REDESIST, Nota Técnica 27, dezembro.
- CASTRO, I. E. de. (2003) Instituições e território: Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. *Geosul*, Florianópolis, v. 18, n. 36, jul./dez., p. 7-28
- COLLETIS, Gabriel; PECQUEUR, Bernard. (1993) Integration des espaces et quasi integration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives?. In : *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n. 3, p. 489-507
- COLLETIS, G. ; GILLY, J. P. ; LEROUX, I. ; PECQUEUR, B. ; PERRAT, J. ; RYCHEN, F. ; ZIMMERMANN, J. B. (1999) Construction territoriale et Dynamiques productives. *Revue Sciences de la Société*, n. 48, p. 1-24
- DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. (2003) Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. *Desenvolvimento em Questão*, ano 1, n. 2, ljuí, jul./dez., p. 73-98
- DALLABRIDA, V. R. (2003) Gobernanza y planificación territorial: para la institucionalización de una práctica de con-

certación público-privada. *Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal*, Santa Fe, año 3, n. 4, p. 61-94.

_____. (org.). (2011) *Governança Territorial e Desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais*. Rio de Janeiro: Garamond, 552 p.

DAMATTA, Roberto. (2006) Desafios do milênio: o papel e a razão da sociedade. In: *O dever do Estado*. Porto Alegre: IEE, p. 263-274.

FIGUEIREDO FILHO, Wilson B. (2012) Estruturas de Governança Regionais, Desenvolvimento Sustentável e Legitimidade: notas para a construção de um esquema de referência. *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, Ano XIV, n. 26, p. 136-144.

FREYRE, G. (1987) *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 573 p.

FUINI, L. L.; PIRES, E. L. S. (2009) As dimensões da governança territorial: delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, p. 291-314.

FUINI, L. L. (2010) *Manifestações da Governança Territorial no Brasil: uma análise do Circuito das Águas Paulista e do Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 191 p.

GILLY, J-P.; PECQUEUR, B. (1995) La dimension local de la régulation. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (orgs.). *Théorie de La Régulation: l'état des savoir*. Paris: La Découverte, p. 304-312

GILLY, Jean-Pierre; TORRE, André (orgs.). (2000) *Dynamiques de Proximité*. Paris: L'Hamarttan.

HAESBAERT, Rogério. (2004) Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPÓSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. 3. ed. Francisco Beltrão: Ed. Unioeste, p. 87-120

HARVEY, David. (2006) *Espaços de Esperança*. 2. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 382 p.

HERMET, G.; BADIE, B.; BIRNBAUM, P.; BRAUD, P. (2014) *Dicionário de Ciência Política e das Instituições políticas*. Lisboa: Escolar Editora, 313 p.

HOLANDA, S. B. de. (1993) *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 158 p.

HUMPHREY, J.; SCHIMITZ, H. (2002) How Does Insertion in Global Value Chains Affect Upgrading in Industrial Clusters? *Regional Studies*, London/UK, RSA, v. 36, n. 9, p. 1017-1027.

LLORENS Francisco Albuquerque. (2001) *Desenvolvimento Econômico Local. Caminhos e Desafios para a Construção de uma Nova Agenda Política*. Rio de Janeiro: BNDES, 230 p.

MAILLAT Denis. (2002) Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. In: *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, vol. 3, n. 4, março, p. 9-16

MATUS, C. (1996) *Adeus, senhor Presidente*. Governantes governados. São Paulo: Edições Fundap, 350 p.

MOLLARD, A. (1995) L'Agriculture entre régulation globale et sectorielle. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (orgs.). *Théorie de La Régulation: l'état des savoir*. Paris: La Découverte, p. 332-340

MOREIRA, R. (2007) Conceitos, categorias e princípios lógicos para o método e o ensino da Geografia. In: MOREIRA, R. (org.). *Pensar e Ser em Geografia*. São Paulo: Contexto.

O'DONNELL, Guillermo. (1998) Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 51, julho, p. 37-61.

PECQUEUR, Bernard. (2000) *Le Développement Local*. Paris: Ed. Syros, 2ème édition, 132 p.

PERRIN J.-C. (2006) Pour une révision de la Science régionale, une approche par les milieux. In: *Revue Canadienne des Sciences Régionales*, vol. XV, n. 2.

PIRES, E. L. S.; MÜLLER, G.; VERDI, A. (2006) Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. *Geografia – Associação de Geografia Teórica* – Rio Claro/SP, v. 31, p. 437-454.

PIRES, E. L. S.; NEDER, R. T. (2008) A governança territorial no Brasil: as instituições, os fatos e os mitos. *Geografia e Pesquisa*, Ourinhos/SP, Unesp, v. 2, n. 2, jul./dez., p. 31-45

- PIRES, E. L. S.; FUINI, L.; MANCINI, R.; PICCOLI, D. (2011) *Governança Territorial: Conceitos, fatos e Modalidades*. Rio Claro: UESP – IGCE: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 189 p.
- PIRES, E. L. S. (2014) As Modalidades de Governança Territorial no Estado de São Paulo: territórios, políticas públicas e desenvolvimento. *Relatório Final de Pesquisa*, FAPESP (Processo 11/50837-9), 259 p.
- SAQUET, M. (2007) *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Expressão Popular.
- SCOTT, A. (1998) *Regions and the World Economy: The Coming shape of Global production, competition and political order*. New York: Oxford.
- SOUZA, M. J. L. de. (2003) O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- STORPER, M. (1994) Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: *Integração, Região e Regionalismo*. Ed. Bertrand: São Paulo, p. 13-26.
- STORPER, M.; HARRISON, B. (1994) Flexibilidade, Hierarquia e Desenvolvimento Regional: as mudanças de estrutura dos Sistemas Produtivos Industriais e seus novos modos de Governança nos anos 90. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs.). *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras: Celta Editora, p. 171-188.
- TAPIA, J. R. B. (2005) *Desenvolvimento Local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 1, jan./mar., p. 132-139.
- TERTRE, C. du. (1995a) La dimension sectorielle de la régulation. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (eds.). *Théorie de La Régulation: l'état des savoir*. Paris: La Découverte, p. 313-322
- _____. C. du. (1995b) Une approche sectorielle du travail. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (eds.). *Théorie de La Régulation: l'état des savoir*. Paris: La Découverte, p. 323-331
- TERTRE, C. Du ; MOUHOU, M. ; MOATI, P. ; PETIT, P. (2000) Secteurs et territoires dans les régulations émergentes. In: *La lettre de la régulation*, n. 33, juin.
- TORRE, A. (2003) Desenvolvimento local e relações de proximidades: conceitos e questões. In: *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, vol. 4, n. 7, setembro, p. 27-39
- UNESCAP. (2009) *United Nations: Economic and Social Commission for Asia and the Pacific. What is Good Governance*.
- VELTZ, P. (1996) *Mondialisation, Villes et Territoires: l'économie d'archipel*. Paris: Puf, 262 p.
- ZIMMERMAN, J. B.; PECQUEUR, B. (2005) Fundamentos de uma economia da proximidade. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (orgs.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 77-102.

POLÍTICAS DE ESCALA E A CONFORMAÇÃO DE ESTRATÉGIAS-REDE DAS AÇÕES COLETIVAS NO ESPAÇO SISALEIRO DA BAHIA

Agripino Souza Coelho Neto*

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: O presente texto pretende analisar o papel das ações coletivas (associações, cooperativas e sindicatos de agricultores) no acionamento e na ativação das escalas geográficas para o desenvolvimento de suas atividades. O estudo foi realizado no Espaço Sisaleiro da Bahia (Brasil), onde um conjunto significativo de associações e cooperativas de agricultores e sindicatos de trabalhadores rurais tem se organizado em torno das escalas espaciais para viabilizar sua ação político-institucional e econômico-produtiva. A ação desses coletivos organizados em rede tem permitido a conformação e o fortalecimento de novas escalas de ação política, como no caso da criação do conselho territorial para viabilização da implantação de políticas de governo. Cooperativas, associações e sindicatos se apoiam nas escalas para compor organizações em diferentes níveis escalares (escala local, escala regional, escala do estado federado e escala nacional), buscando fortalecer seus propósitos e ampliar seu poder de barganha e influência. Analisando o comportamento espacial dessas variadas modalidades de ações coletivas, é possível considerar que elas desenvolvem políticas de escala, ou seja, a escala passa a significar muito mais que uma categoria de análise, mas se torna uma categoria da prática social e política. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que os grupos humanos produzem e tornam efetivas suas próprias escalas visando a alcançar suas metas e organizar seus comportamentos coletivos.

Palavras-chave: Escala. Rede. Cooperativismo. Associativismo. Sindicalismo. Espaço Sisaleiro da Bahia.

SCALE POLICIES AND THE DEVELOPMENT OF NETWORK STRATEGIES OF COLLECTIVE ACTIONS IN THE SISAL REGION OF BAHIA (BRAZIL)

Abstract: This paper aims to analyze the role of collective initiatives of associations, cooperatives and farmers' unions in the mobilization and activation of geographical scales for the development of their activities. The study was conducted in the Sisal Region of Bahia (Brazil), where a significant number of farmers associations and cooperatives and rural workers' unions have been organizing their actions around spatial scales to enable their political-institutional and economic-productive influence. The gathering and action of these organized groups in a network have allowed the establishment and strengthening of new scales of political action, as seen in the case of the creation of a territorial council to facilitate the implementation of government policies. Cooperatives, associations, and unions rely on scales to form organizations at different scale levels (local, regional, federal and national scales), seeking to strengthen their performance and increase their bargaining power and influence. After analyzing the spatial behavior of these various forms of collective actions, it's reasonable to say that they develop scale policies, which means the scale becomes more than a category of analysis, but also a category of social and political practice. In this sense, it's assumed that human groups produce and utilize the scales in order to reach their goals and organize their own collective behaviors.

Keywords: Scale. Network. Cooperativism. Associativism. Syndicalism. Sisal Region of Bahia.

POLITIQUES D'ÉCHELLE ET FORMATION DES STRATÉGIES-RÉSEAU DES ACTIONS COLLECTIVES DANS LA RÉGION DU SISAL DE L'ÉTAT DE BAHIA

Resumé: Cet article analyse le rôle des actions collectives (associations, coopératives et syndicats d'agriculteurs) dans la prise en compte et l'utilisation des échelles géographiques pour le développement de leurs activités. L'étude a été menée dans la région du sisal à Bahia (Brésil), où un ensemble important d'associations et de coopératives d'agriculteurs et de syndicats de travailleurs ruraux se sont organisés autour d'échelles spatiales pour que puisse être mise en place leur action politique et institutionnelle, économique et productive. L'action de ces groupements organisés en réseaux a permis la conformation et le renforcement de nouvelles échelles d'action politique, comme lors de la création du conseil territorial, pour permettre la mise en œuvre des politiques gouvernementales. Les coopératives, les associations et les syndicats prennent les échelles comme point de départ pour former des organisations à différents niveaux scalaires (échelle locale, échelle régionale, échelle fédérée et échelle nationale), dans le but de renforcer leurs objectifs et d'accroître leur pouvoir de négociation et d'influence. Si nous analysons le comportement spatial de ces diverses formes d'action collective il est possible de considérer qu'ils développent des politiques d'échelle, à savoir l'échelle vient signifier bien plus qu'une catégorie d'analyse, puisqu'elle devient une catégorie de la pratique sociale et politique. En ce sens, on suppose que les groupes humains produisent et rendent efficaces leurs propres échelles pour atteindre leurs objectifs et organiser leurs comportements collectifs.

Mots-clés: Échelle. Réseau. Coopérativisme. Associations. Syndicalisme. Région du sisal de l'État de Bahia.

Introdução

O presente texto pretende analisar o papel das ações coletivas (associações, cooperativas e sindicatos) no acionamento e na ativação das escalas de governo para o desenvolvimento de suas atividades. O estudo foi realizado no Espaço Sisaleiro da Bahia (Brasil), onde um conjunto significativo de associações comunitárias rurais, cooperativas de agricultores e sindicatos de trabalhadores rurais tem se organizado em torno das escalas de governo para viabilizar sua ação político-institucional e econômico-produtiva. A pesquisa utilizou como fonte documentos das organizações pesquisadas, a exemplo dos regimentos internos, relatórios de atividades, sites de notícias regionais e das organizações, e entrevistas semiestruturadas com lideranças das organizações sociais.

Adotamos como pressuposto que a ação desses coletivos organizados em rede tem permitido a conformação e o fortalecimento de novas escalas de ação política, como no caso da criação do conselho territorial para viabilização da implantação de políticas de governo. Cooperativas, associações e sindicatos se apoiam nas escalas de governo para compor organizações em diferentes níveis escalares (escala local, escala regional, escala do estado federado e escala nacional), buscando fortalecer seus propósitos e ampliar seu poder de barganha e influência.

O texto está organizado em quatro seções: (i) uma introdução; (ii) uma discussão conceitual sobre as políticas de escala; (iii) uma análise teórico-empírica sobre as manifestações das políticas de escala, observadas pelas ações de associações, cooperativas e sindicatos de agricultores camponeses; (iv) e por fim, as considerações finais.

A escala como categoria de análise e como categoria da prática socioespacial

A escala é uma categoria de análise apropriada por vários campos disciplinares, implicando significações e posturas metodológicas diversas, tendo se tornado, segundo Moore (2008), um conceito pesado, carregado de múltiplos, contraditórios e problemáticos significados. A despeito de sua discussão e emprego em outras disciplinas, não podem ser desconsiderados o acúmulo de reflexão e a teorização produzida na geografia, muito menos a posição de centralidade da escala no arsenal teórico deste campo disciplinar, sobretudo pela condição heurística que possui na investigação da dimensão espacial da realidade e dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais que lhe são constitutivos.

Sem a intenção de recuperar a vasta discussão sobre

escala (cujo lastro se encontra mais densamente situado na produção geográfica de origem anglo-saxônica), nos deteremos especialmente na discussão sistematizada por Moore (2008), estruturada em torno da distinção basilar entre escala como categoria de análise e escala como categoria da prática.

Moore (2008) reconhece dois difusos mas discerníveis raciocínios que nos parecem organizados em duas posições polarizadas, separando a (i) escala como entidade socioespacial material e a (ii) escala como construto epistemológico. No primeiro campo de significação o autor situou a concepção de escala de alguns geógrafos inspirados na tradição da economia política, conforme explicitado abaixo:

Neil Smith as descreve [as escalas] como a "materialização da forças sociais em disputa" (1993: 101)¹ e "plataformas para tipos específicos de atividades sociais ... plataformas de espaço absoluto em uma amplo mar do espaço relacional" (2000: 725)²; Swyngedouw (1997a: 169)³ define escala como a "materialização das relações sociais de empoderamento e desempoderamento e a arena através da qual elas operam". (MOORE, 2008, p. 204, tradução nossa)

Segundo Moore (2008), para esses autores a escala não é uma categoria geográfica de análise independente, "[...] mas corresponde a processos materiais reais, eventos e formações espaciais" (MOORE, 2008, p. 204, tradução nossa). Assumindo uma direção contrária, o referido autor menciona algumas posições que concebem a escala exclusivamente como um construto epistemológico:

Alternativamente, a escala tem sido caracterizada como um "tropa representacional" (JONES, 1998: 27)⁴ ou construção discursiva (KURTZ, 2003)⁵. A partir deste ponto de vista, a escala é fundamentalmente uma construção epistemológica que apresenta ordenações socioespaciais específicas. (MOORE, 2008, p. 204, tradução nossa)

Essa posição nos parece mais contundente na concepção de Castro (1995), que trata a escala como um problema epistemológico, considerando-a um artifício analítico, uma estratégia de apreensão da realidade como representação:

(...) a escala é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo-lhe uma realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe figuração, uma representação,

¹O texto mencionado é: SMITH, N. (1993) Homeless/global: scaling places. In: BIRD, J.; CURTIS, B.; PUTNAM, T.; ROBERTSON, G.; TICKNER, L. (eds.). Mapping the futures. London: Routledge, p. 87-119.

²O texto mencionado é: SMITH, N. (2000) Scale. In: JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; PRATT, G.; WATTS, M. (eds.). The dictionary of human geography. Malden-MA: Blackwell, p. 724-27.

³O texto mencionado é: SWYNGEDOUW, E. (1997) Excluding the other: the production of scale and scaled politics. In: LEE, R.; WILLS, J. (eds.). Geographies of economies. London: Arnold, p. 167-76.

⁴O texto mencionado é: JONES, K. (1998) Scale as epistemology. Political Geography, n. 17, p. 25-28.

⁵O texto mencionado é: KURTZ, H. (2003) Scale frames and counter-scale frames: constructing the problem of environmental injustice. Political Geography, n. 22, p. 887-916.

um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço, e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado. (CASTRO, 1995, p. 136)

A crítica de Moore (2008) nos parece dirigida às concepções polarizadas e excludentes, que não consideram a possibilidade da distinção entre escala como categoria de análise e escala como categoria da prática, sendo as primeiras “categorias distantes da experiência, usadas pelos cientistas sociais”, enquanto as segundas são “categorias da experiência cotidiana, desenvolvidas e empregadas pelos atores sociais ordinários”, pois encontramos “muitos termos nas ciências sociais que operam como ambas as categorias”, exercendo “mútua influência e recíproca ligação entre seus usos práticos e analíticos” (BOURDIEU, BRUBAKER e COOPER apud MOORE, 2008, p. 207, tradução nossa).

Para Brandão (2010), a distinção de Moore (2008) tem apenas um caráter didático, pois não se pode apartar a escala como categoria e unidade de análise, concebida como um recurso epistemológico e heurístico, da escala como categoria da prática, na condição de campo e instrumento das lutas sociais:

A escala como uma categoria analítica e a escala como uma categoria da práxis política não estão apartadas. Selecionar analiticamente a escala mais conveniente dos problemas observados proporciona um melhor diagnóstico e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas acerca de como enfrentá-los. O desafio (simultaneamente) científico e político consiste, portanto, em tratar de definir que e com que ferramentas cada escala pode revelar, mobilizar, desafiar, acionar, regular, comandar e controlar. (BRANDÃO, 2010, p. 246)

O entendimento de Brandão (2010) nos parece indicar a irredutível imbricação entre conhecimento científico e sua intervenção no mundo, reforçando o caráter político do conhecimento e sua capacidade não apenas de interpretar o mundo, mas de participar de sua produção, no sentido de produzir realidades sociais, inspirando e influenciando as práticas sociais. Nesse sentido, a tarefa consiste em “encontrar a escala adequada para definir um campo no qual as análises podem ser empreendidas, [mas, concomitantemente] onde se possam construir alianças e estratégias para resolver os problemas identificados” (BRANDÃO, 2010, p. 248).

Para além de uma posição dicotômica que antagoniza as duas categorias nos termos do embate filosófico entre idealismo e materialismo, concebemos a escala como uma categoria de análise desenvolvida e utilizada pela geografia (particularmente), sendo, portanto, um modo operatório “essencial para a compreensão do sentido e da visibilidade dos fenômenos numa perspectiva espacial” (CASTRO, 1995, p. 120).

No entanto, distanciando-nos daqueles que a con-

cebem como pura abstração racionalista, consideramos que se trata de uma categoria teórica informada pela existência dinâmica do real, pelas manifestações sensíveis do empírico. Portanto, sua escolha como categoria de leitura da espacialidade das ações dos mais variados agentes sociais (que em nosso caso são as redes de organizações sociais) decorre das pistas que nos são fornecidas no processo de investigação. Mesmo quando produto da intuição, a escala como conceito teórico é alimentado pelos vestígios que a experiência nos proporciona/oferece.

Todavia, considerar a escala como uma categoria analítica não implica desconsiderar que os mais variados agentes sociais desenvolvem comportamentos espaciais, elaborando políticas, discursos e desenvolvendo práticas escalares, pois, “[...] os seres humanos produzem e fazem efetivas suas próprias escalas para alcançar suas metas e organizar seus comportamentos coletivos” (HARVEY, 2000, p. 108). Se considerarmos que as redes de organizações sociais do Espaço Sisaleiro da Bahia fazem uso da escala como estratégia para se organizar e alcançar seus propósitos, cujos entrelaçamentos de discursos e práticas têm o espaço como referência (ACSELRAD, 2002), é possível pensar que elas empreendem “políticas de escala”. Para González (2010), as “políticas de escala” são definidas como:

(...) o campo no qual têm lugar as lutas materiais e discursivas entre diferentes atores para estabelecer configurações escalares hegemônicas. Nesta luta os atores utilizam “narrativas escalares” para justificar e dar impacto aos seus argumentos. (GONZÁLEZ, 2010, p. 125-126, tradução nossa)

González (2010) identifica e elenca quatro pilares constitutivos do enfoque das “políticas de escalas”, oferecendo um conjunto de componentes que informam um conceito de escala: (i) as escalas não estão ontologicamente dadas como um *a priori* à espera de serem descobertas, mas são construções que expressam a organização dos processos sociais; (ii) a escala é “[...] tanto um objeto como um meio para as lutas econômico-políticas”, pois, “[...] as relações escalares são, inevitavelmente, relações de poder”, o que permite concluir que as escalas são expressões dessas relações (GONZÁLEZ, 2010, p. 126, tradução nossa); (iii) as escalas não podem ser concebidas como níveis organizados hierarquicamente, mas “[...] várias contribuições têm sugerido a metáfora da rede como a mais adequada para entender os processos nos quais opera a política de escalas” (GONZÁLEZ, 2010, p. 127, tradução nossa); (iv) as escalas devem ser entendidas como um conceito dinâmico e processual, pois equivalem a “[...] elaborações sociais conflitivas, são produções humanas coletivas, dinâmicas, multidimensionais, com os diversos atores e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual,

contingente e aberto" (BRANDÃO, 2010, p. 243, tradução nossa).

A concepção de escalas, como construções sociais conflitivas, processuais e dinâmicas que expressam relações de poder, nos sugere, inapelavelmente, dirigir nossa atenção para as ações dos sujeitos sociais, identificando seus interesses e aspirações, e buscando compreender suas ações, estratégias, políticas e discursos.

A contribuição dos geógrafos inspirados na tradição da Economia Política – geógrafos econômico-políticos para usar os termos de Moore (2008) – para o enfoque das políticas de escala nos parece seminal. No entanto, as críticas os acusam por seu foco estreito sobre as forças do capital e do Estado (MARSTON, 2000)⁶. Moore (2008) acusa um determinado negligenciamento das práticas escalares dos agentes sociais, que costumam ser deixadas à margem nas pesquisas geográficas. No entanto, ele identifica estudos e autores que têm focalizado o papel de ativistas da Aids, de partidos políticos, de ONGs ambientais e de organizações de bairro urbanas, ampliando nossa possibilidade de compreensão "[...] do elenco diversificado de participantes envolvidos na política de escala, e o extenso repertório de práticas escalares que empregam" (MOORE, 2008, p. 212, tradução nossa). Nessa direção nos parecem oportunos os questionamentos formulados por Dallabrida (2010):

(...) que atores, agentes e sujeitos? Quais são seus interesses específicos, seus instrumentos táticos e estratégicos? Em que escala espacial atuam? Em que escala se manifestam os fenômenos (local, metropolitana, nacional)? Onde se encontram os centros de decisão e comando determinantes dos atos territoriais sob análise? (p. 198)

A leitura da temporalidade das redes que se formaram e se consolidaram no Espaço Sisaleiro da Bahia indicou que as organizações sociais operam em múltiplas escalas geográficas. Essa constatação nos sugere a possibilidade de recorrer às diferentes escalas para compreender como os sujeitos se apropriam das escalas espaciais e constroem a pertinência de suas ações. No entanto, cada "nível escalar permite captar dimensões do real concreto, que de outra perspectiva não seriam assimilados, apreendendo algumas referências e enlaces que esta instância e corte analítico proporciona [...]" (BRANDÃO, 2010, p. 249-250).

Essa nos parece uma importante pista metodológica, uma vez que nosso fenômeno assume diferentes conteúdos e significados nas diferentes escalas. Os modos de organização e de operação das redes de coletivos organizados (associações, sindicatos e cooperativas de agricultores rurais) informam um comportamento espa-

cial com conteúdos particulares nas diferentes escalas geográficas. Em cada escala as redes constroem pertinências e são portadoras de significados específicos. Essa assertiva nos remete a alguns questionamentos fundamentais para nossa reflexão: como são acionadas e desenvolvidas as estratégias escalares das redes de organizações sociais? Quais os conteúdos assumidos pelas redes nas diferentes escalas geográficas? O que muda (em termos de sentido) nas diferentes escalas de operação das redes?

Multiescalaridade, políticas de escala e a conformação de estratégias-rede

O movimento sindical é formado por cadeias, e também tem a corrente do movimento. O movimento sindical é isso, você começa da base para o município, para a região, é um trabalho integrado, uma rede. Então, hoje em dia tem que estar filiado na entidade regional, estadual e federal, e como é uma rede sindical, o objetivo nosso é justamente ser filiado e participar das ações, das políticas discutidas e decididas num conjunto pela FATRES para fortalecer o movimento sindical. Porque a gente sozinha, isolada, não vai para lugar nenhum (Secretária de Políticas Públicas do SINTRAF de Serrinha)⁷.

O depoimento da liderança do sindicato de trabalhadores rurais do município de Serrinha permite variadas possibilidades de interpretações. Considerando, no entanto, os propósitos deste trabalho, podemos destacar pelo menos dois grandes sentidos associados às noções basilares de rede e de escala.

O conteúdo expressa, em primeiro lugar, uma compreensão sobre o funcionamento do movimento sindical concebido pela entrevistada como uma rede, manifestando, por conseguinte, uma nítida intenção de participação nas redes sindicais pela importância estratégica que tal procedimento implica. Essa constatação reforça a conclusão de Scherer-Warren (1999) sobre o caráter assumido pelo conceito de rede, seja como estratégia para as ações coletivas, seja como forma de organização e de atuação dos sujeitos coletivamente organizados.

Esses argumentos nos permitem uma ousadia de ordem teórica, que consiste na defesa da acepção de que a rede pode ser considerada tanto uma categoria de análise quanto uma categoria da prática social, apropriando, assim, da ideia originalmente desenvolvida por Moore (2008) para a escala, uma vez que "o termo rede é utilizado tanto pela ciência, como conceito teórico ou metodológico, quanto por atores sociais que passaram a empregar essa noção para se referirem a determinado tipo de relação ou prática social" (SCHERER-WARREN, 1999, p. 21).

Em segundo lugar, o depoimento reflete com clare-

⁶O texto de Swyngedouw (2010) refletindo sobre a reconfiguração da escala tendo como referência o processo de globalização, centrado no embate entre as redes econômicas do capital e as escalas de regulação do Estado, é um exemplo ilustrativo dessa argumentação.

⁷Entrevista concedida a Ariane Matos em 17/2/2010, pela Secretária de Políticas Sociais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha.

za uma visão estratégica sobre as políticas de escalas envolvidas no funcionamento do sindicalismo rural brasileiro, assim como da multiescalaridade da organização do fenômeno sindical, indicando, finalmente, a necessidade e a importância de uma ação multiescalar para o fortalecimento da ação sindical na escala local. Essa constatação reforça o argumento de que a escala é uma categoria da prática, "(...) na medida em que os atores pensam e agem em termos escalares e as relações sociais e instituições são organizadas de acordo com preceitos escalares" (MOORE, 2008, p. 218, tradução nossa). Esse comportamento dos agentes sociais nos remete também ao que Vainer (2002, p. 25) denominou de estratégias transescalares, considerando que "qualquer projeto (estratégia) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos".

A análise do comportamento espacial das organizações sociais sediadas no Espaço Sisaleiro da Bahia nos permite identificar como elas empreendem uma variada gama de ações que denominamos no âmbito deste trabalho de estratégias-rede, considerando a centralidade assumida pela ideia e pela prática de formação e de participação em redes. Nesse sentido, concebemos "(...) a rede como meio de ação estratégica", no sentido empregado por Marcon e Moinet (2001, p. 162), e como elemento constitutivo da natureza dessas organizações. As estratégias-rede se caracterizam pelo desenvolvimento de políticas de escala, nas quais os agentes sociais se articulam em diferentes escalas, construindo estratégias de ação multiescalares.

Marcon e Moinet (2001) questionam a existência de um modelo universal de rede, pois, como se trata de construções humanas, "são soluções sempre específicas que os homens, com recursos e capacidades disponíveis, inventaram, a fim de estruturar suas interações em e para a resolução de problemas comuns" (CROZIER e FRIEDBERG apud MARCON e MOINET, 2001, p. 130). Desse modo, elas dependem de cada campo de ação coletiva e podem se manifestar por meio de "alguns modelos mais conhecidos: associações, clubes, federações, alianças, parcerias, consórcios, grupos informais etc." (MARCON e MOINET, 2001, p. 131).

Em termos empíricos, a estratégia-rede, objeto de nossa investigação, se manifesta por meio de algumas práticas socioespaciais que expressam um comportamento escalar das organizações sociais, num movimento que implica (i) a constituição e a participação em redes regionais e nacionais de sindicalismo, cooperativismo e economia solidária; (ii) a participação em conselhos, fóruns, feiras e outras modalidades de redes de articulação política e econômica, estruturadas nas escalas regional (seguindo as delimitações dos Territórios de Identidade),

estadual (escala de governo) e nacional; e (iii) o estabelecimento de parcerias com agentes situados nas mais variadas escalas espaciais.

O primeiro movimento mencionado acima consiste na estratégia de agrupamento de organizações-rede na escala local/microrregional e regional para formação de organizações-rede mais complexas que operam em escalas mais amplas. Um caso exemplar de formação de rede na escala regional pode ser atribuído ao processo de criação da Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB). Essa associação de cooperativas foi fundada em 1999, "por iniciativa de 05 cooperativas de crédito rural voltados para o fortalecimento da agricultura familiar e economia solidária"⁸ localizadas no semiárido baiano. Trata-se, portanto, de um fenômeno organizativo do cooperativismo de crédito rural, assumindo a forma de rede, que apresenta como característica um movimento espacial ascendente que parte das experiências e iniciativas locais/microrregionais e vai compondo formas organizacionais novas, tecendo uma rede de relações de cooperação em escalas geográficas de maior amplitude.

A ASCOOB foi concebida com o objetivo de "pensar coletivamente questões comuns a todas as cooperativas, como, por exemplo, a melhor sistematização do crédito e as negociações de acesso a recursos oficiais"⁹. A associação de cooperativas criada em 1999 constituiu uma cooperativa central em 2008 (a ASCOOB Central), passando a oferecer seus serviços com base em quatro eixos estratégicos: (i) educação cooperativista; (ii) apoio à assistência técnica e extensão rural; (iii) apoio à gestão financeira; e (iv) microfinanças. Atualmente, a rede formada pela ASCOOB Central é integrada por 10 cooperativas¹⁰, que dispõem de 36 agências e recobrem 88 municípios do Estado da Bahia, atendendo a mais de 45.000 cooperados.¹¹

Portanto, as organizações-rede não restringem sua ação a uma única escala, mas operam em múltiplas escalas. Essa estratégia é válida para os sindicatos de trabalhadores rurais e para as cooperativas de agricultores que organizam suas federações e confederações, apropriando-se das mais diversas escalas espaciais.

O fragmento que reproduzimos a seguir sintetiza o processo de criação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF-Brasil), evidenciando sua estrutura multiescalar, valendo-se, sobretudo, das escalas de governo para sua estruturação como organização-rede:

⁸Informação disponível em: <<http://www.ascoobcentral.com.br/nossa-historia.php>>. Acesso em: 15 set. 2012.

⁹Informação disponível em: <<http://www.ascoob.org.br/quemsomos.php>>. Acesso em: 18 mai. 2010.

¹⁰Três das cooperativas filiadas à ASCOOB estão sediadas no Espaço Sisaleiro da Bahia: a Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Itapicuru (ASCOOB ITAPICURU), a Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Sisal (ASCOOB SISAL), e a Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Cooperar (ASCOOB COOPERAR).

¹¹Informação disponível em: <<http://www.ascoobcentral.com.br/nossa-historia.php>>. Acesso em: 15 set. 2012.

Este processo de reorganização do sindicalismo rural iniciou-se pela Região Sul, com a fundação da **Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina – FETRAFESC/CUT** em 1997. Mas é a criação da **Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF-Sul** em 2001, nos Estados de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, que foi dado o grande impulso a este processo. Posteriormente vieram as **Federações da Agricultura Familiar – FAFs** em São Paulo e Mato Grosso do Sul; e as **FETRAFs** na Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Pernambuco, Distrito Federal e Entorno, Minas Gerais, Maranhão, Goiás, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Paraíba. Nos Estados de Amazonas, Rio de Janeiro, Alagoas e Amapá estão em fase de consolidação. **Todas essas Federações se organizam a partir da base, incorporando e articulando SINTRAFs, STRs, Associações, Cooperativas, Assentamentos, Agroindústrias, grupos de produção de jovens e mulheres agricultoras familiares.** No mês de julho de 2004, mais de 2.000 agricultores/as familiares provenientes de 22 estados do País participaram em Brasília do 1º Encontro Nacional Sindical da Agricultura Familiar, no qual decidiu-se por aclamação aprofundar e estender por todo o Brasil o processo de reorganização e reestruturação sindical da Agricultura Familiar através da **Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – FETRAF-Brasil/CUT.** (Disponível em: <http://www.fetra.org.br/site/quem_somos.php>. Acesso em: 15 set. 2012, grifo nosso).

A descrição do processo de criação das federações sindicais mostra claramente que elas se baseiam predominantemente nas escalas de governo. A FETRAF-Brasil constitui-se numa rede nacional de sindicalismo gestada e sustentada por uma tessitura de organizações-rede em outras escalas: municipal, estadual, macrorregional (usando as grandes regiões do IBGE).

Um movimento análogo se constata na conformação das redes nacionais de cooperativismo, como no caso da Confederação Nacional de Cooperativas de Crédito do Sicoob. A SICOOB Federação é constituída pelas cooperativas centrais organizadas na escala estadual, que, por sua vez, são resultantes da articulação das cooperativas de crédito organizadas na escala local/microrregional. O fragmento de texto seguinte esclarece esse modo de estruturação em rede que conforma o SICOOB Federação, ocupando-se de funções estratégicas como a integração, a padronização do sistema cooperativista e a definição de políticas institucionais para toda a rede:

As cooperativas de crédito singulares fazem parte dessa grande organização social, chamada de Sistema Sicoob. São instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras. (Disponível em: <http://www.sicoob.com.br/site/conteudo/sistema_sicoob/cooperativas_singulares/>. Acesso em: 15 set. 2012)

Com o intuito de incrementar a qualidade dos serviços prestados aos associados, **as cooperativas singulares do Sicoob se organizaram e constituíram as cooperativas centrais de crédito,** como forma de ampliar ainda mais a capacidade de atendimento. (Disponível em: <http://www.sicoob.com.br/site/conteudo/sistema_sicoob/cooperativas_centrais/>.

Acesso em: 15 set. 2012)

A Confederação Nacional de Cooperativas de Crédito do Sicoob - **Sicoob Confederação é uma cooperativa de terceiro grau [...] constituída pelas cooperativas centrais do Sistema,** com a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, **promovendo a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica. Define ainda, políticas e estratégias de comunicação e marketing,** principalmente em relação à marca Sicoob. (Disponível em: <http://www.sicoob.com.br/site/conteudo/sistema_sicoob/sicoob_confideracao/>. Acesso em: 15 set. 2012)

Os dois exemplos acima arrolados, informando os modos de estruturação de uma rede nacional de cooperativismo e de sindicalismo, mostram como organizações-rede em diferentes escalas são ativadas para compor essa estratégia-rede. A rede, organizada nacionalmente, existe (e faz sentido) na medida em que diversas organizações-rede na escala local e regional se articulam e viabilizam sua estruturação, conformando uma organização-rede multiescalar.

Considerando como pressuposto que as organizações sociais se constituem e constroem suas ações conformando estratégias-rede que se organizam e operam em diversas escalas espaciais, é possível afirmar que a escala se torna, portanto, um conteúdo fundamental da articulação dessas organizações-rede, que a acionam como recurso organizacional e espacial de luta e empoderamento. Portanto, os modos como essas organizações (e os sujeitos sociais envolvidos) acionam as escalas geográficas como componentes de suas estratégias de luta, empoderamento, afirmação e sobrevivência permitem-nos pensar como essas entidades, através de “táticas e estratégias espaciais ‘têm tentado manipular a escala de modo a fortalecer suas posições de barganha” (MOORE apud BRANDÃO, 2009, p. 172) e viabilização de seus projetos sociopolíticos.

Todavia, há outras formas segundo as quais as estratégias-rede se materializam. O segundo movimento que as caracteriza se manifesta nos procedimentos de participação em conselhos, fóruns, feiras e outros tipos de redes de articulação política e produtiva. Nesse sentido, a rede se constitui em uma ampla estratégia de ação que coloca em conexão e em movimento uma diversificada e densa rede de organizações sociais, equivalendo ao que Scherer-Warren (2007) denominou de coletivos em rede. Isso reforça nossa hipótese de trabalho, sustentada no argumento de que a noção de rede parece constitutiva e fundadora das ações e das estratégias acionadas por variadas modalidades organizacionais da sociedade civil.

O Quadro 1 nos oferece uma evidência contundente sobre o grau de intensidade investido pelas mais proeminentes organizações sociais do Espaço Sisaleiro da Bahia na participação nas instâncias/"espaços" de militância política (conselhos, fóruns, câmaras) e em canais de articulação econômica (feiras e redes produtivas). Uma característica inequívoca desses espaços/canais é a natureza escalar que os fundamenta, seguindo, predominantemente, as escalas institucionais de governo. Em consequência disso, os agentes sociais empreendem um comportamento espacial multiescalar, participando de conselhos e fóruns de agricultura familiar, economia solidária, cooperativismo, assistência técnica e comunicação, estruturados na escala municipal (conselhos gestores de políticas públicas), regional (que vem sendo tratada e concebida como territorial na Política Desenvolvimento Territorial Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelas políticas públicas no Estado da Bahia), estadual e nacional (Quadro 1).

O Quadro 1 nos permite atestar, também, que quase todas as principais organizações-rede focalizadas nesta pesquisa ocupam uma cadeira no conselho territorial (CODES Sisal), criado pela Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A delimitação espacial dos territórios rurais, institucionalizados pelo funcionamento dos conselhos territoriais no âmbito do MDA, e sua utilização de modo mais incisivo pelo governo da Bahia, na formulação de políticas públicas, indicam a constituição de outra escala de planejamento governamental, assentada, no caso baiano, sobre a regionalização dos Territórios de Identidade.

QUADRO 1
PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO TERRITÓRIO DO SISAL
EM CONSELHOS, FÓRUNS, FEIRAS E OUTROS TIPOS DE REDES.

ENTIDADE	ESCALA LOCAL	ESCALA REGIONAL (1)	ESCALA ESTADUAL (1)	ESCALA NACIONAL
Abraço Sisal		- Conselho Territorial (CODES Sisal) .	- Conselho de Comunicação do Estado da Bahia; - Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF).	
APAEB Valente /Fundação APAEB	- Conselhos Municipais de Valente.	- Conselho Territorial (CODES Sisal) .	- Rede Parceiros da Terra (REPARTE); - Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF).	
Arco Sertão		- Conselho Territorial (CODES Sisal); - Conselho Territorial (CODES Jacuípe); - Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR).	- Fórum Estadual de Economia Solidária; Câmera Técnica Estadual de Comercialização.	- Fórum Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária; - UNICAFES.
CEAIC(2)	- Conselhos Municipais de Santaluz.	- Conselho Territorial (CODES Sisal); - Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR).	- Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF)	

COOBENCOL (3)		- Conselho Territorial (CODES Sisal) .		
COOPERAFIS (4)		- Conselho Territorial (CODES Sisal); - Rede BODEGA (sediada em Paulo Afonso – empreendimentos da Caatinga).		
FATRES(5)		- Conselho Territorial (CODES Sisal); - Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR) .	- Conselho Estadual do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); - Rede Parceiros da Terra (REPARTE); Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF) .	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011-2012.

Notas: (1) Estamos distinguindo uma escala estadual em função da existência de conselhos, fóruns e redes que se organizam segundo escala de governo. Por outro lado, queremos reforçar a construção de outra escala (regional) de planejamento, baseada nos Territórios de Identidade. (2) Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semiárido da Bahia. (3) Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização. (4) Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão. (5) Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia.

Elaboração: Agripino Souza Coelho Neto.

Analisando os coletivos em rede, Scherer-Warren (2007) enumerou uma variedade de experiências de formação de redes e de participação nas instâncias políticas, entre as quais comparecem algumas das manifestações mais frequentemente adotadas pelas entidades do Espaço Sisaleiro da Bahia, conforme grifo na citação abaixo, interpretando o fenômeno do seguinte modo:

Nas esferas públicas nacionais e locais os coletivos em rede e as redes de movimentos sociais também têm desempenhado um papel relevante como atores de resistência e propositores de políticas cidadãs. No Brasil, tem-se, como exemplos significativos, redes estratégicas de denúncias (Diretas Já, Caras Pintadas, Grito dos Excluídos etc.); redes de estratégias de desobediência civil (acampamentos dos Sem-Terra e dos Sem-Teto); **redes de combate à exclusão** (Ação da Cidadania, **Economia Solidária**); **redes de negociação na esfera pública** (Agenda 21, **Conselhos Setoriais**, Orçamento Participativo). (SCHERER-WARREN, 2007, p. 42, grifo nosso)

As esferas públicas não se restringem às escalas local e nacional como mostra nossa empiria, configurando-se também em outras escalas de governo, como a estadual e a recém-conformada escala regional/"territorial" dos conselhos territoriais da política do MDA¹².

A participação nessas esferas nem sempre se caracteriza como resistência, no entanto, são cada vez mais

recorrentes a motivação e o interesse despertados pela possibilidade de proposição de políticas públicas. A constituição de conselhos gestores e de fóruns de discussão/encaminhamento de demandas tem operado considerando a proposta de diálogo entre Estado e Sociedade civil, configurando o que Rancière (1996) chamou de "pós-democracia consensual". Esse preceito de funcionamento, que tem como referências a negociação entre segmentos da sociedade civil com o Estado (sustentados pela construção de consensos políticos) e a perspectiva de consecução de vantagens (com a aprovação de projetos e a obtenção de recursos públicos), ajuda a explicar a presença expressiva das organizações sociais nos "espaços de participação", cujos significados políticos e sociais discutiremos no próximo capítulo.

A organização e a participação em feiras de agricultura familiar e economia solidária consistem em uma estratégia que tem se multiplicado nesta última década. O conjunto de fragmentos reunidos a seguir nos permite constatar sua periodicidade, sua organização escalar, os principais agentes envolvidos e as mais frequentes atividades desenvolvidas:

Acontecerá nos dias 19, 20 e 21 de maio [de 2010], em Serrinha, a 3ª Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Território do Sisal. Realizada pelo Movimento Social do Território com o apoio de várias entidades públicas. O CODES Sisal convida a população do Território de Sisal para participar desta Feira que trará para Serrinha diversas oficinas temáticas,

¹²Vale salientar que o MDA, em um de seus documentos referenciais, define o território como uma escala intermediária entre o municipal e o estadual. Obviamente, não podemos ignorar o empobrecimento imputado ao conceito com esse emprego, que foi objeto de uma crítica que elaboramos em Coelho Neto (2013).

exposições de produtos da agricultura familiar, animais e manifestações culturais. (Disponível em: <<http://www.arcosertao.org.br/vernoticia.php?idNoticia=73>>. Acesso em: 14 mai. 2012, grifo nosso)

A 2ª Agrifam Sisal – Feira da Agricultura Familiar da Região do Sisal acontece entre 11 e 13 de novembro de 2011, em São Domingos/BA. Durante a realização da feira serão tratados assuntos referentes à crise que enfrenta o sisal, mas também ao crescimento de culturas como: produção de leite de caprinos e bovinos, criação de caprinos e produção de mel. (Disponível em: <<http://agroevento.com/agenda/2-agrifam-sisal/>>. Acesso em: 14 mai. 2012, grifo nosso)

Stand da ARCO SERTÃO representa empreendimentos cooperativos solidários da agricultura familiar na FEBAFES 2011 – **II Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária** (Disponível em: <<http://www.arcosertao.org.br/vernoticia.php?idNoticia=104>>. Acesso em: 14 mai. 2012, grifo nosso)

A Arco Sertão marcou presença no **I Seminário Nacional do Instituto Consulado da Mulher** – Programa Usinas do Trabalho nos dias 05 e 07 de outubro, na cidade de Embu das Artes/SP. O seminário reuniu parceiros do Programa Usinas do Trabalho. (Disponível em: <<http://www.arcosertao.org.br/vernoticia.php?idNoticia=83>>. Acesso em: 14 mai. 2012)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário vai realizar no período de 07 a 12 de outubro [2009], no Rio de Janeiro, a sexta edição da **Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. (Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/eventos/EventoDetalhe.aspx?CodEvento=4794>>. Acesso em: 14 mai. 2012)

Portanto, é possível concluir que se trata de um expediente regularmente acionado, com espacialidade e periodicidades bem definidas pelas entidades sociais representativas dos agricultores/trabalhadoras, constituindo-se em canais de articulação política e econômica, nos quais são desenvolvidas atividades mercantis e trocas de experiências e saberes, viabilizando a construção de alianças e parcerias. As notícias acima arroladas nos revelam como as feiras são organizadas com base nos mais variados recortes escalares como Território do Sisal, Região do Sisal, Estado da Bahia e Brasil.

Algumas feiras são promovidas pelo governo (em suas distintas esferas), no entanto, as organizações sociais do Espaço Sisaleiro da Bahia têm assumindo crescente protagonismo na tarefa de realização das feiras (com apoio e, às vezes, em parceria com agências governamentais), manipulando as escalas espaciais de acordo com suas conveniências e interesses. A notícia abaixo reproduzida é um caso exemplar desse expediente de reorganização escalar, na qual as entidades ampliam a escala de organização da feira e lhe conferem maior amplitude espacial e densidade organizacional e política.

Entidades de agricultores do Sertão baiano realizam de 10 a 12 deste mês de maio [de 2007] na cidade de Feira de Santana o **II Ciclo da Agricultura Familiar e Economia Solidária dos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão** (Feira de Santana) [...]. Segundo a assessoria do MOC, Movimento de Organização Comunitária, em 2006, o **I Ciclo da Agricultura Familiar foi realizado na cidade de Serrinha e contemplava apenas o Território do Sisal**, que a mudança para a cidade de Feira de Santana foi devido ao forte caráter comercial da cidade e a **inclusão do Portal do Sertão no evento** e que, durante os três dias, a população de Feira de Santana poderá conferir o artesanato e demais produtos originados dos territórios envolvidos que acontecem na Praça Bernadinho Bahia. (Disponível em: <<http://www.studiorural.com/?noticia=112>>. Acesso em: 14 mai. 2012)

O terceiro movimento que caracteriza a estratégia-rede das organizações sociais do Território do Sisal é o estabelecimento de parcerias com os mais diferentes segmentos da sociedade sediados na escala local, regional, nacional e global. A parceria constitui-se num arranjo em que duas ou mais partes estabelecem um acordo de cooperação costurado em torno de interesses comuns. Portanto, a realização de parcerias pressupõe a ativação de conexões entre agentes sociais, preenchendo empiricamente os requisitos do que Scherer-Warren (2007) denominou de coletivos em rede, assentados na formação de alianças voltadas para a busca de apoios solidários ou para o desenvolvimento de estratégias de ação conjunta.

A despeito da existência de um contexto político-institucional mais propício para a realização de parcerias com as agências governamentais e as secretarias de governo (nos governos petistas), o maior volume de parcerias se dá entre as próprias organizações sociais, como se pode certificar no Quadro 2. Dessa primeira constatação mais geral desdobram-se outras duas mais específicas e mais relevantes para nossos propósitos de análise: (i) verifica-se maior concentração de parcerias formalizadas entre entidades situadas na escala local e regional; e (ii) as parcerias são realizadas em sua esmagadora maioria entre as entidades oriundas das organizações de agricultores/trabalhadores rurais (sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas de crédito e de produção, associações comunitárias rurais e as organizações-rede complexas como as centrais de associações, cooperativas e sindicatos).

Esse conjunto de constatações, sobretudo no que se refere ao volume de parcerias firmadas entre organizações sediadas nas escalas local e regional, engendrando um comportamento de reciprocidade e de cooperação, reforça nosso argumento a favor da existência de um tecido social organizado no Espaço Sisaleiro da Bahia, que se articula por meio de diferentes expedientes, dentre os quais as parcerias. O depoimento reproduzido a seguir

representa um testemunho cabal do fenômeno que estamos destacando:

Hoje nós temos parcerias com a APAEB, com a Fundação APAEB, com a CEAIC, com a Arco Sertão. Com todas essas instituições que sempre dá o apoio. Apoio de mão dupla, tanto daqui pra lá, tanto de lá pra cá. A APAEB neste período de crise mesmo a gente foi também um dos que deu maior apoio para ela não cair. Agora mesmo na Feira [refere-se à Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária prevista para 2012], a gente senta todo mundo e cada um vai assumir determinadas funções. (Presidente da FATRES)¹³

Entretanto, a configuração desse expediente da estratégia-rede atravessa outras escalas espaciais, como revela o Quadro 2. Essa constatação se torna mais contundente quando analisamos as parcerias estabelecidas por duas das mais tradicionais e expressivas entidades do Espaço Sisaleiro da Bahia (Quadro 3). Enquanto a SICOOB-COOPERE mantém um fluxo mais intenso de trocas com a escala local (mais frequentemente com rádios e associações comunitárias e com os sindicatos de trabalhadores rurais), a APAEB-Valente estabelece uma forte densidade de relações com a escala nacional, mas, sobretudo, com a escala global.

QUADRO 2 – PARCERIAS ESTABELECIDAS PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO TERRITÓRIO DO SISAL.

ENTIDADE	ESCALA LOCAL	ESCALA REGIONAL ⁽¹⁾	ESCALA ESTADUAL ⁽¹⁾	ESCALA NACIONAL
CEAIC	APAEB Valente.	MOC ⁽²⁾ , FATRES e ASCOOB Itapicuru.		CESE ⁽³⁾ .
COOBENCOL	CEIAC.	ASCOOB Itapicuru e Arco Sertão.		
COOPERAFIS	Fundação APAEB.	SICOOB Coopere.	SEBRAI Bahia; SEDES ⁽⁴⁾ .	SESI.
FATRES	APAEB Valente; Fundação APAEB e CEIAC.	Arco Sertão e CODES Sisal; Abraço Sisal; SICOOB Coopere.	CAR ⁽⁵⁾ ; EBDA ⁽⁶⁾ ; FETRAF -BA ⁽⁷⁾ .	CONAB ⁽⁸⁾ ; UNICAFES ⁽⁹⁾ .
Arco Sertão	Prefeitura Municipal de Serrinha; STRs ⁽¹⁰⁾ .	MOC; Abraço Sisal; CODES Sisal; CODES Jacuípe; MMTR ⁽¹¹⁾ ; FATRES.	SUDIC ⁽¹²⁾ ; SEAGRI ⁽¹³⁾ ; FETRAF -BA.	MDA; UNICAFES.
Abraço Sisal	STRs.	MOC; Arco Sertão.	SECULT -BA ⁽¹⁴⁾ .	DESOP Brasil ⁽¹⁵⁾ .

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011-2012.

Notas: (1) Optamos por distinguir a Escala Regional (Espaço Sisaleiro da Bahia) da Escala Estadual (escala de governo) em decorrência de duas motivações: (i) para destacar as parcerias que se configuram no âmbito do Espaço Sisaleiro; (ii) para enquadrar as parcerias estabelecidas com instituições do Governo da Bahia ou organizações que se organizam (e operam) segundo as escalas de governo. (2) Movimento de Organização Comunitária. (3) Coordenadoria Ecumênica de Serviço. (4) Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. (5) Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. (6) Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (7) Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado da Bahia. (8) Companhia Nacional de Abastecimento. (9) União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. (10) Sindicatos de Trabalhadores Rurais. (11) Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. (12) Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial. (13) Secretaria Estadual de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. (14) Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. (15) Instituto Belgo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Social.

Elaboração: Agripino Souza Coelho Neto

¹³Entrevista concedida ao autor pelo presidente da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES), em 17/3/2012, na cidade de Retirolândia-Bahia.

A rede de cooperação e parceria tecida pela APAEB-Valente envolve uma diversidade de agentes sociais (ministérios e secretarias de governo, agências governamentais, bancos nacionais de desenvolvimento, fundações privadas internacionais, organizações não governamentais nacionais e internacionais, organizações religiosas, associações comunitárias, cooperativas de crédito), e apresenta um comportamento multiescalar (Quadro 3).

O Quadro 3 revela a impressionante rede de relações que a entidade mantém com a escala global, configurando numa rede de cooperação religiosa nucleada na Europa Ocidental [Misereor¹⁴, Pão para o Mundo (Brot Für Die Welt)¹⁵, Manos Unidas¹⁶ e Cordaid¹⁷] e com diversos apoios financeiros oriundos de fundações norte-americanas e europeias. Os recursos financeiros recebidos pela APAEB-Valente se destinam, preferencialmente: (i) ao pagamento de salários e deslocamentos da assistência técnica que a entidade fornece aos agricultores; (ii) à realização de cursos e treinamentos, alguns voltados para a convivência com o semiárido; (iii) ao pagamento de monitores, aquisição de material didático e fornecimento de alimentação para os alunos da Escola Família Agrícola (EFA) mantida pela associação; e (iv) ao custeio de parte do projeto de comunicação comunitária, por rádio e televisão (APAEB, 2004).

¹⁴Misereor é a obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Desde há mais de 50 anos, Misereor está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina" (Disponível em: <http://www.misereor.org/pt/about-us.html>. Acesso em: 10 set. 2012).

¹⁵A "Pão para o Mundo" (Brot Für Die Welt) é uma agência de cooperação vinculada às igrejas evangélicas regionais da Alemanha (Disponível em: <http://www.brot-fuer-die-welt.de/home.html>. Acesso em: 10 set. 2012).

¹⁶Manos Unidas es la Asociación de la Iglesia Católica en España para la ayuda, promoción y desarrollo del Tercer Mundo. Es, a su vez, una organización no gubernamental para el desarrollo (ONGD), de voluntarios, católica y seglar" (Disponível em: <http://www.manosunidas.org/organizacion>. Acesso em: 10 set. 2012).

¹⁷A Cordaid é uma organização da Igreja Católica de ajuda e desenvolvimento sediada na Holanda, com uma rede de cerca de mil organizações parceiras em 36 países na África, Ásia e América Latina (Disponível em: <http://www.cordaid.nl/nl/(12997)-.html>. Acesso em: 10 set. 2012).

QUADRO 3 – PARCERIAS ESTABELECIDAS PELA APAEB-VALENTE
E SICOOB-COOPERE ATÉ O ANO DE 2010.

ESCALAS	APAEB VALENTE	SICOOB COOPERE
LOCAL	<ul style="list-style-type: none"> - Igreja Católica (Valente); - Fórum da Cidadania (Valente); - Associações Comunitárias (de Valente e do Espaço Sisaleiro da Bahia). 	<ul style="list-style-type: none"> - APAEB Valente; - Rádios Comunitárias do Território do Sisal e Bacia do Jacuípe; Associações Comunitárias Rurais; - STRs (Capim Grosso, Conceição do Coité, Gavião, Itiúba, Monte Santo, Nova Fátima, Queimadas, Quixabeira, Retirolândia, Santaluz e Valente); - Prefeituras Municipais (Capim Grosso, Conceição do Coité, Gavião, Nova Fátima, Quixabeira, Retirolândia e Valente); - União das Associações Comunitárias de Nova Fátima (UNANF).
REGIONAL	ASCOOB Feira de Santana; MOC; IRPAA (Juazeiro) ⁽¹⁾ .	COOPERAFIS e FATRES.
ESTADUAL	SECTI ⁽²⁾ ; SEAGRI; CAR; DESENBAHIA ⁽³⁾ ; REFAISA ⁽⁴⁾ ; AECOFABA ⁽⁵⁾ ; SEBRAI-BA; SUDIC; UEFS.	
NACIONAL	BNDES ⁽⁶⁾ ; Caritas Brasileira; Fundação Getúlio Vargas; EMBRAPA ⁽⁷⁾ ; MDA; INFRAERO ⁽⁸⁾ ; FASE ⁽⁹⁾ ; ASHOKA Brasil; CERIS ⁽¹⁰⁾ ; CONAB.	DISOP Brasil; UNICAFES.
GLOBAL	<ul style="list-style-type: none"> - Inter American Foundation e Fundação Kellogg (EUA); - ONGs Misereor, Pão para o Mundo e Leteinamerika Zentrum E. V.; e Fundação Heinrich Boll (Alemanha); - Fundação DOEN e ONG CORDAID (Holanda); - ONG Manos Unidas (Espanha); - Fondazione Il Canalli (Itália); - Kreditibank e ONGs SIMFR, SOS - PG e DISOP (Bélgica); - Schwab Foundation (Suíça). 	BID ⁽¹¹⁾ ; DISOP Bélgica.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011-2012; Relatório Anual de Atividades da APAEB dos anos de 2000 a 2010; Relatório Anual de Atividades do SICOOB COOPERE dos anos de 2008 a 2010.

Notas: (1) Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. (2) Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia. (3) Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A. (4) Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido. (5) Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia. (6) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (7) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (8) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. (9) Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. (10) Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. (11) Banco Interamericano de Desenvolvimento. Elaboração: Agripino Souza Coelho Neto.

Considerações finais

Em conformidade com o entendimento de Moore (2008), a escala não é somente um artifício teórico para leitura da realidade, que no nosso caso equivale dizer que se trata do instrumental para interpretação do comportamento espacial das redes de organizações sociais, mas se constitui em aporte para a ação dos grupos sociais, que se apropriam delas para o desenvolvimento de suas estratégias de luta e empoderamento.

Em resumo, podemos constatar que as diversas modalidades que compõem e conformam as estratégias-rede expressam as políticas de escala, que são adotadas pelas organizações sociais, caracterizando-se por sua natureza multiescalar. As organizações sociais do Espaço Sisaleiro da Bahia acionam as diferentes escalas, especialmente as escalas de governo, para subsidiar a intervenção no mundo.

Vale destacar que há um movimento espacial ascendente no comportamento das redes de organizações sociais (cooperativas de agricultores, associações comunitárias rurais e sindicatos de trabalhadores rurais), pois as organizações-rede estruturadas em escalas de maior amplitude (como a escala nacional e estadual) se sustentam e se apoiam na existência de organizações-rede nas escalas local e microrregional.

Embora essas ideias tenham sido desenvolvidas com base nas experiências empíricas do Espaço Sisaleiro da Bahia, consideramos que a formação de estratégias-rede e a construção de políticas de escala podem ser adotadas para leitura da espacialidade das organizações sociais em outros contextos tempo-espaco pela capacidade de generalização que elas apresentam.

Referências

- ACSELRAD, H. (2002) Território e Poder: a política das escalas. In: FICHER, T. (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade.
- APAEB. (2001) Relatório Anual 2000. Valente: APAEB, 60 p.
- _____. (2002) *Relatório Anual 2001*. Valente: APAEB, 68 p.
- _____. (2004) *Relatório Anual 2003*. Valente: APAEB, 74 p.
- _____. (2005) *Relatório Anual 2004*. Valente: APAEB, 75 p.
- _____. (2006) *Relatório Anual 2005*. Valente: APAEB, 25 p.
- _____. (2007) *Relatório Anual 2006*. Valente: APAEB, 16 p.
- _____. (2010) *Relatório Anual 2009*. Valente: APAEB, 30 p.
- _____. (2010) *Exemplo de luta e realizações*. Valente: APAEB, 5 p.
- _____. (2011) *Relatório Anual 2010*. Valente: APAEB, 35 p.
- ARCO SERTÃO. (s/d) *Catálogo de Produtos*. Valente: Arco Sertão, 22 p.
- BRANDÃO, C. (2009) Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (orgs.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, p. 151-186.
- _____. (2010) Producción social del ambiente construido y sus escalas espaciales: notas para una teoría acerca de las acciones y decisiones de sujetos concretos. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. *Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina*. Buenos Aires/Madrid: Miño y Dávila, p. 241-272.
- CASTRO, I. E. (1995) O problema da escala. In: CASTRO, I. E. de (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COELHO NETO, A. S. (2013) *A Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil e a banalização do conceito de território*. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 1, p. 107-124.
- DALLABRIDA, V. R. (2010) La escala en los procesos de gestión del desarrollo: revisión teórica, análisis de experiencias y aportes a la investigación. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. *Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina*. Buenos Aires/Madrid: Miño y Dávila, p. 185-216.
- GONZÁLEZ, S. (2010) Las narrativas escalares da globalización: neoliberalismo y ciudades competitivas. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. *Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina*. Buenos Aires/Madrid: Miño y Dávila, p. 123-149.
- HARVEY, D. (2000) *Espaços da esperança*. São Paulo: Loyola.
- JONES, K. (1998) Scale as epistemology. *Political Geography*, n. 17, p. 25-28.
- KURTZ, H. (2003) Scale frames and counter-scale frames: constructing the problem of environmental injustice. *Political Geography*, n. 22, p. 887-916.
- MARCON, C.; MOINET, N. (2001) *Estratégia-rede: ensaio de estratégia*. Caxias do Sul: EDUCS.
- MARSTON, S. (2000) The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, p. 219-242, apr.
- MOORE, A. (2008) Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 2, p. 203-225, apr.
- PAASI, A. (2004) Place and region: looking through the prism of scale. *Progress in Human Geography*, v. 28, n. 4, p. 536-546, out.
- RANCIÈRE, J. (1996) *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- SCHERER-WARREN, I. (1999) *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (2007) Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (orgs.). *Redes, Sociedade e Território*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC.

- SICOOB-COOPERE. (2004) *Relatório Anual 2003*. Valente: SICOOB-COOPERE, 58 p.
- _____. (2009) *Relatório Anual 2008*. Valente: SICOOB-COOPERE, 27 p.
- _____. (2010) *Relatório Anual 2009*. Valente: SICOOB-COOPERE, 43 p.
- _____. (2011a) *Relatório Anual 2010*. Valente: SICOOB-COOPERE, 47 p.
- _____. (2011b) *Boletim Informativo*. Valente, n. 27, abril, 4 p.
- _____. (2011c) *Boletim Informativo*. Valente, n. 30, novembro, 4 p.
- SINTRAF/COITÉ. (2012) *Boletim Informativo*. Conceição do Coité, ano 02, edição 02, janeiro.
- SMITH, N. (1993) Homeless/global: scaling places. In: BIRD, J.; CURTIS, B.; PUTNAM, T.; ROBERTSON, G.; TICKNER, L. (eds.). *Mapping the futures*. London: Routledge, p. 87-119.
- _____. (2000) Scale. In: JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; PRATT, G.; WATTS, M. (eds.). *The dictionary of human geography*. Malden-MA: Blackwell, p. 724-27.
- SWYNGEDOUW, E. (1997) Excluding the other: the production of scale and scaled politics. In: LEE, R.; WILLS, J. (eds.). *Geographies of economies*. London: Arnold, p. 167-76.
- _____. (2010) Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. *Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina*. Buenos Aires/Madrid: Miño y Dávila, p. 47-75.
- VAINER, C. (2002) As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos do IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1, p. 13-32, jan-jul.

O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NA ZONA DE CONFLITO JURÍDICO-POLÍTICO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE ACERCA DA PROBLEMÁTICA URBANA CONTEMPORÂNEA

Luiz Antônio Evangelista de Andrade*

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Há uma renitente negativa, de boa parte do Judiciário brasileiro, em aplicar o postulado contido no princípio constitucional da função social da propriedade. A observância do mérito das contendas em torno das utilizações da propriedade fundiária vem privilegiando a sua dimensão civilista, em detrimento da sua natureza social. Em face daquela negativa, nas metrópoles brasileiras têm sido intensas as reivindicações dos movimentos sociais de luta pela moradia, cujo fito é o de fazer cumprir tal princípio constitucional, bem como de seus dispositivos, regulamentados no Estatuto da Cidade. Uma das chaves de interpretação dessas decisões do Judiciário é que a função social da propriedade é uma categoria jurídica e política que expressa teórica e idealmente os pilares da economia política. Atendo-se a esse pressuposto, assim como ao fato de que a propriedade fundiária, nos últimos 30 ou 40 anos, assumiu uma importância renovada na dinâmica da acumulação e da urbanização brasileira, há diversas implicações sobre a reflexão e as reivindicações em torno do cumprimento daquele mesmo princípio. E a historicidade da formação da moderna propriedade e dos debates sobre sua função social, dentro e fora do Brasil, são cruciais no entendimento daquelas implicações.

Palavras-chave: Propriedade fundiária. Função social da propriedade. Renda fundiária. Ambiente construído urbano.

THE PRINCIPLE OF SOCIAL FUNCTION OF PROPERTY ON THE LEGAL-POLITICAL RING: A CONTRIBUTION TO DISCUSSIONS ABOUT CONTEMPORARY URBAN PROBLEMS

Abstract: There is an intransigent refusal, from a good part of Brazilian Judiciary, to apply the postulate from the constitutional principle of social function of property. The observance of the merit of strivings about the uses of land properties has been focusing on their civil rights dimension, rather than the social one. On the other hand, in Brazilian major cities, the demands of the Housing Policy social movements, whose the main order is to enforce this constitutional principle, as well as its provisions, regulated in the Statue of the City. One of the keys to interpret those judicial decisions is that the social function of property is a legal and political category which represents theoretically and ideally the pillars of political economy. Based on this premise likewise on the fact that, in the last 30 or 40 years, land properties renewed their importance in the accumulation dynamics and in Brazilian urbanization, there are several implications for reflection about and claims around the implementation of that same principle. And both the historicity of the modern property formation and the debates about its social function, inside and outside Brazil, are crucial to understand those implications.

Keywords: land property. Social function of property. Land rent. Built urban environment.

EL PRINCIPIO DE LA FUNCIÓN SOCIAL DE LA PROPIEDAD EN LA ZONA DE CONFLICTO JURIDICO-POLITICO: UNA CONTRIBUCIÓN AL DEBATE SOBRE LA PROBLEMÁTICA URBANA CONTEMPORÁNEA

Resumen: Hay un obstinado rechazo, de buena parte del Poder Judicial brasileño, en aplicar el postulado contenido en el principio constitucional de la función social de la propiedad. La observancia del fundamento de las disensiones en torno a los usos de la propiedad de la tierra viene privilegiando su aspecto civilista, en detrimento de su naturaleza social. Por otro lado, en las metrópolis brasileñas han sido intensas las reivindicaciones de los movimientos sociales de lucha por la vivienda, cuya finalidad es el de hacer cumplir dicho principio constitucional, así como de sus prescripciones jurídicas, reguladas en el Estatuto de la Ciudad. Una de las claves de interpretación de estas decisiones judiciales es que la función social de la propiedad es una categoría jurídica y política que expresa teórica e idealmente los pilares de la economía política. Teniendo en cuenta a este presupuesto, así como al hecho de que la propiedad territorial, en los últimos 30 o 40 años, ha ganado una importancia renovada en la dinámica de la acumulación y de la urbanización brasileña, hay varias implicaciones sobre la reflexión y las reivindicaciones en torno al cumplimiento de aquel mismo principio. Y la historicidad de la formación de la moderna propiedad y de los debates sobre su función social, dentro y fuera de Brasil, son fundamentales en el entendimiento de aquellas implicaciones.

Palabras-clave: Propiedad territorial. Función social de la propiedad. Renta del suelo. Espacio urbano construido.

Introdução

Diversos autores nas ciências sociais e jurídicas têm discutido sobre a insistência de boa parte do Judiciário brasileiro em negar a aplicação do postulado jurídico contido no princípio constitucional da função social da propriedade, com o intento de se resolver as contendas relacionadas às utilizações da propriedade fundiária, tanto na realidade agrária quanto nas grandes centralidades urbanas¹. De acordo com a maior parte desses autores, a observância dessas contendas, por parte dos juízes, seria perpassada por um forte caráter civilista orientador de suas decisões, o qual levaria em conta tão somente a forma “pura” da lei. De tal sorte que as posições desses magistrados quanto àquelas mesmas contendas estaria levando à redução das contradições sociais do capitalismo a uma soma de conflitos individuais.

Ao mesmo tempo, ganham amplitude as reivindicações dos movimentos sociais versados com a luta pela moradia² e balizados por diferentes frentes de apoio, exigindo que se cumpra aquele princípio constitucional, bem como os instrumentos jurídico-urbanísticos que ordenam sua regulamentação, contidos no Estatuto da Cidade. De acordo com a maioria desses grupos, urge que se garanta a utilização da propriedade fundiária consoante ao “interesse público”, privilegiando-o em face dos “interesses individuais”, expressos pelo fenômeno que, comumente, é denominado “especulação imobiliária” por tais grupos.

O pressuposto que orientará nossa argumentação ao longo deste ensaio é que a função social da propriedade deve ser entendida como uma categoria jurídica e política que, em última instância, é a expressão teórica e ideal da economia política. Desse modo, a função social da propriedade, na medida em que encontra suas determinações nas formas sociais do valor e da mercadoria, não é uma categoria jurídica trans-histórica, isto é, só pode ser efetivamente compreendida nas conexões que possui com as relações sociais de produção que engendraram a moderna propriedade privada capitalista. Por isso, o caráter histórico presente da propriedade – do qual sobressaem os conflitos por suas utilizações – nos diz muito sobre o seu caráter histórico passado.

Uma questão central permeará este ensaio: tendo-se em conta que a propriedade privada, particularmente em sua forma fundiária, notadamente nos últimos 30 ou 40 anos, assumiu uma importância renovada na dinâmica da acumulação capitalista e da urbanização brasileira, que implicações esse fato tem para a reflexão e as reivindicações em torno do cumprimento do princípio constitucional da função social da propriedade?

¹Para um apanhado acerca desse posicionamento do Judiciário brasileiro, ver Tarso de Melo (2012).

²Particularmente o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Brigadas Populares (BPs). Este último, em particular, possui várias frentes de atuação política, tais como a antiprisional, de mulheres e da juventude, não se restringindo à luta pela moradia.

Balizado por tal pressuposto e tal questão, o presente ensaio está repertoriado em cinco momentos de análise, encadeados entre si.

1) Um breve excursão sobre a formação da propriedade privada capitalista e a sua justificação jurídica como um direito absoluto, atendo-nos às suas reverberações nos debates surgidos no âmbito da economia política do século XIX, particularmente as formulações surgidas sob a pena do filósofo e economista inglês John Stuart Mill.

2) Os limites teóricos e categoriais dessas formulações na compreensão do papel exercido pela propriedade (na sua forma fundiária) na reprodução de relações sociais de produção e, em particular, para a compreensão dos significados da função social da propriedade como categoria jurídica e política advinda da economia política.

3) Uma rápida apresentação acerca da efetividade jurídica do princípio da função social da propriedade na Europa e no Brasil e a quadra histórica em que isso ocorreu.

4) Valendo-nos da realidade empírica da “região do Isidoro”³, *lócus* de um sério conflito pelas utilizações da propriedade fundiária em Belo Horizonte, discutiremos os impasses e limites das reivindicações dos movimentos sociais de luta pela moradia em torno do cumprimento da função social da propriedade, quando ancoradas no argumento da “especulação imobiliária”, a qual, supostamente, há décadas vem ocorrendo na área.

5) Teceremos algumas considerações sobre a estratégia a seguir pelos movimentos sociais de luta pela moradia, mormente no debate sobre a função social da propriedade.

A moderna propriedade fundiária capitalista em seu triplo movimento: formação, absolutização e relativização

Pode-se afirmar que o longo e conflituoso descolamento da propriedade territorial das suas formas tribais e comunais, verificado no Ocidente europeu, faz parte das raízes históricas do processo de acumulação econômica ali verificado. Estamos falando do progressivo processo – que depois se tornaria mais abrupto e violento – de separação dos produtores diretos das suas condições objetivas de produção, processo esse narrado de modo magistral por Marx (1998 [1867]), no capítulo XXIV do Livro I de *O Capital* (Acumulação primitiva). Somente através dessa forma histórica específica a propriedade poderia vir a se tornar uma condição fundante para a passagem da subsunção formal à subsunção real

³Para não gerar confusão no leitor, utilizaremos a designação “região do Isidoro”, embora ela seja denominada pelos movimentos de luta pela moradia que atuam na área como região “da Izidora”, após as possíveis origens da denominação terem sido descobertas, em fins do ano de 2014. De acordo com a professora Margarete Leta, da Associação dos Arquitetos Sem Fronteira – Brasil, nos mapas de Belo Horizonte publicados até 1937, o ribeirão que dava nome à região era grafado como ribeirão da Izidora. Segundo Margarete, quando teve a oportunidade de conhecer o quilombo Mangueiras, situado na região, foi-lhe dito que Izidora teria sido uma escrava (ou uma mulher escravizada) alforriada que ali constituiu sua descendência.

do trabalho ao capital, viabilizando, sob a forma do valor excedente, a produção da riqueza social como valor que se autovaloriza (capital).

Para Marx, não seria possível explicar o desencadeamento da acumulação do capital recorrendo-se a uma lenda teológica, tampouco a transformando numa lenda econômica. A concentração dos meios de produção e da riqueza não é o resultado da perspicácia previdente da formiga face à indolência da cigarra, isto é, a aparição de uma "...elite [que] foi acumulando riquezas..." ao lado de uma "...população vadia que ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele" (MARX, 1998 [1867], L. I, V. 2, p. 835). O pressuposto para se desvendar a acumulação é o processo histórico (e social) que a produz, com seus avanços e recuos, revelando, no seu desenrolar, fenômenos ora mais abruptos, ora mais lentos.

Assim sendo, a forma moderna da propriedade privada, considerando-se aqui o processo de subjetivação gerado no esteio das relações sociais de propriedade, processo que fez dela um "para si na consciência", afirmou Marx (2004 [1844]), não se explica apenas por um argumento de fundo moral, isto é, um sentido que corresponderia, por exemplo, ao "consumo individual egoísta". De fato, esse comportamento se desenvolve no próprio processo de subjetivação. O que queremos assinalar aqui, contudo, encontra seus nexos nas relações de produção e de circulação que presidem as trocas mercantil-capitalistas, tendo inscrito historicamente a propriedade na mobilização para a produção da riqueza sob a forma valor. De modo que essa mobilização encontra sua legitimidade nas relações políticas e jurídicas enquanto referências das relações de propriedade, sem as quais a apropriação *privada* da riqueza produzida sob a forma valor não alcançaria seus fins na sociedade burguesa.

É precisamente no interior da relação da propriedade privada que outra relação, a dos homens e mulheres consigo mesmos, com os outros e com a natureza externa assume a sua maior alienação⁴. Ao mesmo tempo, a propriedade se objetiva nas relações sociais de produção de maneira fetichizada, posta como ápice da liberdade individual. E é sob a forma sujeito de direito, expressão idealizada da condição social de proprietário de mercadorias, que os indivíduos aparecem como iguais que manifestam livremente suas "vontades interiores" e estipulam contratos que as façam valer.

De tal sorte que a economia política e a ciência jurídica, cada uma a seu modo, põem a "coisa exterior" (a propriedade privada), sobre a qual se direciona a "von-

⁴Todavia, Marx (2011 [1857-8]) assinalou que a alienação já figurava, por exemplo, no espectro das relações sociais feudais, onde a propriedade territorial, pelo fato de ser detida pelos Senhores, colocava-se como algo estranhado do homem servil, forma objetiva dele independente. E essa forma de propriedade, como não poderia deixar de ser, seria o fundamento histórico e social da propriedade privada capitalista. A propriedade feudal tinha um significado bastante distinto daquele que a define por dentro da produção de riqueza material ou de bem adquirido a partir do pensamento e da prática utilitaristas, os quais só conseguem concebê-la para a extração da renda fundiária capitalizada – ou, como ainda enfatizaremos, enquanto "bem financeiro puro".

tade interior", como expressão materializada daquela liberdade individual, invertendo uma relação que é, em verdade, a submissão dos indivíduos à coisa – que nada mais é do que a sujeição do trabalho ao capital, *locus* do desenvolvimento da relação da propriedade privada. Aquilo que Friedrich Hegel (1997 [1820]) via como sendo a positividade da exteriorização (a propriedade privada), Marx (2004 [1844]) via na sua negatividade: "o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser *estranho*, como um *poder independente* do produtor" (p. 80, grifos do autor).

As modalidades modernas da apropriação da riqueza produzida como capital, quando observadas apenas nas suas formas fenomênicas, aparecem como resultado de uma igualdade (jurídica) que perpassa as relações nas quais se envolvem tais indivíduos na produção daquela riqueza social. A cada um caberia "sua parte no latifúndio", separada entre si e distinta, mas amparada pela "justiça" dos homens: ao proprietário de capital caberia o lucro; ao trabalhador, o salário; e aos proprietários fundiários caberia a renda fundiária. Quanto a estes últimos, dediquemo-los um apreço específico, posto que serve aos nossos propósitos de discutir o instituto da função social da propriedade.

Classe social formada historicamente pelos destroços dos antigos senhores feudais e dos antigos colonos de que falou Marx (2011 [1857-8]) e resultante da expropriação da propriedade das suas determinações pré-modernas, esses proprietários passaram a deter a prerrogativa de reter para si parte dessa riqueza social sob moldes distintos da época anterior. Dito de outro modo, a partir das novas determinações da propriedade, tornada um direito absoluto e exclusivo, a retenção de parte dessa riqueza social, sob a forma de renda fundiária absoluta ou até frações das rendas diferenciais futuras, passou a independe dos usos efetivos da propriedade.

Essa prerrogativa de retenção ensejou, por parte de alguns economistas do século XIX, formulações acusatórias acerca de sua atitude "parasitária" frente à riqueza socialmente produzida, visto que não contribuiriam efetivamente na sua produção. Tais acusações, promovidas sob a forma de debates econômicos e políticos, foram encimadas por posições simpáticas à relativização daquele que era um direito absoluto de propriedade, atentando para a necessidade de que esta viesse a ter uma "função social". Vejamos, em linhas gerais, alguns dos argumentos trazidos por essas posições, através daquele que poderíamos denominar como um de seus mais importantes formuladores: o filósofo e economista inglês John Stuart Mill⁵.

⁵Vale dizer que a argumentação de Stuart Mill não traz o conteúdo jus-filosófico que caracterizou as argumentações de alguns juristas em fins do século XIX e que formaram o assaolho para a presença do instituto da função social da propriedade nas constituições das primeiras décadas do século XX. Entre esses juristas podemos citar o francês Léon Duguit, cujas elaborações visaram desfazer o caráter absoluto do direito de propriedade, constante no Código Civil Francês de 1804 (LEONETTI, 1999).

Stuart Mill pode ser considerado um autor bem peculiar no interior da escola clássica da economia política, haja vista que suas formulações transitavam, como assinalou Isaac Rubin (2014 [1989]), a meio caminho entre o liberalismo clássico e o socialismo. Um dos desejos do autor inglês, conforme escrevera no prefácio à terceira edição (1852) dos *Princípios de economia política com algumas de suas aplicações à filosofia social*, originalmente lançado em 1848, era o de combinar aquilo que ele chamava de liberdade pessoal com uma “distribuição justa dos frutos do trabalho”, aspecto que as “leis da propriedade privada”, dadas pela sua absolutização, não previam (STUART MILL, 1996 [1848], p. 55). Essa peculiaridade levou Stuart Mill a uma resoluta oposição às afirmações dos economistas que desqualificavam antecipadamente as propostas “socialistas”. Ao mesmo tempo, e diante do que julgava serem dificuldades concretas para se verificar as “vantagens do socialismo” em relação à sociedade de seu tempo, algo por ele considerado não só viável como desejável, notadamente no que concernia às utilizações da propriedade privada, Mill propugnou reformas sociais abrangentes no “sistema de propriedade individual”. E isso de modo que “os membros da comunidade” tivessem plena participação nos benefícios oriundos das produções.

Nos *Princípios da economia política...*, em particular na sua Parte Segunda, dedicada à “Distribuição”, Mill traz de maneira mais acabada a discussão em torno da propriedade fundiária como elemento primaz da circulação, numa implicação do que ele entendia serem as suas bases: o caráter social da produção de mercadorias e do seu suporte, o trabalho. No capítulo que versa sobre a “Propriedade” e sobre a necessidade de diferenciar os “bens móveis” dos “bens imóveis”, o autor expõe suas constatações acerca da realidade fundiária da Inglaterra de seu tempo, dentro da qual o arrendatário seria aquele que propiciava as melhorias na terra – e não a pessoa do proprietário. Estabelecendo comparações entre o norte e o sul do país, onde, nesta última região, pelo fato de a racionalidade que torna a propriedade um fator de produção ainda não se fazer presente, as técnicas empregadas na terra não eram as mais apuradas. Por consequência, os “níveis de produtividade” do sul eram bem menores que os do norte.

Assim, se a produtividade da terra advém do trabalho humano, e que, para se alcançar tal produtividade, seriam necessários investimentos dispendiosos a curto prazo – com taxas de retorno que seguiriam uma proporção temporal muito mais lenta –, Mill argumentou que tais investimentos seriam inibidos ou até mesmo inviabilizados, caso os resultados do trabalho continuassem a ser colhidos por outros que não aqueles que empreenderam na terra. O autor chegou a atribuir aos proprietários fundiários a culpa pelas crises de fome na Irlanda, vez que

estes, ao tomarem para si toda a produção, acabavam por consumi-la conspicuamente, sem devolver ao solo aquilo que sua terra produziu através do trabalho de outrem.

Por que, então, não relativizar a propriedade fundiária – questionou-se Stuart Mill –, com o intuito de ampliar a capacidade produtiva inglesa e de instar os proprietários fundiários a aplicarem corretamente seu capital na terra, de modo a se lidar com as “inconveniências” da má apropriação da produção e da “injustiça” dela decorrente?⁶ E mais: a inviolabilidade da propriedade fundiária deveria deixar de ser uma premissa jurídica e o seu título deveria pertencer a quem empreende na terra, a quem a melhora e a torna mais produtiva⁷. Estando a propriedade fundiária e o direito dos proprietários atados à “política geral do Estado”, cumpriria a este intervir nas propriedades onde a observância da produção não fosse consoante aos “critérios sociais assumidos”. Assim, privilegiar-se-ia o “interesse da comunidade” – dizia Mill – em detrimento do “interesse individual mesquinho” dos proprietários. E isso, porquanto:

O princípio da propriedade não lhes confere [aos proprietários fundiários] direito algum sobre a terra, mas apenas um direito à compensação por qualquer porção própria de interesse que tenham na terra, e da qual a política do Estado possa vir a privá-los. (...) [Mas] o Estado tem o poder de tratar a propriedade fundiária conforme possam exigir os interesses da comunidade até o ponto – se tal acontecer – de fazer em relação à área total aquilo que se faz em relação à porção dela quando se aprova uma lei para a construção de uma ferrovia ou de uma nova rua. (STUART MILL, 1996 [1848], p. 290)

Não carece fazer um grande exercício de abstração para percebermos os intentos contidos na argumentação de Stuart Mill e de outros economistas (vulgares ou não) que se contorceram para justificar que a propriedade, ao contrário de ser a forma social engendradora da proletarianização e da monetarização das relações sociais, bem como do estranhamento e da alienação próprios à natureza do trabalho social, garantiria a satisfação individual e, por consequência, o “interesse coletivo”. De fato, o economista em apreço estava diante das dificuldades postas a uma sociedade na qual a ordem econômica, embora fosse capaz de desenvolver sobremaneira as forças produtivas, não conseguia transformá-las em desenvolvimento social efetivo. Como sublinhou Rubin (2014 [1989]), o utopismo burguês e iluminista de uma sociedade – a capitalista – capaz de propiciar, além de bem-estar material, a igualdade e a fraternidade universais, estava diante da concretude da mais abjeta miséria vivida pela maior parte da população cuja venda de

⁶O interesse da comunidade está por demais envolvido no cultivo adequado da terra e nas condições de ocupação da mesma, para deixar tais coisas ao critério de uma classe de pessoas denominadas senhores da terra, quando demonstraram não merecer tal confiança” (STUART MILL, 1996 [1848], p. 289).

⁷De acordo com Stuart Mill (1996 [1848]), “Quando a propriedade chegou a esse pé [a baixa produtividade e a apropriação dos “frutos do trabalho” pelos proprietários fundiários], deixa de ser defensável, e chegou o momento de implantar algumas medidas” (p. 288-9).

sua força de trabalho era o único recurso para garantir a mera sobrevivência.

Sensível a esses resultados, ao mesmo tempo em que sua formação em economia o fazia crer na suposta racionalidade, imutabilidade e eternidade de suas leis, Stuart Mill buscou dar uma *solução idealizada* às situações concretas da maior parte da população das cidades industriais inglesas. Daí a sua ideia de que as leis da produção, ao passo que deveriam funcionar sem amarras estatais, rompendo com os impedimentos à sua plena realização, deveriam se combinar com leis de distribuição da riqueza que viabilizassem o bem-estar individual e social. Em outras palavras, as leis da produção, racionais, imutáveis e eternas, deveriam estar livres de quaisquer impedimentos à sua realização; já as leis da distribuição, contingentes e passíveis de receberem os aperfeiçoamentos morais de uma sociedade que se desenvolvia espiritualmente, deveriam ser deslocadas para garantir a satisfação social. Uma separação abstrata – dada por categorias distintas (MARX, 2011 [1857-58], p. 42-43) – daquilo que era (e é) impossível de ser separado na realidade: a produção e a distribuição da riqueza sob o capitalismo. Eis o procedimento analítico *metafísico* que viria a ser bastante utilizado pelos socialistas (os “ricardianos”, por exemplo) e que entraria numa enorme polêmica a partir de Marx e Engels.

Diferentemente daqueles ideólogos, preocupados apenas em constatar, descrever e contabilizar as condições e/ou os resultados palpáveis da produção social em si mesma, Marx dedicou-se a analisar criticamente a atividade produtora das mercadorias, isto é, por que, nessa atividade, a interação entre os indivíduos ocorria através das coisas, da forma social de valor assumida pelos produtos do seu trabalho. No desenvolvimento do capitalismo, comandante daquela atividade produtora, a todo momento seus agentes precisam lidar seja com os resquícios das relações sociais de produção que lhe são anteriores, seja com as próprias relações que não lhe servem enquanto tais. Resquícios e relações essas que, de acordo com as circunstâncias espaciais e temporais em que se põem diante dos agentes daquele processo, podem por ele ser absorvidos, redefinidos ou mesmo destruídos. Com a propriedade fundiária não é diferente. Sendo uma irracionalidade historicamente herdada, a propriedade, malgrado deva ser atualizada face à reprodução social capitalista, pode também se apresentar, na sua forma mais elementar, como importante momento da reprodução dessas relações – em verdade, na sua produção, através de novas acumulações primitivas. Vejamos essa questão mais de perto.

Marx, à sua época, compreendeu muito bem o importante papel que a propriedade passara a desempenhar no processo de desenvolvimento capitalista, em que pese naquele papel a preservação do seu caráter contraditório. O filósofo alemão trouxe as abordagens dos eco-

nomistas políticos da escola clássica acerca da teoria da renda – expondo suas limitações e buscando superá-las teoricamente –, partindo da concretude da propriedade territorial no capitalismo e, mais especificamente, a propriedade na agricultura. As ilusões postas pela teoria econômica burguesa (de ontem e de hoje) costumam partir do fato dado e acabado da propriedade, com esta se apresentando naquilo que é o seu movimento necessário, embora não inaugural: como pressuposto da produção capitalista e da acumulação do capital. Porém, o ponto de partida é a produção da propriedade pelo capital, seja através da proletarização, seja a partir da produção da propriedade já na sua feição capitalista, como ocorreu nos Estados Unidos ou no Brasil.

Uma das questões primordiais de Marx, inclusive para demonstrar como operava a teoria do valor na agricultura, perpassava a compreensão de aspectos aparentemente triviais: o fato de a terra possuir um preço, ser transacionada no mercado, mas não trazer consigo valor representado, ou seja, não ser um produto do trabalho. O aspecto central, para Marx (1974 [1894]), seria o fato de que o interesse que movia os proprietários fundiários e os proprietários de capital nos negócios com a terra era o de liberá-la com o fito de receber renda fundiária, por parte dos primeiros, e, por parte dos últimos, de utilizá-la produtivamente para receber incrementos de renda e lucros.

A necessidade de Marx em circunscrever conceitualmente a renda fundiária como categoria teórica que distingue os proprietários de terra como classe social deu-se no esteio da sua constatação de que a produção da propriedade capitalista no Ocidente europeu supôs a transformação das formas pré-modernas da renda fundiária (feudais, extraídas em espécie através do trabalho servil na gleba) nas suas formas modernas, extraídas em dinheiro. No entender de Marx (1974 [1894]), foi essa transformação das rendas que permitiu o incremento sem precedentes do comércio, bem como da indústria urbana enquanto pressuposto da aceleração das modernas condições de produção de mercadorias e da circulação monetária. Foi a partir da possibilidade de se extrair renda fundiária monetária que se erigiu e pôde se generalizar um mercado de terras ancorado na compra e venda com tal fim, e também o arrendamento com vistas à extração de lucros sobre o capital investido na terra (HARVEY, 1990 [1982]).

Não que a privatização da propriedade territorial e a submissão do antigo produtor direto a um sistema de produção e troca de mercadorias tenha feito surgir, de maneira acabada, a propriedade privada capitalista. Como informa Harvey (1990 [1982]), podem surgir formas intermediárias de diversos tipos, embora estas não possam sobreviver por muito tempo, pois a produção de mercadorias deve incentivar o desenvolvimento das for-

ças produtivas – mormente pela via de investimentos em ciência e tecnologia –, de modo a fomentar inovações de produtos, reduzir os preços de mercado e ampliar os mercados consumidores. A propriedade capitalista também exige uma organização dos processos de trabalho mais desenvolvida, do que resulta a possibilidade de extração de mais-valor relativo, contribuindo assim para uma maior organização da concentração dos capitais e a viabilização de investimentos mais vultosos.

Podemos afirmar que esses diversos tipos possíveis de formas intermediárias da propriedade capitalista foram percebidos por Stuart Mill; ainda assim, este autor não conseguiu ou não quis interpretar tal fenômeno sob o prisma da sua gênese histórica. E sob qual olhar o autor procedeu à explicação daquelas formas intermediárias? Ao criticar os “senhores da terra” por não participarem da produção de “melhorias na terra” e não se disporem a estudar as “melhorias científicas na agricultura”, Stuart Mill procedia, como era do costume daqueles que se ocupavam dos temas econômicos de seu tempo, a uma abordagem circunscrita às formas fenomênicas da propriedade de terras⁸.

Quando as contradições concretas batem à porta, com a apropriação da terra (as formas intermediárias da propriedade) se tornando uma “inconveniência” (nos termos de Stuart Mill) e se colocando como um entrave aos investimentos que permitiriam, numa palavra, o aumento da “composição orgânica do espaço” (LEFEBVRE, 2008 [1972]) e a capitalização de rendas fundiárias, os economistas burgueses passaram a reivindicar medidas – cujas garantias deveriam advir do Estado – para corrigir as incongruências produzidas pela propriedade fundiária. O debate econômico e político trazido por esses economistas, em verdade, direcionava-se contra as restrições colocadas pela presença da renda absoluta (referida à baixa composição orgânica do espaço) em áreas enormes da Inglaterra e da Irlanda. O que, ao fim e ao cabo, levaria à necessidade de se transacionar no mercado produtos com preços de mercado acima dos preços de produção. Tratava-se, da parte de economistas como Stuart Mill, de exigir uma necessária *atualização da propriedade fundiária* frente aos processos espaciais – os quais nada mais eram do que a própria realidade urbana em ato – que estavam se desenrolando na Inglaterra como condição e resultado da expansão da indústria.

O que torna a discussão sobre o caráter parasitário

⁸Segundo Rubin ([1989] 2014), David Ricardo, em sua importante teoria da renda, acabou fazendo uma série de generalizações sobre o desenvolvimento da agricultura inglesa. Sua lei da “fertilidade decrescente do solo” acabou por levar o economista inglês a confundir as condições conjunturais daquela agricultura em seu tempo com uma suposta “tendência inexorável do desenvolvimento da agricultura”, qual seja, a necessidade de se produzir nas piores terras. Por “consequência”, os custos de produção seriam mais altos, levando ao aumento dos preços dos cereais e da renda fundiária a ser paga aos proprietários de terra. Além disso, os salários pagos na agricultura teriam de ser maiores e haveria no setor uma taxa decrescente de lucro. Tal equívoco não foi suplantado por Ricardo, visto que não estava presente em sua teoria a categoria renda absoluta – algo que Marx incorporaria em sua própria abordagem. Somente assim Ricardo compreenderia que as piores terras geram, sim, uma renda, embora o proprietário dessas terras preferisse deixá-las incultas a dá-las de graça a um agricultor para o cultivo (RUBIN, 2014 [1989]).

dos “senhores da terra” no século XIX completamente improcedente – haja vista que a negatividade da presença da propriedade fundiária, qual seja, a apropriação da renda fundiária por tais “senhores da terra” que, ao revés, se incorporaria aos lucros do capital, já que é parte do mais-valor, pode ser suplantado pela sua positividade – se põe ao observarmos a própria presença da propriedade sob o capitalismo. Como bem desvela Harvey (1990 [1982]), apoiando-se em Marx, o proprietário de terras nada mais é do que a “personificação de uma das condições mais essenciais da produção”. E é precisamente aí que do proprietário de terras é cobrado que ele assuma uma mentalidade proprietária moderna que possa nutrir esse atributo; que exerça apenas o “papel positivo”⁹ que ele pode vir a ter na reprodução capitalista da riqueza, compondo as estratégias dos agentes econômicos no correto investimento de capital sobre a terra, de modo a assentir a capitalização das rendas, em que pesem as dificuldades de “...asegurar el incremento de este papel positivo y en restringir al mismo tiempo el negativo” (HARVEY, 1990 [1982], p. 363). Afinal, a terra, diferentemente do trabalho social, não é capaz de produzir valor sozinha, embora muito dos estudos da economia política e que se debruçaram sobre a teoria dos preços aplicada ao mercado de terras tenha desconsiderado as origens mais profundas da produção da riqueza social através desse meio de produção.

Ora, a mentalidade moderna do proprietário se coloca como uma resultante dessa imperiosa necessidade de se libertar a terra de toda e qualquer barreira que possa vir a embotar o livre desenvolvimento das forças produtivas – que, a rigor, corresponde ao livre exercício da vontade de que falava Hegel (1997 [1820]), em sua crítica à forma dominial e exterior da propriedade em Kant. Por isso, é preciso retirar do proprietário de terras qualquer poder direto sobre o uso da terra, sobre a força de trabalho empregada e sobre o capital adiantado no investimento (HARVEY, [1982] 1990). Para tal, uma indenização poderia ser estipulada pelo Estado ou, como insistiu Stuart Mill (1996 [1848]), poder-se-ia, via legislação, “... converter toda a classe dos donos de terra em detentores de fundos ou pensionistas...”, além de “...transformar os arrendatários em proprietários” (p. 290). Daí foram formuladas e implementadas as leis que permitiram a

⁹Em relação a esse papel positivo, diz-nos Harvey (1990 [1982]): “De hecho, uno de los triunfos del capitalismo ha sido obligar a los dueños de tierras a desempeñar ese papel positivo [usar o capital que estes centralizam através da apropriação da renda fundiária] como una condición para su supervivencia. Empero, aquí aparece una línea mucho más general de lucha de clases, porque los dueños de tierras no estaban necesariamente a usar el poder del dinero que habían centralizado simplemente como dinero que se pone en circulación como capital. A fin de cuentas, el poder social del dinero estaba destinado a dominar sobre el poder social da tierra. El uso de la tierra para adquirir dinero había sido durante largo tiempo la meta de los sectores más dinámicos de terratenientes con los arrendadores de todos tipos. Los terratenientes perdieron su papel autónomo e independiente y se transformaron necesariamente en una fracción del propio capital. Las luchas históricas entre los terratenientes y los industriales en la Inglaterra del siglo XIX, y las luchas semejantes que continúa habiendo en muchas otras partes del mundo, deben verse contra el telón de fondo de esa transformación necesaria que asimila a ambos dentro de la estructura de la circulación del capital a interés” (p. 369)

expropriação final das terras da Coroa e da Igreja, bem como os últimos resquícios das possessões utilizadas pela pequena indústria doméstica rural em terras inglesas¹⁰.

Guardadas as diferenças históricas acerca do processo de desenvolvimento capitalista, no interior do qual as diversas configurações da atualização da propriedade da terra podem ser verificadas enquanto respostas para com ele se defrontar, uma característica geral que passou a nortear a atuação desses agentes econômicos em relação à propriedade é, tal como elucida Harvey (1990 [1982]), a crescente tendência a tratá-la "...como um puro *bien financiero*" (p. 350). Essa característica se revela no seu casamento com a forma superior da propriedade, permitindo que tais agentes possam ver na terra a possibilidade de lhe dar um emprego "social".

Na esteira de uma série de críticas ao direito absoluto e exclusivo de propriedade, motivadas pela expansão das correntes políticas socialistas no Ocidente europeu, tornou-se preciso criar (e atualizar, quando necessário) o arcabouço jurídico que forjasse as salvaguardas institucionais para dois importantes aspectos, articulados entre si. O primeiro, retirar da propriedade (não só a fundiária) a qualidade de ser tão somente um direito subjetivo do proprietário, obrigando-o a dotá-la de uma função social que implicasse o contributo na reprodução da riqueza social. O segundo aspecto, consistia, no limite, na criação de um arcabouço jurídico e institucional com o fito de inscrever a propriedade no mercado de terras, tornando-o uma forma específica da circulação do capital a juros e apropriação das rendas fundiárias, além de fazer destas uma forma de capital fictício (HARVEY, 1990 [1982]).

Tratemos rapidamente das origens dessa regulação, sem, por ora, abordarmos os embates contidos nas posições políticas sobre a regulação jurídica da propriedade.

Embora possamos remeter ao crepúsculo do século XVIII alguns poucos registros acerca das posições políticas simpáticas às utilizações econômicas com "fins sociais" da propriedade¹¹, a sua efetividade jurídica pertence aos primeiros anos do século XX, com as Cartas Constitucionais elaboradas e promulgadas após o fim da Primeira Guerra Mundial. Nelas se faziam presentes, juntamente com os direitos individuais e políticos, as declarações dos direitos sociais. Junto aos princípios de igualdade material – direta e indiretamente providos pelo Estado – encontrava-se a função social da propriedade

como parte dos dispositivos sobre a ordem social e econômica, os quais orientariam a intervenção estatal nos domínios econômico e social.

Exemplos notáveis dessas Cartas são a Constituição mexicana e a Constituição de Weimar¹². Tarso de Melo (2012) assinala que a grande inovação desta última concerniu ao tratamento no âmbito do direito constitucional de questões até então circunscritas ao âmbito privado. A propriedade privada deveria ser empregada na busca do "pleno desenvolvimento social" na realização da atividade econômica, sem, contudo, que ela se desse em detrimento dos direitos fundamentais do cidadão – no caso específico, o direito civil de propriedade. De acordo com Gilberto Bercovici (2004), a Constituição de Weimar buscou legitimar a república alemã por meio de princípios democrático-liberais e do chamado "Estado social", com o fito de incorporar a classe trabalhadora ao Estado com base na emancipação política e na igualdade jurídica de direitos.

Esse arcabouço está hoje em dia consagrado nas Constituições mundo afora e nas legislações infraconstitucionais diversas, não sendo diferente no Brasil¹³. Na nossa história constitucional, a função social da propriedade só veio a aparecer como um princípio na Constituição Federal de 1988, com sua regulamentação tendo ocorrido bem mais tarde, no ano de 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257).

Na Constituição, a função social da propriedade achase presente em quatro momentos. 1) No Título II, "Dos Direitos e Garantias Fundamentais", em seu Capítulo I, intitulado "Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos", tal "função social" aparece no Inciso XXIII do Artigo 5º, que trata da "Igualdade perante a lei"; 2) No Título VII, "Da Ordem Econômica e Financeira", em seu Capítulo I, intitulado "Dos Princípios Gerais da Ordem Econômica", a "função social" da propriedade aparece no Inciso III do Artigo 170º, que trata da "ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa"; 3) No Capítulo II do mesmo Título VII, em seu Artigo 182º (cuja regulamentação, ao lado do Artigo 183º, é dada pelo Estatuto da Cidade), cujo Parágrafo 2º estabelece que a "propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor"; e 4) No Capítulo III, ainda no mesmo Título VII, desta feita em seus Artigos 184º e 186º, os quais estabelecem, respectivamente, a competência da União para desapropriar o imóvel rural

¹⁰Assim, à expropriação dos camponeses que trabalhavam antes por conta própria e ao divórcio entre eles e seus meios de produção correspondem a ruína da indústria doméstica rural e o processo de dissociação entre a manufatura e a agricultura. E só a destruição da indústria doméstica rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a solidez exigidas pelo modo capitalista de produção" (MARX, 1998 [1867], L. 1, v. 2, p. 869. Os grifos são nossos).

¹¹Tais registros, embora bastante localizados, remetem à elaboração da Constituição francesa de 1793. Aqui, os debates sobre a função social da propriedade se situaram nas relações entre trabalho e propriedade, dadas as preocupações em se buscar maneiras de incorporar o proletariado à sociedade burguesa sem que se tocassem de modo radical na sua relação social de produção fundamental.

¹²Afora algumas diferenças residuais dos termos utilizados nos dois textos constitucionais, o instituto da propriedade e sua função social possuem as mesmas raízes. Na Constituição mexicana (datada de 1917), em seu artigo 27, aduz-se que: "A Nação terá, a todo tempo, o direito de impor à propriedade privada as determinações ditadas pelo interesse público (...)". Já na Constituição de Weimar (datada de 1919), em seu artigo 153, aduz-se que "A propriedade obriga e seu uso e exercício devem ao mesmo tempo representar uma função no interesse social" (LEONETTI, 1997).

¹³Em verdade, no ordenamento jurídico brasileiro, o instituto da função social da propriedade aparece pela primeira vez na Constituição Federal de 1934, em seu art. 113, n. 17, em que a garantia do direito de propriedade não poderia se dar contra o interesse social ou coletivo.

que “não esteja cumprindo sua função social”, e os critérios e graus de competência estabelecidos em lei para o “uso racional e adequado” da propriedade em relação aos “recursos naturais” e a observância das disposições que regulam as relações de trabalho.

Já no Estatuto da Cidade, particularmente no Capítulo 1, art. 1º, se “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. Com base nessas normas, o art. 2º estabelece que as políticas urbanas teriam “...por objetivo ordenar o pleno funcionamento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”.

Ainda que inscritos dentro de uma tímida plataforma reformista, originada da condensação dos enormes conflitos de interesse que perpassaram a constituinte de 1988, não podemos descurar a importância das funções sociais da propriedade e da cidade como princípios constitucionais e paradigmas daquilo que Edésio Fernandes (2013) denomina “nova ordem jurídico-urbanística” e “nova ordem institucional”¹⁴, ambas expressas no Estatuto da Cidade. Ademais, a presença de tais princípios na Constituição de 1988 não foi uma bagatela histórica, e sim o resultado de lutas e reivindicações que remetem aos anos 1960, nos embates em torno da Reforma Urbana, e que culminaram na Emenda Popular da Reforma Urbana, a qual foi parcialmente incorporada aos artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

Porém, como sublinha Fernandes (2013), tais conflitos de interesse não poderiam chegar até os dias atuais encerrando-se apenas no formalismo jurídico, o qual orientaria a disputa sobre o *dever ser* do “controle jurídico do desenvolvimento urbano”. Não obstante o direito civil insista em ser o pressuposto das decisões jurídicas (por exemplo, no que toca às utilizações da propriedade), não raro se sobrepondo ao direito público e seu ramo urbanístico (e ao Estatuto da Cidade e às leis federais que o complementam), a juridicização das lutas urbanas possuiria limites. Por isso, uma profunda renovação da mobilização sociopolítica em torno das questões fundiárias, urbanas, habitacionais e ambientais teria de estar no campo de preocupações dos diversos movimentos sociais e dos grupos de apoio versados com a agenda da reforma urbana e do “direito à cidade”.

Para Fernandes (2013), essa perspectiva seria um passo importante no combate à “descrença”, da parte desses movimentos sociais e grupos de apoio, com o Estatuto da Cidade e com a própria agenda da reforma urbana e do “direito à cidade”. Tal descrença careceria

de ser substituída por um “otimismo cauteloso”, em que pese a necessidade de ser considerada nas suas dimensões “culturais e sociopolíticas”. Afinal, a percepção dos setores sociais aludidos se alimentaria, dentre vários outros fatores, da verificação do avanço daquilo que o autor chama de “processos de especulação imobiliária” e de “gentrificação de áreas” nas principais metrópoles brasileiras, cuja ocorrência, de fato, aumentou pari passu às intervenções urbanísticas estatais e empreendimentos privados produzidos para os eventos esportivos ocorridos recentemente no Brasil.

Vale acrescentar que a importância do princípio da função social da propriedade (e da cidade) se revela bastante candente, sobretudo em uma formação social como a brasileira, no transcurso da qual se logrou generalizar relações de propriedade sem, contudo, generalizar as formas de acesso a ela. No entanto, julgamos imprescindível discutir, ainda que em linhas gerais, o fenômeno da presença de imóveis subutilizados, seja no campo ou nas aglomerações urbanas, e que se traduziria, no entendimento dos movimentos sociais de luta pela moradia (e de muitos estudiosos da “questão urbana”), no termo “especulação imobiliária”. A nosso ver, ao lançarem mão deste termo para denunciar a subutilização de imóveis urbanos ou rurais, tais movimentos sociais passariam ao largo da estratégia mais adequada para continuar exigindo a efetividade dos mecanismos jurídico-institucionais e a difícil aplicação dos instrumentos jurídico-urbanísticos criados a partir do Estatuto da Cidade, notadamente aqueles que combatem a subutilização ou a vacância – e que limitariam o caráter exclusivamente individual do direito de propriedade –, como o IPTU Progressivo e o Direito de Preempção.

Faremos essa discussão nos valendo de um exemplo empírico na metrópole de Belo Horizonte, cuja realidade concreta é a síntese de algumas das determinações que trazemos neste ensaio: a chamada “região do Isidoro” e alguns aspectos da trajetória da mobilização das propriedades na área.

As articulações privadas face aos entraves/possibilidades para a capitalização das rendas fundiárias: as Operações Urbanas do Isidoro de 2000 e 2010

Localizada no extremo norte de Belo Horizonte, cujos limites se fazem com o município de Santa Luzia, a “região do Isidoro” é considerada a última área privada não parcelada¹⁵ da capital mineira. Desde julho de 2013, essa área vem sendo palco daquele que talvez seja o maior conflito fundiário do Brasil, com a presença de três ocupações residenciais (Esperança, Vitória e Rosa Leão) que

¹⁴No tocante a essa nova ordem institucional, Fernandes (2013) faz menção à criação na esfera federal do Ministério das Cidades, em 2003; a convocação de Conferências Nacionais/Estaduais/Municipais das Cidades, bianualmente desde então; a instalação e a atuação do Conselho Nacional das Cidades; a ação da Caixa Econômica Federal; além dos diversos planos e programas federais, como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

¹⁵Até o ano de 2010, a área era classificada como uma Zona de Proteção Ambiental (ZPAM) e Zona de Proteção (ZP), o que a caracterizava como área de preservação de mananciais regulada por um zoneamento restritivo.

totalizam, segundo os movimentos sociais que estão à sua frente, cerca de 8 mil famílias.

Com um histórico que remonta às primeiras décadas desde a inauguração de Belo Horizonte, as propriedades que compõem a “região do Isidoro” foram sendo adquiridas por Hugo Furquim Werneck, médico fluminense que viera para a capital tratar de uma tuberculose pulmonar, mas que ali acabou por se estabelecer. Entusiasmado com as características climáticas de Belo Horizonte – propícias ao tratamento da tuberculose, segundo a medicina da época – e, ao que parece, tendo visto a possibilidade de negócios envolvendo o processo de internação e tratamento daquela enfermidade, Hugo Werneck construiu e inaugurou na região, no ano de 1929, um dos mais modernos sanatórios do País, cujo funcionamento se deu até 1975.

Após a morte de Hugo Werneck, em 1935, a gestão dos ativos fundiários (que, à época, chegaram a totalizar 596 hectares) e do próprio sanatório ficaram a cargo da empresa Granja Werneck S.A., criada no ano seguinte por seu filho mais velho, após o processo de partilha da propriedade, decorrente da morte da esposa de Hugo Werneck.

Desde então, entre algumas desapropriações pelo Poder Municipal e vendas esporádicas de parte das terras, os familiares de Hugo Werneck, por meio da Granja Werneck S.A., têm tentado redefinir as modalidades de mobilização da propriedade na “região do Isidoro”. Uma primeira tentativa mais diligente ocorreu no ano 2000, através de uma Operação Urbana Simplificada, instituída pela Lei Municipal n. 8.137/2000. O instrumento tinha por objetivo, num prazo de seis anos e realizado em parceria entre o município e empreendedores privados, “...promover a ocupação ordenada da região do Isidoro, através da implantação de sistema viário e equipamentos que dotem a região da infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento econômico, ambiental e urbano”.

Entretanto, como bem apontado por Daniela Abritta Cota (2010), a tentativa de se promover a “ocupação ordenada” da “região do Isidoro” acabou não se concretizando. E isso porque a lei da Operação Urbana teria sido aprovada “...sem que houvesse um acordo prévio entre os interesses públicos e particulares envolvidos; ou seja, não havia garantia de que a *parceria* fosse efetivada” (COTA, p. 306, grifo da autora). Somado a esse fato, ainda segundo a autora, o poder municipal não realizou os investimentos em infraestruturas físicas que possibilitassem a atração dos capitais para produzir os empreendimentos na área, tornando-os inviáveis, pelo menos naquele momento.

Assim, a obsolescência das infraestruturas físicas de transportes anteriores na porção norte – tida como de ocupação heterogênea e “desordenada” – era também um fator primordial a ser revertido, de modo que as no-

ções de acessibilidade e fluidez (pelo menos em tese) se tornassem os suportes materiais e simbólicos para a viabilidade dos negócios engendrados a partir da operação urbana de 2000. Alguns dos interesses que se voltavam para a região naquele ano já traziam consigo propósitos de mobilização da propriedade orientados pelos circuitos mais desenvolvidos das relações de produção capitalistas, formas superiores em relação às modalidades de rentismos conjugadas à ocupação original da porção norte de Belo Horizonte, mas eram insuficientes para gerar a sinergia dos negócios. Com efeito, a presença dessas infraestruturas físicas poderia alavancar os elementos do capital fixo de longa duração, necessários à chegada de novos empreendimentos e a construção da representação ideológica que positivaria a porção norte como o “mais novo vetor de desenvolvimento” da capital.

Porém, a provisão dessas infraestruturas físicas não poderia ser feita pelos agentes privados (capitais construtor e incorporador) de maneira isolada, dado que envolvem grandes somas de capital a ser imobilizado. E por ser também onerosa para o Estado, a produção de infraestruturas físicas não se traduz no resultado das requisições de um capital individual, e sim de uma tomada de decisões ocorrida em consonância com determinados agentes privados – e apenas quando estes são tornados estratégicos nas reestruturações urbano-metropolitanas. E essa tomada de decisões passa, ainda que não exclusivamente, pelos resultados da produção de uma demanda social por solo urbano, decorrente das ações desses agentes e do seu consumo pelos grupos solváveis, bem como as implicações dessa demanda na estruturação dos preços do solo.

Para que essa condição possa de alguma maneira se realizar, é preciso que esses agentes privados estejam em concorrência na região onde vão atuar, tornando-se os demandantes das terras, induzindo a sua escassez e justificando assim a alocação dos investimentos estatais, inclusive para aperfeiçoar os meios para a circulação do capital no ambiente construído. Como então não havia atrativos que permitissem essa demanda em profusão e através de investimentos com intensidade de capital, os “alicerces” da Operação Urbana do ano 2000 não puderam, naquele momento, ser erguidos. E não puderam porque, ao se impor como racionalidade operadora das estratégias dos agentes econômicos da produção do ambiente construído, a presença da renda fundiária também impõe que somente as utilizações mais rentáveis sejam possíveis.

Essa busca por rentabilidade acima da média – e, obviamente, pelas vantagens competitivas que lhe forneçam suporte – ocorre por intermédio daquilo que Harvey (1990 [1982]) chamou de busca por “situações superiores” –, as quais normalmente são associadas às vantagens tecnológicas. No concernente a tais situações,

mormente as vantagens competitivas por elas proporcionadas e os elementos necessários à sua ocorrência, o autor em tela explica que:

La ventaja de determinada situación para el capitalista individual depende del costo del capital constante y variable, de la transportación a los mercados con suficiente demanda efectiva, del costo del capital a interés, el costo y disponibilidad de una serie de servicios subordinados, así como el precio de la tierra. (HARVEY, 1990 [1982], p. 391)

No transcurso histórico no qual o espaço entrou na reprodução das relações sociais, a produção de situações superiores progressivamente foi se tornando mais intensa e dinâmica, pois faz parte dos artifícios para se diminuir custos de produção e de circulação e se reduzir o tempo de rotação do capital em geral. Arranjos institucionais são formulados, aprimorados e implementados com vistas a gestar o ambiente adequado de negócios aos capitais interessados em se instalarem em determinado lugar ou região ou país¹⁶. Enormes disputas se estabelecem tanto entre as diferentes escalas assinaladas quanto entre os capitalistas individuais, com o intuito de se cercar das vantagens competitivas imprescindíveis à obtenção dos lucros extraordinários. Essa é uma dimensão daquilo que Harvey (1990 [1982]) denominou “desenvolvimento geográfico pouco uniforme” do capitalismo, conceito que ajuda a apreender, dentre outras nuances da mobilização do capital pelo espaço, os diferenciais no seu processo de capitalização. Advém daí, com todas as suas repercussões, o surgimento dos “vetores de expansão urbana”, ligados aos investimentos do par setor “imobiliário”/capital portador de juros, da indústria, ou, ainda, o seu reverso necessário: o abandono de áreas inteiras pelos capitais outrora aí empregados.

Trata-se de características contemporâneas da circulação do capital pelo espaço que se revelam ainda mais sensíveis aos ritmos sumamente mais intensos das mudanças tecnológicas que possam propiciar incrementos constantes na materialidade do espaço – por exemplo, na produção das infraestruturas físicas. O acirramento da competição entre os agentes econômicos da produção das mercadorias – entre elas o ambiente construído urbano – impõe que a busca pelas situações superiores seja diretamente dependente da retirada (apenas temporária) dos obstáculos ao deslocamento espacial das mercadorias produzidas. Ademais, a produção de infraestruturas físicas, ao seguir os preceitos de integração espacial em ritmos e condições desiguais

nas diferentes escalas espaciais, universaliza – também de modo desigual – os pilares da troca e do valor de troca para os mais diversos recônditos da vida individual e social. Inscrevendo-se com maior ou menor voracidade no plano da cotidianidade, essa universalização materializada nas infraestruturas físicas a submete à temporalidade da circulação ampliada e da realização do mais-valor. Para Marx (2011 [1857-58]):

Quanto mais a produção se baseia no valor de troca e, em consequência, na troca, tanto mais importantes se tornam para ela as condições físicas da troca – meios de comunicação e transporte. É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação de condições físicas da troca (...) devém uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente – a anulação do espaço pelo tempo. (p. 432)

Anos mais tarde, com a conjugação dos projetos da implantação do aeroporto industrial em Confins, da produção da “Linha Verde”¹⁷, da duplicação da avenida Antônio Carlos¹⁸, além da instalação da nova Sede Administrativa do Governo de Minas Gerais – projetos levados a cabo em meados da primeira década de 2000, como parte da viabilização do “vetor norte” de Belo Horizonte – criou-se um “fato novo” para que a “região do Isidoro” voltasse à pauta dos interesses dos capitais construtor, incorporador e dos proprietários fundiários da área. As novas possibilidades de ganhos econômicos faziam daquele patrimônio fundiário algo propício aos interessados em promover o seu parcelamento e materializar empreendimentos imobiliários de grande intensidade de capital. A articulação de momento entre os interesses em marcha levou aqueles agentes, explica Cota (2010), “...a procurar o Executivo na tentativa de viabilizar uma parceria que permitisse a utilização sustentável da área” (p. 306). A partir daí, uma nova proposta de operação urbana foi finalmente elaborada e aprovada, sob a forma de Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n. 820/09, o qual tratava de alterações no Plano Diretor (Lei Municipal n. 7.165/1996) e na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte (Lei Municipal n. 7.166/1996), e que reverberou na promulgação da Lei Municipal n. 9.959/2010.

Do que dissemos acima, pode-se depreender que os artifícios utilizados pelos proprietários fundiários da “região do Isidoro”, bem como suas tentativas de articulação com os agentes econômicos (empresas construtoras e incorporadoras), esbarraram, na Operação Urbana de 2000, nas determinações concretas da metropolização de Belo Horizonte, particularmente na sua porção norte. Os interesses daqueles proprietários para mobilizar a propriedade na esteira das condições jurídicas e

¹⁶Ressalte-se, aqui, a Lei n. 9.514, que criou o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), apresentado como “complementar” ao já vigente Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O principal intuito da Lei do SFI foi o de propiciar segurança jurídica aos agentes que utilizam o crédito imobiliário para suas operações (principalmente os investidores) e também fomentar a liquidez para os títulos securitizados. Essa lei foi de suma importância para a notável ampliação desse crédito imobiliário no Brasil a partir dos anos 2000 e também para o estreitamento das relações entre os mercados financeiros e a produção e o consumo do ambiente construído urbano (SANFELICI, 2013). Outro instrumento importante para a segurança jurídica das instituições financeiras foi o Patrimônio de afetação, cuja vigência se deu a partir da Lei n. 10.931, aprovada em 2004.

¹⁷Referência ao projeto viário lançado em 24 de maio de 2005 e concluído no ano seguinte pelo governo de Minas Gerais, cujo percurso envolve Belo Horizonte e a porção norte de sua região metropolitana.

¹⁸Trata-se de uma das avenidas arteriais de Belo Horizonte, cujo percurso liga a área central até a região da Pampulha, também localizada na porção norte da capital.

institucionais propícias às redefinições da porção norte da metrópole, em fins da década de 1990 e na década seguinte, permitindo assim incrementos nos preços do solo, de modo a que pudessem se apropriar das rendas fundiárias, não se realizaram. Ao que parece, os representantes da Granja Werneck S.A. (os proprietários), sabedores de que sua atuação sem a aliança com agentes econômicos com claros interesses em investir na área repercutiria em nenhum controle sobre os determinantes dos preços do solo, ao mesmo tempo tentavam tornar viável algum negócio com boa rentabilidade na área, atuando nos bastidores do Poder Municipal. Além do mais, os intentos dos proprietários da área abarcavam, mas também queriam ir além da simples compra, parcelamento e venda de terras, voltados para as frações de baixos rendimentos (experimentado na década de 1980), justamente para construir condições propícias para tais incrementos nos preços do solo.

Daí nossa afirmação, no início desta seção: ao contrário do que normalmente se supõe, as propriedades da "região do Isidoro" não ficaram "paradas", fenômeno que se traduziria, para os movimentos sociais de luta pela moradia e para vários estudiosos da "questão urbana", no termo "especulação imobiliária". Samuel Jaramillo González (2010) explica que as mudanças temporais nos preços do solo, por normalmente tornarem possível o seu incremento, incentivam agentes econômicos como proprietários fundiários e os capitais construtor e incorporador a buscarem dele se apropriar, sob a forma de rendas fundiárias. E seria esse afã de se apropriar de tais incrementos que levaria à compra de terras com o objetivo de vendê-las em outro momento, prática à qual González chama de "especulação urbana". Porém, a especulação com terras, assim como a especulação com papéis, não pode ser analiticamente tratada como algo *exterior* à produção, mas como uma manifestação *necessária e possível* de processos universais nos quais estão presentes a produção, a realização e a distribuição do mais-valor. Obviamente, faz-se prudente cientificamente compreender a particularidade, isto é, a situação concreta de onde se parte – que, no nosso caso, é a "região do Isidoro". Aqui, a intenção de abarcar, mas também de ir além do movimento de compra, parcelamento e venda de terras, situado no nível da "especulação passiva", de acordo com González, implica participar da "especulação indutiva": participar da gestação e da apropriação dos incrementos mais substanciais dos preços do solo – logo, das rendas mais elevadas.

Malgrado os intentos de participar desses incrementos não tenham se realizado no tempo e na medida exatas vislumbradas pela Granja Werneck S.A., o principal ativo gerido pela empresa – a propriedade da área – sempre foi mobilizado. A nosso ver, a questão a ser compreendida concerne às metamorfoses nas modalidades da mobilização daquela propriedade, nos entraves

colocados para tal, bem como na busca, por parte dos proprietários, das soluções que fossem consoantes aos seus interesses. No âmbito dessa mobilização, nunca esteve de fora a irrequieta busca por operações especulativas de largo alcance – leia-se a "especulação indutiva", nos termos de González. De acordo com este autor, essas operações atravessam os diferentes momentos da atuação dos agentes econômicos de peso, cujos capitais estão envolvidos com a urbanização. São operações não circunscritas à circulação, mas que abarcam o processo de produção do ambiente construído, passando pelo momento mais "irrisório" de compra e venda de terras para alcançar seus propósitos: dirigir e modular, dentro das possibilidades de que dispõem esses agentes econômicos, transformações mais profundas no processo de urbanização. Noutros termos, dirigir e modular "...la traducción sobre el espacio de los cambios referidos en los precios del suelo" (GONZÁLEZ, 2010, p. 210).

Considerações finais

Vimos que as tentativas de se dar uma orientação "progressista" às categorias da economia política – como afirmamos ser o caso da função social da propriedade – não vêm deste século. Tal orientação já se fazia presente no século XIX, mesmo entre os representantes da burguesia (entre eles Stuart Mill), e se estendeu ao longo daquele século, adentrando o seguinte, sempre atualizada – não obstante carregada das mesmas ilusões jurídicas. Talvez a consequência mais patente dessa mesma orientação seja a sua coerência com o reformismo distributivista e o fortalecimento da máquina de Estado.

No âmbito das reivindicações do cumprimento da função social da propriedade, quando os movimentos sociais e grupos de apoio acusam determinados proprietários fundiários de não observarem aquele princípio e atuarem como "especuladores imobiliários" (a versão atual do proprietário "parasita"), põe-se em relevo a inoquidade da ênfase no caráter negativo da propriedade¹⁹, referido às barreiras por ela colocadas aos investimentos de capital e às restrições postas por patamares de capitalização situados na renda absoluta. Dessa ênfase decorre que se presta pouca atenção no quanto tal caráter negativo pode levar à positividade das utilizações da propriedade na articulação entre proprietários de terra e de capital, como no caso da "região do Isidoro", por nós apresentado acima.

Ainda assim, se não podemos nos furtar da crítica à

¹⁹Nas palavras de Harvey (1990 [1982]): "Desgraciadamente, gran parte de la polémica dirigida contra la renta de monopolio y la renta absoluta y contra el papel parasitario y superfluo del terrateniente en esas situaciones, se ha trasladado al análisis de la renta diferencial. Por tanto, se han subrayado los aspectos negativos de las intervenciones de la propiedad territorial, y se ha prestado poca atención al papel positivo de coordinar la corriente de capital a la tierra y a través de ella en formas que apoyan ampliamente la acumulación ulterior" (p. 364).

crença na função social da propriedade, definida por uma certa ordem jurídica e encampada pelo Estado, tampouco podemos decretar, de antemão, a indigência teórica e prática dos movimentos sociais que reivindicam o cumprimento daquele princípio em suas lutas urbanas.

As tensões que daí se sobressaem emergem de diferentes porções do espaço intrametropolitano e revelam, por um lado, quão árdua tem sido a busca dos movimentos sociais pelo amparo jurídico através das reivindicações, feitas às comissões de direitos humanos das Casas Legislativas e demais instâncias institucionais "competentes", da efetivação do princípio da função social da propriedade e das garantias fundamentais como a Dignidade da Pessoa Humana, contidas no texto Constitucional. Por outro lado, notamos a gestação de possibilidades concretas a partir das estratégias dos movimentos sociais, centradas nas ocupações residenciais, sobretudo quando se nota a formação de relações de reconhecimento e de pertencimento cada vez mais tenazes; a percepção, por parte de muitos ocupantes, de que a necessidade de luta pela moradia decorre de um padrão desigual de apropriação do espaço; de que é preciso de formas de organização política e comunitária construídas coletivamente, dentre outros aprendizados políticos.

Visto que o Estado não é uma instância neutra, mas, ao revés, é, por excelência, um campo aberto de conflitos, que as lutas sociais não podem deixar de vislumbrar atingir os pilares de seu edifício. Essa característica intrinsecamente conflitual do Estado moderno ocorre, de acordo com Joachim Hirsch (2010), não porque ele estaria "tomado" pelos representantes da burguesia, e sim porque, enquanto forma social, ele traz consigo, como uma de suas funções, aquela de estruturar as relações sociais de produção. Apesar de individualizar os conflitos sociais, retirar-lhes das relações de classes e deslocá-los para a esfera do reconhecimento formal e procurar dirimi-los, a forma política estatal – e todo o arcabouço jurídico que pavimenta a sua ação – debate-se com as contradições próprias a tais funções, por ela assumidas na modernidade.

E o princípio da função social da propriedade, no tocante às interpretações jurídicas que este recebe, contém e expressa o campo aberto de conflitos que chamamos a atenção acima. Um desses conflitos reside na dogmatização daquelas interpretações, reafirmando a figura do proprietário e do caráter eminentemente patrimonial que move suas definições acerca do direito de propriedade. Outro conflito – o qual, obviamente, choca-se com o anterior – concerne à realização concreta do princípio, mais próxima da ideia de satisfação das diferentes necessidades sociais que compõem a utilização da terra como meio de produção e meio de vida e que tendem a fazer parte daquilo que os movimentos sociais (urbanos

e agrários) reivindicam.

Do primeiro conflito se desdobram, por exemplo, as pressões pela realização do *ambiente adequado de negócios*, marcado por aquilo que é chamado de segurança e previsibilidade da norma, e imprescindível para que os capitais construtor/incorporador possam atuar em condições favoráveis na produção e na circulação do ambiente construído urbano. No Brasil, o ordenamento jurídico que permite a reinscrição da propriedade nos circuitos de valorização do valor se divide em dois, embora ambos não estejam desvinculados um do outro. O primeiro deles, a regulamentação do princípio da função social da propriedade e da função social da cidade, com a aprovação do Estatuto da Cidade; o segundo, a criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (Lei Federal n. 9.514/1997), complementado pela Lei do Patrimônio de Afetação (10.931/2004).

O segundo conflito, no interior dos quais se move a função social da propriedade, contém não só as lutas para que as interpretações jurídicas retirem dos movimentos sociais o epíteto de "quadrilhas" e que as ocupações de terra deixem de ser vistas como "esbulho possessório", mas também as lutas pelo cumprimento daquele princípio.

Portanto, através da identificação das contradições próprias às funções do Estado, deve-se compor um debate atento ao acirramento dos conflitos decorrentes daquelas contradições. E um debate que não se proponha apenas a lamentar as aporias colocadas à construção da emancipação humana ou que se contente com uma suposta prevalência que deveria ser dada às interpretações jurídicas em torno da propriedade. E, para tal, os movimentos sociais que se municiam da via jurídica para combater o dogmatismo devem estar atentos à maneira pela qual a legalidade atualiza as derivações necessárias ao econômico e à economia política. Noutros termos, os movimentos devem estar atentos à maneira como a legalidade determina a formação do escopo institucional do qual o Estado se vale para reafirmar a propriedade e suas relações sociais no âmbito da urbanização contemporânea.

Referências

- BERCOVICI, G. (2004) *Constituição e estado de exceção permanente: a atualidade de Weimar*. Rio de Janeiro: Azougue. 275 p.
- COTA, D. A. (2010) *Parceria público-privada na política urbana brasileira recente: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte*. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- FERNANDES, Edésio. (2013) Estatuto da Cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo? *Revista UFMG*, Belo Horizonte, V. 20, n. 1, jan./jun., p. 212-233.
- GONZÁLEZ, S. J. (2010) *Hacia una teoría de la renta del suelo urbano*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, CEDE, Ediciones Uniandes.
- HARVEY, D. (1990 [1982]) *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica.
- HEGEL, F. (1997 [1820]) *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 329 p.
- HIRSCH, J. (2010) *Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados*. Rio de Janeiro: Editora Revan. 326 p.
- LEFEBVRE, H. (2008 [1972]) *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 190 p.
- LEONETTI, C. A. (1999) Função social da propriedade: mito ou realidade? *Novos Estudos Jurídicos*, Itajaí, Ano V, n. 8, p. 17-26.
- MARX, K. (2004 [1844]) *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 175 p.
- _____. (2011 [1857-58]) *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-58. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo editorial. 788 p.
- _____. (1998 [1867]) *O capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. L. I, v. 2. 364 p.
- _____. (1974 [1894]) *O capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. L. III, v. 4. 378 p.
- MELO, T. de. (2012) *Direito e ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural*. São Paulo: Outras Expressões/Dobra Editorial. 192 p.
- RUBIN, I. I. (2014 [1989]) *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 524 p.
- SANFELICI, D. M. (2013) *A metrópole sob o ritmo das finanças: implicações socioespaciais da expansão imobiliária no Brasil*. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- STUART MILL, J. (1996 [1848]) *Princípios da economia política com algumas de suas aplicações à filosofia social*. São Paulo: Nova Cultural, 479 p.

AGRONEGÓCIO E CAMPESINATO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: TRANSFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS EM DUAS REGIÕES NOS ESTADOS DE RONDÔNIA E PARÁ*

Ricardo Gilson da Costa Silva**

Universidade Federal de Rondônia

Francilene Sales da Conceição***

Universidade Federal do Oeste do Pará

Resumo: Na Amazônia brasileira o agronegócio da soja cristaliza os espaços da globalização, opondo o campesinato e as forças hegemônicas do capital. A produção familiar (campesinato) é pressionada pelos mecanismos coercitivos impostos pelas forças hegemônicas do capital, ancorado na modernização do espaço, através do agronegócio da soja. Este deve ser entendido como o processo multiescalar de conversão de áreas agrícolas em campo de expansão econômica do capital globalizado. Essa é a situação que atualmente se configura no sul do estado de Rondônia e no oeste do estado do Pará, notadamente nos municípios de Vilhena/RO, Santarém e Belterra/PA.

Palavras-chave: Geografia da Amazônia. Espaços da globalização. Campesinato. Agronegócio.

AGRIBUSINESS AND PEASANTRY IN THE BRAZILIAN AMAZON: GEOGRAPHIC TRANSFORMATIONS IN TWO REGIONS OF THE STATES OF RONDÔNIA AND PARÁ.

Abstract: Soy agribusiness in the Brazilian Amazon reflects the spaces of globalization. Through this dynamic peasantry opposes to the hegemonic forces of capital. Peasantry is pressed by coercive mechanisms imposed by this capital, embedded in the modernization of space. In this context agribusiness should be understood as a multiscale processes that leads the conversion of agricultural areas into others under the control of globalized capital. This is the situation currently being developed in the South of the Rondonia State and in the West of the State of Para, more precisely in the municipalities of Vilhena (RO), Santarém and Belterra (PA).

Keywords: Amazon Geography, Globalization spaces, Peasantry, Agribusiness.

AGRONEGOCIO Y CAMPESINATO EN LA AMAZONÍA BRASILEÑA: TRANSFORMACIONES GEOGRÁFICAS EN DOS REGIONES EN LOS ESTADOS DE RONDÔNIA Y PARÁ

Resumen: En la Amazonia brasileña el agronegocio de la soja cristaliza los espacios de la globalización, oponiéndose al campesinado y las fuerzas hegemónicas del capital. La producción familiar (campesinado) es presionada por los mecanismos coercitivos impuestos por las fuerzas hegemónicas del capital, anclado en la modernización del espacio, a través del agronegocio de la soja. Este debe ser entendido como el proceso multiescalar de conversión de áreas agrícolas en campo de expansión económica del capital globalizado. Esta es la situación que actualmente se configura en el sur del estado de Rondônia y en el oeste del estado de Pará, notadamente en los municipios de Vilhena/RO, Santarém y Belterra/PA.

Palabras clave: Geografía de la Amazonia. Espacios de la globalización. Campesinado. Agronegocios.

*O presente artigo compõe o projeto de pesquisa "Agricultura, território e espaços da globalização: aportes teóricos a partir da Argentina e Brasil", em desenvolvimento no Programa Postdoctoral en Ciencias Humanas y Sociales da Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, sob a supervisão da professora doutora Mariana Arzeno.

**Doutor em Geografia Humana, professor do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Profissional em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia da Universidade Federal de Rondônia. Endereço: BR 364, Km 9,5, CEP: 76801-059, Porto Velho/RO. E-mail: rgilson@unir.br

***Mestre em Geografia, professora substituta da Universidade Federal do Oeste do Pará, Av. Marechal Rondon, s/n, CEP 68040-070, Santarém/PA. E-mail: lenesalesgeo@hotmail.com

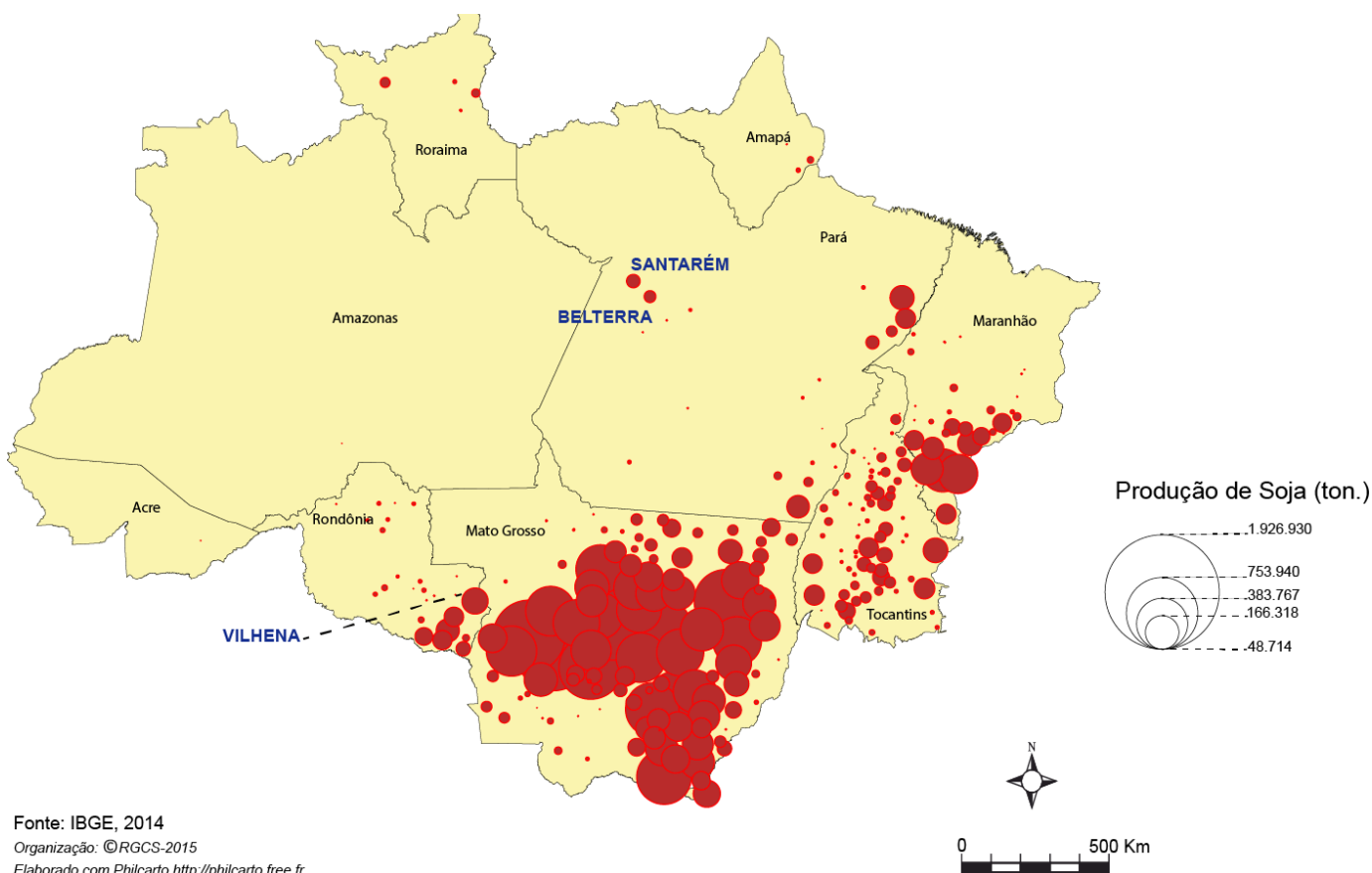
Introdução

Na Amazônia brasileira o agronegócio representa a cristalização dos espaços da globalização (SANTOS, 2005), cuja trama socioespacial opõe o campesinato e as forças hegemônicas do capital que transformam a agropecuária regional e, por conseguinte, o uso do território. Esse processo instaura um conjunto de transformações geográficas que (re)significam a região na divisão territorial do trabalho, manifestando “manhas” do meio técnico-científico-informacional que definitivamente impõe fragmentações no espaço regional, principalmente quando estes se abrem aos fluxos globais (SANTOS, 1996; SILVA, 2014b, 2015; BERNARDES, 2010).

O campesinato, que entendemos como classe social e modo de vida (OLIVEIRA, 1991), em seus respectivos territórios, é pressionado pelos mecanismos coercitivos

impostos pelas forças hegemônicas do capital, ancorado na modernização regional através do agronegócio da soja. Tal situação geográfica deve ser entendida como um processo multiescalar, de conversão dos espaços agrícolas da produção familiar em campo de expansão econômica do capital globalizado, que adicionado à produção de *commodities* agrícolas se configura em espaços da globalização. Algumas regiões periféricas que apresentavam pouco dinamismo econômico, sob a ótica do capital, passaram a receber investimentos das grandes empresas globalizadas, transformando o espaço regional a partir de novas verticalidades (SANTOS, 1996), o que ampliou as relações local e global. Essa é a situação que atualmente se configura nos municípios de Vilhena (localizado no sul de Rondônia), Santarém e Belterra (localizados no oeste do Pará), ambos marcados pelo avanço da produção de soja (Figura 1), e objeto desta análise.

FIGURA 1 – GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO DE SOJA NA AMAZÔNIA (2013)
LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE VILHENA (RO), BELTERRA E SANTARÉM (PA)



Em específico, a análise do agronegócio se torna relevante pelas transformações regionais que se instauraram nos lugares, considerando a formação socioespacial onde a presença do campesinato se cristalizou em função do processo de colonização

agrícola. Nos municípios objeto deste texto, a soja comparece como elemento de reestruturação produtiva no espaço regional, criando verticalidades pelo capital global. A presença de grandes empresas, como Cargill, Amaggi, Bunge, entre outras, criam solidariedades

organizacionais do capital (SANTOS; SILVEIRA, 2005), fragmentando o espaço regional em áreas de modernização da agricultura que se globaliza e, concomitantemente, expropria o campesinato.

Constatam-se transformações no espaço agrário estimuladas pelo capital globalizado, instaurando crises no uso do território, quando o espaço do campesinato diminui e o espaço do agronegócio avança. O entendimento do movimento do capital se realizando no ambiente local/regional a partir da produção de mercadorias e de domínio do território nos indica os arranjos espaciais emergentes que atravessam as regiões, sendo, pois, comandados de diferentes lugares, cujas hierarquias políticas, técnicas e informacionais se manifestam conflitivamente no espaço da produção.

Nesse sentido, o texto analisa essas dinâmicas territoriais a partir das contradições que opõem o campesinato e as comunidades tradicionais amazônicas frente ao capital do agronegócio em sub-regiões amazônicas, demonstrando as fragmentações produzidas pelo processo de globalização que atinge o espaço regional (Figura 1). Os camponeses e as comunidades tradicionais amazônicas, conceito expresso no universo da relação social entre homem/comunidades, natureza e território, categorizadas como ribeirinhos, pescadores, seringueiros, quilombolas, povos indígenas, dentre outros, esboçam em suas lutas e vivências os tensionamentos elaborados no processo de produção do espaço como totalidade histórica (SANTOS, 1998, 1996 e 2005), cujos desdobramentos concretos delineiam a formação dos territórios camponeses/comunidades frente ao território do agronegócio. Cristaliza-se a relevância da análise por verificar as mudanças na agricultura camponesa local em área de *commodity*, em que as monoculturas do agronegócio tendem a expulsar, pelo processo de expropriação e de coerção territorial do capital, as populações camponesas e as comunidades tradicionais amazônicas, representando uma nova fase de modernização conservadora no espaço agrário amazônico (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Geografia do agronegócio sojeiro em Rondônia

As atuais metamorfoses territoriais no estado de Rondônia derivam do processo de colonização agrícola iniciado a partir de 1970, sob a gestão do Estado brasileiro, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no qual foi sendo produzido um espaço substantivado pelas relações sociais de produção ancorada na extração madeireira e, principalmente, na agropecuária (THÉRY, 1976, 2012; VALVERDE, 1979; SILVA, 2012).

Esse período inaugura na Amazônia um novo meio

geográfico – o *meio técnico* – onde, em larga escala, a floresta foi continuamente substituída pela expansão da agropecuária, designando na região a produção de mercadorias resultado das modificações econômicas na divisão territorial do trabalho, cujo espaço agrário modificado potencializa a transformação do espaço regional.

Na geografia de Rondônia, antes da colonização agrícola, o capital e o trabalho se realizavam através do extrativismo vegetal, potencializado na extração da castanha do Brasil, pescado, borracha, frutas e caça. Nesse período, o extrativismo mineral (extração da cassiterita) já havia penetrado a floresta, sobretudo na região do município de Porto Velho, mas, todavia, sem impor mudanças significativas na geografia regional (THÉRY, 1976, 2012). Isso significa que os capitais comercial e extrativista não criaram e não materializaram objetos técnicos que pudessem ampliar a composição técnica do espaço local, ou seja, as formas-conteúdo geográficas que ensejassem dinâmicas sociais e econômicas favoráveis à expansão/reprodução do capital. A configuração geográfica se restringia ao modelo ferroviário-fluvial, e somente a partir da colonização agrícola o campesinato migrante desenvolve a agropecuária, expandindo o processo produtivo através de dezenas de assentamentos rurais, médias e grandes fazendas, tornando o espaço local (*meio técnico*) mais poroso às dinâmicas regional e nacional (SILVA, 2015).

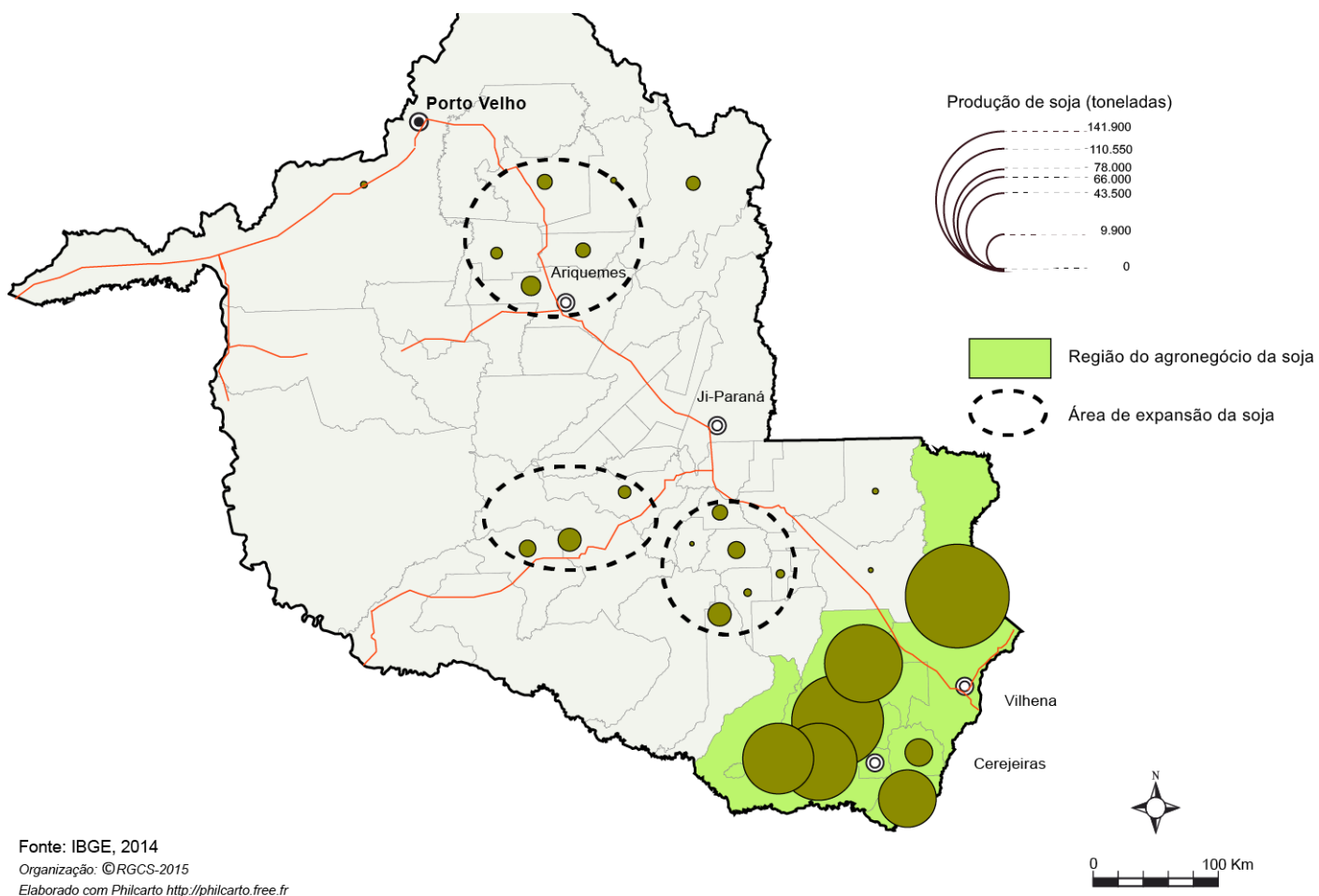
Esse processo avança até 1997, quando a geografia da Amazônia é permeada pela produção de novas mercadorias que representará, nos anos subsequentes, a cristalização do que Santos (2005) qualificou de espaços da globalização. A empiricização do mundo globalizado se manifestou em Rondônia a partir da produção de soja, que pressionada pela densidade dessa *commodity* no estado do Mato Grosso, ensejou a expansão agrícola para as bordas da floresta amazônica, localizada no sul de Rondônia e no oeste do Pará (conforme Figura 1). No caso de Rondônia, a inauguração de um novo *sistema de objeto* – a Hidrovia Madeira-Amazonas – sinalizou aos agentes econômicos do agronegócio (produtores de soja, empresas de insumos e *tradings* agrícolas) a possibilidade de reprodução do capital, inclusive em áreas de forte presença camponesa, a partir da aquisição e do arrendamento de terras, fazendo um uso corporativo do território (SANTOS; SILVEIRA, 2005; SILVA, 2015, 2014a, 2014b).

A geografia do agronegócio da soja se consolidou no sul rondoniense, centralizada pelo município de Vilhena, o maior produtor de soja e milho do estado (Figura 2). Vilhena se caracteriza por ser uma cidade do agronegócio e configura o que Elias (2012) qualificou de região produtiva agrícola, na medida em que reúne as articulações do espaço agrário e espaço urbano como híbridos

dos processos mercantis da produção de soja, sendo um espaço cada vez mais aberto aos comandos e fluxos externos, onde a solidariedade organizacional (SANTOS; SILVEIRA, 2005) – conceito entendido como o processo de controle espacial do capital hegemônico a partir das determinações técnica e normativa da mercadoria, em

que os produtores ficam obrigados a se vincular às redes que adicionam valor ao espaço produtivo – assume os mecanismos do capital hegemônico a partir da formação dos circuitos espaciais da produção e seus respectivos círculos de cooperação (SANTOS, 1988).

FIGURA 2 – REGIONALIZAÇÃO DA SOJA EM RONDÔNIA (2014)



Com a Hidrovia do Madeira, a expansão da soja (Figura 3) cresceu das míseras 1.296 toneladas e 656 hectares em 1997 para 614.678 toneladas e 195.180 hectares em 2014, multiplicando em 474 vezes a produção e 298 vezes a área. Considerando que o município de Vilhena se caracterizava por apresentar grandes propriedades com produção de pecuária *bovina de corte*, instaura em Rondônia a primeira particularidade regional vinculada ao mercado externo: a regionalização da soja e a espe-

cialização territorial da pecuária permite a fragmentação do espaço regional (SILVA, 2014a, 2014b). Qualifica-se essa dinâmica territorial quando se verifica que na composição da estrutura fundiária de Vilhena a diferença média de área entre a agricultura não familiar (normalmente agricultura capitalista) e a agricultura familiar é de 20 vezes, superando em 100% a média estadual (10 vezes), conforme dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA EM RONDÔNIA (1990/2014)



Fonte: IBGE (2015) – Produção Agrícola Municipal

Organização: Autores

Alguns dados econômicos e sociais qualificam esse processo no município de Vilhena: apresentou 95% de taxa de urbanização (a maior de Rondônia); representou 35,31% das exportações (carnes e soja) de Rondônia em 2014 (1º lugar); produziu 23% dos grãos de soja, milho e arroz (2013) e centralizou a produção dos demais municípios, com a presença do capital hegemônico (JBS, Bunge, Cargill e Amaggi). A centralidade de Vilhena impõe a formação da região do agronegócio da soja (conforme figura 2), formada por sete municípios, que no conjunto representam 79% da produção de grãos (arroz 32%, milho 79% e soja 89%) em Rondônia (IBGE, 2015).

Resultam desse processo dois efeitos geográficos na região do agronegócio. Primeiro, os municípios com forte presença do campesinato sofreram processo de migração campo-cidade e campo-campo. Na primeira situação, a população rural, em geral formada por famílias camponesas, migrou para as cidades, o que se pode constatar no aumento da taxa de crescimento urbano em Rondônia e na região do agronegócio. No período intercensitário (2000-2010) a população estadual cresceu 13%, a urbana 29% e a rural decresceu em -16%. Na região do agronegócio esses dados representam, respectivamente, 15%, 25% e -15%, sendo seu maior impacto nos pequenos municípios caracterizados pela maior presença de famílias camponesas. Dos sete municípios que formam a região do agronegócio, em cinco a população rural decresceu no período censitário, cujas taxas negativas variaram de -9% a -33% (IBGE, 2010).

Certamente esses dados também resultam do aumento do preço da terra derivado da pressão do agronegócio, que se traduz no processo de coerção territorial. Nos municípios em que a população rural aumentou, isso se deve à luta dos movimentos sociais que obrigou o governo federal a criar novos assentamentos rurais,

em que muitos destes são resultado dos conflitos agrários com fazendeiros e sojicultores. Na segunda situação, o fenômeno da migração intraestadual se acentuou, sobretudo, nas sub-regiões de fronteira e de recente expansão agropecuária, formada por pequenos municípios onde se localizam áreas públicas que se tornaram objeto de ocupação irregular, grilagem e invasão de terras públicas, com pressão socioterritorial em Unidades de Conservação e Terras Indígenas (SILVA, 2016b).

A modernização conservadora da agricultura conduzida pelos agentes hegemônicos do agronegócio ampliou os conflitos agrários em Rondônia. Segundo os dados do *Relatório Anual dos Conflitos no Campo 2014* organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Vilhena foi o município do sul de Rondônia que mais apresentou conflitos agrários. Foram registrados conflitos envolvendo 206 famílias de sem-terra, 445 famílias de posseiros, 75 famílias de ocupantes e 224 famílias de assentados, somando um total de 950 famílias camponesas envolvidas, tendo como causa principal as forças do agronegócio da soja (CPT, 2014, 2016).

Ressaltamos que Rondônia apresentou um total de 2.977 famílias camponesas envolvidas em conflitos, e o município de Vilhena concentrou 31,9% deste número. Os fatores que acentuaram os conflitos agrários decorrem da saturação das áreas de plantio de grãos, o que fez aumentar a pressão para a incorporação de terras camponesas ao processo produtivo do agronegócio (RIBEIRO; SILVA; CORREA, 2015). Na região, o campesinato vivencia dias de grande pressão socioterritorial, na medida em que o agronegócio se coloca como modelo produtivo único centralizado nas médias e grandes propriedades, cuja agenda territorial e política busca obliterar e mesmo anular a produção e a presença social do campesinato. Contudo, as resistências camponesas emergem nas lu-

tas pela terra, que se traduzem em novos assentamentos rurais na região do agronegócio, indicando novas territorializações do campesinato.

O Assentamento Águas Claras, localizado no município de Vilhena, é o que mais sofre as pressões do agronegócio, sobretudo em função da dimensão ambiental e territorial. Cercado pelo território do agronegócio, as propriedades camponesas (Figura 4) são impactadas pelos agrotóxicos lançados dos aviões que pulverizam as monoculturas de soja e milho, debilitando a saúde das famílias do assentamento e impactando seus produtos

agrícolas. O crime ambiental foi objeto de denúncia dos assentados junto ao Poder Judiciário local, mas que não resultou em medidas eficientes e satisfatórias para os camponeses. A pressão territorial, para além da questão ambiental, avança a partir do litígio das terras ocupadas pelo campesinato. Dessa forma, a constante insegurança que assola o cotidiano das famílias no assentamento se deve às ameaças de morte e intimidação política que, segundo as lideranças, são oriundas dos fazendeiros da soja (RIBEIRO; SILVA; CORREA, 2015, p. 16-17).

FIGURA 4 – TRABALHO CAMPONÊS NO ASSENTAMENTO ÁGUAS CLARAS, MUNICÍPIO DE VILHENA (2015)



Fonte: Trabalho de campo (2015)

Organização: Autores

Os camponeses encontram-se intimidados pelos sojicultores, temem revidar contra aqueles que detêm o poder econômico-político e sofrer possíveis represálias desse modelo territorial excludente e contraditório, por isso acabam sofrendo pressões de todos os lados (instituições públicas, pistoleiros/jagunços, fazendeiros, Poder Judiciário). Sem alternativas de combater essa problemática avassaladora do agronegócio, sofrem impactos diretos nas suas pequenas propriedades, ora ambiental, ora social. Os produtores de soja, ao passarem o dessecante e/ou outros fertilizantes (agrotóxicos) nocivos à saúde humana, às plantas e outros vegetais nativos, com a ação dos ventos, deslocam para o interior das propriedades camponesas elementos tóxicos que destroem e eliminam as variedades de cultivos agrícolas, cuja finalidade é a manutenção da subsistência familiar

e a comercialização de produtos no comércio local.

As coerções territoriais se agravam nesse cenário, que de um lado tem o território do agronegócio tentando ampliar suas áreas de influência e manter seu sistema hegemônico dominador, e do outro tem o território do campesinato que busca a todo custo resistir contra as forças do capital globalizado e continuar desenvolvendo a policultura a sua maneira por meio do trabalho familiar. Diante dessas emblemáticas disputas territoriais, destaca-se que a concentração fundiária é cada vez mais frequente no território do agronegócio, estimulando a supervalorização do preço das terras destinadas à produção de *commodities*.

A expansão agrícola fez com que o preço das terras na Amazônia aumentasse, ampliando os conflitos agrá-

rios nas áreas ocupadas pelos camponeses. Diversas áreas foram reivindicadas pelos fazendeiros, cujas propriedades se ancoram em títulos públicos “duvidosos” ou pelas famosas CATPs¹ (Contrato de Alienação de Terra Pública) – que são questionadas pelo campesinato e pelo INCRA/Programa Terra Legal. Contudo, o campo de disputa política se deslocou para o Judiciário, ambiente institucional favorável ao latifúndio e prejudicial às pausas camponesas.

Nesse cenário, o campesinato em Vilhena e no sul de Rondônia experimenta as pressões da reestruturação produtiva no campo, as pressões políticas e territoriais das forças do agronegócio, que se colocam ideologicamente como modelo e caminho único de crescimento econômico e desenvolvimento social.

Geografia do agronegócio sojeiro no oeste do Pará

Formado, principalmente, pelos rios Amazonas, Trombetas e Tapajós, o oeste do estado do Pará se caracteriza por ser uma sub-região onde tempo-espaço é configurado pela presença dos rios na vida comunitária, pela exuberante massa florestal e rica vida silvestre, interligando centenas de comunidades ribeirinhas, que se formaram ao longo das margens dos rios e igarapés, às cidades locais.

Cidades ribeirinhas (TRINDADE JR.; SILVA; AMARAL, 2008) constitui a categoria de análise que melhor expressa a organização espacial nessa região da Amazônia brasileira, também denominada de Baixo Amazonas. A principal cidade é Santarém, localizada no encontro do rio Tapajós com o Amazonas, que exerce centralidade administrativa, econômica, política e cultural na região do Baixo Amazonas. Localizada nas margens do rio Trombetas, outra cidade importante é Oriximiná, conhecida pela extração de bauxita em áreas que outrora eram das comunidades quilombolas. O acesso a Oriximiná, a partir de Santarém, só pode ser feito através dos rios Amazonas e Trombetas, cujo percurso demora cerca de 9 horas em barco de transporte comercial. Projetos minerais e hidrelétricos e a resistência quilombola compõem a geografia dialética na região do Trombetas. Mais próxima de Santarém (50 km de distância) está a cidade de Belterra, localizada em região de planalto, às margens da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Outrora, as famílias que viviam nas comunidades do planalto santareno (que abrange áreas dos municípios de Santarém e Belterra) tinham sua cultura baseada na agricultura, no extrativismo sustentável e na caça como

forma de garantir a subsistência familiar. No trabalho utilizavam técnicas artesanais, trocavam dias de serviços nas propriedades dos vizinhos, compartilhavam alimentos e outros produtos agrícolas, faziam mutirões e programavam as festividades religiosas dos *santos padroeiros* das comunidades. De certo modo, obedeciam ao tempo da natureza para derrubar, plantar, produzir e colher, pois através do trabalho coletivo faziam seus roçados e plantavam variados produtos agrícolas (arroz, feijão, milho, mandioca, macaxeira) e outros agrocultivares como legumes, hortaliças e frutas, além da criação de animais (CONCEIÇÃO, 2017).

A safra obtida da agricultura era anual, porque dependia do ritmo do “inverno” amazônico, caracterizado por regime de intensa pluviosidade. Aguardar o período das chuvas para “molhar” a terra e, conseqüentemente, as plantações se tornava necessário para que os camponeses obtivessem uma produção agrícola significativa. As mercadorias agrícolas, além de servir ao consumo familiar, destinavam-se ao abastecimento dos mercados local e regional. Utilizavam o sistema corte-queima, a policultura e a rotação de culturas. Esse sistema se baseava no uso da terra e da floresta, caracterizando uma nova tipologia de campesinato, com um perfil agroextrativista.

As práticas das policulturas garantiam renda e a manutenção da soberania alimentar² das famílias camponesas (Figura 5). Além de realizar a agricultura, a extração de produtos da floresta também constituía um fator predominante. Coletavam sementes e frutos de andiroba, castanha-do-pará, cumaru, pequiá, oxí, maracujá-do-mato, jenipapo, pajurá, mucajá ou macaúba, tucumã, abacaba etc., e extraíam óleo de copaíba e leite da sucuba, produtos da floresta que ajudavam na qualidade de vida e de grande aceitação no comércio local, permitindo-lhes auferir renda monetária derivada do extrativismo. Mesmo com grande variabilidade de espécies, as famílias camponesas plantavam seus remédios medicinais nos quintais de suas casas, a fim de combater as doenças na família ou na vizinhança, caracterizando um regime baseado em relações de proximidade e de saberes tradicionais (CONCEIÇÃO, 2017).

²Este é um conceito utilizado pelas populações camponesas para se referirem a seu respectivo modo de vida: tem a ver com uma produção autônoma, diversificada (cultivo de vários produtos agrícolas), saudável, que garante a subsistência da família e de toda a comunidade, além de exercer o direito do campesinato em respeitar o meio ambiente, devendo os mesmos manterem a preservação e a conservação dos recursos naturais. Contrasta, portanto, com o conceito de segurança alimentar, entendido simplificarmente como a capacidade de adquirir alimentos – uma perspectiva econômica neoclássica – sem necessariamente preocupar-se com a forma e o local onde é produzido o alimento. A soberania alimentar é mais ampla e se relaciona com a vida humana, almejando um ambiente ecologicamente equilibrado e socialmente justo e sustentável (MCMICHEL, 2016).

FIGURA 5 – CAMPONÊS PREPARANDO A TERRA PARA PLANTAR FEIJÃO EM BELTERRA (2016)



Fonte: Trabalho de Campo (2016)
Foto: F. S. C.

Quando a maioria das comunidades rurais não tinha energia elétrica, utilizavam lamparina, lampião ou velas para não permanecer no escuro. Como técnica de conservação dos alimentos (principalmente carnes e peixes), salgavam ou secavam ao sol, definindo a durabilidade máxima para serem consumidos em duas semanas. A água ingerida era natural e os depósitos de armazenamento da água eram os potes ou os filtros. Para o campesinato a natureza condicionava suas ações e seu trabalho, determinando a produção dos alimentos (OLIVEIRA, 1991). Os camponeses somente se deslocavam à cidade esporadicamente, porque tinha quase tudo de que necessitavam para seu consumo nas propriedades onde viviam. Da cidade precisavam comprar alguns gêneros alimentícios, ferramentas de trabalho ou comercializavam seus produtos agrícolas nas feiras dos municípios de Santarém e Belterra.

Algumas comunidades enfrentavam o problema da água na região de planalto, onde o nível do lençol freático é profundo e as condições financeiras das famílias camponesas não lhes permitiam construir poços artesianos. Portanto, a escassez hídrica obrigava as famílias a fazerem uso de alguns reservatórios que surgiam espontaneamente (pequenas "poças"), coletando águas das chuvas, utilizando "bicas"³ para depositar água em cisternas ou tanques. A problemática enfrentada por essas famílias decorre das ineficientes políticas públicas, que ainda são perceptíveis em algumas comunidades rurais. Atualmente, em Belterra, as famílias residentes no pla-

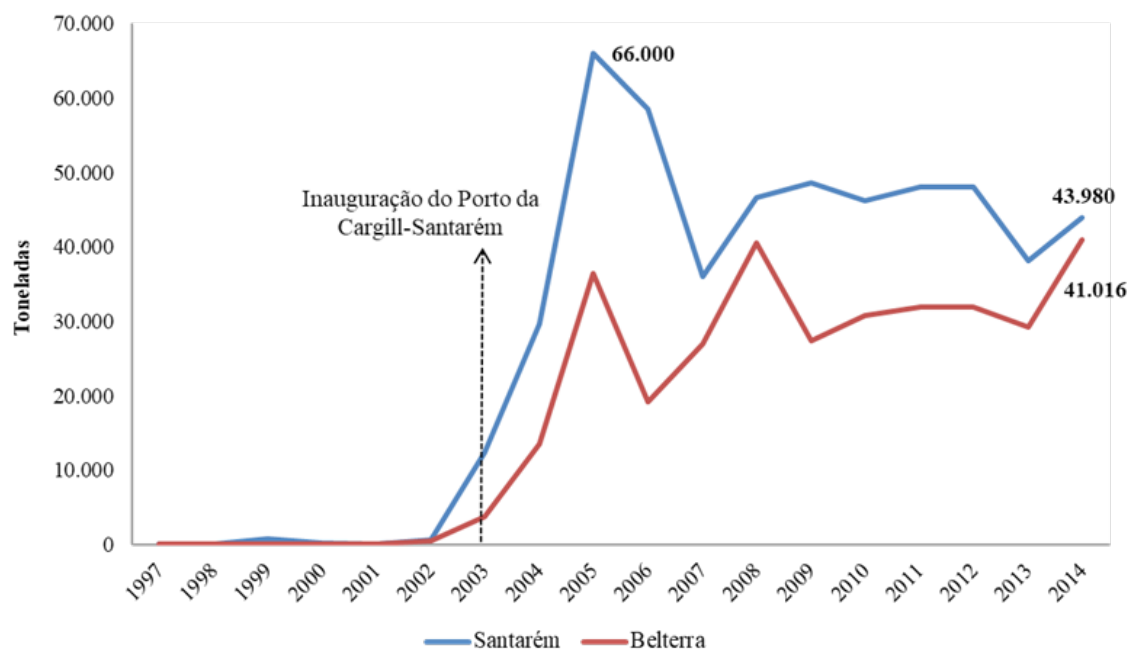
nalto são atendidas por um "carro-pipa", sendo a "alternativa" adotada pela Prefeitura Municipal para atender a população com o abastecimento d'água. Assim, mesmo localizados na maior bacia hidrográfica do mundo, há comunidades com dificuldades de acesso à água, o que contribui indiretamente com a migração da população rural para a cidade. Em período recente, a divisão social do trabalho caracterizava-se na figura do pai – representado como o "chefe da família" –, da mãe e dos filhos e outros parentes. Juntos, formavam a unidade familiar do campesinato baseada na indissociabilidade terra, natureza, família e trabalho.

Todavia, no espaço agrário a economia globalizada se pauta pela produção de *commodities*, buscando disputar áreas consolidadas, sobretudo, pelo campesinato. Segundo Schlesinger e Noronha (2006), no Pará, o cultivo dos grãos de soja e a incorporação do agronegócio ao mercado agroexportador alavancou a partir do ano de 1997, destacando os municípios de Paragominas e Ulianópolis, no nordeste paraense, e em 1998 essa cultura agrícola se expande para os municípios de Redenção e Conceição do Araguaia, no sul do estado. Nesse período a soja começou a ser inserida nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do Pará. A resignificação da rodovia BR-163 em 1997, como eixo de transporte emergente da soja, abriu a região do Baixo Amazonas ao fluxo da globalização, ampliando os grãos de soja em áreas então sob domínio camponês e das comunidades tradicionais amazônicas.

Tanto para Rondônia quanto para a região do Baixo Amazonas, o ano de 1997 indica a virada espacial do agronegócio em áreas com forte presença camponês.

³É uma calha onde a água proveniente do processo de precipitação cai sobre esse objeto e percorre até completar todo seu o trajeto, local que será depositado o líquido em um recipiente. Na Amazônia é muito comum as famílias utilizarem nas suas residências, podendo ser feito de troncos de árvores ou de canos.

FIGURA 6 – PRODUÇÃO DE SOJA NOS MUNICÍPIOS DE SANTARÉM E BELTERRA (1997-2014)



Fonte: IBGE, 2015
Org.: Autores

sa. Em Santarém a produção iniciou com 107 toneladas, atingindo 66.000 toneladas em 2005, e reduzindo a 43.980 toneladas em 2014. Para Belterra, o início demorou mais um pouco, aparecendo a primeira colheita em 2002, com produção de 450 toneladas de soja. A fase experimental se mostrou muito positiva aos sojeiros, que ampliaram significativamente a produção agrícola, saltando de 3.780 toneladas em 2003 para 13.500 toneladas em 2004, 36.450 toneladas em 2005 e 40.500 toneladas em 2008, mantendo aproximadamente esses números nos dias atuais (Figura 6). As culturas de arroz e milho foram utilizadas para “amansar” a terra, que serviriam, posteriormente, ao plantio da soja. Em Belterra a produção de soja aumentou espantosamente, atingindo áreas urbanas, tornando-se uma particularidade emergente na paisagem da cidade.

Toda essa geografia emergente é resultado da construção estratégica do terminal graneleiro da Cargill, localizado às margens do rio Tapajós, em Santarém (Figura 7). A partir do ano 2000 se intensificou a movimentação de cargas e transportes na rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) e contribuiu com o aumento dos grãos nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, que estão sob a influência dessa rodovia. Tanto o porto da Cargill como a pavimentação da rodovia constituem sistemas de engenharias⁴ (SANTOS, 1998, 1996 e 2005) de tamanha complexidade que modificaram, sobremaneira, a geografia local, dado que os novos objetos téc-

nicos surgiram na paisagem ribeirinha de Santarém e da agricultura camponesa de Belterra, construindo um novo significado ao lugar, mas também tornando-se objetos estranhos à história local. Isso ampliou a escala geográfica da relação social, dos espaços rural e urbano, onde os fluxos das *commodities* articularam o local com o global, aproximando o mundo ao lugar e ao território.

A instalação do capital mostra que o agronegócio exige cada vez maiores investimentos em seus projetos hegemônicos. A presença desse sistema de objeto (terminal portuário) na foz do Tapajós modificou os aspectos estrutural e funcional do espaço regional. Nesse contexto, o capital hegemônico transformou o espaço local em um sistema agroexportador bem expressivo no cenário regional, cujo objetivo é acelerar a fluidez territorial (ARROYO, 2001) na Amazônia, garantindo o fluxo da mercadoria em escala internacional.

⁴Esse conceito foi desenvolvido por Milton Santos para se referir a um conjunto de objetos técnicos ou fixos criados no espaço geográfico, deixando a natureza mais artificial/técnica o que leva a causar estranhamentos para determinados grupos sociais. Os *sistemas de engenharias* correspondem ao conjunto de elementos fixos que podem ampliar os fluxos em diversas escalas geográficas, no qual os lugares se tornam mais conectados ao mundo.

FIGURA 7 – PORTO GRANELEIRO DA CARGILL NO RIO TAPAJÓS, EM SANTARÉM (2016)



Fonte: Trabalho de Campo (2016)

Foto: F. S. C.

As forças hegemônicas do agronegócio (Cargill, produtores de soja, empresas de insumos e de transportes, dentre outras) vislumbraram a rodovia Cuiabá-Santarém como novo corredor do agronegócio, conectando o cerrado mato-grossense à floresta amazônica, cuja metamorfose espacial foi transformar áreas de pastagens, áreas florestais e da agricultura camponesa em espaço das *commodities*, portanto, em um novo espaço de acumulação do capital globalizado.

A abertura concedida aos novos mercados globais nos espaços antes habitados pelo campesinato fez emergir novas relações dialéticas sobre o uso do território. Esse processo contraditório resultou na ampliação do “mercado de terras” e na elevação do preço do hectare, metamorfoseando o valor de uso para o valor de troca das terras (OLIVEIRA, 1991), a fim de atender as pretensões do mercado mundial. Desse modo, no período de 2002 a 2014, a soja invade o oeste do Pará (cidades de Santarém e Belterra), onde a produção cresce de 1.050 toneladas (2002) para 84.996 toneladas (2014), multiplicando por 80 a produção inicial (Figura 6). Tais dados, certamente, representam um volume insignificante em termos amazônicos, cuja produção foi de 31.661.247 milhões de toneladas em 2014, mas indica os caminhos do agronegócio em áreas com potenciais agrícolas, no qual a Amazônia comparece como nova fronteira agrícola globalizada, dada a “disponibilidade” de terras, sobretudo terras públicas em disputas pelas forças hegemônicas do agronegócio (SILVA, 2014a, 2015).

Contudo, os efeitos na geografia agrária são imediatos. Como afirmamos, esses dois municípios estão na região de influência da BR-163, que se constitui em área

de expansão de grãos (soja, milho e arroz). O avanço das *commodities* inflacionou o preço da terra, tornando-se um campo de acumulação da especulação fundiária, processo que remunera o capital agrário e os proprietários de terras, considerando as expectativas de demanda por terras em função do crescimento da produção dos grãos. Conforme os dados da pesquisa Informa Economics FNP (2015), no período de 2010/2014, o preço da *terra agrícola* e da *pastagem* em Santarém e Belterra cresceu, respectivamente, 676% e 434% (ver adiante Tabela 2). Por isso, convergem os interesses dos grupos empresariais e políticos articulados ao agronegócio em pavimentar a rodovia Cuiabá-Santarém. Os investimentos assentados em redes de transportes e portos permitem a valorização das terras em áreas propícias à produção agrícola, potencializando a competitividade regional a partir da melhoria na fluidez do território (ARROYO, 2001).

A perspectiva de se implantar mais um porto de transbordo de granéis sólidos em Santarém, no lago do Maicá, margem direita do rio Amazonas, tende a ampliar as disputas por terras, a concentração fundiária e a desterritorialização do campesinato, indígenas, quilombolas e ribeirinhos (CONCEIÇÃO, 2017). O projeto previsto para a construção de um dos terminais se encontra em análise e está sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Portos de Santarém Ltda (EMBRAPS). A construção de outros terminais graneleiros na região significa criar logística para facilitar a fluidez territorial e permitir a manutenção de um mercado de terras superaquecido (LOPES, 2016).

Os reflexos da elevação dos preços das terras foram evidentes em muitas comunidades do planalto. Antes

FIGURA 8 – PLANTIO DE SOJA NO PLANALTO BELTERRENSE (2014)



Fonte: Trabalho de Campo (2014)
Foto: F. S. C.

da chegada dos sojicultores sulistas em Santarém e Belterra, o hectare de terra não ultrapassava R\$ 200,00. Mais recentemente o preço da terra agrícola atingira R\$ 7.000,00 (CONCEIÇÃO, 2017). A “disponibilidade” de terras, o preço acessível de terras e a logística de transportes (rodovia e hidrovia) encontrados no oeste do Pará despontaram como fatores para que migrantes sulistas adquirissem muitas áreas agrícolas e provocassem tantas mudanças no espaço agrário da região. O avanço do agronegócio sojeiro fez com que a sociabilidade monetária do capital permeasse a vida cotidiana das comunidades rurais. Um dos efeitos se manifestou na compra de terras camponesas a preço muito inferior ao do mercado, facilitando a formação de fazendas do agronegócio (Figura 8).

Mas as relações capitalistas também se desenvolvem usando da violência, da agressão simbólica e das representações sociais sobre a natureza e a terra, mobilizando-as como mercadorias. Os camponeses são atingidos pelos conflitos agrários. A terra, na perspectiva do campesinato, é uma condição fundamental para a recriação da classe social camponesa e que permite a manutenção da vida. O território do campesinato faz uso da policultura, busca sua autonomia no ato de produzir, possui uma diversidade em seus produtos agrícolas e tem a família como a base fundamental do trabalho (OLIVEIRA, 1991). É o que relata um camponês entrevistado na pesquisa de campo, no município de Belterra (1): “Ah, a terra pra mim representa uma mãe [...] é um patrimônio meu, porque é dela que sai toda a nossa alimentação” (CONCEIÇÃO, 2017).

O campesinato não está isento de conflitos. Os cam-

poneses estão constantemente sujeitos às ameaças de mortes, às grilagens de terras e sofrem constantemente pressões do agronegócio. No relato de um camponês entrevistado (2), cristalizam-se esses conflitos: “Aí pro fundo, aí é plantio de soja aí..., aí só que os de lá vêm entrando, de lá pra cá, devagazinho, né? Aí tem que fincar uns marcos lá, que é pro cabra não poder entrar mais pra dentro, trabalhar no que é deles, né?”. Os camponeses querem o direito de desenvolver uma agricultura saudável, autônoma e que possa garantir uma vida justa para suas famílias, sem que necessariamente o outro modelo possa prejudicar o seu trabalho e aquilo que é produzido na terra. Trata-se de um direito ao território, a um outro território que possa expressar sua rica diversidade social.

Os venenos utilizados nas plantações de soja matam as plantações do campesinato. Algumas comunidades do planalto não conseguem nem mais produzir nas suas propriedades porque são prejudicados por esse tipo de atividade. Ainda, quando os camponeses adotam providências junto aos sojicultores, são imediatamente recebidos com ameaças de morte. Diante dos acontecimentos, as lutas socioterritoriais para permanecer na terra estão presentes na realidade dos municípios de Santarém e Belterra. Apesar das resistências, muitos camponeses se encontram temerosos, pensam em vender suas propriedades porque se sentem pressionados e coagidos pelo capital. Esses sujeitos almejam o direito de plantar, produzir e colher, mas, acima de tudo, querem o direito de viver com sua família no território camponês, de forma que esteja livre de pressões e intimidações do capital (CONCEIÇÃO, 2017).

Síntese geográfica do agronegócio da soja no sul de Rondônia e oeste do Pará

A presença da soja no sul de Rondônia e no oeste do Pará permite-nos elaborar alguns apontamentos referentes à nova espacialidade que atinge diretamente os camponeses, as comunidades ribeirinhas, quilombolas, pescadores e outros modos de vida que coexistem na região amazônica. Consiste, em absoluto, na formação do espaço do agronegócio globalizado, o que resulta na formação do território do agronegócio em detrimento e em conflito com o território do campesinato e das comunidades rurais amazônicas, o que remete ao entendimento das escalas geográficas nas relações sociais e econômicas nas regiões em análise.

Na escala nacional e internacional há todo um esforço das agências públicas em ampliar a presença do Brasil no comércio global de *commodities* agrícolas, buscando sempre conquistar novos mercados. As projeções para o crescimento até a safra 2024/2025 da produção e área de soja no Brasil são, respectivamente, de 126,2 milhões de toneladas e 41,2 milhões de hectares, com aumento de área na ordem de 9,7 milhões de hectares no período de 2014/2015 a 2024/2025 (BRASIL, 2015). A perspectiva é que o Brasil possa, a partir do desempenho da soja no período citado, ampliar a produção em 33,9%, o consumo em 22,9% e a exportação em 42,21% (BRASIL, 2015, p. 42). Para o mercado mundial, no mesmo período, as exportações de soja (69 milhões de toneladas e 45,9% do comércio externo) e farelo de soja (17,9 milhões de toneladas e 23,6% do comércio mundial) projetam o fortalecimento do Brasil no comércio exterior, assumindo papel fundamental na geopolítica agrícola mundial.

Ainda que se registre o aumento da produtividade dos fatores da produção do complexo soja (terra, capital, tecnologia e trabalho), a questão da expansão espacial dos grãos pode gerar uma nova geografia regional quando se observa o crescimento agrícola na região

do MAPITOBA⁵(ALVES, 2015), configurando-se em nova fronteira agrícola globalizada, deslocando a pressão territorial da Amazônia para essa nova região produtiva. Contudo, embora sejam moderadas as avaliações governamentais para a Amazônia, o crescimento da produção e área agrícola com soja e milho na região indica intenso processo de territorialização do capital, ocupando áreas que outrora se destinavam à pecuária e à pequena produção agrícola. Essas perspectivas nos remetem a analisar os efeitos territoriais das macropolíticas agrícolas desenvolvidas pelo governo federal na região amazônica.

Na escala regional os espaços em disputas cada vez mais se cristalizam na Amazônia, onde as forças do agronegócio exercem pressão territorial a partir do Mato Grosso. As sub-regiões *norte* e *médio norte* mato-grossense formam o espaço do agronegócio sojeiro, caracterizado por uma logística limitada e custos de transportes altíssimos que tendem a fragilizar a competitividade do Mato Grosso no comércio global. Nesse caso, duas frentes de ações se consolidam nesse propósito: a pavimentação da rodovia BR-163 que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) e a construção da hidrovía Teles Pires-Tapajós. Segundo estimativas, a produção das sub-regiões *norte* e *médio norte*, que reúnem 33 municípios, representa 40% da área plantada com soja, 18,3% da área com algodão, 50% da área com milho e 22,5% do rebanho bovino no estado do Mato Grosso (IBGE, 2015).

Portanto, a necessidade de fluidez territorial (ARROYO, 2001) alude à implantação de mais objetos técnicos que possam aproveitar os recursos territoriais disponíveis a tornar essas sub-regiões mato-grossense mais atrativas ao capital internacional. A pauta territorial das forças hegemônicas do agronegócio impõe a construção de redes técnicas, redes geográficas, para convergir o fluxo da mercadoria aos portos de Santarém, no oeste do Pará. Há uma potencialidade do agronegócio nessas regiões, cuja força de crescimento vincula-se inexoravelmente à melhoria da logística e ao custo de transporte, ou seja, a produção do espaço regional articulado aos fluxos da globalização (SILVA, 2014b, 2015; CONCEIÇÃO, 2017).

⁵Região formada pelos municípios localizados no sul do Maranhão, sul do Piauí, leste do Tocantins e oeste da Bahia, onde avança a produção de soja e milho. Trata-se da nova fronteira agrícola globalizada, com presença de produtores migrantes do Sul e do Sudeste do Brasil e empresas multinacionais do agronegócio. Há toda uma perspectiva do governo para o potencial agrícola dessa região, inclusive com a proposição de uma nova agência federal de desenvolvimento visando à expansão de grãos, tecnologia e logística. Em Alves (2015) há um conjunto de artigos que analisam essa região emergente do agronegócio da soja.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO PREÇO MÉDIO DA TERRA NA AMAZÔNIA, 2010-2014 (R\$/HECTARE)
ESTADOS SELECIONADOS

Estado	Rondônia		Pará		Mato Grosso		Variação (%)		
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	RO	PA	MT
Preço médio da terra	2.733	5.677	2.635	6.236	744	1.458	108	137	96

Fonte: FNP, 2015.
Organização: Autores.

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO PREÇO MÉDIO DA TERRA NA AMAZÔNIA, 2010-2014 (R\$/HECTARE)
MUNICÍPIOS SELECIONADOS

	Vilhena (RO)		Ariquemes (RO)		Santarém / Belterra (PA)		Vilhena	Ariquemes	Santarém/Belterra
	Preço médio (R\$/Ha)								
Terra agrícola	7.733	13.117	2.200	6.750	967	7.500	70	207	676
Área de pastagem	2.400	8.167	2.200	6.300	867	4.633	240	186	434

Fonte: FNP, 2015.
Organização: Autores.

Os efeitos territoriais se fazem presentes nas regiões sul de Rondônia e oeste do Pará, sobretudo, incidindo no preço da terra (Tabelas 1 e 2). Conforme indicamos, nos municípios que centralizam a produção de grãos o preço da terra foi pressionado pela expectativa de construção de redes de transportes, sinalizando aos produtores de soja um verdadeiro *comércio territorial* com expressiva compra e arrendamento de áreas em regiões promissoras à expansão agrícola, considerando que a redução dos custos de transporte e logística amplia consideravelmente a competitividade regional.

Rondônia: expansão agrícola e conflitos agrários

Em Vilhena (sul de Rondônia), o comércio de terras está saturado devido às limitações geográficas em termos de áreas ainda “disponíveis”, geralmente terras públicas ainda não destinadas à produção de grãos. A conversão das pastagens para a agricultura constituiu a dinâmica territorial predominante nessa região. Como resultado, conforme dados da Tabela 2, enquanto a variação da área agrícola foi de 70%, as pastagens cresceram 240%, indicando que a escassez de terras teve como resultado sua elevação na pecuária, sobretudo em áreas não favoráveis aos grãos ou de abertura recente. Esses

efeitos econômicos encontraram terreno fértil nas áreas ao longo da rodovia BR-364, sobretudo na região de Ariquemes (novo polo agrícola e frente de desmatamento), cujo resultado, no período de 2010 a 2014, foi o aumento absoluto do mercado de terras, variando 207% para a terra agrícola e 186% para áreas de pastagens (Tabela 2). Em Rondônia, o preço médio geral da terra agrícola correspondeu a 108% (Tabela 1), aumentando nas áreas de recente expansão agrícola e pecuária, exatamente as regiões com maior conflito agrário no estado (CPT, 2016). Ou seja, o preço da terra subiu no sentido da região da soja para as áreas de expansão agropecuária, exploração ilegal de madeira e formação de frentes pioneiras localizadas, no sentido cartográfico do centro-sul para o norte/noroeste de Rondônia (SILVA, 2016b).

TABELA 3 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE RONDÔNIA E REGIÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA (2000/2010).

Municípios/Estado	População (2010)					Variação (2000-2010)		
	Total	Urbana	Rural	Urb. (%)	Rur. (%)	Total	Urbana	Rural
Vilhena	76187	72212	3975	95	5	42	43	33
Colorado do Oeste	18602	13666	4936	73	27	-15	-6	-33
Cerejeiras	17030	14420	2610	85	15	-6	-3	-22
Corumbiara	8802	2590	6212	29	71	-16	25	-26
Cabixi	6309	2693	3616	43	57	-16	1	-25
Chupinguaia	8304	3670	4634	44	56	50	88	30
Pimenteiras do Oeste	2322	1297	1025	56	44	-8	-7	-9
<i>Região Agronegócio</i>	<i>137.556</i>	<i>110.548</i>	<i>27.008</i>	<i>80</i>	<i>20</i>	<i>15</i>	<i>25</i>	<i>-15</i>
<i>Rondônia</i>	<i>1.560.501</i>	<i>1.142.648</i>	<i>417.853</i>	<i>73</i>	<i>27</i>	<i>13</i>	<i>29</i>	<i>-16</i>

Fonte: IBGE, 2010.
Organização: Autores.

O fenômeno migratório comparece como variável central na formação territorial de Rondônia, principalmente a partir da colonização agrícola iniciada em 1970. Contudo, dado o declínio da migração interestadual na década de 1990, esse processo mudou de escala, restringindo-se à migração intraestadual no sentido campo-campo e campo-cidade (Tabela 3). A migração intraestadual e a dinâmica dos preços das terras no espaço agrário rondoniense indicam uma correlação, vinculando ambos os processos à demanda por terra. A população da cidade aumenta sua participação na composição demográfica, com taxa média estadual de 73%, cuja variação intercensitária (2000/2010) foi de 29%, ao passo que a taxa de população rural restou negativa em -16% para o mesmo período.

Na região do agronegócio da soja esses dados são relevantes para compreendermos o impacto do agronegócio na dinâmica populacional. No cômputo geral (Tabela 3), a população cresceu 15%, taxa levemente superior à média estadual (13%), mas centralizada em Vilhena, com crescimento de 42% na cidade e 33% no campo. Para os demais municípios dessa sub-região, o impacto negativo se concretizou no espaço agrário com variação negativa de -15%, sendo que dos 7 (sete) municípios em 5 (cinco) o crescimento negativo variou de -9% a -33%, indicando pressão territorial em terras camponesas e centralidade regional de Vilhena. Contudo, registre-se que em Vilhena a população rural cresceu 33% em função da criação de assentamentos rurais, muitos deles derivado da luta pela terra.

Na análise espacial, na região do agronegócio da soja se registra expressivo declínio demográfico nas taxas de crescimento da população rural, o que nos leva a supor que há aumento da concentração de terras nessa região.

A migração campo-campo se desloca para as regiões norte/noroeste de Rondônia, registrando crescimento da população rural, cujas evidências empíricas correspondem ao surgimento de vilas e povoados em áreas que até recentemente eram compostas por florestas. No espaço rural de Porto Velho, Nova Mamoré e Buritis o fenômeno das "vilas na floresta" indica o ressurgimento de *frentes pioneiras*, fenômeno que cresce mesmo após as institucionalizações das políticas de ordenamento do território, a exemplo do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia, aprovado em 2000 (SILVA, 2016b). Os povoados de União Bandeirantes e Rio Pardo (Porto Velho), Nova Dimensão (Nova Mamoré) e Jacinópolis (Buritis) evidenciam esse processo, cuja população rural migrou da região centro-sul de Rondônia.

Na escala estadual apontamos duas dimensões espaciais referentes ao acesso à terra configurada pela geografia da soja e da pecuária: no centro-sul de Rondônia a região está consolidada, considerando a perspectiva de Becker (2007); no norte-noroeste e no Vale do Guaporé (fronteira com a Bolívia) esse processo está aberto, registrando áreas recentemente convertidas à agropecuária e, sobretudo, intensa extração ilegal de madeira (crime ambiental). São regiões de ressurgimento de frentes pioneiras e de intensos conflitos agrários e territoriais (SILVA, 2016b).

Oeste paraense: o encontro da Amazônia dos rios com a Amazônia das estradas

No oeste paraense, como afirmamos, nos municípios de Santarém e Belterra, na geografia da soja há o encontro da *Amazônia dos rios* com a *Amazônia das estradas*

(VALBUENA, 2008). São espacialidades diferentes, onde se localiza o limite do avanço espacial das *commodities* agrícolas na Amazônia. Diferente de Rondônia, em que a soja avança em áreas de colonização recente vinculada à agropecuária, no oeste paraense se caracteriza por ser a Amazônia dos rios, das florestas e dos povos e comunidades tradicionais extrativistas (CONCEIÇÃO, 2017).

O encontro conflituoso do capital globalizado se realiza nos caminhos fluviais dos ribeirinhos, modificando o sentido do lugar, dos rios e da natureza.

Nessas áreas a solidariedade orgânica é contrastada com a solidariedade organizacional do capital (SANTOS, 1996; SANTOS; SILVEIRA, 2005; SILVA, 2015), expressas nas escalas geográficas do cotidiano multitemporal e multiespacial, em que o local e o global compõem o mosaico espaço-tempo do lugar (Figura 9). Para as comunidades ribeirinhas o rio é vida social. Para o capital é tão somente um sistema de objeto que serve ao fluxo internacional da mercadoria. Na paisagem regional os conteúdos sociais e geográficos conformam o acúmulo desigual do tempo, indicando as rugosidades do espaço e sua hibridez sociotécnica (SANTOS, 1996).

FIGURA 9 – RIO TAPAJÓS: BARCOS E CANOAS DOS RIBEIRINHOS E O PORTO DA CARGILL EM SANTARÉM (2014)



Fonte: Trabalho de Campo (2014)

Foto: R. G. C. S.

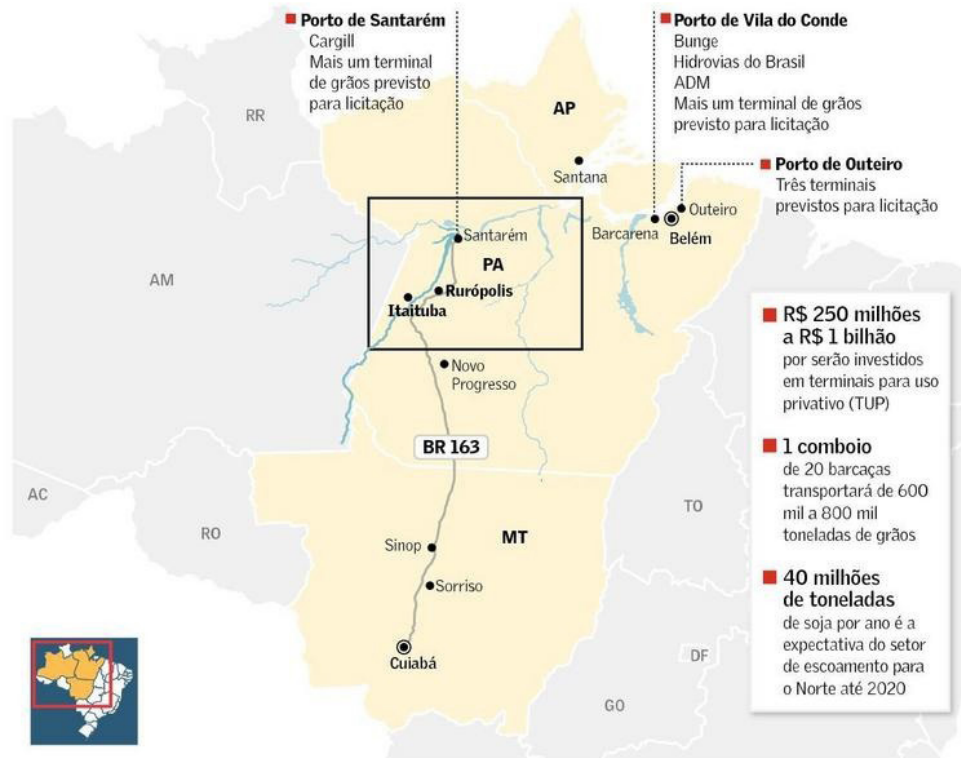
Na região do Baixo Amazonas (oeste paraense), o modo de vida das comunidades rurais, ribeirinhas e urbanas se distingue pela presença dos rios nos fluxos econômicos, sociais e culturais que qualificam o espaço local e dão unidade à tríade *campo-cidade-floresta* como condição de entendimento do espaço total, instituindo uma geografia da diferença. Em específico, nas comunidades rurais de Santarém e Belterra, o modo de vida *camponês-*

ribeirinho-extrativista muito se diferencia das sub-regiões amazônicas em que está assentada a economia da pecuária e dos grãos de soja vinculadas aos circuitos espaciais da produção (SANTOS, 1988), como ocorre no Mato Grosso e em Rondônia. Na geografia desses dois municípios o agronegócio da soja entra em cena, impondo sua racionalidade, produzindo estranhamentos nos lugares.

FIGURA 10 – CARTOGRAFIA DO ARCO NORTE A NOVA ROTA DO AGRONEGÓCIO (2014)

A nova rota do agronegócio

Onde estão os empreendimentos que viabilizarão a saída de grãos pelo Norte do país



Fonte: Barros (2014).

A principal pressão territorial, como argumentamos, desloca-se do Mato Grosso via eixo rodoviário da BR-163. Os projetos territoriais são distintos e contraditórios, exigindo a mobilização política dos movimentos sociais à resistência e produção de contrarracionalidades ao processo de expropriação e coerção territorial imposto pelo capital globalizado (Cargill, Bunge, Amaggi, dentre outros), agentes do agronegócio (médios e grandes produtores de soja, empresas de insumos, empresas de assistência tecnológica, empresas de transportes) e poder público (governos municipal, estadual e federal).

No oeste paraense, quantidades significativas de terras destinadas ao uso camponês, onde desenvolviam uma agricultura que servia tanto à subsistência familiar quanto fornecia alimentos ao mercado local, foram convertidas em espaços da produção de *commodities*, causando diretamente desflorestamentos de grande magnitude e expropriação do campesinato de seus respectivos territórios. A territorialização dos agentes hegemônicos no espaço do campesinato modificou as relações de trabalho e a forma de se relacionarem e fazerem uso da natureza (CONCEIÇÃO, 2017). Todo esse processo tende a ampliar a escala geográfica das dinâmicas territoriais se confirmadas as obras de infraestruturas rodoviária, hidroviária, hidroportuária e ferroviária, que transformarão

o oeste paraense em novo eixo de fluidez territorial do Brasil (ARROYO, 2001), escoando a produção agropecuária do *norte e médio norte* do Mato Grosso (Figura 10). Com a demanda da China por grãos e minérios, a saída pelo corredor de transporte denominado *Arco Norte* tende a acelerar, considerando a redução do custo de transporte em até 34%, o que potencializa a produção de grãos na Amazônia, especialmente na região oeste do Pará (BARROS, 2014). Estima-se, segundo os estudos do Rabobank, banco de origem holandesa, que as exportações de soja pelos portos de Manaus (Amazonas), Santarém e Barcarena (Pará) e Itaqui (Maranhão) podem crescer até 130% em 10 anos, considerando os investimentos anunciados pelas empresas ADM, Amaggi, Bunge, Cargill, Fia-gril, Hidrovias do Brasil e Louis Dreyfus (LOPES, 2016).

As cartografias geopolíticas estão postas pelo capital hegemônico. Anuncia-se para o oeste paraense todo um conjunto de transformações espaciais ligadas aos vetores externos da globalização. A Amazônia dos rios e da floresta, dos espaços ribeirinhos e camponeses, tendem a sofrer compressões espaço-temporais aceleradas pela geopolítica mundial da soja, povoando a paisagem rural com objetos técnicos. Por conseguinte, com a pavimentação, ainda inconclusa, da rodovia BR-163 sob a iniciativa do governo federal e a ampliação portuária nas mar-

gens do rio Tapajós, novos processos de mercantilização das terras camponesas são estimulados e pressionados por médios e grandes proprietários, empresas do agonegócio nacional e pelo capital global (TORRES, 2005). Em muitas áreas de Belterra e Santarém, as chácaras, os sítios e/ou colônias de camponeses – como são titulados pelos sujeitos sociais – foram convertidos em espaços da produção de grãos a partir da compra ou de arrendamentos de terras feitos por grandes fazendeiros.

O que outrora existia no eixo da rodovia Santarém-Cuiabá, que engloba o município de Belterra, perfaziam grandes áreas de floresta conservada e/ou preservada, utilizadas pelo campesinato para o extrativismo animal e vegetal, e no desenvolvimento de uma agricultura artesanal, familiar e de subsistência. Sem camponeses na terra, dado a expropriação e a migração para outras áreas da região, o fato se configura como um processo de "trituração" da floresta com o uso de máquinas pesadas e a preparação do solo para o cultivo de grãos. Esse espaço expressa as múltiplas contradições geradoras das conflitualidades entre camponeses e sojicultores, no encontro conflituoso da *Amazônia dos rios* e *Amazônia das estradas*.

Considerações finais

A expansão da soja na Amazônia atinge espaços territorializados pelo campesinato, que passa a sofrer pressões do capital globalizado. Se nas décadas de 1960/1990 o capital se realizava através da mineração e da energia elétrica, no campo as grandes fazendas de gado e empresas madeireiras compunham a paisagem agrária. O camponês se relacionava com esses sujeitos do capital, ora em conflito agrário, ora com a produção agrícola complementar comercializada nas cidades na escala local e regional.

Contemporaneamente, a reestruturação produtiva da agricultura atinge a Amazônia a partir do Mato Grosso, expandindo-se para áreas de Rondônia e do Pará e, sobremaneira, impactando a espacialidade camponesa. As verticalidades (SANTOS, 1996) do agonegócio fazem parte do cenário agrário/agrícola e regional do oeste do Pará e do sul de Rondônia, no qual esses espaços dão sentido ao funcionamento global da economia, instaurando novas lógicas da globalização (SILVA, 2015).

Em verdade, há a formação em *manchas* do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996; SILVA, 2014a e 2015), onde os agentes hegemônicos vão suprimindo e dominando as comunidades camponesas, produzindo as contradições e acentuando as migrações campo-cidade ou campo-campo. Entretanto, o campesinato, enquanto modo de vida e classe social, se (re)produz no interior do modo de produção capitalista e cria estratégias

de resistência ao modelo excludente e antagônico (OLIVEIRA, 1991), em que o aumento dos conflitos no campo por terra, subsolo, água e floresta são os tristes indicadores desses acirramentos socioterritoriais.

As geografias que analisamos nos municípios da Amazônia indicam que as transformações forçadas pelos fluxos da agricultura globalizada não se realizam somente em áreas de densidade técnica e produtiva, mas em regiões periféricas que acabam sendo *reserva de lugares* do capital global (SILVA, 2014a e 2015). O território e seus diversos modos de existência, dialeticamente, reúnem e separam os processos sociais que lhes dão vida. Essas disputas territoriais contemporâneas na Amazônia cristalizam a produção do espaço agrário e regional vinculado às variáveis globais. Sua leitura passa, numa abordagem teórico-metodológica, pelo entendimento do espaço como produção social, como totalidade concreta.

Referências

- ALVES, V. E. L. (org.) (2015) *Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora.
- ARROYO, M. M. (2001) *Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX*. Tese de doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo.
- BARROS, B. (2014) *Tapajós inverte fluxo de exportação de grãos*. *Jornal Valor*, São Paulo, p. B14, 25 fev. 2014.
- BECKER, B. (2007) *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond.
- BERNARDES, J. A. (2010) O novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos. In: BERNARDES, J. A., ARACRI, L. A. (orgs.). *Espaço e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense*. Rio de Janeiro: Arquimedes.
- BRASIL. (2015) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Projeções do Agronegócio – Brasil 2014/2015 a 2024/2025 – Projeções de Longo Prazo*. Brasília, julho de 2015.
- CONCEIÇÃO, F. S. (2017) *A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra-Pará*. Dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Porto Velho.
- CPT-RO. (2014) *Comissão Pastoral da Terra de Rondônia. Vilhena, cidade de conflitos agrários*. 8 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://cptrondonia.blogspot.com.br/2013/03/vilhena-cidade-de-conflitos-agrarios.html>>. Acesso em: 12 de ago de 2014.
- _____. (2016) *Conflitos no campo Brasil 2016*. Goiânia, CPT-Nacional.
- ELIAS, D. (2012) *Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil*. XII Coloquio de Geocrítica, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 7 a 11 de maio de 2012.
- FNP. (2015) *Preços das terras têm forte alta nos Estados do Norte*. *Informa Economics FNP – Valor Econômico*, 24/4/2015. Disponível em: <<http://www.informaecon-fnp.com/noticia/11519>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.
- IBGE. (2006). *Censo Agropecuário – 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro.
- _____. (2015) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro.
- _____. (2010) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico – 2010: Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro.
- LOPES, F. (2016) *Exportação de soja pelo Norte deve crescer 130% em 10 anos*. *Jornal Valor*, São Paulo, 25 jun. 2016. Disponível em: <<http://www2.valor.com.br/agro/4611197/exportacao-de-soja-pelo-norte-deve-crescer-130-em-10-anos>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.
- MCMICHEL, P. (2016) *Regimes alimentares e questões agrárias*. 1. ed. São Paulo/Porto Alegre: Editora Unesp/Editora da UFRGS.
- OLIVEIRA, A. (1991) *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2001) *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto.
- RIBEIRO, A. F. A.; SILVA, R. G. C.; CORREA, S. S. (2015) Geografia da soja em Rondônia: monopolização do território, regionalização e conflitos territoriais. *Campo - Território*, v. 10, p. 180-201. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/28439/17010>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2015.
- SANTOS, M. (1988) *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos metodológicos da Geografia*. 1. ed. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1996) *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC.
- _____. (2005) *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. (2005) *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.
- SCHLESINGER, S.; NORONHA, S. (2006) *O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais*. Rio de Janeiro: FASE.

SILVA, R. G. C. (2009) Globalização e dinâmicas territoriais em Rondônia – Região Amazônica. *Geografizando – Revista de Estudos Geográficos*, v. 5, p.41-61.

_____. (2012) Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970-1995). In: *Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: reflexões geográficas*. 1. ed. Curitiba: Editora SK.

_____. (2014a) A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 298-312.

_____. (2014b) Globalização e fragmentação do espaço agrário em Rondônia. *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. XVI, p. 163-174.

_____. (2015) Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. *Confins – Revue franco-brésilienne de géographie* [On-line], 23, posto on-line no dia 1 março 2015. Disponível em: <<http://confins.revues.org/9949>>. Acesso em: 02 de março de 2015.

_____. (2016a) Agronegócio e campesinato em Rondônia. In: *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais*. Jundiaí: Paco Editorial.

_____. (2016b) Agentes, procesos y conflictos en la gestión territorial en el estado de Rondônia (Brasil). *Polis*, Santiago, v. 15, n. 45, p. 319-344, dic. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000300016>>. Acesso em: 10 de março de 2017.

THÉRY, H. (1976) *Rondônia – Mutations d'un Territoire fédéral en Amazonie Brésilienne*. Paris, Université Paris I. (Tese de Doutorado)

_____. (2012) *Rondônia mutações de um Território federal na Amazônia federal*. Curitiba: SK Editora.

TORRES, M. (org.) (2005) *Amazônia revelada*. Brasília: Cnpq.

TRINDADE JR., S. C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. (2008) Das "janelas" às "portas" para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: Edufpa.

VALBUENA, R. (2008) Santarém, entre la Amazonia de los ríos y la Amazonia de las carreteras. *Confins – Revue franco-brésilienne de géographie* [On-line], 3 | 2008, posto on-line no dia 24 abril 2008, consultado em 1 abril 2016. Disponível em: <<http://confins.revues.org/3903>>.

VALVERDE, O. (coord.) (1979) *A Organização do Espaço na faixa da Transamazônica: introdução sudoeste amazônico e regiões vizinhas*. Rio de Janeiro: IBGE/INCRA. v. 1.

NENHUM "CHOQUE DAS CIVILIZAÇÕES": UMA ANÁLISE DAS GEOGRAFIAS IMAGINATIVAS NA MÍDIA IMPRESSA ÁRABE APÓS OS ATENTADOS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

Shadia Hussein de Araújo*

Universidade de Brasília

Resumo: Enquanto existem muitos estudos sobre a reprodução da teoria do "choque das civilizações" e do "mundo islâmico" como o "outro" do Ocidente em mídias ocidentais após os atentados de 11 de setembro de 2001, são extremamente escassos aqueles que analisam a presença dessa teoria nas mídias árabes. Quais são os discursos geopolíticos (re)produzidos nessas mídias com o objetivo de enquadrar e explicar os atentados? Qual é o papel da teoria do "choque das civilizações" e das representações do Ocidente que se manifestam nesse contexto? Este artigo procura responder essas perguntas a partir de uma perspectiva da geopolítica crítica, valendo-se do conceito de "geografias imaginativas". Os principais jornais transnacionais árabes, al-Hayat, al-Quds al-Arabi e Asharq Al-Awsat, constituem o exemplo empírico. Este artigo mostra que a teoria do "choque das civilizações" – por sua vez duplamente assentada em regionalizações geográficas tradicionais e em uma construção binária entre Ocidente e mundo islâmico – é rejeitada nos jornais analisados. Em vez de se apoiar nessa teoria, os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 e os atentados terroristas nos anos seguintes, bem como as geografias imaginativas do Ocidente reproduzidas nesse contexto, são enquadrados e formados por meio de um discurso multifacetado e profundamente pós-colonial.

Palavras-chave: Geografias imaginativas. Geopolítica crítica. Mídia impressa árabe. Crítica pós-colonial.

NO "CLASH OF CIVILIZATIONS": AN ANALYSIS OF IMAGINATIVE GEOGRAPHIES IN ARAB PRINT MEDIA AFTER 9/11

Abstract: While many studies analyse the reproduction of the "clash of civilizations" theory and the "Islamic world" as the West's "other" in Western media after 9/11, there are only few works dedicated to Arab media. What are the geopolitical discourses (re)produced in Arab media framing and explaining the attacks? What is the role of the "clash of civilizations" theory and the representations of the West in this context? This paper addresses these questions from the perspective of critical geopolitics using the concept of "imaginative geographies". The transnational Arab newspapers al-Hayat, al-Quds al-Arabi e Asharq Al-Awsat serve as the empirical example. I argue that the theory of the "clash of civilizations" – which is based on traditional geographical regionalisations and a binary construction between the West and the Islamic world – is rejected in the analysed newspapers. Instead, 9/11 and other terrorist attacks in the subsequent years as well as the imaginative geographies of the West reproduced in this context are based on a multifaceted and profoundly post-colonial discourse.

Keywords: Imaginative Geographies. Critical Geopolitics. Arab Print Media. Postcolonial Critique.

AUCUN "CHOC DES CIVILISATIONS": UNE ANALYSE DES GEOGRAPHIES IMAGINAIRES DANS LES MEDIAS ARABES IMPRIMES APRES LES ATTENTATS DU 11 SEPTEMBRE 2001

Resumé: Bien que de nombreuses études analysent la reproduction de la théorie du "choc des civilisations" et du "monde islamique" comme "l'autre" de l'Occident dans les médias occidentaux après les attentats du 11 septembre 2001, il y a peu de travaux consacrés aux médias arabes. Quels sont les discours géopolitiques (re)produits dans ces médias pour contextualiser et expliquer les attaques ? Quels sont les rôles de la théorie du "choc des civilisations" et de la représentation de l'Occident dans ce contexte ? Cet article tente de répondre à ces questions dans une perspective de géopolitique critique, en utilisant le concept de "géographies imaginaires". Les principaux journaux transnationaux arabes, al-Hayat, al-Quds al-Arabi e Asharq Al-Awsat sont le matériau de l'enquête. Cet article montre que la théorie du "choc des civilisations" – elle-même basée sur les régionalisations géographiques traditionnelles et la construction opposant Occident et monde islamique – est rejetée dans les journaux analysés. Au lieu de cela, les événements du 11 septembre 2001 comme les attentats terroristes des années suivantes, ainsi que les géographies imaginaires de l'Occident reproduites dans ce contexte, sont façonnés par un discours à multiples facettes, profondément post-colonial.

Mots-clés: Géographies Imaginaires. Géopolitique Critique. Médias Imprimés Arabes. Critique Postcoloniale.

Introdução

"Fé e família, sangue e crença são as ideias com as quais as pessoas se identificam e pelas quais elas irão lutar e morrer. E é por isso que o choque das civilizações está substituindo a Guerra Fria como o fenômeno central da política global" (HUNTINGTON, 1993b, p. 190; cf. também HUNTINGTON, 1993a)¹. Essa tese, difundida inicialmente na década de 1990, é de autoria do cientista político e professor da Universidade de Harvard Samuel P. Huntington (1927-2008)². Segundo o autor, os grandes conflitos da era pós-Guerra Fria não seriam travados entre Estados, mas entre civilizações mundiais, de forma que o mundo islâmico se tornaria a maior ameaça para o Ocidente. Contudo, a tese de Huntington não recebeu muita atenção no momento em que foi formulada. No entanto, após os ataques terroristas ocorridos no dia 11 de setembro de 2001 nas cidades de Nova York e Washington, as ideias de Huntington tornaram-se, rapidamente, um lugar-comum, sobretudo por fornecerem um padrão simplificado de explicação para os eventos recentes. Poucas semanas depois dos ataques, a obra *O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*, publicada em 1996, encontrava-se esgotada em vários países. A reação do mercado editorial foi imediata: novas reimpressões e traduções foram disponibilizadas em larga escala.

O sucesso da tese de Samuel P. Huntington não se explica simplesmente pela sua capacidade de interpretar acontecimentos, como, por exemplo, os ataques ocorridos no dia 11 de setembro de 2001, outros atentados terroristas ou mesmo o processo de formação do chamado Estado Islâmico. Segundo o geógrafo Paul Reuber (2009), as ideias de Huntington foram rápida e convincentemente difundidas por se assentarem sobre discursos acadêmicos tradicionais, familiares e largamente aceitos, tais como o antigo e poderoso orientalismo das ciências modernas (SAID, 2009 [1978]) e as poderosas regionalizações da geografia produzidas no início do século XX por geógrafos como Alfred Hettner, em *Der Gang der Kulturen über die Erde* (A marcha das culturas sobre a Terra) (1923), Heinrich Schmitthenner, em *Lebensräume im Kampf der Kulturen* (Espaços vitais no conflito entre as culturas) (1938), Ellsworth Huntington, em *Mainsprings of civilization* (Forças motrizes da civilização) (1945), ou, mais tarde, Albert Kolb, em *Die Geographie und die Kulturerde* (A geografia e as regiões mundiais cultu-

rais) (1962). Assim, como Reuber afirmou, "Huntington [...] deu apenas nova vida a um discurso subjacente de diferença cultural que se desenvolveu ao longo de mais de dois séculos. Ele atualizou o mapeamento discursivo do si e do outro a partir da perspectiva do Ocidente 'moderno'"³ (REUBER, 2009, p. 448).

A teoria do "choque das civilizações" foi discutida de maneira extremamente controversa (REUBER; WOLKERSDORFER, 2004). Mas, apesar das controvérsias, essa teoria tem sido frequentemente reproduzida em mídias ocidentais⁴, sobretudo com o objetivo de explicar as notícias sobre os ataques cometidos por terroristas no Ocidente em nome da religião islâmica: sejam os ataques ocorridos nos Estados Unidos em setembro de 2001, em Madri no ano de 2004, ou em Londres em 2005. Em parte, essa mesma lógica foi igualmente operada nos relatos veiculados pela mídia sobre os ataques mais recentes ocorridos nas cidades de Paris (2015) e Bruxelas (2016). O problema e o perigo associados à reprodução discursiva de tais teorias geopolíticas pela mídia de massa é que elas legitimam publicamente políticas como a chamada "guerra contra o terrorismo" – inclusive as guerras, invasões e ocupações do Afeganistão e do Iraque –, a manutenção de prisões como Guantánamo e Abu Ghraib, declarações de estados de emergência (e, com isso, restrições à liberdade de circulação, de expressão e de manifestação), além de potencialmente estimularem a xenofobia, o racismo e a islamofobia, sobretudo em contextos comunitários nos quais árabes e muçulmanos representam uma parcela minoritária da população (STEUER; WILLS, 2010; REUBER; STRÜVER, 2009; STRÜVER, 2008; SAEED 2007; REUBER; WOLKERSDORFER, 2004).

Ao longo dos últimos 15 anos, publicou-se um número razoável de estudos sobre os discursos geopolíticos e as representações do mundo islâmico tanto em mídias ocidentais quanto em mídias brasileiras após os atentados de 11 de setembro 2001. Parte desses estudos destaca as imagens produzidas por tais discursos geopolíticos que apresentam o mundo islâmico como o "outro" do Ocidente; "outro" este que se vê ora reduzido a estereótipos, ora associado a atributos como o terrorismo, a violência e a barbárie (são exemplos de análises da mídia brasileira: BARION; PECHULA, 2015; FERREIRA, 2015; ARAÚJO; FONSECA, 2014; BECARI; FREITAS, 2013; PORTO, 2012; CASTRO, 2007; BROTAS, 2006; LOPES; FABRÍCIO, 2005; STEINBERGER-ELIAS, 2005; a produção de estudos relacionados à mídia europeia e estadunidense é enorme, motivo pelo qual se apresenta, aqui, apenas alguns exemplos mais significativos: ALSULTANY, 2012; POWELL, 2011; STEUER; WILLS, 2010; SAEED, 2007;

¹No original: "Faith and family, blood and belief, are what people identify with and what they will fight and die for. And this is why the clash of civilizations is replacing the Cold War as the central phenomenon of global politics" (HUNTINGTON, 1993b, p. 190). Todas as citações dos textos publicados em língua estrangeira foram traduzidas pela autora deste artigo.

²Huntington lecionou na Universidade de Harvard por mais de 50 anos. Entre os cargos que ocupou nesta universidade, destacam-se a Albert J. Weatherhead III University Professorship, a diretoria do John-M.-Olin-Institute for Strategic Studies, assim como também a presidência da Harvard Academy for International and Area Studies in the Center for International Affairs. Além de publicar análises sobre conflitos nacionais e internacionais, Huntington era consultor dos mais importantes *policy makers* dos Estados Unidos, sendo influente, sobretudo, nos círculos politicamente mais conservadores.

³No original: "Huntington was not solely responsible for this. He only gave new life to an underlying discourse of cultural difference that had developed over more than two centuries. Huntington updated the discursive mapping of the self and the other from the perspective of the 'modern' West".

⁴O termo "mídias ocidentais" se refere aqui, de acordo com a bibliografia secundária citada, em primeiro lugar a veículos midiáticos estadunidenses e europeus.

SHADID, 2005). Nesse sentido, algumas análises destacam a presença explícita da teoria do “choque das civilizações” de Samuel Huntington em discursos midiáticos ocidentais com o objetivo de enquadrar e explicar os atentados terroristas (cf. REUBER; STRÜVER, 2009; SEIB, 2005; ABRAHAMIAN, 2003).

Ao observar a ampla difusão da teoria do “choque das civilizações” de Huntington após os acontecimentos de 11 de setembro, estudiosos de várias áreas (sobretudo historiadores, orientalistas e politólogos) chamaram atenção para o fato de que a teoria do “choque das civilizações” tem sido propagada por islamistas radicais⁵, com sinais opostos de bem e de mal, desde a década de 1970. Como afirma o orientalista Martin Forstner, “foram e são defendidas teses que deixam parecer Samuel Huntington, com o seu *Clash of Civilizations*, bem atrasado”⁶ (FORSTNER, 2001, p. 76). As pesquisas mostram que, nos discursos islamistas, “o Ocidente” é declarado como o inimigo do “si” e que esse enquadramento do conflito entre o Ocidente e o mundo islâmico assemelha-se fortemente à teoria de Huntington (cf. ALLAM, 2004; FORSTNER, 2001; consulte-se também ABDELNASSER, 2000; ROTTER, 1996, entre outros). O imaginário islamista, segundo esses estudiosos, conceberia “o Ocidente” em termos de descrença e imoralidade, caracterizando-se o “outro” do “si” por propagar uma sensação de superioridade, ao mesmo tempo em que se encontra demasiadamente apegado a questões de ordem material, afastando-se, portanto, da religião e do conhecimento de Deus. Assim, o Ocidente constituiria uma ameaça aos valores do mundo islâmico, motivo pelo qual deveria ser combatido (ROTTER, 1996).

Enquanto existem muitos estudos sobre a teoria do “choque das civilizações” produzida por islamistas radicais, assim como também sobre os discursos geopolíticos veiculados em mídias ocidentais após os atentados de 11 de setembro (veja acima), ainda são escassos os estudos que analisam os discursos geopolíticos veiculados na mídia de massa árabe. Análises desse tipo são relevantes, uma vez que a maioria da população árabe e muçulmana não se identifica com vertentes islamistas radicais (cf. HIRJI, 2010). Ao mesmo tempo, essa maioria não ganha muita visibilidade nos estudos geopolíticos. Este artigo procura, portanto, preencher essa lacuna de pesquisa. Quais são os discursos geopolíticos (re)produzidos na mídia árabe para explicar os acontecimentos de 11 de setembro de 2001? Qual é o papel da teoria do

“choque das civilizações” de Huntington e/ou de suas versões islamistas? Quais são as representações do Ocidente que se manifestam nesses discursos? Antes de apresentar uma primeira resposta para essas perguntas, segue, no próximo item, a contextualização da pesquisa na área da geografia humana, bem como uma breve descrição da abordagem teórica e metódica deste artigo, nomeadamente: a geopolítica crítica.

Teoria e método: uma abordagem da geopolítica crítica

A geopolítica crítica (*critical geopolitics*) foi desenvolvida, sobretudo, no contexto da geografia anglófona, e conta com uma crescente presença no mundo acadêmico brasileiro e latino-americano (cf. CONORADO, 2010; CONTINI, 2009; CAIRO, 2008; ARAVENA, 2007; CRUZAT, 2007; GALLARDO, 2007). A ideia inicial dos pioneiros dessa vertente era fazer, em primeiro lugar, uma profunda crítica a várias tradições do pensamento geopolítico e, em segundo lugar, uma reconceitualização da geopolítica como discursos poderosos que contribuem para a construção de (novas) ordens mundiais (entre os autores-chave: Ó TUATHAIL; AGNEW, 1992; Ó TUATHAIL, 1996; Ó TUATHAIL; DALBY, 1998; DODDS; SIDAWAY, 1994, fornecem uma visão geral sobre o surgimento dessa vertente crítica, enquanto que DALBY, 2008; SHARP, 2009; DODDS et al., 2013, contribuem para uma discussão sobre os problemas, os desenvolvimentos recentes e a atualidade da geopolítica crítica). Enraizada na geografia pós-estruturalista, a geopolítica crítica preocupa-se, particularmente, com a atuação, a regulação e a contestação de discursos geopolíticos, bem como ainda de seus efeitos, produzidos em níveis sociais diferentes. Estes incluem o Estado, as elites políticas e econômicas, os intelectuais e acadêmicos, os *intellectuals of statecraft*, os *think tanks*, assim como também os diferentes níveis da produção cultural (p. ex.: mídia de comunicação de massa, filmes, livros, revistas ou música) e os diversos planos da vida cotidiana. A orientação pós-estruturalista parte do pressuposto de que conhecimentos geopolíticos são necessariamente parciais e contextualizados, e surgem a partir de posições discursivas específicas. Assim, práticas geopolíticas resultam de constelações complexas de ideias e discursos geopolíticos concorrentes que, por sua vez, são dinâmicos e, como tal, alteram-se constantemente (DODDS et al., 2013).

O conceito teórico: geografias imaginativas

Entre os fundamentos teóricos mais importantes da geopolítica crítica pós-estruturalista encontram-se a teoria do discurso de Michel Foucault (2013 [1971]), bem como o conceito de geografia imaginativa de Edward

⁵O termo “islamistas” (em árabe: *islamiyyūn*) se refere aqui aos representantes do chamado “Islamismo” ou “Islã político”, que, por sua vez, são termos relativamente recentes usados para denominar discursos e atividades em larga escala de indivíduos e organizações que se dedicam à transformação de Estado(s) e sociedade(s) de acordo com as “leis islâmicas”. O termo “radical” se refere aqui sobretudo às vertentes mais rígidas do Islamismo. Algumas dessas vertentes *inter* alia propõem, como cura de todos os males da modernidade ocidental, o retorno às raízes das sociedades islâmicas, ou seja, ao sistema do Califado dos primeiros califas (632-661) (cf. ETIENNE, 1987).

⁶No original: “Es werden und wurden Thesen vertreten, die Samuel Huntington mit seinem *Clash of Civilizations* als verspätet erscheinen lassen” (FORSTNER, 2001, p. 76).

Said (2009 [1978]) (como elaborado detalhadamente em DODDS; SIDAWAY, 1994). Esses fundamentos teóricos e conceituais constituem a abordagem teórica principal deste estudo. Assim, geografias imaginativas podem ser entendidas como construções espaciais discursivas e poderosas que produzem identidades geopolíticas de "si" e do "outro". O poder das geografias imaginativas se manifesta *inter alia* na possibilidade de legitimar determinadas posturas, práticas e medidas políticas. Nesse sentido, Said mostrou como o Oriente foi produzido discursivamente pelas sociedades europeias como um espaço atrasado e incompetente para gerir o seu próprio desenvolvimento. Trata-se de uma geografia imaginativa que, por fim, acabou por legitimar o colonialismo europeu que prometia levar o desenvolvimento, a modernidade e a competência técnico-burocrática europeias para o Oriente (Said 2009 [1978]). Essa mesma lógica fundamenta diversos casos de operacionalização instrumental da teoria do "choque das civilizações" de Samuel P. Huntington e de sua construção discursiva do mundo islâmico, casos estes que são difundidos com o objetivo de legitimar as intervenções militares no Afeganistão, no Iraque e em outras regiões no contexto da chamada "guerra contra o terrorismo" (REUBER; STRÜVER, 2009; REUBER; WOLKERSDORFER, 2004).

As instâncias centrais de divulgação e de fortalecimento de geografias imaginativas em discursos públicos são os meios de comunicação de massa. De acordo com o sociólogo alemão Niklas Luhmann, "tudo o que sabemos sobre a nossa sociedade, tudo o que sabemos sobre o mundo em que vivemos, sabemos por meio das mídias de massa"⁷ (2000, p. 2). Levando-se em consideração as ideias de Said, as linhas teóricas que se voltam especialmente para os discursos veiculados nas mídias de massa passam a deixar claro que as "geografias imaginativas" têm um papel específico nesse contexto, qual seja: apresentar uma perspectiva geográfica a partir da qual é possível explicar e interpretar notícias veiculadas na grande mídia e, assim, fornecer orientações – sobretudo de caráter geopolítico – para o grande público. Essa função específica das "geografias imaginativas" exige que elas sejam construções simples, rapidamente compreensíveis pelo público-alvo da mídia de massa. Consequentemente, as geografias imaginativas produzem e reproduzem estereótipos de "si" e do "outro", de aliados e de inimigos geopolíticos. Dessa maneira são construídas as imagens que representam, para nós, a suposta realidade do "outro" (sobre o conceito de geografia imaginativa no contexto das mídias de massa, consulte-se HUSSEINI DE ARAÚJO, 2011, p. 76-87).

O corpus documental e os procedimentos de análise

Edward Said desenvolveu o conceito de geografia imaginativa a partir das construções ocidentais do Oriente. Este artigo, no entanto, pretende inverter a direção da análise proposta por Said, ou seja: aqui, serão estudadas as construções do Ocidente a partir de uma perspectiva "árabe-islâmica". Para tanto, serão analisados os três principais jornais da imprensa transnacional (ou transregional) árabe, a saber: os veículos al-Hayat, al-Quds al-Arabi e Asharq Al-Awsat. A escolha se justifica pelo fato de que todos esses três veículos de comunicação apresentam uma ampla variedade de opiniões e direções políticas distintas (islâmica, islamista, secular, esquerda, direita, liberal etc.) e, como mídias transnacionais que têm as suas sedes em Londres (Reino Unido) e escritórios localizados dentro e fora dos países árabes, não são afetadas por censuras temporárias por parte de governos árabes específicos. É evidente que os jornais analisados representam apenas uma parcela pequena da mídia árabe. No entanto, devido ao seu alto padrão de qualidade, a boa reputação de que gozam, o amplo espectro de opinião que representam e o fato de que eles são lidos em quase todos os países árabes, bem como pela diáspora árabe, são periódicos que exercem forte influência em todo o sistema da mídia árabe. Os temas e as abordagens que neles são veiculados passam a ser difundidos em outros meios de comunicação, de forma a atingir os mais variados setores da sociedade (ROGLER, 2004; GHAREEB, 2000; ALTERMANN, 1998). Como, dentre eles, o jornal al-Hayat pode ser considerado como o veículo mais aberto – ao conceder mais espaço para a discussão sociopolítica –, o foco principal deste trabalho incide sobre esse jornal.

A análise se concentra principalmente sobre as rubricas de opinião dos três jornais, uma vez que é sobretudo nos textos publicados sob essa rubrica que discursos geopolíticos se manifestam mais clara e detalhadamente. Foram examinados no jornal al-Hayat as rubricas *ra'y* (opinião), *afkār* (ideias), *tiyārāt* (fluxos), e nos jornais Asharq Al-Awsat e al-Quds al-Arabi a rubrica *ra'y* (opinião). O período da análise se estende entre os anos de 2001 e 2006, de modo a cobrir os eventos midiáticos para os quais a teoria de Samuel Huntington serviu constantemente como um padrão geopolítico explicativo nos discursos midiáticos ocidentais. Vale lembrar que o dia 9 de setembro de 2001 tem sido interpretado como uma censura que, em termos de geopolítica internacional, alçou a teoria do "choque das civilizações" a um padrão de explicação hegemônico (cf. POPPE et al., 2009). Nos anos seguintes, essa teoria foi reproduzida de forma a enquadrar outros eventos, dentre eles os ataques motivados por terroristas islamistas na Europa (como em Madri, no ano de 2004, e em Londres, em 2005), as guerras contra o Afeganistão em 2001 e contra o Iraque em 2003, os de-

⁷No original: "Whatever we know about our society, or indeed about the world in which we live, we know through the mass media".

bates sobre a proibição do véu e dos minaretes na Europa, o programa nuclear iraniano ou ainda o conflito sobre as charges do profeta Muhammad no início de 2006.

O *corpus* analisado foi constituído por todos os artigos publicados nas rubricas dos jornais selecionados e no período acima delimitado e que incluem o termo "Ocidente" (*gharb*) (ou uma das suas derivações) e/ou o termo "choque das civilizações" (*sirār al-haḍārāt*) em seu título. Observando-se esses parâmetros, 247 artigos foram analisados de maneira qualitativa, baseando-se em um processo aberto de codificação (GLASZE et al., 2009). Os *codes*, que por sua vez se referem a geografias imaginativas específicas que se manifestam nos textos, foram definidos indutivamente, seguindo o princípio do máximo contraste (KELLER, 2004, p. 88), de forma a assegurar que o amplo espectro de diferentes geografias imaginativas pudesse ser investigado. Neste artigo, serão apresentadas as geografias imaginativas que surgem com maior frequência no *corpus* analisado. Para oferecer um entendimento mais profundo das geografias imaginativas reveladas nos termos de construções discursivas que possuem uma genealogia própria, elas serão aqui interpretadas à luz da bibliografia fundamental sobre a história dos povos árabes (HOURANI; RUTHVEN, 2010; SCHÖLCH, 2001), sobre o pensamento árabe e islâmico (KASSAB, 2009; BOULLATA, 1990; SHARABI, 1970; HOURANI, 1962), bem como a partir de obras centrais da teoria pós-colonial (p. ex.: CHAKRABARTY, 2008; HALL, 1996; SAID, 2009 [1978]). Nas páginas que seguem, todas as citações dos artigos publicados nos jornais analisados foram traduzidas da língua árabe para o português pela autora. Os nomes dos autores dos jornais encontram-se transcritos de acordo com o sistema adotado pela *Encyclopædia of Islam* (BEARMAN et al., 1960-2005), assim como também é o caso das palavras árabes citadas neste artigo. Respeitaram-se as opções de transcrição adotadas pelos jornais para apresentar o nome dos periódicos aqui estudados.

Reflexão crítica

A abordagem metódica proposta neste artigo apresenta duas limitações significativas. A primeira diz respeito à limitação do *corpus*, não somente em relação aos veículos, que representam apenas uma parcela reduzida do sistema da mídia árabe, mas também em relação ao período de análise. Desde 2006, ano que marca o fim do período de análise da pesquisa, os discursos geopolíticos internacionais têm mudado, e muitos eventos midiáticos certamente passaram a ser abordados por meio de novas geografias imaginativas reproduzidas na mídia árabe. Esses eventos incluem, sobretudo, as mudanças na política externa do governo Barack Obama, a crise econômica internacional (iniciada em 2007 como uma

crise imobiliária nos EUA, crise esta que contribuiu para o baixo crescimento econômico e/ou deflagrou um quadro recessivo em diversos países do mundo), as manifestações populares frequentes que ocorrem nos países árabes desde 2010, a ascensão do chamado Estado Islâmico, assim como também o aumento significativo da migração para a Europa e a pressão migratória sobre o continente europeu. No entanto, a inclusão dos últimos eventos e, assim, a extensão do período de análise da pesquisa encontram-se fora do âmbito deste artigo. A segunda limitação metódica concerne à ênfase no discurso geopolítico em termos textuais e simbólicos, uma vez que novas abordagens da geopolítica crítica têm apontado para a necessidade de se considerar as práticas e materialidades que os discursos geopolíticos evocam e (re)produzem, bem como as suas diferentes formas de *embodiment* (cf., p. ex.: DODDS et al., 2013). Nesse sentido, essa pesquisa é parcial e, com ela, procura-se também abrir caminhos para pesquisas futuras que tenham por objetivo superar as duas limitações acima apresentadas.

Geografias imaginativas do Ocidente

Nos textos e nas imagens analisados, não foram encontradas nenhuma construção ou descrição do Ocidente iguais ou parecidas com as construções geopolíticas islamistas analisadas por Allam (2004), Forstner (2001), Abdelnasser (2000), Rotter (1996) e por outros. Ao contrário, as geografias imaginativas do Ocidente que circularam no *corpus* estudado, via de regra, não podem ser enquadradas em discursos geopolíticos religiosos. Como será exposto mais adiante, os elementos que sustentam a lógica dos discursos analisados são de ordem profundamente pós-colonial, no sentido de que os textos e as imagens veiculados nos jornais reproduzem, sobretudo, uma ordem mundial por meio da qual se identificam estruturas coloniais históricas que ainda formam o presente das nações (cf. HALL, 1996). Nas páginas que seguem, serão apresentadas as quatro construções do Ocidente identificadas com mais frequência no material analisado.

O Ocidente colonial no passado e no presente

"Colonialismo", "neocolonialismo" e, com isso, "opressão", "exploração" e "supremacia" fazem parte das características que se encontram regularmente atribuídas ao Ocidente nos artigos analisados. Essa imagem se refere não apenas ao Ocidente do passado, mas, sobretudo, ao Ocidente contemporâneo. O contexto discursivo no qual a ideia da ordem colonial contemporânea se manifesta com mais frequência é aquele relacionado às

notícias sobre a proclamação da "guerra contra o terrorismo", qual seja: as guerras contra o Afeganistão (2001) e o Iraque (2003). Nesses artigos, argumenta-se, por exemplo, que "[a] guerra atual, conduzida no quadro da guerra contra o terrorismo, que começou no Afeganistão e estenderá a sua agressão sobre os outros [Estados árabes e islâmicos], é uma guerra [que impõe a] submissão [dos povos árabes e muçulmanos]" (Shafiq, al-Hayat, 25/10/2001, p. 19)⁸. Artigos intitulados "O colonialismo do homem branco está retornando" (al-Imām, Asharq Al-Awsat, 13/3/2003) ou "Primeiro ano: Neocolonialismo" (Abu Murshid, Asharq Al-Awsat, 22/3/2004) aparecem com frequência nos jornais analisados⁹. Além disso, destacam-se também as notícias sobre a chamada "Iniciativa para o Grande Oriente Médio (*The Greater Middle East Initiative*)"¹⁰, por sua vez interpretada nos termos de uma ordem geopolítica colonial, de forma a reproduzir a imagem do Ocidente colonial. A seguinte citação de um artigo publicado no jornal al-Hayat, intitulado "[A Iniciativa para o] Grande Oriente Médio representa o objetivo ocidental de formar o mundo novamente" (Zayd, al-Hayat, 29/2/2004, p. 10), serve como um exemplo paradigmático desse discurso:

A Iniciativa para "o Grande Oriente Médio" remete às posições do Ocidente colonial diante do mundo não ocidental em épocas passadas, bem como às reivindicações que foram feitas em nome do humanismo, e ao falso moralismo que se esconde por trás dessa ordem [...]. Mas elas [as posições do Ocidente colonial], na realidade, visaram à dominação e à hegemonia sobre outros povos e seus destinos. Assumia-se – e, ao mesmo tempo, esperava-se – que esses tempos fizessem parte do passado. [...] Mas os eventos de que o mundo agora é testemunha revelam a persistência de tendências coloniais enraizadas no Ocidente. [...] Por meio da Iniciativa para o Grande Oriente Médio, estão sendo impostos à região [do Oriente Médio] os caminhos e as interpretações ocidentais da democracia, de um governo justo, bem como do individualismo [...] – isso tudo [tem sido feito] sem que se respeitem as estruturas culturais e religiosas, bem como os valores da população da região [do Oriente Médio]. [Essa visão] promove o regresso da região [do Oriente Médio] a um estado de marginalidade. Essa região tem sofrido com [essa política], assim como também com a domesticação da população local, com a reformulação de suas maneiras de pensar e com a integração de sua economia na

⁸As referências aos artigos citados do jornal al-Hayat e do jornal al-Quds al-Arabi incluem o sobrenome do autor, o nome do jornal, a data de publicação e os respectivos números da página na qual o texto foi impresso. Todos os artigos analisados do jornal Asharq Al-Awsat foram publicados na rubrica "opinião (*ra'y*)". Via de regra, trata-se da página 15 do jornal, com algumas exceções. Os artigos analisados foram obtidos no arquivo online do periódico Asharq Al-Awsat: <<http://www.aawsat.com/advsearch.asp>> (último acesso em 22/9/2016). No portal eletrônico, os artigos encontram-se organizados por rubrica, data e autor. Nele, não são fornecidas as informações sobre as páginas dos artigos. Por este motivo, não se indica, neste artigo, o número das páginas. Mas o fato de que todos os artigos foram publicados na rubrica "opinião (*ra'y*)" garante a atribuição precisa entre as referências feitas neste artigo e a localização do texto nas fontes originais.

⁹Cf. também: Sa'īd, al-Hayat, 15/1/2001, p. 16; Şāghiya, al-Hayat, 20/7/2003, p. 15; Abū Tālib, Asharq Al-Awsat, 24/1/2002; al-Afandi, al-Quds al-Arabi, 5/4/2005, p. 19, dentre outros.

¹⁰O Projeto do Grande Oriente Médio foi uma iniciativa lançada pelos Estados Unidos sob o governo de George W. Bush durante o encontro do G8 em 2004. Este projeto tinha como objetivo reestruturar e democratizar a região do chamado Grande Oriente Médio, termo que inclui, geograficamente, os países árabes, bem como o Irã, a Turquia, o Afeganistão e o Paquistão. Às vezes, o termo inclui também países da Ásia Central (via de regra: Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão).

economia ocidental – algo que se encontra em curso há muito tempo, já desde o colonialismo antigo. (Zayd, al-Hayat, 29/2/2004, p. 10)

Nesse trecho, o "Ocidente colonial" é representado como o "outro" antagonista do mundo não ocidental, inclusive da "região [do Oriente Médio]". Os povos do Oriente Médio são apresentados como vítimas do "Ocidente colonial", uma vez que é "o mundo não ocidental" que está sendo atacado (e não ataca), que é dominado (e não domina) e que deve se tornar subordinado ao "Ocidente colonial". "A região", como parte do "mundo não ocidental", é pensada aqui como o "si" colonizado, cuja relação com o "outro" é descrita em termos de "imposição", "desrespeito", "marginalização" e "domesticação" (ibid.). Nessa ordem colonial, o "Ocidente" invade o "mundo não ocidental" e a "região [do Oriente Médio]" a fim de dominá-los, de tal modo que o estabelecimento de uma demarcação geográfica nítida entre Ocidente e não Ocidente se torna uma tarefa difícil (cf. tb. GREGORY, 1998, p. 96ss). Nessa geografia imaginativa, o Ocidente penetra e molda o espaço do "si".

De acordo com estudos históricos (cf. HOURANI; RUTHVEN, 2010) e estudos sobre o pensamento árabe (KASSAB, 2009, p. 17-47; cf. também BOULLATA, 1990; SHARABI, 1970; HOURANI, 1962), tal geografia imaginativa já se encontra presente nos primeiros discursos anticoloniais que remontam ao início da era colonial europeia no norte da África e no Oriente Médio. Nesse sentido, as geografias imaginativas aqui analisadas podem ser interpretadas como uma continuação de antigas geografias imaginativas, de forma a denunciar a contemporaneidade colonial.

O Ocidente como modelo, no passado e no presente

Nos discursos analisados, o Ocidente se encontra descrito, com alguma frequência, como um modelo a ser seguido, especialmente no que diz respeito ao conhecimento, ao progresso técnico e aos sistemas políticos. Essa geografia imaginativa é reproduzida, sobretudo, em conexão com as notícias sobre as publicações do Relatório Árabe de Desenvolvimento Humano. Nos textos analisados, desenvolve-se a ideia segundo a qual é preciso "alcançar a modernidade ocidental" (Ṭarābīshī, al-Hayat, 22/8/2004, p. 16) ou almejar o seu "alto nível de conhecimento, tecnologia e economia" (Dju'ayṭ, al-Hayat, 6/9/2003, p. 10) (cf. tb. Salīm, al-Hayat, 15/12/2001, p. 10). Em um outro texto, por exemplo, constata-se que "os árabes e muçulmanos, para o bem do seu próprio progresso [...], poderiam se beneficiar da cultura ocidental" (al-Anṣārī, al-Hayat, 3/12/2001, p. 15; cf. também: Şāliḥ, Asharq Al-Awsat, 28/2/2006).

Esses atributos do Ocidente são, via de regra, conec-

tados com descrições de um “si” estagnado, que caminha na direção contrária do progresso e se encontra em crise. A possibilidade de seguir caminhos ocidentais com o objetivo de encontrar uma saída da crise é proposta, sobretudo, no contexto de notícias e debates críticos sobre os sistemas políticos e as estruturas dos Estados árabes. O trecho que segue, publicado entre as notícias sobre uma situação próxima ao estado de guerra civil no Iraque, deixa essa perspectiva muito clara: “O Estado de direito e o valor do ser humano são as chaves mais importantes para [abrir] os segredos do progresso ocidental e para [se alcançar] o fundamento dos valores da vida no Ocidente” (ash-Shāmī, al-Hayat, 3/7/2005, p. 10). Todavia, “o valor do ser humano individual”, segundo o autor, “não significa muito no Mashriq Árabe”¹¹(idem, ibidem). As numerosas rebeliões e os ataques terroristas dentro do Mashriq teriam resultado, diariamente, em inúmeras mortes, sendo os corpos das vítimas observados com indiferença. A solução seria promover uma adaptação dos sistemas e valores políticos já estabelecidos no Ocidente, como o “pluralismo” e a “democracia” (idem, ibidem), valores estes destacados, mais uma vez, ao final do artigo. Caso esses valores não sejam tomados como a base de uma grande mudança – ainda de acordo com os termos apresentados no artigo –, então “não haverá nenhum amanhecer para a nossa noite árabe que se estende do Atlântico até o Golfo [Árabe]. Assim, a noite será longa e profundamente escura. Iremos continuar apenas observando os trovões e os relâmpagos, mas nós mesmos não deixaremos a chuva cair” (idem, ibidem; cf. também HUSSEINI DE ARAÚJO, 2014).

A geografia imaginativa do Ocidente como sinônimo da modernidade e do progresso, assim como também como um modelo a ser seguido em termos políticos, parece acompanhar “as grandes narrativas da modernidade” (LYOTARD, 2009 [1979]) que partem da ideia do desenvolvimento humano universal e cujo ápice é representado pelo Ocidente. Essas geografias imaginativas, bem como outras a elas semelhantes, surgem reproduzidas na mídia analisada em vários outros artigos (cf., p. ex.: al-Aḥḍar, al-Hayat, 19/9/2009, p. 19; Bin Muḥammad, Asharq Al-Awsat, 21/12/2002). Em alguns casos, destaca-se a mesma lógica, ainda que com polos invertidos, entre o desenvolvimento ocidental e o desenvolvimento oriental: “A cultura árabe era, durante o seu apogeu, um modelo para o Ocidente. Na contemporaneidade, é o contrário” (cf. Sa’id, al-Hayat, 15/1/2001, p. 16). Além disso, ainda surgem nos textos linhas de argumentações islâmicas reformistas. Elas sugerem que “somente aquilo que for útil deveria ser adotado do Ocidente”. Desse modo, “visões de mundo ocidentais que não são compatíveis com a religião islâmica deveriam ser deixadas de lado” (al-Ḥidāḍ, al-Hayat, 22/1/2006, p. 19).

Apesar dos argumentos apresentados nesses fragmentos de um discurso reformista islâmico, a maioria das construções discursivas que representam o Ocidente como um modelo a ser seguido é parte integrante de uma visão de mundo moderna e eurocêntrica. Assim, o Ocidente tomado como o “outro” é visto como o contrário de “si”, que por sua vez é pensado em termos de estagnação, regresso, subdesenvolvimento e crise. Essa geografia imaginativa é muito próxima ao tipo de discurso orientalista criticado e desconstruído por Edward Said na obra *Orientalismo* (2009 [1978]). Entretanto, nos casos estudados nesta pesquisa, essa geografia imaginativa se encontra reproduzida a partir de uma outra perspectiva. E isso não é incomum.

De acordo com os estudos associados à teoria pós-colonial (cf. CHAKRABARTY, 2002, p. 291ss e 304ss.; CASTRO VARELA; DHAWAN, 2005, p. 17ss), as construções discursivas que reiteram uma visão de mundo pautada pelo modelo eurocêntrico de desenvolvimento rumo à modernidade têm uma longa genealogia. Sua história remonta ao contexto de expansão colonial dos impérios modernos europeus, por sua vez vistos não apenas como uma empresa colonial agressora, mas também – pelo menos até um certo grau – como um modelo. A partir de uma perspectiva histórica, o Império Otomano começou a realizar reformas orientadas pelo “modelo europeu” já no século XVIII, sobretudo com relação aos sistemas educacionais, à ciência e à tecnologia, bem como ainda à organização, à tática e ao uso de armas do exército (SCHÖLCH, 2001, p. 387ss.; cf. também HOURANI; RUTHVEN, 2010; HOURANI, 1962). Com a presença crescente das potências coloniais europeias no mundo árabe, “o desejo de ser moderno” (CHAKRABARTY, 2008, p. 291) se manifestou particularmente nos movimentos de resistência anticolonial (KASSAB, 2009, p. 17ss). Apesar de o Ocidente ter representado um poder agressivo colonial de natureza fortemente exploradora, ele também era visto como um modelo exemplar, uma vez que o caminho rumo à modernidade se apresentava como a principal saída para se conseguir superar a potência colonial (idem, ibidem). Essa geografia imaginativa ambígua do Ocidente continua a ser reproduzida nas décadas e nos séculos subsequentes, como se comprova nos artigos publicados entre os anos de 2001 e 2006 analisados nesta pesquisa.

O Ocidente e a marginalização dos seus “outros” internos

Nos discursos estudados, o Ocidente é conectado, com muita frequência, a etiquetas como “racismo”, “islamofobia” e “arabofobia”, por exemplo. Sobretudo o conflito sobre as charges do profeta Muhammad em 2006, a proibição do véu nas escolas francesas desde 2004, os tumultos nos subúrbios franceses em 2005 e,

¹¹O Mashriq (“levantante”) é um conceito geográfico que se refere à parte oriental do mundo árabe, enquanto o Maghrib (“poente”) refere-se à sua parte ocidental.

em particular, os atentados terroristas – 9/11, os ataques em Madri em 2004, ou os ataques no metrô de Londres em 2005 – representam o contexto em que foram publicadas uma grande quantidade de notícias sobre a hostilidade e a xenofobia crescente contra árabes e muçulmanos no Ocidente. As notícias relatam diversos ataques contra árabes e muçulmanos, discorrem sobre a introdução crescente, em todo o mundo, de medidas de segurança exageradas contra essa população e sobre a criação de um clima de suspeita geral contra ela, bem como sobre a incapacidade ocidental de estabelecer uma diferença entre o terrorismo e a religião islâmica (cf. p. ex.: Şāghiya, al-Hayat, 18/9/2001, p. 9; al-Musfir, al-Quds al-Arabi, 25/9/2001, p. 19; al-Abṭāḥ, Asharq Al-Awsat, 2/10/2001)¹². Na maior parte dos casos, esses textos tratam de árabes e muçulmanos que vivem no Ocidente. Eles são, via de regra, descritos com os termos “inocente”, “íntegro” e aqueles que “sofrem injustiça” (al-Fiqqī, al-Hayat, 13/11/2001, p. 9; cf. também Şāghiya, al-Hayat, 18/9/2001, p. 9; Sha’bān, Asharq Al-Awsat, 13/3/2006, entre outros). O exemplo reproduzido a seguir foi publicado após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001. Nele, constroem-se diferenciações entre o “si” e o “outro” que são frequentemente reproduzidas nos textos publicados ao longo de todo o período de análise.

Apesar dos apelos para se tratar com respeito árabes e muçulmanos de nacionalidades ocidentais, avança uma onda de [...] deterioração dos direitos [desses cidadãos]. Expressão dessa tendência crescente são o aumento de medidas de segurança tomadas contra esse grupo populacional, bem como as campanhas da mídia e da política que os conectam com o terrorismo e [os associam com] terroristas. [...] Eles não são tratados como uma parte importante das sociedades ocidentais. [...] Eles são o outro que nunca se torna um cidadão plenamente reconhecido. Os árabes são ainda [...] cidadãos de segunda classe, e não cidadãos plenos. Eles têm [direito a] um passaporte dos países ocidentais, mas ainda são objeto de muita dúvida e suspeita. (Şulḥ, al-Hayat, 26/11/2001, p. 10)

O “Ocidente”, a “Europa”, a “América (os Estados Unidos)” e, implicitamente, o “cidadão pleno” contrapõem-se discursivamente com “os árabes e muçulmanos”, com os “outros no Ocidente”, com “o outro que nunca se torna um cidadão plenamente reconhecido”, ao mesmo tempo em que ainda é “objeto de muita dúvida e suspeita” (Şulḥ, al-Hayat, 26/11/2001, p. 10). Aqui, bem como também em muitos outros artigos (cf., p. ex.: Shafiq, al-Hayat, 25/10/2001, p. 19; Aghri, al-Hayat, 13/11/2001, p. 16; Abān, Asharq Al-Awsat, 9/2/2006; Sha’bān, Asharq Al-Awsat, 13/3/2006; Ra’y al-Quds, al-Quds al-Arabi, 18/1/2002, p. 19), o Ocidente se encontra representado na posição do sujeito opressor, enquanto que árabes e muçulmanos são representados na posição da vítima, de um objeto passivo.

¹² Outros exemplos presentes no periódico al-Hayat: Sa’īd, 15/10/2001, p. 16; Zayd, 5/11/2001, p. 10; Şāghiya, 20/7/2003, p. 15. Do periódico al-Quds al-Arabi, destacam-se: Ra’y al-Quds, 14/9/2001, p. 19; al-Afandī, 6/4/2004, p. 19. No jornal Asharq Al-Awsat, veja-se, sobretudo: Abū Ṭālib, 4/10/2001; ar-Ruwāf, 19/8/2002; Sha’bān, 13/3/2006.

A construção do Ocidente como um sujeito ativo que não reconhece os outros como cidadãos, que se posiciona, com arrogância, por cima dos outros, constitui um tipo de narrativa cujas raízes igualmente remontam aos discursos dos movimentos anticoloniais do final do século XIX no norte da África e no Oriente Médio. Segundo o historiador Albert Hourani, a imaginação do Ocidente como uma entidade arrogante e que se apresenta como superior no contexto da política colonialista constitui um elemento central dos discursos anticoloniais nacionalistas, pan-arabistas e islamistas (HOURANI; RUTHVEN, 2010; cf. também SHARABI, 1970). Mas enquanto que essas geografias imaginativas dos discursos anticoloniais se referem ao Ocidente no Oriente (o Ocidente compreendido como o poder colonial), as geografias imaginativas analisadas nesta pesquisa se referem aos árabes e aos muçulmanos no Ocidente, ou seja, o Ocidente como o lugar e a pátria de árabes e muçulmanos. Segundo Stuart Hall (1996), essa geografia imaginativa representa uma típica constelação pós-colonial, pois o Ocidente contemporâneo (Şulḥ, al-Hayat, 26/11/2001, p. 10) é descrito como um espaço fragmentário em termos de identidades que inclui e (re)produz os seus *outros internos*. Essa situação pós-colonial foi provocada sobretudo pela globalização e pelos movimentos migratórios de antigos territórios coloniais para o Ocidente (cf. também HA, 2004, p. 19). Nessa visão, o Ocidente racista e xenófobo representa a continuação do racismo moderno e colonial, algo que se reflete em muitos artigos analisados nos quais se faz referência, por exemplo, ao “fio condutor entre o colonialismo antigo e o racismo moderno no Ocidente” (ash-Shahhal, al-Hayat, 24/11/2002, p. 18).

A ocidentalização

Alguns dos artigos analisados destacam a ideia de que o Ocidente e o mundo árabe-islâmico encontram-se entrelaçados em termos culturais. Assim, um dos autores apresenta, nas primeiras linhas de seu artigo, uma descrição do apogeu da cultura árabe-islâmica (séculos VIII a XIII d.C.) e de suas realizações e conquistas nas áreas da filosofia, da medicina, da arte e da arquitetura (Sa’īd, al-Hayat, 25/10/2001, p. 16). “Essas são as conquistas criativas que o Ocidente adotou e de que se apropriou”, segundo o artigo, “e são nelas em que o Ocidente fundamentou a sua base cultural, de tal forma que elas [essas conquistas] passaram a ser, de uma ou de outra maneira, uma parte da cultura ocidental” (idem, ibidem). Mas com a modernidade e o colonialismo europeus, ainda de acordo com os argumentos do autor, ocorre uma inversão, de tal modo que “o mundo árabe-islâmico tem ficado em uma posição subordinada” (idem, ibidem). Desde então, o mundo árabe-islâmico passou a adotar e a se apropriar das conquistas da modernidade europeia, a tal ponto que

"o Ocidente passou a ser, inevitavelmente, uma parte do mundo árabe-islâmico" (idem, *ibidem*). Assim, o Ocidente tem se tornado "onipresente" no mundo árabe-islâmico por meio de um "processo irrefreável e indissolúvel de ocidentalização" (idem, *ibidem*). No entanto, segundo o autor do artigo, essa ocidentalização tem se mostrado como um processo violento, assimétrico em termos de poder, e que "parte de um processo subordinante por meio do colonialismo dos estados ocidentais e de suas políticas de interesse" (idem, *ibidem*). Algo que não mudou até hoje, de acordo com o texto publicado, uma vez que o mundo árabe-islâmico ainda não conseguiu se libertar dessa situação. Nessa perspectiva, o artigo afirma que "o século XX foi, em todos os sentidos, um século de derrotas e de grandes retrocessos para os mundos árabe e islâmico [...]. E com relação ao século que agora se inicia [século XXI], parece que simplesmente continuamos a assistir às nossas derrotas e aos retrocessos do século passado" (idem, *ibidem*).

Em resumo, essa geografia imaginativa sugere que, por conta do entrelaçamento cultural e da ocidentalização, Oriente e Ocidente passaram a ser inseparáveis. Nesse sentido, passou a ser igualmente impossível demarcar geograficamente as fronteiras culturais entre o Ocidente e o mundo islâmico. Segundo esse modelo de geografia imaginativa, o Ocidente se encontra, contemporaneamente, em todo lugar no mundo islâmico. Mesmo assim, as relações geográficas convergentes entre o Ocidente e o mundo islâmico são assimétricas e se encontram determinadas, até o presente, pelas estruturas coloniais. Eis o motivo pelo qual o processo de ocidentalização não pode ser considerado um processo unificador, mas sim uma consequência inevitável de um modelo de política colonialista por meio da qual se impõe a existência de estruturas assimétricas. Daí resulta a contemporaneidade pós-colonial.

Nenhum "choque das civilizações" ou uma outra leitura da teoria de Samuel P. Huntington

Os resultados da análise das geografias imaginativas do Ocidente mostram que elas não seguem um discurso geopolítico religioso que confirmaria a teoria do "choque das civilizações" de Samuel P. Huntington ou suas versões islamistas. Estas últimas projetariam o Ocidente – segundo Allam (2004), Forstner (2001), Abdelnasser (2000), Rotter (1996), e outros – como inimigo e ameaça por ser descrente, imoral, materialista e por ser caracterizado pelo afastamento da religião e do conhecimento de Deus. Em vez disso, o Ocidente é representado nos discursos analisados como o agressor colonial que subordina os seus "outros", sejam eles identificados como o não Ocidente, ou como os seus "outros" internos. Ao mesmo tempo, o Ocidente sempre representa um mode-

lo a ser seguido com relação a temas como o progresso científico e tecnológico ou os sistemas e valores políticos.

Além disso, merece destaque mais uma diferença fundamental. Enquanto que a teoria do "choque das civilizações" tem por base a ideia de regiões culturais mundiais territorialmente demarcáveis, as geografias imaginativas do Ocidente e do mundo islâmico reproduzidas nos discursos analisados se sobrepõem, convergem e/ou se inserem no mesmo espaço imaginativo – o Ocidente como poder colonial no mundo islâmico, árabes e muçulmanos no Ocidente, e o processo de ocidentalização do mundo islâmico. Ou seja, enquanto que a teoria do "choque das civilizações" é articulada por um discurso cujas raízes se encontram nas regionalizações do espaço mundial produzidas pelo pensamento científico moderno de matriz orientalista e geográfica entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX (REUBER, 2009), as geografias imaginativas aqui reveladas seguem um discurso historicamente enraizado nas visões e nos argumentos do anticolonialismo. Esse discurso se desenvolveu no Oriente Médio desde a campanha do Egito comandada por Napoleão em 1798 e sofreu transformações de acordo com as diversas constelações coloniais e pós-coloniais experienciadas ao longo do tempo.

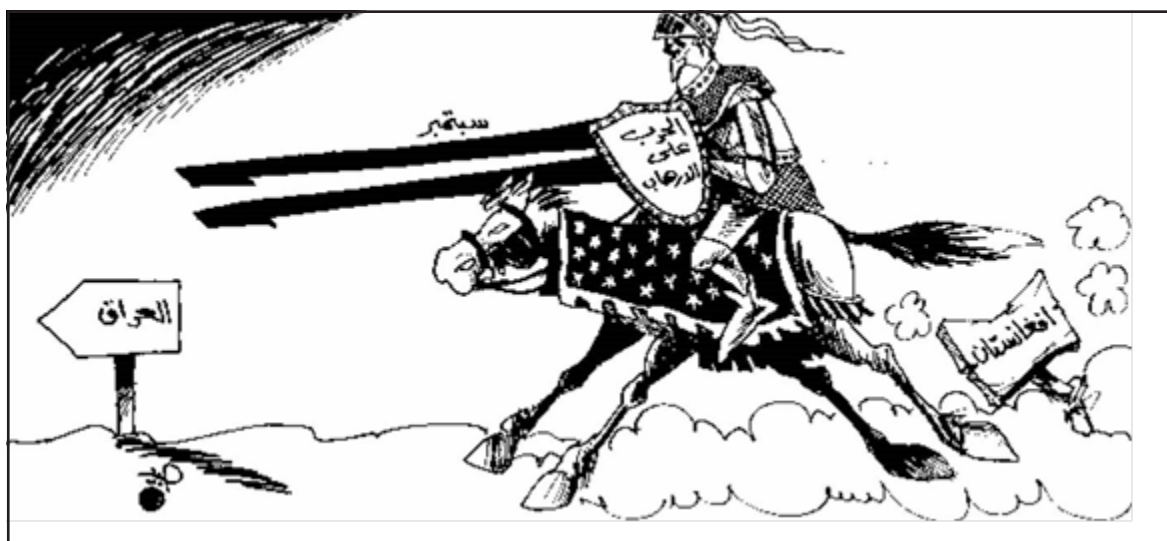
Entretanto, no material analisado, a rejeição da teoria do "choque das civilizações" não se manifesta apenas por meio das geografias imaginativas do Ocidente, como discutido acima. Muitos dos artigos que integram o *corpus* da pesquisa tematizam essa teoria diretamente, até mesmo por ela ter sido uma teoria frequentemente reproduzida em mídias ocidentais durante o período de análise. Na maior parte dos títulos dos artigos em que o termo "choque das civilizações" surge, manifestam-se posições que rejeitam a teoria de Huntington (bem como de islamistas radicais) e a contradizem, como é o caso, paradigmaticamente, do artigo intitulado "Choque das civilizações? Não..." (Şāghiya, al-Hayat, 18/9/2001, p. 9; veja-se também Abu Murshid, Asharq Al-Awsat, 17/2/2002; Ūrayd, Asharq Al-Awsat, 4/8/2003). As razões e os motivos da rejeição dessa teoria são múltiplos. Em primeiro lugar, as categorias identitárias "Ocidente" e "mundo islâmico" são decididamente questionadas. O pressuposto da homogeneidade interna dessas regiões culturais mundiais, sendo esse o princípio fundamental da teoria do "choque das civilizações", é visto como altamente problemático (cf. p. ex.: Nirbiyya, al-Hayat, 8/3/2003, p. 14). Nesse sentido, alguns autores argumentam que nem o Ocidente, nem o mundo islâmico existem "em si" (cf., p. ex.: Şāghiya, al-Hayat, 9/9/2002, p. 20; Sa'īd, al-Hayat, 15/1/2001, p. 16). "O Ocidente não é uma unidade que se opõe a outra [...], seu burro!" (Şāghiya, al-Hayat, 9/9/2002, p. 20). Em segundo lugar, existem textos que rejeitam a ideia de Huntington (como também as ideias de islamistas radi-

cais) "porque não há nenhuma evidência histórica que poderia fundamentar a tese do choque das civilizações" (Shafiq, al-Hayat, 25/10/2001, p. 19).

Mesmo que a teoria do "choque das civilizações" seja frequentemente rejeitada, alguns textos veem um sentido e uma função na sua reprodução e no seu uso. Uma parte significativa dos artigos analisados constata que a teoria do "choque das civilizações" serve, em primeiro lugar, para apoiar os interesses dos atores políticos e legitimar seus objetivos. Às vezes, são "os islamistas" e "os terroristas" que são citados como aqueles que se aproveitam do *boom* da teoria do "choque das civilizações", já que essa teoria poderia fundamentar suas ideologias e apoiar suas políticas (cf., p. ex.: Şāghiya, al-Hayat, 18/9/2001, p. 9). No entanto, na maioria dos casos, os agentes identificados nos discursos analisados como aqueles que se aproveitam da teoria de Huntington são os neoconservadores e/ou o governo George W. Bush e seus aliados, como é o caso no seguinte exemplo: "Por meio da teoria do choque das civilizações, os neoconservadores do governo Bush ganham suporte e fundamento para a sua política intervencionista no Oriente Médio" (Munaymina, al-Hayat, 28/10/2001, p. 17; consulte-se também Sa'īd, al-Hayat, 15/1/2001, p. 16). Na maioria dos textos, a teoria do "choque das civilizações" é pensada e debatida em conjunto com a chamada "guerra contra o terrorismo", e ambas são vistas como conceitos geopolíticos que legitimam (re)ações políticas distintas. Nesse contexto, o verdadeiro objetivo não seria o combate ao terrorismo, mas estabilizar e legitimar a presença estadunidense no Oriente Médio e na Ásia Central, com o objetivo de assegurar e melhorar o controle dos Estados Unidos sobre os recursos petrolíferos dessas regiões (Shafiq, al-Hayat, 25/10/2001, p. 19, entre outros). Assim, "os ataques do dia 11 de setembro são usados ao má-

ximo para se apropriar do mundo islâmico" (Nūwayhad, al-Hayat, 28/10/2001, p. 10; veja-se também Gharīb, al-Hayat, 6/12/2001, p. 19). Tais argumentos encontram-se reproduzidos visualmente nas charges analisadas dos jornais.

Armado com as lanças do 11 de Setembro (as lanças representam o número 11; em cima delas encontra-se escrita a palavra "setembro") e protegido pelo escudo que apresenta a inscrição "A guerra contra o terrorismo", o presidente Bush, montado a cavalo, deixa para trás o Afeganistão (observe-se a placa no canto inferior direito da imagem com a inscrição "Afeganistão") e segue galopando em direção ao Iraque (veja-se a placa no canto inferior esquerdo da imagem). Em conexão com a chamada "guerra contra o terrorismo", e com o objetivo de legitimá-la, segundo um dos autores, "devemos entender a tese do 'choque das civilizações' de Samuel Huntington [...] como uma tese inteiramente política – uma tese [que prega] a destruição e a hegemonia, tese esta apresentada sob os trajes da 'cultura'" (Sa'īd, al-Hayat, 25/10/2001, p. 16). Nessa interpretação, a teoria do "choque das civilizações" encontra-se enquadrada nos termos de um discurso pós-colonial: ela passa a ser o instrumento por meio do qual se procura sustentar as geopolíticas intervencionistas que têm por objetivo garantir a hegemonia dos Estados Unidos no Oriente Médio e na Ásia Central. Essa forma de geopolítica intervencionista é vista, portanto, como uma expressão da colonialidade contemporânea. Por outro lado, como já mencionado acima, a teoria do "choque das civilizações" também é vista como um instrumento de que se valem movimentos islamistas radicais e/ou terroristas. Esse ponto será discutido no próximo item.



Fonte: al-Hayat, 11/2/2002, p. 9; artista: Habib Haddad.

O terrorismo: sempre o produto do “outro”

A maneira como o terrorismo é apresentado no material analisado corresponde, em muitos sentidos, às descrições do terrorismo veiculadas nos discursos hegemônicos em mídias ocidentais (REUBER; STRÜVER 2009, p. 316ss.). O terrorismo se encontra associado a termos como “desumano”, como algo que age “em contradição com todos os valores religiosos e civis”, é “criminoso” e “bárbaro”. Assim, o terrorismo é “uma ameaça perigosa para a segurança, para a estabilidade e para a paz” (sem autor, al-Hayat, 13/9/2001, p. 5). Essa construção do terrorismo como “o outro” opõe-se, via de regra, a uma descrição do “si” como “humano”, “civil”, “pacífico” (ibid.; cf. tb. ar-Rubī, Asharq Al-Awsat, 15/1/2001; Ra’y al-Quds, al-Quds al-Arabi, 12/9/2001, p. 19). Em termos espaciais, o terrorismo é predominantemente representado como uma rede global que faz o mundo inteiro de vítima.

Em outros artigos, “os árabes e muçulmanos” são frequentemente representados como as principais vítimas do terrorismo: “Se Bin Laden tem causado sofrimento, dor e injustiça ao Ocidente, [...] resta alguma dúvida de que ele tem causado muito mais sofrimento e dor para os árabes e muçulmanos?” (Şāghiya, al-Hayat, 18/9/2001, p. 9; cf. também al-‘Alawī, Asharq Al-Awsat, 16/10/2001; Musfir, al-Quds al-Arabi, 25/9/2001, p. 19)¹³. A argumentação por trás dessas construções é que o terrorismo usa a religião islâmica como instrumento político, levando a um aumento da islamofobia e da arabofobia no mundo inteiro e, mais particularmente, no Ocidente. Além disso, o terrorismo deflagra uma situação de crise política e instabilidade em muitos países – em primeiro lugar, nos países árabes – e, finalmente, instrumentaliza os movimentos de resistência em regiões de conflito nos mundos árabe e islâmico.

Enquanto que em veículos da mídia ocidental e brasileira o terrorismo é frequentemente conectado com a religião islâmica, ou até mesmo visto como um dos seus problemas (cf., p. ex.: BECARI; FREITAS, 2013; REUBER; STRÜVER, 2009; STRÜVER, 2008; SAEED, 2007; BROTAS, 2006; SHADID, 2005; ABRAHAMIAN, 2003), nos discursos analisados manifestam-se tentativas de desconectar terrorismo e Islã, declarando o terrorismo como algo anti-islâmico. Assim, o terrorismo passa a ser frequentemente explicado nos artigos analisados como o resultado de políticas coloniais exploratórias, violentas, repressivas e injustas, via de regra adotadas por governos ou Estados que, em alguns casos, são acusados eles próprios de serem terroristas, como é o caso dos Estados Unidos sob o governo Bush e do Estado de Israel sob o governo Sharon (cf., p. ex.: Sa’id, al-Hayat, 15/10/2001; p. 16; Nāfi’, al-Quds al-Arabi, 27/9/2001, p. 19; al-Ḥusaynī,

¹³Cf. também no jornal al-Hayat: al-Aḥḍar, 14/10/2001, p. 19; Taqī d-Dīn, 07/11/2001, p. 9; Rashīd, 1/1/2005, p. 9; cf. no jornal al-Quds al-Arabi: Nāfi’, 27/9/2001, p. 19; Ḥadīdī, 15/7/2005, p. 19; cf. no jornal al-Quds al-Arabi: Ghanī, 16/10/2002; al-Djawharī, 20/9/2002; Darwish, 27/11/2003; Darwish, 19/3/2004; al-Ḥusaynī 6/1/2005.

Asharq Al-Awsat, 7/1/2002). Por fim, são as ditaduras dos Estados árabes que são acusadas de seguir com políticas repressivas e autoritárias, violentas e brutais, e que não investem na sociedade, além de não permitirem a manifestação de vozes oposicionistas e opiniões divergentes (cf. p. ex.: Ḥāmid, al-Hayat, 11/10/2002, p. 15). As políticas e medidas das ditaduras árabes têm como resultado não apenas o surgimento e o agravamento de crises econômicas e políticas, mas também de uma crise humanitária. Ela inclui a propagação de conflitos e guerras em muitas regiões do mundo árabe, a imposição de graves restrições à liberdade de expressão e de circulação das pessoas nessas regiões, além da disseminação do desespero coletivo e da falta de perspectivas. Segundo uma grande parte dos artigos analisados, são esses os motivos que levam muitos jovens a se radicalizarem (p. ex.: Ḥāmid, al-Hayat, 11/10/2002, p. 15).

Além desses argumentos, defende-se frequentemente que os Estados Unidos, bem como o Estado de Israel e as ditaduras árabes, aproveitam-se do terrorismo (e vice-versa) para legitimar suas próprias políticas, sejam elas a chamada “guerra contra o terrorismo” conduzida pelos Estados Unidos e seus aliados, as chamadas retaliações militares israelenses, ou ainda as chamadas medidas “profiláticas” tomadas pelas ditaduras árabes com o objetivo de manter sob controle potenciais terroristas opositores ao regime (cf. Sa’id, al-Hayat, 15/10/2001, p. 16). O que todas essas explicações têm em comum com as explicações encontradas nos discursos geopolíticos midiáticos ocidentais é que o terrorismo é sempre visto com um produto do “outro”. Mas enquanto o “outro” em mídias ocidentais é principalmente o mundo islâmico, na mídia árabe o “outro” é multifacetado.

Conclusão

As ideias sobre o Ocidente que se manifestam como geografias imaginativas e, assim, como quadros interpretativos e explicativos de notícias e eventos midiáticos nos jornais analisados al-Hayat, al-Quds al-Arabi e Asharq Al-Awsat, são, em conjunto, diversas e, em parte, contraditórias. O Ocidente é representado nos discursos analisados como um poder (pós-)colonial que subordina e/ou marginaliza os seus “outros” (tanto o não Ocidente, quanto os seus “outros” internos). Ao mesmo tempo, o Ocidente se encontra frequentemente representado como um modelo que deve ser seguido com relação a temas como o progresso científico e tecnológico ou os sistemas e valores políticos do mundo ocidental. Nessas geografias imaginativas, os espaços culturais do “si” e do “outro” não são facilmente separáveis por meio de uma linha de demarcação territorial. A imaginação da ocidentalização, bem como do “si” como o “outro” no

Ocidente, ou ainda a imaginação do Ocidente colonial que tem se alargado no mundo islâmico, subvertem os mapeamentos e as regionalizações tradicionais de grandes culturas mundiais.

Desse modo, não é surpreendente que a teoria do "choque das civilizações", fortemente assentada nessas regionalizações tradicionais, seja refutada quando diretamente tematizada no material analisado. Levando-se em consideração o discurso pós-colonial que fundamenta as geografias imaginativas aqui estudadas, a teoria do "choque das civilizações" é vista, em primeiro lugar, como um instrumento político a serviço dos poderes hegemônicos da contemporaneidade colonial. Como nos discursos midiáticos ocidentais, o terrorismo sempre aparece na posição do "outro" antagônico que representa uma ameaça ao "si". Mas na mídia árabe ele não se encontra relacionado ao Islã. Pelo contrário: o terrorismo encontra-se distanciado da religião islâmica nessas representações discursivas. Ele é visto, sobretudo, como um produto das políticas e posições dos Estados Unidos, do Estado de Israel e das ditaduras vigentes nos próprios países árabes – políticas estas que se apresentam na origem da reação terrorista.

Os resultados desta pesquisa não representam, evidentemente, a totalidade do mundo árabe-islâmico, assim como também não representam a mídia árabe em "si", mas apenas uma pequena parte de um discurso sociopolítico extremamente diverso e heterogêneo publicado em língua árabe. Eles também não fornecem uma interpretação "melhor" ou "mais" adequada em comparação com aquela que circula nas mídias ocidentais. Como se trata de geografias imaginativas veiculadas nas mídias de massa, elas se encontram igualmente baseadas em estereótipos e em simplificações do(s) outro(s). Mas o elemento crucial é que esses resultados apontam para a existência de imagens alternativas e distintas daquelas presentes nas mídias ocidentais, assim como também das imagens que surgem com as versões islamistas da teoria do "choque das civilizações". Embora o Ocidente surja na mídia árabe associado a conotações negativas às quais se relacionam tanto o passado quanto o presente de uma política colonial, ele também é reconhecido como parte inegável e indissolúvel de "si", e não como um inimigo a ser combatido por corporificar a incredulidade e a imoralidade *per se*. Ao se levar esse resultado em consideração, pesquisas futuras deveriam dar mais voz às posições e às perspectivas dos mundos árabe e islâmico que não seguem um islamismo radical. No contexto contemporâneo crescentemente marcado pela islamofobia, a compreensão dos discursos geopolíticos e das visões de mundo fundamentadas a partir dessas perspectivas é uma tarefa mais importante do que nunca.

Referências

- ABDELNASSER, W. M. (2000) Islam and the West. Perspectives from the Egyptian Press, with Particular Emphasis on Islamist Papers. In: HAFEZ, K. (org.). *Islam and the west in the mass media. Fragmented images in a globalizing world*. Cresskill, NJ: Hampton Press, p. 141-157.
- ABRAHAMIAN, E. (2003) The US media, Huntington and September 11. In: *Third World Quarterly*, v. 24, n. 3, p. 529-544.
- ALLAM, F. (2004) *Der Islam in einer globalen Welt*. Berlin: Wagenbach.
- ALSULTANY, E. (2012) *Arabs and Muslims in the Media: Race and Representation After 9/11*. New York, London: New York University Press.
- ALTERMAN, J. B. (1998) *New Media, New Politics? From Satellite Television to the Internet in the Arab World*. Washington, DC: Washington Institute for Near East Policy.
- ARAÚJO, L. A.; FONSECA, V. P. d. S. (2014) O orientalismo nas revistas semanais de informação: Islã insano, cismático e imutável. *Líbero*, v. 17, n. 33, p. 61-74.
- ARAVENA, P. (2007) Geopolítica de los entornos y sociedad del riesgo. Una interpretación desde la geopolítica crítica. *Política y Estrategia*, v. 108, p. 46-70.
- BARION, C. d. O. F.; PECHULA, M. R. (2015): "11 de Setembro": o terrorismo no discurso midiático como fomento do imaginário social. *Comunicação e Sociedade*, v. 37, n. 3, p. 343-367.
- BAUER, T. (2011) *Die Kultur der Ambiguität*. Frankfurt: Suhrkamp.
- BEARMAN, P.; BIANQUIS, Th.; BOSWORTH, C. E.; DONZEL, E. van; HEINRICHS; W. P. (1960-2005). *Encyclopædia of Islam*, segunda edição, 12 volumes. Leiden: E. J. Brill.
- BECARI, R. d. J. F.; FREITAS, S. d. (2013) World Trade Center no discurso da mídia: A (des)construção identitária islâmica e norte-americana em Veja e Caros Amigos. *Estudos Linguísticos*, v. 42, n. 3, p. 1198-1213.
- BOULLATA, I. J. (1990) Trends and issues in contemporary Arab thought. Albany, NY: State University of New York Press.
- BROTAS, A. M. P. (2006) *Terrorismo contemporâneo: fundamentalismo religioso e loucura no discurso da revista Veja*. Intercom. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília, 6-9 set. 2006. Disponível em: <<http://www.in-tercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0456-3.pdf>>. Último acesso em: 1/9/2016.
- CAIRO, H. (2008) A América Latina no século XXI: geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais, do conhecimento e da representação. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53, p. 201-206.
- CASTRO VARELA, M. d. M.; DHAWAN, N. (2005) *Postkoloniale Theorie. Eine kritische Einführung*. Bielefeld: transcript.
- CASTRO, I. C. S. d. (2007) Orientalismo na imprensa brasileira. A representação de árabes e mulçumanos nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo antes e depois de 11 de setembro de 2001. *Dissertação de Mestrado, Departamento de Letras Orientais, FFLCH, USP*. Disponível em: <<http://www.te-ses.usp.br/te-ses/disponiveis/8/8154/tde-01092011-102913/pt-br.php>>. Último acesso em: 7/9/2016.
- CHAKRABARTY, D. (2008) *Provincializing Europe. Postcolonial thought and historical difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- _____. (2002) Europa provincialisieren. Postkolonialität und die Kritik der Geschichte. In: RANDERIA, S.; CONRAD, S. (orgs.). *Jenseits des Eurozentrismus*. Frankfurt am Main, New York: Campus, p. 283-312.
- CONORADO, Jaime Preciado (2010) La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional. *Geopolítica(s)* v. 1, n. 1, p. 65-94.
- CONTINI, A. A. M. (2009) Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Crítica. In: *Âmbito Jurídico*, v. 69. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/in-dex.php?n_link=re-vista_artigos_leitura&artigo_id=9954>. Último acesso em: 5/6/2016.
- CRUZAT, S. P. (2007) Epistemología para una geopolítica de la posmodernidad. *Política y Estrategia*, v. 108, p. 19-28.
- DALBY, S. (2008) Imperialism, Domination, Culture: The Continued Relevance of Critical Geopolitics. *Geopolitics* v. 13, 413-436.
- DODDS, K.; KUUS, M.; SHARP, J. (2013) *The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics*. Farnham, Burlington: Ashgate.

- DODDS, K.; SIDAWAY, J. (1994) Locating critical geopolitics. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 12, p. 515-524.
- ETIENNE, B. (1987) *L'Islamisme radical*. Paris: Hachette.
- FERREIRA, F. C. B. (2015) Charlie Hebdo e Islamofobia. *Malala*, v. 3, p. 159-162.
- FORSTNER, M. (2001): Das Feindbild haben immer die Anderen! Arabische Äußerungen zum Konflikt der Kulturen. In: LEHNERS, J.-P.; BENTO, J. P. (orgs.) *L'Islam et l'espace euro-méditerranéen*. Luxembourg: Centre Universitaire de Luxembourg, p. 75-98.
- FOUCAULT, M. (2013 [1971]) *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- GALLARDO, F. L. D. (2007) Contribución de la geopolítica crítica a la comprensión de la actual concepción de seguridad. *Política y Estrategia*, v. 108, p. 71-82.
- GHAREEB, E. (2000) New Media and the information revolution in the Arab world: an assessment. *The Middle East Journal*, v. 54, n. 3, p. 395-418.
- GLASZE, G.; HUSSEINI, S.; MOSE, J. (2009) Kodierende Verfahren in der Diskursforschung. In: GLASZE, G.; MATTISSEK, A. (orgs.) *Handbuch Diskurs und Raum. Theorien und Methoden für die Humangeographie sowie die sozial- und kulturwissenschaftliche Raumforschung*. Bielefeld: transcript, p. 89-107.
- GREGORY, D. (1998) *Explorations in critical human geography*. Hettner-Lecture 1997. Heidelberg: Selbstverlag des Geographischen Instituts der Universität Heidelberg.
- HA, K. N. (2004) *Ethnizität und Migration reloaded. Kulturelle Identität, Differenz und Hybridität im postkolonialen Diskurs*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin.
- HALL, S. (1996) When was 'the post-colonial'? Thinking at the Limit. In: CHAMBERS, I.; CURTI, L. (orgs.) *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons*. London, New York: Routledge.
- HETTNER, A. (1923) *Der Gang der Kulturen über die Erde*. Leipzig, Berlin: Teuber.
- HIRJI, Z. (2010) *Diversity and Pluralism in Islam. Historical and Contemporary Discourses amongst Muslims*. London, New York: I. B. Tauris Publishers.
- HOURANI, A. (1962) *Arabic thought in the liberal age 1798-1939*. Oxford u.a.: Oxford University Press.
- HOURANI, A.; RUTHVEN, M. (2010) *A History of the Arab Peoples: With a New Afterword*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- HUNTINGTON, E. (1945) *Mainsprings of civilization*. New York: Wiley.
- HUNTINGTON, S. P. (1993a) The Clash of Civilizations? *Foreign Affairs*, v. 72, n. 3, p. 22-49.
- _____. (1993b) If Not Civilizations, What? Paradigms of the Post-Cold War World. *Foreign Affairs*, v. 72, n. 5, p. 186-194.
- _____. (1996) *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster.
- HUSSEINI DE ARAÚJO, S. (2011) *Jenseits vom 'Kampf der Kulturen'. Imaginative Geographien des Eigenen und des Anderen in arabischen Printmedien*. Bielefeld: transcript.
- _____. (2014) Democracia, liberdade e direitos humanos: valores universais ou instrumentos geopolíticos de controle e poder? Uma perspectiva da mídia transregional árabe. *Anais do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica*, Barcelona, 5-10 maio 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geo-crit/coloquio2014/Sha-dia%20Hus-sei-ni%20de%20Araujo.pdf>>. Último acesso em: 27/9/2016.
- KASSAB, E. S. (2009) *Contemporary Arab thought: cultural critique in comparative perspective*. New York: Columbia University Press.
- KELLER, R. (2004) *Diskursforschung: eine Einführung für SozialwissenschaftlerInnen*. Opladen: Leske + Budrich.
- KOLB, A. (1962) *Die Geographie und die Kulturerdteile*. In: LEIDLMAIR, A. (org.) *Hermann von Wissmann-Festschrift*. Tübingen: Selbstverlag des Geographischen Ins-ti-tuts der Universität Tübingen, p. 42-50.
- LOPES, L. P. d. M.; FABRÍCIO, B. F. (2005) Discurso como Arma de guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade. *D.E.L.T.A.*, v. 21, p. 239-283.
- LUHMANN, N. (2000) *The reality of the mass media*. Stanford: Stanford University Press.
- LYOTARD, J.-F. (2009 [1979]): *Das postmoderne Wissen*. Ein Bericht. Wien: Passagen.

- Ó TUATHAIL, G.; AGNEW, J. (1992) Geopolitics and discourse: Practical geopolitical reasoning in American foreign policy. *Political Geography*, v. 11, n. 2, p. 190-204.
- Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S. (1998) *Rethinking geopolitics*. London: Routledge.
- Ó TUATHAIL, G. (1996) *Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- POPPE, S.; SCHÜLLER, T.; SEILER, S. (orgs.) (2009) *9/11 als kulturelle Zäsur. Repräsentationen des 11. September 2001 in kulturellen Diskursen, Literatur und visuellen Medien*. Bielefeld: transcript.
- PORTO, C. H. d. Q. (2012) Uma Reflexão do Islã na Mídia Brasileira: Televisão e Mundo Muçulmano, 2001-2002. *Tese de Doutorado, FFLCH, USP*. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27022013-101905/pt-br.php>>. Último acesso em: 27/9/2016.
- POWELL, K. A. (2011) Framing Islam: An Analysis of U.S. Media Coverage of Terrorism Since 9/11. *Communication Studies*, v. 62, n. 1, p. 90-112.
- REUBER, P. (2009) Geopolitics. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (orgs.) *International Encyclopedia of Human Geography*, v. 4. Amsterdam: Elsevier, p. 441-452.
- REUBER, P.; STRÜVER, A. (2009) Diskursive Verräumlichungen in deutschen Printmedien: Das Beispiel Geopolitik nach 9/11. In: DÖRING, J.; THIELMANN, T. (orgs.) *Mediengeographie*. Bielefeld: transcript, p. 315-332.
- REUBER, P.; WOLKERSDORFER, G. (2004) Geopolitische Weltbilder als diskursive Konstruktionen. In: GEBHARDT, H.; KIESEL, H. (orgs.) *Weltbilder*. Heideberg, Berlin: Springer, p. 367-387.
- ROGLER, L. (2004) Die überregionale arabische Presse und ihr Beitrag zum Wertewandel in arabischen Gesellschaften. In: FAATH, S. (org.) *Politische und gesellschaftliche Debatten in Nordafrika, Nah- und Mittelost*. Inhalte, Träger, Perspektiven. Hamburg: Deutsches Orient-Institut, p. 423-447.
- ROTTER, G. (1996) Islam versus Westen. Historische Resultate und ideologischer Reflex. In: BADE, K. J. (org.) *Die multikulturelle Herausforderung. Menschen über Grenzen – Grenzen über Menschen*. München: Beck, p. 67-83.
- SAEED, A. (2007) Media, Racism and Islamophobia: The Representation of Islam and Muslims in the Media. In: *Sociology Compass*, v. 1, n. 2, 443-462.
- SAID, E. (2009 [1978]) *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHMITTHENNER, H. (1938) *Lebensräume im Kampf der Kulturen*. Heidelberg: Quelle & Meyer.
- SCHÖLCH, A. (2001) Der arabische Osten im neunzehnten Jahrhundert 1800-1914. In: HAARMANN, U.; HALM, H. (orgs.) *Geschichte der arabischen Welt*. München: Beck, p. 365-431.
- SEIB, P. (2005) The News Media and the "Clash of Civilizations". In: SEIB, P. (org.) *Media and Conflict in the Twenty-First Century*. New York et al.: Palgrave Macmillan.
- SHADID, W. (2005) Berichtgeving over moslims en de islam in de westerse media: Beeldvorming, oorzaken en alternatieve strategieën. *Tijdschrift voor Communicatiewetenschap* v. 33, n. 4, p. 330-346.
- SHARABI, H. (1970) *Arab intellectuals and the West. The formative years, 1875-1914*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- SHARP, J. (2009) Critical Geopolitics. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (orgs.) *International Encyclopedia of Human Geography*, v. 2. Amsterdam: Elsevier, p. 358-362.
- STEINBERGER-ELIAS, M. B. (2005) *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: FAPESP.
- STEUER, E.; WILLS, D. (2010) "The vermin have struck again": dehumanizing the enemy in post 9/11 media representations. *Media, War & Conflict*, v. 3, n. 2, p. 152-167.
- STRÜVER, A. (2008) Spatialising terrorist networks: geopolitical narratives and their representations in German print media after 9/11. In: *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 99, n. 1, p. 125-130.

CARTOGRAFIAS GEOGRÁFICAS: O QUE PODE UM MAPA...

Djeovani Roos*

Universidade Federal da Grande Dourados

Cláudio Benito O. Ferraz**

Universidade Estadual Paulista

Resumo: Pensar o mapa é pensá-lo como o agenciamento de forças, de linhas/corpos que se afetam e apontam para sentidos de localização e orientação espacial. Desdobra-se que os mapas não se restringem a representação plana da superfície terrestre, logo, há outras formas de se relacionar e vivenciar as representações que o processo de mapeamento promove. A espacialidade constitui-se na multiplicidade, e a relação da cartografia deve estar inclusa nessa maleabilidade espacial, sendo o mapa o próprio acontecer do mundo. O que faz de um ser um mapa é uma das prerrogativas eloquentes que recaem sobre o processo de mapeamento. Assim, intentamos que capturar e mostrar informação espacial são modos de apreensão de um possível do que faz uma imagem cartográfica ser um mapa. Realça-se que os sentidos deste trabalho situam-se no intuito de pensar sobre as possibilidades e potencialidades referentes aos processos cartográficos e à criação de mapas. Buscando deslocar o pensamento cartográfico, friccionando as suas dimensões comunicativa e informativa à qual ela se vincula atualmente. A potência que se instaura aqui é instigar o pensamento na relação dos mapas com a produção artística; enquanto obra de arte não se fixa representativamente, mas é um instigador de processos possíveis. O mural "Polimorfia Fronteiraça", exposto na FCH/UFMG, entra aqui como um possível na articulação com o pensamento geográfico e cartográfico, em que os mapas se vislumbram na contingencialidade criativa do pensar/viver o mundo enquanto lugar.
Palavras-chave: Mapa. Cartografias geográficas. Multiplicidades. Pensamento geográfico.

GEOGRAPHICAL CARTOGRAPHY: WHAT CAN A MAP..

Abstract: Think the map is think of it as the freight forwarding, forces of lines/bodies affect and point to senses of place and spatial orientation. Unfolds that the maps are not restricted to flat representation of the Earth's surface, so there are other ways to relate and experience the representations that the mapping process promotes. The spatiality is constituted in the multiplicity and the relationship of cartography should be included in the suppleness and the spatial map of the world happen himself. What makes a map is one of the prerogatives eloquent that fall on the mapping process. Thus, we capture and show spatial information are modes of apprehension of a possible of what makes an image be a cartographic map. Emphasises that the directions of this work are in order to think about the possibilities and potentialities for the Cartographic processes and creating maps. Seeking to shift cartographic thought, rubbing their communicative and informational dimensions to which she links these days. The power which introduces here is instigating the thought in relationship of maps with artistic production; While artwork is not fixed but representatively is an instigator of possible processes. The mural "*Polimorfia Fronteiraça*", exposed on FCH/UFMG, comes here as a possible in conjunction with the geographic and cartographic thought, in which the maps are glimpsing at contingencialidade creative thinking/living the world while place.

Keywords: Map. Geographical Cartography. Multiplicities. Geographic Thought.

CARTOGRAFÍA GEOGRÁFICA: QUÉ PUEDE UN MAPA...

Resumen: Creo que el mapa es pensar como el manejo de fuerzas, de líneas y órganos afecta y sentidos de lugar y orientación espacial. Revela que los mapas no se limitan a la representación plana de la superficie terrestre, como hay otras formas de relacionar y las representaciones que promueve el proceso de asignación de experiencia. La espacialidad se constituye en la multiplicidad y la relación de la cartografía se debe incluir en este espacio flexible y el mapa del mundo se suceden. Lo que hace que un mapa es una de las prerrogativas elocuentes que caen en el proceso de asignación. Así, capturar y mostrar información espacial son modos de aprehensión de un posible de lo que hace que una imagen sea un mapa cartográfico. Hace hincapié en que las instrucciones de este trabajo son para pensar acerca de las posibilidades y potencial de los procesos cartográficos y crear mapas. Buscando cambiar el pensamiento cartográfico, frotando su dimensión comunicativa e informativa a la que se vincula. La energía que se presenta aquí es promover el pensamiento en la relación de los mapas con la producción artística; mientras que el arte no es fijo pero representativo es un instigador de procesos posibles. El mural "*Polimorfia Fronteiraça*", expuesto en FCH/UFMG, viene aquí como un posible junto con el pensamiento geográfico y cartográfico, en que el encuentro mapas contingencialidade creativo pensamiento estar del mundo mientras al lugar.

Palabras-clave: Mapa. Cartografía Geográfica. Multiplicidad. Pensamiento Geográfico.

*Mestre em Geografia, membro do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas. Rodovia Dourados / Itahum, Km 12 - Unidade II Cep: 79.804-970. E-mail: djeovani_roos@yahoo.com.br

**Doutor em Geografia, professor do Departamento de Educação da FCT/UNESP de Presidente Prudente. Rua Roberto Símonsens, 305 - Pres. Prudente - SP, 19060-900 E-mail: cbenito2@yahoo.com.br

Introdução: As legendas que não vemos...

O que faz de uma representação cartográfica ser mapa?¹ Esse questionamento deriva de algo que o precede, e com esse pensamento o atravessa, qual seja, a partir do escrito por Espinosa sobre o que pode um corpo, caminhamos com Gilles Deleuze para pensar o mapa como corpo em aberto, como linhas e forças que “dispõe o corpo de tal maneira que possa ser afetado pelo maior número de modos” (DELEUZE, 2002, p. 61), modos esses que se territorializam enquanto forma espacial dos fenômenos.

Nesse aspecto, o mapa é o agenciamento dessas forças, dessas linhas/corpos que se afetam e apontam para sentidos de localização e orientação espacial. Mapa, nesse contexto, é o que o corpo pode produzir de sentidos espaciais enquanto intensividade dos fenômenos e não apenas a representação da distribuição extensiva destes. Mapa assim não é só o que é representado de maneira fixa em uma dada escala, mas é também o que está de fora, que se coloca para além e aquém do significável pelas legendas.

Difícil pensarmos na questão das legendas que não vemos quando os mapas já chegam até nós imbuídos desses elementos definidores da forma “certa” de elaboração de uma representação cartográfica. Mas, e se os mapas não possuem essas padronizações, essa uniformização de processos matemáticos precisos (proporcionalidade em relação ao mundo real, codificação das informações a serem ali localizadas com rigor e veracidade, eficiência e atendimento às normas técnicas, assim como meios tecnológicos infalíveis de reprodução de dados), um mapa que não atenda esses princípios representacionais pode ser considerado um mapa?

Mesmo que ele forneça as localizações e orientações necessárias para os deslocamentos humanos, sendo a sua premissa representacional e informativa? Ora, as legendas que não enxergamos, as que estão de fora do que é eleito e apresentado por representações cartográficas uniformizadoras e fixadoras da complexidade e da dinâmica espacial, como desenhos e imagens que fazem referência a algum lugar ou situação espacial, podem ser significadas enquanto mapas? Por estarem de fora dos padrões considerados corretos, será que essas legendas não podem apresentar outras formas de significação de sentidos espaciais?

Esses questionamentos nos instigam a pensar que tais legendas e imagens podem ser entendidas como mapas, mas que não se restringem aos parâmetros representacionais da ciência cartográfica maior, mas dessa concepção dominante derivam, permitindo

oferecer para o nosso entendimento outras perspectivas, leituras e pensamentos da dinâmica espacial do mundo, visões e expressões de um pensamento em devir menor (DELEUZE; GUATTARI, 2011; OLIVEIRA JR., 2009). Isto é, ao não se priorizar pelas uniformizações se adquirem os teores das vivências que entram em contato e se comunicam espacialmente. A cada passo na rua a cartografia está presente, os caminhos estão sendo mapeados pelo nosso deslocar, por nossos corpos, mesmo que isso ocorra despercebidamente. Talvez esses sejam os caminhos mapeáveis das cartografias geográficas em seu sentido mais subversivo, que rompe com os limites do considerado como único.

Podemos recorrer aos mapas, grosso modo, como representações espaciais que possibilitam os homens se localizarem e se orientarem espacialmente. Por esse modo que se destacam as suas significações estratégicas de uso e controle do território e se definem a uniformidade territorial passível de controle e o uso por ordem das forças e máquinas de Estado (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Destacamos aqui para as questões de que os mapas não necessariamente são as definições engendradas pelo Estado-Nação das composições territoriais, delimitadas pela necessidade de fixar os fenômenos a serem representados, portanto, tentando eliminar os processos que geram confusão e impedem a higienização de leituras e elaboração de modelos padronizadores de intervenção (WOOD, 2003; 2013).

Percebemos que o que fica de fora desse modelo representacional são forças que configuram toda uma dinamicidade espacial, com a diversidade de escalas dos múltiplos fenômenos que fazem a vida acontecer de maneira contingencial e em constante mobilidade. São referenciais de leitura espacial que permitem nos localizarmos na dinâmica espacial do mundo. Ou seja, os mapas não se resumem apenas a uma representação geométrica do espaço, de um espaço fixo, uma representação estática dos fenômenos espaciais, mas eles são compostos pela dinâmica espacial em que se encontram inseridos (DEL CASINO; HANNA, 2006; GIRARDI, 2009).

Usualmente, a palavra mapeamento pode ser designada para várias situações que não se fixam exatamente em representações cartográficas. Ela pode exercer diversas funcionalidades que se remetem a mapeamentos, logo, observa-se que os mapas não são estruturas cartográficas fixas, pois são engendrados pela dinâmica espacial do homem no mundo. As variáveis de mapeamento são múltiplas, concernentes com o caráter de possibilitar a localização dos fenômenos, permitindo ao pensamento estabelecer conexões nos deslocamentos manifestados na espacialidade. Como Doreen Massey (2009, p. 161) afirma: “Mapas, naturalmente, variam”, isso visto nas categorizações políticas que vão decifran-

¹Esse questionamento desdobrou-se das discussões ocorridas na disciplina “Tópicos Especiais I: Cartografia Geográfica e Pensamento Espacial”, ministrada pela Prof^a Dr^a Gisele Girardi, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, juntamente com atividades no interior do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas (GPLG).

do e orientando a dinâmica do mundo.

O que faz de um mapa ser um mapa é uma das prerrogativas eloquentes que recaem sobre o processo de mapeamento, rasurando o sentido tido como único das categorizações cartográficas que estruturam bases como sendo as “certas” para a constituição de mapas, descartando as possibilidades de se constituir mapas fora dessas bases uniformizadas (COSGROVE, 2008). Ou, ao se fazer isso, não são considerados enquanto mapas.

O que estamos pontuando aqui é que os mapas podem ser constituídos para além das uniformizações e padronizações cartográficas, e que ao se fazer isso abre para uma gama maior de possibilidades da leitura e expressão da forma espacial dos fenômenos (SANTOS, 2007), e para um conjunto maior de informações que forneçam as localizações e orientações para se deslocar espacialmente na interação com os fenômenos. E que não necessariamente essas informações e expressões espaciais necessitam estar imbuídas em padrões fixadores de referenciais cartográficos para que seja possível ler e pensar o mundo enquanto dinâmica espacial (GIRARDI, 2009).

Vejamos então outras possibilidades de nos relacionarmos com os mapas.

Representar, localizar, orientar...

Entende-se que a função da representação é dar visibilidade às manifestações que se pronunciam espacialmente (CRAMPTON; KRYGIER, 2008). Assim, vislumbra-se que os mapas, ao representarem as manifestações espaciais, estão incutindo os processos de localização e orientação nessa espacialidade, possibilitando a movimentação do homem espacialmente. Todavia, as funcionalidades dos mapas podem ser muito diversas e cada qual vai trazer informações referentes ao que se está expressando, contextualizando as multiplicidades de suas formas e funções.

Mapas são criações humanas, narrativas, mensagens, ideologias, discursos e construções socioculturais. E seria lastimável se desperdiçássemos o seu potencial como forma de comunicação, expressão e meio para apreender a realidade [...]. O mapa, na verdade, não é um produto, mas um processo (mapeamento) que não se reduz a levantamentos topográficos e geodésicos, medidas de precisão e formas materiais, mas que pode ser igualmente espiritual, político ou moral e incluir o que é lembrado, imaginado e contemplado (SEEMANN, 2012, p. 13).

As palavras de Seemann apontam para a ideia de que mapas não se restringem ao sentido da representação plana da superfície terrestre, conforme o modo hegemônico do pensamento sobre os mapas nos impõe. Mas é romper com essa ideia no sentido de que há outras

possibilidades de se vivenciar as representações que os mapeamentos promovem, que os mapas expõem em suas formalizações e não necessariamente se fixam na representação plana do espaço, enquanto um plano extensivo. O que intenta é que os mapas estão inseridos na dinâmica espacial do mundo e a partir disso gestam outras formas de comunicar, expressar e apreender a realidade. Isto é, a espacialidade constitui-se na multiplicidade, e para tanto a relação da cartografia deve estar inclusa nessa maleabilidade espacial.

Saber onde estamos é uma tarefa que nos dispomos cotidianamente, e, para tal, sempre estamos a nos localizar, mesmo que inconscientemente, todo e qualquer corpo sempre está a exercitar essa habilidade, pois, ao nos sentirmos localizados, territorializamos nossos referenciais e desejos e passamos assim a nos constituir, nos relacionar com os outros e nos orientarmos em relação ao mundo (SANTOS, 2007).

Nesse universo é que as funções dos mapas/mapeamentos são intensificadas em nossas lógicas de vivências, pois ninguém gosta de se sentir perdido, sem referenciais espaciais que lhe permitam sentir-se com segurança, sem risco de vida e sobrevivência. Logo, essas elucubrações do dia a dia intentam-nos a pensar cartograficamente, a pensar nas estratégias das quais nos debruçamos na espacialidade, categorização que desfaz a leitura hegemônica (maior) de se pensar a cartografia a título de meramente uniformizar informações em uma dada escala de representação.

Na visão do que faz uma imagem cartográfica ser um mapa apreende-se um possível: capturar e mostrar informação espacial. Assim, o mapa passa a ser o próprio mundo em movimento, é um elemento da prática espacial que se encontra dentro de um contexto de nossas ações mundanas (GIRARDI, 2009). Mesmo que isso acarrete em consequências vinculadas à sua maneira de trabalhar e pensar.

Isso desperta o pensamento para o fato de que o mapa não se trata apenas de uma representação do mundo, mas ele também produz o mundo. Logo, a trajetória no espaço – em sua multiplicidade – é o mapeamento e não o seu sentido fixo numa dada escala de representação de certos fenômenos concernentes com a escala adotada (MASSEY, 2009). A partir disso, pode-se entender os mapas enquanto criação do mundo, deixando os sentidos representacionais (enquanto reprodução exata da realidade em uma dada escala fixa) de lado, pois criar o mundo é diferente de representar o mundo em uma uniformidade cartográfica.

Kitchin, Perkins e Dodge (2009) apresentam dois principais campos de fundamentos ontológicos e epistemológicos da cartografia: o representacional (o mapa é uma tradução gráfica de um mundo existente) e o pós-representacional (o mapa cria mundos tanto quanto o mundo cria mapas). Isso implica noções

distintas de espacialidade e de prática cartográfica (GIRARDI, 2013, p. 80).

Por tais questões é que se enfatiza a existência do espaço dentro da própria linguagem do mapa, ou seja, não existe o espaço antes do mapa – mapa das práticas espaciais – como algo inerente às relações conflitantes que se desenrolam na dinâmica do mundo. Os mapeamentos são criações tangenciadas exatamente pelas relações que se estabelecem entre o espaço e o mapa, resultando no mapeamento dos fenômenos, mas que não se cessam nessa elementaridade linear do processo, pois as conjunturas produzidas e articuladas nos mapas continuarão reverberando as suas tensões espacialmente, nos efeitos que se intensificam no processo de localização, orientação e representação da dinâmica espacial do mundo.

A intenção neste trabalho situa-se no intuito de pensar sobre as possibilidades e potencialidades referentes aos processos cartográficos e a criação de mapas. Para, dessa forma, constituir um deslocamento no pensamento cartográfico, friccionando as suas dimensões comunicativa e informativa à qual ela atualmente se vincula quase que exclusivamente (OLIVEIRA JR., 2012). É intentar para o fato de que há outros referenciais de leitura e de se ver o mundo; e essas dimensões estão inseridas no processo criativo da cartografia, no processo de criação de mapas. Para melhor expor e fundamentar essa ideia, vejamos a imagem a seguir.

IMAGEM I – POLIMORFIA FRONTEIRIÇA



Fonte: Epaminondas Daltro Jr.: FCH/UFGD (Dourados/MS), 2013.

A imagem faz referência ao mural pintado por Epaminondas Daltro Jr., artista e pintor do Mato Grosso do Sul, e encontra-se exposta na parede do pátio central da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), localizada no município de Dourados/MS. Sabe-se, a título de informação, que essa obra foi elaborada com a intenção de expressar os diversos elementos presentes no contexto histórico e geográfico

que perpassam pelas lógicas fronteiriças do Mato Grosso do Sul (Brasil).

Apesar desse adendo explicativo, de essa obra de arte abordar as contextualizações das fronteiras, para os parâmetros científicos maiores ela não se caracteriza como uma representação cartográfica da fronteira. Portanto, o que ela tem a ver com os mapas? Sua forma expressiva pode se deslocar para as bases cartográficas? Ela pode

localizar e orientar espacialmente as manifestações humanas acontecidas em um território específico? Vamos ver até onde podemos chegar com tal experimentação interpretativa.

Observamos que a obra, ao expressar determinadas características espaciais articuladoras de um lugar, definindo uma região dita fronteira, está territorializando referenciais e fenômenos que possuem sua potência espacial, dando visibilidades às expressões territoriais, assim como expõe as fronteiras existentes nesses processos constitutivos do território.

Ao olharmos o mural, vamos identificando a representação de grupos de corpos e fenômenos constituintes dessa territorialidade. Percebemos uma figura que faz referência a uma cabeça de boi, e demarca assim o sentido da agropecuária como grande força econômica, mas é uma cabeça branca cujo contorno se confunde com um rosto humano – hibridações? Devir animal no homem? Não existe uma resposta precisa para tais dúvidas, mas podemos tentar um pouco de possível (DELEUZE; GUATTARI, 2011), ou seja, buscar criar sentidos possíveis, eis a potência em aberto por esta obra de arte, ou seja, um mapa não representacional, mas instigador de processos possíveis.

Mas, caminhemos com nossa experimentação, vemos outras figuras que remetem a formas dúbias, mas que nos afetam e que nos provocam a pensar, a projetar sentidos imagéticos sobre elas. Muito do que ali percebemos é territorializado enquanto sentido de um dado lugar a partir do que ali não está presente, estão de fora, virtualidades de uma realidade que nossa leitura atualiza.

Identificamos o artesanato e corpos indígenas como presença constante de uma história que muitos querem negar de injustiças e tragédias; o caboclo/pantaneiro como fruto de miscigenação e hibridação cultural; o pequeno produtor/violeiro como a população menos privilegiada, mas que constitui a força cultural enquanto lugar de vida e sobrevivência dos que se encontram no contexto da lógica de tensões e contatos fronteiros; o ciclo da erva-mate presente no trabalhador carregando um saco com mate, demarcando um período fundamental na constituição das futuras cidades e de ocupação da região pelos não indígenas; a região pantaneira com suas águas e vegetação em meio a corpos deformados, como a dor e o drama das disputas por terras envolvendo fazendeiros e índios, pequenos proprietários e demais grupos humanos (migrantes e posseiros).

Interpretamos, por conseguinte, os indícios das formas de utilização do território que, ao serem transpostos para o mural, expressam os processos pelos quais esses vários fenômenos, em suas diferentes escalas de territorialização, se imbricaram, se tensionaram, se articularam para compor o imaginário hegemônico, apesar

de fragmentado, com que muitos entendem ser a forma espacial desse lugar: o Mato Grosso do Sul fronteiro.

Fazemos assim uma primeira aproximação com a potência cartográfica expressada por esse mural. Dessa forma o vemos como um mapa, um esboço imagético de diversas histórias que se desdobram no agora agenciador da multiplicidade espacial desse território.

Como dito, o mural “Polimorfia Fronteira” expressa detalhes da constituição temporal e espacial de um lugar, mas os detalhes artísticos são opções e seleções realizadas a partir dos elementos que afetaram o autor, mas que só se efetivam no encontro da obra com os que nela projetam sentidos, referenciais de localização e orientação de entendimento possível. A obra, dessa maneira, concentra um conjunto vasto de fenômenos por meio de um agenciamento de cores, linhas, traços e figuras, distribuídos ao longo de uma parede até então vazia de significantes pictóricos, mas que acabam por expressar referenciais espaciais quando do encontro com as imagens dos seus leitores; as pinceladas assim interpretadas rasuraram uma parede sem vida e apresentam retratos das peculiaridades da fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia e dos polimorfismos que compreende o Estado do Mato Grosso do Sul.

E nesse próprio espaço, onde existia uma parede “vazia”, neutra, é que se circunscreve a espacialidade, que se mapeia o espaço das fronteiras, pois a parede, que antes não apresentava rumo algum, agora se transformou, metamorfoseou-se, aderindo vários caminhos e sentidos com os traçados ali expostos. Não se trata de a parede ter tomado vida e consciência própria, mas sim dos elementos apresentados nos traços artísticos que referenciam as tensões dialógicas de um espaço em questão, trazendo sentidos outros, levando os indivíduos que ali entram em contato e se deparam com a expressividade da linguagem artística a pensar reflexivamente sobre o misto de componentes inseridos e representados por cores tracejadas e delineadas sobre uma parede antes “vazia”. É nesse intuito espacial que as geografidades se fazem presentes e que os mapas se vislumbram na contingencialidade criativa do pensar/viver o mundo enquanto lugar.

Por esses quesitos que a obra artística “Polimorfia Fronteira” é emblemática e fornece elementos para pensarmos essa obra enquanto mapa. Pois ela mapeia as contingências existentes no espaço e que se significam territorialmente, possibilitando uma leitura que perpassa pelo aspecto informativo e nos levam para as localidades em que esses conflitos se dão e estão expressos na linguagem artística. Ou seja, nos localizando e nos orientando na multiplicidade espacial, cartografias imagéticas que orientam o nosso pensamento no mapeamento dos elementos e fenômenos que compõem a territorialidade.

As fronteiras estão expostas em linhas esboçadas, em que cada figura ali pintada está em conflito com as outras demais, num conjunto tenso de cores, luzes, sombras e formas não definidas em sua totalidade. Expressando nessa composição imagética os entre-lugares (FERRAZ, 2009), ou seja, os polimorfismos (as várias formas) da fronteira, não só a política administrativa, a que fixa e divide duas porções territoriais, mas a que coloca frente a frente os diversos: as fronteiras culturais internas a uma mesma extensão territorial de um Estado-Nação; as fronteiras entre os que usufruem das riquezas e dos que lutam para sobreviver; as fronteiras entre os que disputam as migalhas de uma vida dura e injusta, os que são marginalizados, negados e esquecidos; as fronteiras entre gêneros, como a quase ausência da figura feminina no mural tende a nos afetar etc.

Essa linguagem artística não é simplesmente uma representação do mundo enquanto reprodução exata de um dado lugar, ela transgride essa dimensão do pensamento e usurpa a lógica da formatação padronizada pela representação cartográfica. A sua composição não visa atender as normas da representação precisa do mundo como verdade definitiva. A grande força do sentido de mapa ali se coloca pelas potências do falso (DELEUZE, s/d), ou seja, não visa representar nem reproduzir a exatidão de um fenômeno, mas instigar sensações que provoquem o pensamento a pensar no que ali está de fora, naquilo que não está diretamente presente nas imagens e, contudo, com elas se relaciona por meio de toda a virtualidade do real que é ali atualizado por meio da trama de corpos e fenômenos figurada na obra (FERRAZ, 2009). É nesse sentido que sua expressividade enriquece a reflexão e a sua linguagem intensifica o pensamento. Seus traços são cartografias mapeando o espaço imageticamente.

Na pintura de Daltro Jr. não há uma tentativa de apresentar todos os fenômenos e elementos constituidores de região fronteira, não era esse o objetivo do artista, nem cabe a qualquer obra ter a pretensão de apresentar a totalidade do real, mas, ao focar alguns aspectos, os quais mais afetaram o imaginário do criador da obra, esses elementos ali figurados nos provocam, aos que entram em contato com essa obra, a agenciar sentidos que são atualizados do que ali se apresenta enquanto virtualidade, que está de fora mas intrinsecamente com aquelas imagens articuladas. Dessa maneira, agenciamos fenômenos que se encontram no contexto da história oficial constituidora daquela territorialidade, mas também daquilo que escapa dessa narrativa maior, dos aspectos marginais e que se tenta esquecer dessa narrativa de claro apelo ufanista e regionalista. Esses aspectos é que potencializam o sentido de mapa ali presentificado, pois não se restringe a querer representar o todo da realidade, mas instigar nossas sensações para o que falta, para o que não está dito ou pensado, para o fora.

O fora não é uma exterioridade material ou uma realidade conformada a uma verdade transcendente e idêntica a si mesma. Com o conceito de fora, Deleuze rejeita a questão metafísica da essência e sua necessidade puramente lógica, evita a crença num mundo verídico, o postulado de um pensamento naturalmente voltado para a verdade e o modelo da reconhecimento. Esse conceito, por um lado, afirma a heterogeneidade e a diferença como elementos constituintes de um mundo imanente e, por outro, diz respeito a um devir do pensamento que se torna criativo ao afirmar o seu acaso, o seu devir e a sua multiplicidade (ABREU, 2007, p. 91-92).

Dessa forma, não vemos ali na pintura a imagem definida e nítida de índios sendo massacrados, nem a reprodução exata da luta de posseiros contra grandes latifundiários, nem a reconhecimento precisa da derrubada de matas para plantio da erva-mate ou criação extensiva de gado etc., mas o conjunto e a distribuição das figuras, pela composição e tensão entre as cores, pelo jogo de luzes e sombras, assim como desfiguração e deformação dos corpos (o corpo branco de um boi esquartejado que se metamorfoseia em restos de corpos humanos, parte feminino, parte masculino; o esboço fantasmático de corpos indígenas e de negros que vão se esvaindo), mas também da sobreposição de corpos e imagens (o caboclo que se encontra sobre esse corpo branco e deformado está a empunhar uma lança indígena e, atrás dele, vemos um corpo parecido com algo feminino, mas de joelhos, sem face definida, em clara expressão de dor; a própria sobreposição de cores e tons, como o verde das matas se confundindo com o escuro das sombras etc. etc.).

Tudo isso aponta para uma sensação clara de tensões, conflitos, de mútuas incompreensões e injustiças a acontecerem como o trágico dessa territorialidade fronteira. Para tal, nosso pensamento, a partir de outras experiências espaciais, de leituras e estudos, é forçado a atualizar essa série de virtualidades, as quais não necessariamente representam e reproduzem fatos históricos específicos, mas reverberam as múltiplas histórias que acontecem até agora (MASSEY, 2009), são as potências do falso (DELEUZE, s/d) de fatos e fenômenos que não se restringem a verdades fixas, mas que acontecem como forças do "devir e a sua multiplicidade".

É nessas condições que essa composição artística se apresenta como sentido em aberto de mapa, não representa algo em si, mas nos instiga a perceber toda uma dinâmica constituidora dessa territorialidade com seus conflitos, tensões, belezas e tragédias. O mapa representacional de uma cartografia maior tenta informar tudo que se coloca como verdade, cabendo ao leitor apenas deduzir o sentido único de seus signos constituidores, daí sua legenda ser padronizada e impossibilitar outras interpretações. Tal mapa não força o pensamento a pensar, a criar outros sentidos, pois o mesmo já está de antemão definido. Já o mapa desdobrado da obra de

Daltro Jr. só se realiza com nossa participação na criação de sentidos do que ali se apresenta, na interação entre o figurado em sua área pictórica com o que está fora desse limite. O mural acaba sendo um agenciador de corpos e enunciados, sendo um corpo de vetores de vários fenômenos em suas diferentes escalas de manifestação territorial e temporal (FERRAZ, 2009).

Pensando sobre mapas, considerações...

Dessa experimentação de leitura cartográfica a partir do mural "Polimorfia Fronteiraça", podemos caminhar numa direção de leitura que a referida obra traz para a desterritorialização de verdades fixadas como identidade de uma região fronteiraça, encenando as ambivalências dos conflitos que se expressam na dinâmica tensa e nômade do que se tenta delimitar como Mato Grosso do Sul. Como se pode observar na transfiguração do boi metamorfoseando-se em corpos humanos, essa imagem nos afetou e nos forçou a pensar nas disputas territoriais engendradas pela produção agropecuária na região, em que a exploração dessa produção ultrapassa os limites e significados humanos. Semelhante grau de violência se reverbera entre indígenas e representantes do agronegócio na disputa entre remarcação de terras e ampliação de área produtiva; o mesmo ocorre entre trabalhadores sem terras e grandes proprietários rurais.

Temos aí o repetir das injustiças sociais que ocorreram no processo de constituição desse lugar, mas que se repete sempre em sua diferença singular, uma temporalidade que se repete no espaço enquanto diferença; múltiplas dimensões espaciais que estão no jogo das forças políticas e das problemáticas que se inserem nessa espacialidade fronteiraça. Das diferentes culturas que se fazem presentes nesse espaço de relações diferenciadas que a fronteira se descreve e reinventa-se, designando os polimorfismos existentes na espacialidade.

Como não se pode deixar de notar, os mapas são estritamente políticos na composição de suas estratégias, por essa forma em que um dos seus elementos principais é possibilitar a localização dos fenômenos e a orientação espacial nas manifestações humanas (MOREIRA, 2012). E a obra "Polimorfia Fronteiraça" fornece elementos para a pensarmos como um mapeamento dos elementos territoriais manifestos em sua composição imagética. Isto é, um misto de expressividade que podemos pensar enquanto elementos cartografáveis da dinâmica da espacialidade, atravessados por outras intensidades que não se fixam numa forma padronizada da cartografia, das superfícies planas representadas. Fazendo uso de outros elementos que perpassam o mundo para mapear a dinâmica do mesmo.

Pelo simples fato de não se compor dentro das estruturas oficiais da linguagem científica maior, essa

obra de arte, aqui ressignificada enquanto mapa, estabelece a possibilidade de derivas minoritárias na direção da constituição de uma linguagem menor da ciência geográfica, por meio de uma cartografia menor.

O conceito de maior em Deleuze e Guattari não tem o sentido de mais importante, numérica, ou, dimensionalmente, superior, mas sim, de estabilização, hegemônica, constância, metro padrão que serve para medir-se a si mesmo [...]. O menor é o que promove a variação e faz desestabilizar e expandir o maior e, assim, o devir é sempre a característica da minoridade. Cartografia menor é, então, esse movimento de crítica, da criação, da incorporação do maior para fazê-lo dizer outra coisa, de desestabilização do representacional (GIRARDI, 2013, p. 81).

Vemos assim que o sentido de menor não é substituir o da língua maior da ciência, num processo dialético de luta de contrários, mas de derivar desse maior outros sentidos minoritários esquecidos ou ignorados pelas forças e linhas maiores do pensamento científico. O menor, portanto, está na relação com o maior, deriva dele, mas, no sentido de rasurá-lo, o provoca em outros sentidos e direções. É nessa perspectiva de mapa em processo o que atualizamos da obra de Daltro Jr., é um mapa a apontar o movimento constante de fenômenos e corpos que a cartografia maior do Mato Grosso do Sul, que a geografia institucionalizada pelo Estado-Nação tendeu ou optou em não representar (LOIS, 2009).

Essa "opção" pode ser justificada pelo aspecto que a dinâmica espacial dos corpos não cabe num referencial que visa uniformizar informações e processos para assim fixá-los em uma dada escala matemática (MOREIRA, 2012), de maneira a torná-los passíveis de representação, daí o mundo sempre escapar, como linhas de fuga, por entre a vontade de representação verdadeira dos fatos almejada pelo discurso científico maior dessa cartografia. Eis a importância de se abrir para outros sentidos de mapas, capazes de apresentar a maior dinamicidade desses corpos e fenômenos constituidores da dinâmica espacial dos lugares (COSGROVE, 2008). Por isso a pertinência de a linguagem científica estabelecer intercessores com as linguagens artísticas, não para substituir o discurso de um pelo de outro, mas para ampliar as possibilidades de leitura espacial do mundo.

Mas, como já destacamos anteriormente, essa composição artística procede encontros entre a parede que a sustenta e os corpos que são afetados pelo que ali está imageado e, mesmo que de forma despercebida, tangencia formas de pensamento a partir desses encontros. Ao se valorizar a dimensão artística a partir do mapa, a possibilidade de se localizar e se orientar acontece no contexto e na dinâmica do próprio movimento da vida; o pensamento é forçado a pensar as camuflagens existentes nas entrelinhas dos referenciais que se pautam na representação de verdades fixas, que negam as rupturas, os vazios e a mobilidade dos corpos, as surpresas ine-

rentes ao existir, as quais potencializam o sentido diferenciador da vida.

Mas dentro do entendimento dominante de espaço do mapa "comum" no Ocidente, hoje, o pressuposto é, precisamente, de que não há espaço para surpresas. Exatamente como quando o espaço é compreendido como uma representação (fechada/estável) (a "espacialização" através da qual "surpresas são evitadas", De Certeau, 1984, p. 89); assim, nessa representação de espaço nunca perdemos o caminho, não somos, jamais, surpreendidos por um encontro com o inesperado, nunca enfrentamos o desconhecido [...]. Não percebemos as rupturas do espaço, o encontro com a diferença (MASSEY, 2009, p. 165).

O que Massey nos aponta é o processo restrito e centralizado que compõe os mapas atualmente, de um mundo já concebido, como se nele não houvesse mais transformações e que tudo já está delimitado, bastando-nos percorrer o mundo conhecido sem problema de surgir algo inédito, daí ela completar seu pensamento que no "mapa rodoviário não dirigimos fora dos limites do mundo conhecido. No espaço, como eu quero imaginá-lo, poderíamos" (MASSEY, 2009, p. 165). Não que devemos abandonar um mapa rodoviário, afinal ele é fundamental para nos orientarmos, contudo, ela está a apontar que o mundo vai muito além do que o Estado fixou como os caminhos que devemos percorrer (as estradas representadas no mapa rodoviário).

Se entendermos como mundo a só aquilo que se encontra representado num mapa, não conseguiremos nos orientar e nos localizar em relação a tudo que está de fora daquela representação, ou seja, de tudo que provoca surpresa, tanto de incômodo como de prazer. Aí que buscar o dinamismo diferenciador da vida ser necessário para nossa própria sobrevivência no mundo – temos que construir referenciais que nos possibilitem a locomoção para além do mundo conhecido.

São as possibilidades de instigar a pensar as potencialidades imaginativas do mundo pela linguagem cartográfica, nas composições de mapas diversos, em que esta não somente comunique, mas também expresse visões de mundo, configurações e imaginações espaciais (OLIVEIRA JR., 2012). Que, sobretudo, possibilite e permita os mapas serem rasurados para provocar outras localizações e orientações na espacialidade, intensificando a apreensão da dinâmica espacial do mundo. Foi nesse intuito que procuramos esboçar este ensaio reflexivo sobre os mapas e a linguagem cartográfica com a obra de arte "Polimorfia Fronteiriça", a qual é configurada por composições imagéticas, visualizando e destacando que essa obra pode ser potencialmente intensificada enquanto mapa pela sua constituição desestruturante que apresenta na composição de seus traços e tracejados artísticos.

"Fazer o mapa funcionar como outra coisa. E fazer outras coisas funcionarem como mapas" (OLIVEIRA JR.,

2012, p. 40), esta seria uma perspectiva política para pensar os mapeamentos das polimorfias do mundo e o mundo enquanto mapa. Escapando das regras institucionalizadas ou descobrindo outras formas de se pensar, essa pode ser a polimorfia dos mapas e do ato de cartografar, grafando assim o espaço.

Referências

- ABREU, Ovídio. (2007) O fora e o signo. In: *O que nos faz pensar*, n. 22, p. 89-112, novembro. Disponível em: <http://www.oquenofazpensar.com/adm/uploads/artigo/o_fora_e_o_signo/22_O_fora_e_o_signo.pdf>. Acessado em: 22 nov. 2014.
- COSGROVE, Denis. (2008) Cultural cartography: maps and mapping in cultural geography. *Annales de géographie*, v. 2, n. 660-661, p. 159-178. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-Annales-de-geographie-2008-2-page-159.htm>>. Acessado em: 20 out. 2014.
- CRAMPTON, Jeremy. W.; KRYGIER, John. (2008) Uma introdução à Cartografia Crítica. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, p. 85-111. Disponível em: <www.etter.ippur.ufrj.br/publicacoes/58/cartografias-sociais-e-territorio>. Acessado em: 22 nov. 2014.
- DELEUZE, Gilles. (s/d) *Nietzsche e a filosofia*. Lisboa: Rés Editora.
- _____. (2002) *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (2011) *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34.
- DEL CASINO, Vincent J.; HANNA, Stephen P. (2006) Beyond the "binaries": A methodological intervention for interrogating maps as representational practices, ACME: An International. *E-Journal for Critical Geographies*, v. 4, n. 1, p. 34-56. Disponível em: <<http://www.acme-journal.org/vol4/VDCSPH.pdf>>. Acessado em: 12 nov. 2014.
- FERRAZ, Cláudio Benito O. (2009) Geografia: o olhar e a imagem pictórica. *Revista Pro-Posições*, Campinas/SP, v. 20, n. 3 (60), p. 29-41.
- FERREIRA, Álvaro Mendes. (2009) Abstração Espacial e a Cartografia da Idade Moderna. In: *III Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*, Ouro Preto. ANAIS III SLBCH, 2009. Disponível em <www.ufmg.br/rededemuseus/crch/ferreira_abstracao-espacial-e-a-cartografia-da-idade-moderna.pdf>. Acessado em: 14 nov. 2014.
- GIRARDI, Gisele. (2009) Mapas desejantes: uma agenda para a Cartografia Geográfica. *Revista Pro-Posições*, Campinas/SP, v. 20, n. 3 (60), p. 147-157.
- _____. (2013) Política e potência das imagens cartográficas na geografia. In: CAZETTA, Valéria; OLIVEIRA JR., Wenceslao M. (orgs.). *Grafias do espaço – Imagens da educação geográfica contemporânea*. Campinas (SP): Editora Alínea, p. 69-86.
- HARVEY, David. (2012) O espaço como palavra-chave. *Revista GEOgraphia*, vol. 14, n. 28. Disponível em: <www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/551/345>. Acessado em: 20 out. 2014.
- KITCHIN, Rob; PERKINS, Chris; DODGE, Martin. (2009) Thinking about maps. In: _____. (eds.) *Rethinking Maps*. Routledge. Disponível em: <http://personalpages.manchester.ac.uk/staff/m.dodge/Rethinking_Maps_Introduction.pdf>. Acessado em: 15 out. 2014.
- LOIS, Carla. (2009) Imagen cartográfica e imaginarios geográficos. Los lugares y las formas de los mapas en nuestra cultura visual. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XIII, n. 298. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-298.htm>>. Acessado em: 10 nov. 2014.
- MASSEY, Doreen. (2009) Caindo nas armadilhas do mapa. In: MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 159-165.
- MOREIRA, Ruy. (2012) A representação e o olhar da geografia num contexto de espaço fluido. In: MOREIRA, Ruy. *Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria social crítica*. São Paulo: Contexto, p. 179-186.
- OLIVEIRA JR., Wenceslao Machado de. (2009) Grafar o espaço, educar os olhos. Rumo a geografias menores. *Revista Pro-Posições*, Campinas/SP, v. 20, n. 3 (60), p. 17-28.
- _____. (2012) Mapas em deriva: imaginação e cartografia escolar. *Revista Geografares*, Vitória/ES, n. 12, p. 1-49.
- SANTOS, Douglas. (2007) *O que é geografia?* Texto inédito.
- SEEMANN, Jörn. (2012) *Carto-Crônicas: uma viagem pelo mundo da cartografia*. Gurupi (CE): Editora Veloso.
- WOOD, Denis. (2003) Cartography is dead (Thank god!). *Cartographic Perspectives*, NACIS, n. 45, p. 4-7.
- _____. (2013) Dogma visualizado: estado-nação, terra, rios. In: OLIVEIRA JR., Wenceslao Machado de; CAZETTA, Valéria. (orgs.). *Grafias do espaço: imagens na educação geográfica contemporânea*. 1. ed. Campinas: Alínea, v. 1, p. 23-51.

LUGAR E MEMÓRIA: CENÁRIOS

André Alvarenga*

Universidade Federal Fluminense

Resumo: O presente artigo objetiva problematizar a memória à luz da geografia. A memória, tomada em seu caráter especular – que duplica a percepção e as informações recebidas pelo fenômeno comunicacional num mnemotopos interior aos indivíduos – é tomada como elemento central numa revisão sobre o conceito de lugar. Vista como fenômeno simultaneamente individual e social a memória complexifica o lugar permitindo-o ser percebido e concebido em diversas escalas, além de compreendido como elemento que afeta os indivíduos e coletividades afetivamente e também politicamente. Por fim, o conceito de cenários é destacado como sendo capaz de ressaltar no lugar seu aspecto de teatralidade que, por sua vez, encontra na memória sua base de referência.

Palavras-chave: Memória. Lugar. Corpo vivido. Cenários. Fenomenologia.

PLACE AND MEMORY: SCENARIOS

Abstract: The present paper is intended to problematize memory in the light of Geography. Memory, seen in its specular character – that doubles the perception and the informations that individuals receive through the communicational phenomenon in an interior mnemotopos – is taken as a central element in a review of the concept of place. Seen as both a personal and a social phenomenon simultaneously, memory turns 'place' into a more complex instance, allowing it to be perceived and conceived in many scales, besides being comprehended as an element that has affective and political effects on individuals and/or groups. Last, the concept of scenarios is highlighted for adding to place its theatrical aspect that meets in memory its baseline.

Keywords: Memory. Place. Lived body. Scenarios. Phenomenology.

LIEU ET MÉMOIRE : SCÉNARIOS

Resumen: Le présent article est destiné à problématiser la mémoire à la lumière de la géographie. La mémoire, vue dans son caractère spéculaire - qui double la perception et les informations que les individus reçoivent à travers le phénomène communicationnel dans un mnemotopos intérieur - est considérée comme un élément central dans une analyse du concept de lieu. Vu simultanément à la fois comme un phénomène personnel et un phénomène social, la mémoire transforme lieu en plus complexe instance, ce qui lui permet d'être perçu et conçu dans de nombreuses échelles, en plus d'être compris comme un élément qui a des effets affectifs et politiques sur les individus et / ou groupes. Enfin, la notion de scénarios est mise en évidence pour ajouter au lieu son aspect théâtral qui réunit en mémoire sa base de référence.

Palabras-clave: Mémoire. Lieu. Corps vivant. Scénarios. Phénoménologie.

A memória é um dos mais importantes fenômenos constituintes da cultura e destaca-se como elemento fundamental na constituição do ser humano. Objeto de profundas discussões, a memória, enquanto tema, possui uma enorme amplitude, podendo ser alvo de múltiplas abordagens. Talvez por este motivo a geografia tenha, ao longo dos anos, apenas tangenciado essa temática ou recorrido a temas afins, mas que apenas abarcam-na de forma parcial. O presente trabalho visa abordar a memória em suas implicações fenomenológicas e culturais com vistas a destrinchar suas diferentes modalidades de influência nos comportamentos espaciais e na produção do espaço. Recorrer-se-á, para tal, aos filósofos que se dedicaram ao estudo da memória, buscando costurar suas contribuições com as produções geográficas pertinentes.

O 'lugar' é aqui destacado como conceito fenomenológico que funda a presença do ser no mundo, estando intimamente relacionado com as memórias dos indivíduos e das coletividades humanas. O termo cenário, por sua vez, é aqui conceituado como aquele que melhor permite explicar a influência da memória no comportamento social atrelado aos lugares, uma vez que é um conceito que une a ideia de espaço e experiência.

A consideração que se faz aqui sobre o fenômeno da memória parte primeiramente de sua consideração como fenômeno individual, subjetivo, para a qual tomamos por base a teorização de Henri Bergson. Num segundo momento verificamos as discussões da memória como fenômeno social, alvo de disputas políticas. Por fim terminamos por conceituar 'cenários' como um termo que apresenta uma modalidade de pensamento que permite pensar nosso comportamento espacial, tendo por base a memória.

A filosofia da memória de Henri Bergson

Bergson (2010) funda sua pesquisa sobre a memória numa ontologia, compreendendo que esta depende primeiramente da percepção do 'meu corpo' no espaço. Para Bergson (2010), diferentemente da fenomenólogos como Husserl, que pensam a percepção através de uma dicotomia sujeito/objeto – 'toda percepção é percepção de algo' – defende que a percepção, como afecção, já pressupõe uma reação. Portanto, a percepção bergsoniana está a meio caminho entre a coisa e sua representação psíquica.

Destacamos do trabalho de Bergson, sua interpretação da relação percepção/memória através do par atual/virtual. Bergson (2010) compreende, para fins de teorização que haveria uma percepção pura, sempre atual, resultante do movimento dos corpos face ao 'meu corpo', e uma memória pura, esta virtual, como um compartimen-

to aespacial do tempo em que o passado se acumula. No entanto, não haveria, para o filósofo, percepção sem memória, uma vez que há continuidade entre presente e passado. A duração seria, assim, a chave para compreender essa retenção virtual do passado. Não sendo o tempo uma sucessão de instantes intangíveis, o passado dura e "rói o porvir e incha à medida que avança" (BERGSON, 2010, p. 47).

A percepção e a memória teriam, portanto naturezas distintas. Enquanto a percepção estaria fundada num presente em face da imagem-movimento que atinge 'meu corpo' e da propensão de 'meu corpo' em reagir, a memória virtual consistiria no próprio passado ontológico que existe simultaneamente ao presente. Assim, a percepção é apenas possível devido à atuação da memória e a memória dependeria da percepção para existir. A lembrança-imagem seria uma atualização da memória, que incapaz de reagir a imagem-movimento percebida, projeta-se na consciência como imagem psíquica. Igualmente, toda percepção consciente seria uma mistura de percepção e memória.

A partir da relação estabelecida por Bergson entre atualidade e virtualidade compreendemos o que chamamos, aqui, de caráter especular da memória. A memória, como um espelho, reflete a imagem atual através de uma outra imagem, esta virtual. "No espelho, eu me vejo onde não estou, em um espaço virtual, irreal, que se abre por traz da superfície. Estou do lado de lá, onde não estou, uma espécie de sombra que me dá minha própria visibilidade" (FOUCAULT, 1984, p. 3). A memória bergsoniana, assim como o espelho foucaultiano, opera com os pares atual/virtual: a imagem externa (percepção) atinge nosso corpo sensível e abre-se um campo onde estas são recriadas virtualmente (memória). Como as imagens que percebemos advém do espaço que nos envolve, a imagem virtual que guardamos, apesar de não ocupar lugar no espaço físico, constitui uma espacialidade psíquica: um *mnemotopos*.

Também se faz importante para o presente trabalho destacar que Bergson (2010) tipifica duas qualidades de memória: a memória-habitual e a lembrança-imagem. A primeira consistiria na continuidade do movimento. Ou seja, nos automatismos motores desenvolvidos pelo nosso corpo em relação aos corpos circundantes. A segunda, por sua vez, é explicada como aquela que surge quando o corpo, incapaz de reagir a uma dada situação, se libera da ação a qual sua percepção inclina, e vai buscar no conjunto de imagens passadas aquela que seja análoga à percepção atual.

Embora consideremos fundamental o entendimento de Bergson quanto ao funcionamento da memória é importante destacar que este filósofo, ao priorizar uma abordagem centrada no tempo, acabou por conceber o espaço como algo inerte, sem vida. Bergson equivale o

tempo à alma e o espaço ao corpo inanimado, sem vida.

Embora muitas críticas tenham sido feitas a Bergson, como as encontradas em Whitehead (2010), Heidegger (2012), Bachelard (2008) e Massey (2012), tais críticas não apagam sua importância. Veremos como sua correlação entre memória e percepção através do par virtual/atual, que chamaremos aqui de caráter especular da memória, podem ser úteis para entendermos a percepção e o comportamento humanos no espaço.

O lugar da filosofia 1: relações entre o lugar e o caráter especular da memória

O conceito de lugar é alvo de especulação filosófica desde a antiguidade clássica. Sua aspeção moderna lhe deu robustez e permitiu sua associação com o campo da subjetividade individual. Vejamos um pouco dessa evolução conceitual tendo em vista destacar os momentos em que o efeito especular da memória, que derivamos de Bergson, podem servir para melhor compreender a relação entre subjetividade e lugar.

Aristóteles, no Livro IV da Física (1980), destaca que o lugar é o 'onde' das coisas, portanto é sempre relacionado ao corpo que o ocupa (ou de um corpo que poderia ocupá-lo). Contudo, apesar da relação necessária que Aristóteles traça entre lugar e corpo, Bernard Casey (1997) aponta que a filosofia ocidental, a partir do século XVII, tendo como ápice Descartes, passou a considerar o espaço como pura extensão e o lugar como simples localização. Em contraste, Casey destaca uma série de outros filósofos que pensaram o lugar como um conceito filosófico existencial, transcendendo a simples localização. O ponto comum, detectado por Casey (1997), que unifica todos esses trabalhos, é o fato de relacionarem o lugar ao corpo ontológico.

O caminho filosófico trilhado da compreensão do lugar como simples localização ao lugar como base da existência do ser e de sua relação com o mundo teria passado primeiramente pela compreensão do lugar como uma localização relacional: um ponto de vista, um local de onde 'meu corpo' percebe o mundo. Ou seja, uma complexificação da compreensão da localização que ressalta o corpo sensível que o ocupa.

Gottfried Leibniz é citado por Casey (1997) como pioneiro na valorização filosófica da perspectiva locacional. De acordo com Leibniz (2007), a Mônada – a substância simples, base da formação do ser – apesar de não possuir janelas para o mundo, espelhará o mundo por meio de sua percepção.

Já no século XX, Whitehead (2010), seguindo a trilha de Leibniz, defende que os corpos refletem os demais corpos do universo a partir de sua própria perspectiva locacional. Na defesa de sua tese, o termo 'lugar' ganha

uma atenção maior. "Você está num certo lugar percebendo coisas. Sua percepção se localiza onde você está e é completamente dependente de como seu corpo está funcionando" (WHITEHEAD, 2010, p. 92). Whitehead compreende que o lugar é constituído como um campo relacional formado pelos corpos que o ocupam. Deste modo se temos os corpos A, B e C, nenhum dos corpos pode ser tomado como absoluto, mas a relação de um para o outro forma uma totalidade. Assim A não pode ser compreendido apenas como A mas como A em relação a B e C. Se alteramos algo de B, também mudamos A e C, por exemplo. Vemos aqui, que nessa conceituação lógica de Whitehead também nos é apresentado o princípio especular, o qual ele aprofunda em sua compreensão do ser, do lugar e do mundo.

Há, portanto, em Leibniz e em Whitehead, tal qual em Bergson, a compreensão de uma reflexão especular do mundo no ser. Esses três autores partem do ser corpóreo e sua perspectiva face ao mundo e, além disso, compreendem que há uma duplicação da imagem do mundo em seu 'interior', em sua subjetividade.

Immanuel Kant, por sua vez, conceitua o lugar como um reduzido ponto no espaço. No entanto, Casey (1997) observa que Kant tem tremenda importância na valorização do corpo humano vivo como base experiencial de onde a ideia abstrata de espaço se desenvolve. Kant valoriza, portanto, o perspectivismo subjetivista que torna possível, a partir da experiência do lugar vivido pelo corpo, a produção da ideia abstrata de espaço. A racionalização do mundo é fruto da experiência do ser corpóreo. Destacamos, neste ponto, que essa experiência do ser não pode prescindir da memória.

Edmund Husserl e a escola fenomenológica são destacados por Casey (1997) como autores de um campo teórico que funda sua compreensão dos fenômenos, ou seja, daquilo que aparece, a partir da consideração ontológica do ser corpóreo presente no mundo.

Husserl também enfatizou a importância do corpo-vivido como portador do 'eu-e' 'minhas' sensações. Assim como os demais filósofos aqui citados, Husserl considera o corpo como centralidade, definida por ele como ponto zero do eixo das coordenadas de nosso próprio mundo, e que a partir de seu movimento e da sensação cinestésica resultante conhecemos uma multiplicidade de lugares. Assim, se coaduna, ao seu modo, com Kant.

Outro importante fenomenólogo é Martin Heidegger, cuja teorização dá um peso ainda maior a centralidade do corpo e de seu lugar. O conceito utilizado por Heidegger para pensar o ser e sua subjetividade face ao mundo e ao seu tempo é o Dasein, que significa o 'ser-aí'. Portanto, o conceito já traz consigo seu status constitutivo: o ser se funda na sua própria presença e sua presença acontece num lugar. Nesse sentido, Casey (1997) chama atenção para o fato de que Heidegger destaca no cor-

po humano o caráter existencial de ser-em, nos termos da propensão de habitar e morar. É importante observar que a noção de habitar um espaço é bem diferente de apenas estar situado numa localidade, porque incorpora as ideias de hábito e familiaridade, mas também de abrigo, subsistência e proteção. Portanto, Heidegger dá um embasamento filosófico ao ser que valoriza seu lugar no mundo para além do perspectivismo de seu corpo incorporando seus aspectos existenciais, incapazes de prescindir da dimensão temporal.

Assim, a memória-habitual destacada por Bergson, abrangendo os automatismos motores de um corpo face ao universo circundante, ganha densidade com Heidegger. A noção de habitar é mais robusta e complexa que a simples perspectiva locacional de um corpo face ao mundo, pois incorpora o vivido, portanto a memória. Vale reparar que, as ideias de costume e familiaridade relacionadas ao habitar um lugar compreendem um intenso relacionamento com movimentos passados realizados numa morfologia espacial razoavelmente duradoura. Conta, portanto, com um constante reconhecimento do percebido atual num passado virtual que cotidianamente se atualiza em hábito.

Ainda dentro da fenomenologia, Merleau-Ponty mescla a compreensão de lugar como habitat, de Heidegger, com a compreensão de Bergson sobre a memória virtual capaz de se atualizar em percepção consciente ou lembrança-imagem. A ideia de lugar compreendida por Merleau-Ponty está diretamente associada a sua memorabilidade e sua reverberação na consciência, na imaginação e nos corpos dos indivíduos. Por isso, Casey (1997) observa que, em Merleau-Ponty, lugar é qualquer lugar que possa ser ocupado por meu corpo virtual, incluindo os lugares percebidos, sonhados, imaginados ou lembrados. Sobre a memória habitual, Merleau-Ponty compreende o corpo como corpo-sujeito, capaz de realizar ações com base no costume independentemente da racionalização mental do indivíduo. Nessa mesma linha, o filósofo australiano J. E. Malpas (1999) prefere observar um 'espaço experiencial' onde circulamos e agimos. Para ele, a importância da memória estaria ligada tanto à sua capacidade de criar uma estrutura narrativa para a organização do conteúdo mental, como também porque permite certas noções de espaço e lugar. Assim, podemos pensar, conforme sugere este filósofo, que a memória dos lugares cria como que um espaço virtual, um topos especular – diríamos –, que duplica o mundo externo percebido, com suas coisas e seus personagens.

Essa memorabilidade do lugar também está presente na obra de Gaston Bachelard. Em sua *Poética do Espaço*, Bachelard (2008) propõe a realização de uma *topoanálise* e destaca a centralidade do lar na vida memorial dos indivíduos. O lar aparece, portanto, como um lugar que concentra o princípio da habitualidade, da familiari-

dade, do costume, mas também do repouso, do descanso e da segurança contra os perigos do mundo externo. Para Bachelard, o lar constitui um verdadeiro universo da vida íntima, onde podemos reconhecer diferentes zonas de intimidade, ou em outras palavras, diversas microgeografias que armazenam, cada uma a seu modo, um universo particular de pensamentos, memórias e associações livres. Assim, para além da interação pragmática corpo/lugar, Bachelard concebe o lugar como um repositório de memórias e afetos.

Bachelard (2008) discorda, portanto, do tempocentrismo de Bergson e concebe que é o espaço que fixa a memória 'em seus alvéolos'. Também opõe ao sentido da *duração* bergsoniana a ideia de *fixação*, uma vez que considera que as memórias são imóveis e fixas no espaço. Para explicar como isso ocorre, Bachelard recorre ao termo **cenário**:

Nesse teatro do passado que é a memória, o *cenário*¹ mantém os personagens em seu papel dominante. Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo; que no próprio passado, quando sai em busca do tempo perdido, quer "suspender" o voo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. É essa a função do espaço (BACHELARD, 2008, p. 27).

Assim, se o tempo presente é um eterno fluxo fugidioso, aberto à transformação, o 'espaço interior', ontológico, é para Bachelard aquilo que nos permite ver no mundo linhas de estabilidade, compondo um lugar onde nos fixamos e construímos nossa identidade pessoal. Portanto, Bachelard defende que não o tempo, mas o espaço é a forma do 'sentido interior'. No entanto, é importante observar que, para Bachelard (2008), não é a materialidade do mundo, em si, que armazena tais memórias, mas nós é que constituímos um espaço ontológico formado de memórias, como cópia do mundo (virtualidade). Deste modo, ao nos movermos nos espaços onde outrora habitamos, reencontramos os espaços passados e re-vivenciamos nossas experiências.

Em seu livro dedicado à fenomenologia da memória, *Remembering*, Casey (2000) compreende, além do que chama de memória-mente (a lembrança-imagem) e da memória-corpo (a memória-habitual), uma memória-lugar. Sua compreensão da memória-lugar, segue na linha de Bachelard, compondo uma topologia virtual como uma cópia especular do mundo que, deslocada da necessária conectividade e contiguidade do mundo, opera como um **cenário** teatral que armazena as cenas anteriormente vividas. A memória-lugar é, assim, composta pelo efeito de duplicação especular da exterioridade percebida numa espacialidade virtual: um *mnemotopos*.

¹Grifo meu.

Assim, podemos afirmar que nem a memória pode ser reduzida aos aspectos temporais e nem o lugar pode ser reduzido a mera posição num espaço abstrato. O lugar, portanto, é destacado no presente trabalho como a categoria existencial, ontológica, que torna possível a própria condição humana. A partir de seus lugares, homens e mulheres vivem seus respectivos mundos e revivem as memórias de seus mundos pretéritos. O lugar vivido imprime no corpo uma duplicação virtual, especular, que opera como um cenário sintetizado que abriga, de forma latente, uma multiplicidade de cenas vividas. Estas, por sua vez, podem ser atualizadas como imagem-lembrança ou movimento habitual toda vez que revisitamos tal lugar física ou imaginariamente.

Introduzindo espelhos no 'lugar' da geografia humanística

Muitos geógrafos têm dedicado seus esforços em analisar o lugar como espaço da subjetividade humana, em especial aqueles vinculados às vertentes humanística e cultural. Nicholas Entrikin, em seu livro *The Betweenness of Place*, destaca que a geografia na primeira metade do século XX, em sua busca de ser reconhecida como ciência, capaz de produzir generalizações, "afastou-se dos aspectos subjetivos do lugar" (ENTRIKIN, 1991, p. 1). Ele acusa o ponto de vista destacado e distante da teorização científica de ser incapaz de apreciar completamente o aspecto fenomenológico da vida humana resultando na redução da riqueza contextual do lugar a "uma noção de simples localização ou a uma série de relações genéricas funcionais" (ENTRIKIN, 1991, p. 8).

Entrikin (1991) defende, portanto, que a geografia deve integrar, em sua busca de compreensão da realidade, tanto os aspectos subjetivos (visão centrada no indivíduo, na qual o pesquisador se assume como parte de um lugar e período) quanto os objetivos (visão descentrada, na qual busca-se transcender o aqui e agora) e entende o lugar como uma instância geofilosófica capaz de proporcionar esse elo entre a subjetividade individual e a objetividade do pensamento científico. Essa visão integrada se coaduna com o pensamento de Malpas (1999), que sugere que para o indivíduo humano a concepção de um espaço objetivo não tem como se produzir sem que simultaneamente se forje um espaço subjetivo e vice-versa.

Em busca de compreender o lugar em seus aspectos fenomenológicos, portanto, diversos geógrafos compreenderam a importância do corpo, da experiência e da comunicação intersubjetiva. No entanto, embora a experiência envolva necessariamente a memória, um número reduzido de geógrafos trata especificamente das relações entre lugar e memória no sentido existencial,

preferindo condensar a ideia no uso da palavra 'vivido'. Contudo, compreendemos ser necessário abordar especificamente o trabalho da memória, tanto individual como coletiva, para se chegar a uma visão mais complexa e apurada da experiência humana.

Um dos pioneiros a tratar da questão da memória na geografia foi David Lowenthal. Este importante geógrafo se dedica ao estudo da experiência humana e seus reflexos na imagem que fazemos do espaço. Ele observa que nossa personalidade é em grande parte formada na infância. Compreende, deste modo, que o indivíduo adulto é cativo de sua própria biografia e que a imagem que este faz do ambiente é resultado de suas experiências passadas. "Todos veem o mundo como foi no passado, refletido no *espelho*² retardante de suas memórias" (LOWENTHAL, 1961, p. 259). Essa influência do passado na percepção do presente independeria de nossa consciência desse processo. Mas Lowenthal não deixa de reparar que mesmo nosso pensamento racional e abstrato é, também, um resultado de nossa memória. "Tudo que sei sobre a América hoje é parte de uma memória do que eu já pensei sobre este país" (LOWENTHAL, 1961, p. 259). Lowenthal (1961), por fim, também compreende o caráter coletivo da memória e defende que perspectivas culturais também incorporam o passado. Lowenthal pensa a paisagem como um sistema mnemônico que retém a história e os ideias de grupo.

Podemos, portanto, reparar que Lowenthal (1961), ao abordar a memória também lança mão da metáfora do espelho para ilustrar esse armazenamento das experiências espaciais passadas. Também podemos destacar, como já fizemos com os filósofos, que a memória é vista por Lowenthal como um fenômeno subjetivo, mas que está intimamente ligado com a formação do pensamento racional. Portanto, podemos pensar que a memória seja talvez o elemento mais importante na dotação do caráter intermediário do lugar, conforme indicado por Entrikin (1991).

Yi-Fu Tuan (2008) também parte da compreensão da experiência humana e observa que esta é composta de sensações e pensamentos. O geógrafo sino-americano destaca que as sensações humanas não são uma sucessão de sensações discretas, mas tanto a memória quanto a capacidade de antecipação que esta propicia são capazes de controlar impactos sensoriais numa corrente alternante de experiências de forma que podemos falar de uma vida sensações assim como falamos de uma vida de pensamentos (TUAN, 2008).

Tuan (2008) filia-se a fenomenologia e, assim como Heidegger e Bachelard, observa a importância do lar como um espaço de intimidade, de cuidado, onde armazenamos uma série de experiências vividas.

²Grifo meu

Também valoriza a infância como o momento da vida em que estamos mais propensos a absorver percepções e desenhar nossa personalidade. E destaca o corpo vivido e sua relação com o espaço, seja através de uma relação de habitação num lar ou nos lugares de nosso convívio, seja através de nossas relações de trabalho por meio das habilidades adquiridas.

O fenômeno especular aparece em Tuan (2008), quando este pensa a paisagem. Segundo o geógrafo, o surgimento da paisagem na pintura renascentista é significativo desta mudança de perspectiva, da passagem de um tempo cíclico, medieval, para o tempo moderno, linear. A pintura da paisagem traz a perspectiva do olhar humano sobre o mundo e traz para o observador um ponto de vista que dialoga com o seu próprio, permitindo-o mergulhar imaginariamente no espaço representado. Nesse diálogo, o observador projeta suas próprias experiências do espaço vivido, fazendo, assim, uma leitura subjetiva da paisagem apresentada. É nesse sentido que Tuan, nota que a observação de uma paisagem pode conter uma dimensão temporal. Na medida em que uma estrada é um caminho a percorrer, dela podemos partir, nos despedir de alguém que se vai, ou aguardar alguém. Esse movimento virtual é muitas vezes projetado por nós, quando observamos um quadro que apresenta uma paisagem cortada por uma estrada.

Na década de 1980 outros importantes geógrafos abordaram a relação entre lugar e memória. David Seamon (1980), por exemplo, dá grande importância aos hábitos corporais no deslocamento e na interação com os objetos no espaço da vida cotidiana. Essa autonomização do corpo com base na experiência prática de sua relação com o lugar e seus objetos, que Seamon (1980) chama de dança-do-lugar, seria a explicação para as situações em que nos deslocamos para lugares habituais sem raciocinar sobre o que estamos fazendo. Ou mesmo, explicaria o fato de, estando distraídos, seguirmos um caminho costumeiro quando pretendíamos ir a outro lugar. Essa habitualidade estaria, assim, ligada com todas as ações repetitivas que desenvolvemos em lugares específicos. Desta maneira, tanto os hábitos tradicionais de uma tribo indígena que realiza ações tradicionais ritualizadas, como a vida também ritualizada de uma pequena cidade de interior, ou mesmo os deslocamentos modernos ligados à jornada trivial de trabalho numa metrópole e as práticas do dia-dia em casa ou no ambiente de trabalho seriam formas de manifestação do corpo-sujeito.

A dimensão da memória habitual desenvolvida por Seamon (1980) é mais uma complexificação da memória-hábito de Bergson e, portanto, baseia-se na especularidade baseada nas virtualizações e atualizações oriundas da relação entre percepção e memória.

No entanto, para além da memória habitual, a familiaridade envolve uma outra camada de informações que mistura rotina e afeto: a lembrança-imagem. O lugar vivido não abrange apenas os aspectos pragmáticos do movimento maquínico dos corpos, envolve também relações pessoais de amor, proteção e cuidado. Nesse sentido, Graham D. Rowles (1980), a partir de seu estudo com idosos, detectou uma geografia reflexiva na qual as pessoas projetam no lugar cenas de seu passado vivido. De acordo com Rowles, quando atingimos certa idade e já não nos ocupamos tanto com o trabalho ocorre um certo relaxamento do pragmatismo imediatista e a memória, principalmente a memória íntima que envolve os afetos mais profundos, passa a ter um peso maior em nossos pensamentos. A partir de uma entrevista com uma senhora, moradora de um bairro pobre, nos Estados Unidos, Rowles observou: "o lugar em que ela de fato habitava era mais do que o cenário fisicamente deteriorante que eu podia observar, era uma série de lugares através do tempo" (ROWLES, 1980, p 61). Rowles, também destacou a capacidade que esses idosos tinham de transpor-se para outros lugares sempre que falavam dos filhos que se mudaram para outras cidades, trazendo imaginariamente para o seu lugar os lugares vividos por seus entes queridos. A esse fenômeno Rowles chamou de 'fantasias geográficas reflexivas'. Assim, através do caráter especular da memória os idosos pareciam viajar no tempo e projetar no espaço presente as imagens dos eventos ali vividos em momentos passados ou mesmo cenas de outros lugares também de grande valor afetivo.

Pudemos ver, assim, que a geografia, embora de forma esporádica, não deixou completamente de lado a temática da memória como fenômeno individual. Embora não se encontre obras de maior densidade que casem as obras filosóficas sobre a memória com as temáticas de interesse geográfico, as especulações pontuais produzidas por geógrafos dentro dessa temática atentam para a influência da memória na constituição do imaginário espacial, bem como para as interações de nossos corpos com os lugares e seus objetos, ou para as projeções psíquicas que permitem dar ao espaço aspectos que estão além do visível. Em todos estes aspectos levantados, o caráter especular da memória é capaz de dar conta dos fenômenos envolvidos. Vejamos, agora, até que ponto esse caráter da memória pode servir para explicar as implicações sociais do lugar.

O lugar da filosofia 2: a dimensão coletiva da memória

A abordagem fenomenológica do lugar, como espacialidade da experiência, ultrapassa a dimensão da experiência direta, estritamente individual. Por cima das informações adquiridas no contato direto do indivíduo

com o mundo uma camada social se inscreve complexificando as relações das pessoas com seu espaço. Nessa relação de indivíduos em sociedade a memória ganha outros contornos e oferece uma compreensão estendida do lugar. No lugar, a coexistência entre diferentes permite o fenômeno comunicacional e o compartilhamento da memória. A memória, assim, torna-se não apenas compartilhável, mas também um objeto de disputa e de construção de hegemonia.

Na fenomenologia, Heidegger dá grande ênfase a ideia de lugar como espaço de copresença. É no lugar onde encontramos o outro e sua constituição própria, capaz de interagir conosco comunicando suas próprias experiências. Heidegger (2012) entende que o outro é sempre um espelho de nós mesmos. "A relação ontológica com os outros torna-se, pois, projeção do próprio ser para si mesmo 'num outro'" (HEIDEGGER, 2012, p. 181). Heidegger compreende que dentro do quadro do pensamento existencial, no qual o ser-no-mundo se torna visível e transparente, "está sempre presente a compreensão do ser que não está apenas relacionada com o Dasein, mas também com todos os seres que são encontrados pelo ser-no-mundo" (HEIDEGGER, 1988, p. 280).

Aqui é importante reparar que isso que Heidegger chama de 'projeção' casa-se perfeitamente com aquilo que Bergson compreende como processos de virtualizações e atualizações operados pela dupla percepção/memória. A imagem que fazemos de nós mesmos é uma referência virtual que projetamos no outro.

Em sentido similar, Merleau-Ponty compreende que a presença do outro dentro de meu campo de visão faz com que eu pense que também sou visível ao outro e, assim, leva-me a pensar em mim mesmo. Como o outro é feito da mesma substância que eu, transponho para ele minhas próprias experiências, a partir das quais o concebo. Contudo, para Merleau-Ponty (2009) não é só o outro que é compreendido a partir de uma projeção de nós mesmos, mas é também a partir do outro que pensamos em nossa própria condição individual. Em outras palavras, Merleau-Ponty entende os fenômenos psicológicos de introjeção e projeção especular como o modo pelo qual compreendemos o outro e a nós mesmos simultaneamente: "a intervenção do espectador estranho não deixa intacta minha relação com as coisas" (...), pois "põe em causa o direito que eu me arrogava de pensar-[as] por todos" (MERLEAU-PONTY, 2009, p. 64). Segundo Merleau-Ponty, para que o outro seja verdadeiramente outro, "é necessário e suficiente que tenha o poder de descentrar-me, opor sua centração à minha" (MERLEAU-PONTY, 2009, p. 85). Desse modo, apesar de compreender que cada um habita um mundo privado e concebe as coisas sob seu ponto de vista pessoal, Merleau-Ponty considera que nossa 'situação' (num lugar) e nosso corpo são veículos "de uma relação com o ser, na qual terceiros podem intervir" (MERLEAU-PONTY, 2009, p. 68).

Dessa maneira, podemos dizer que a partir da comunicação nossa compreensão do mundo é ampliada, saindo do campo exclusivamente perceptivo e passando a um campo misto, onde percepções e memórias do corpo e da mente se misturam às situações apreendidas por terceiros. Aqui, cabe pensarmos como a comunicação e o fenômeno linguístico são também, em grande parte, tributários da memória. Voltando a Bergson (2010), verificamos que a lembrança-imagem, diferentemente da memória-hábito, mais corpórea, é já uma representação. É, assim, o pré-requisito do pensamento e passível de ser comunicada através do artifício da linguagem.

Ao abordar o nascimento da representação na criança, Jean Piaget (1990) detectou dois mecanismos psíquicos que têm como base o aparato sensorio-motor e cujos desenvolvimentos desencadeiam na produção dos símbolos e da linguagem: a assimilação e a combinação. O primeiro mecanismo consistiria na apreensão de informações externas resultando na capacidade de reconhecimento e de imitação. Já o segundo mecanismo seria responsável por estabelecer relações entre uma nova informação assimilada e todas as outras informações anteriores. Podemos dizer que o processo de assimilação consistiria no par percepção e memória e a possibilidade de combinar consistiria no próprio princípio inteligente capaz produzir generalizações e reduzir um número infinito de informações a um número reduzido de categorias analíticas.

Nessa linha, concordamos com a compreensão de Susan Langer (2004) de que os processos de percepção e simbolização constituem a chave para a interpretação da cultura, mas acrescentamos que a simbolização estaria profundamente atrelada à memória, uma vez que depende das representações oriundas da lembrança-imagem.

A compreensão de que a memória é elemento fundamental para a produção do fenômeno linguístico e simbólico também pode ser apreendida da teorização lógica de Charles S. Peirce. Esse filósofo norte-americano, em sua abordagem semiótica, defende que todo signo é formado por uma tríade signo-objeto-interpretante. Cada um de nós armazena um repertório amplo de signos: ao examinarmos um objeto externo o que vemos primeiramente é o signo que temos interiorizado. Contudo as diferenças, sempre existentes, entre o objeto externo e o signo produzem na mente do sujeito um terceiro elemento dialético, o interpretante. Esse interpretante, numa próxima abordagem do objeto, toma o lugar do signo, servindo de base para novas interpretações. Aqui, a relação entre percepção e memória ganha aspectos que nos possibilitam pensar a formação simbólica e do próprio fenômeno linguístico (PEIRCE, 2005).

Se por um lado a representação e a linguagem são estruturas do pensamento que tem por base a memória,

a partir delas podemos compartilhar memórias e tornar comuns nossos mundos interiores. Ao abordar as reminiscências, Casey (2000) observa que o somatório das narrativas individuais sobre um dado evento acaba por constituir uma memória coletiva e ampliada de um evento. Deste modo, os indivíduos que estavam presentes num dado lugar, mas em posições diferentes, durante um evento rememorado buscam encaixar a versão contada pelo outro dentro de seu próprio quadro de memórias. Sobre essas situações, Paul Riccoeur (2006) comenta que a coletividade acaba por institucionalizar uma certa visão sobre os fatos e que, dentro deste quadro de memórias, muitas vezes os indivíduos, membros da coletividade, acabam por ativar um processo de esquecimento, na tentativa de encaixar suas próprias memórias nas memórias do grupo, tornando-as plausíveis para a coletividade.

Nesse sentido, uma memória coletiva é formada como memória ampliada de um acontecimento, de forma que certas situações vividas por poucos indivíduos são incorporadas à memória da coletividade. Assim, não se faz necessário que os indivíduos que recontam a memória tenham presenciado todos os detalhes, ou mesmo um detalhe qualquer, de um dado evento para que se lembrem e o narrem com detalhes. Basta conhecer narrativa do grupo.

Aqui, torna-se fundamental compreender a importância dos processos imaginativos. Ao ouvir a narração da versão alheia de uma história, somos colocados a 'vivenciar' imaginariamente seus pontos de vista. Ao fazer isso, seguindo o pensamento de Merleau-Ponty, buscamos em nós mesmos as memórias capazes de dar as 'cores' aos atos narrados. Dessa forma, entronizamos as memórias dos outros e como consequência existencial, concebemos um espaço e uma história ampliados, que vão além do campo presencial conhecido pelos movimentos de nosso próprio corpo.

O autor mais importante e radical no que se refere a uma compreensão do funcionamento da memória como fenômeno coletivo foi o sociólogo Maurice Halbwachs. Seu trabalho sobre os quadros sociais da memória, apesar de criticado em diversos aspectos, foi um divisor de águas no que se refere a uma compreensão da memória como fenômeno coletivo. Para Halbwachs (1992), o que faz uma série de memórias aparecer para um indivíduo é o fato de estas pertencerem a um conjunto de pensamentos comuns ao grupo ao qual esse mesmo indivíduo se filia. Resgatar tais memórias requer que nos coloquemos na perspectiva desse grupo, "que adotemos seus interesses e sigamos a inclinação de suas reflexões" (HALBWACHS, 1992, p. 52). Halbwachs defende que só atentamos para detalhes individuais que contradizem a memória do grupo, quando já não pertencemos mais àquele grupo; quando passamos de um grupo para ou-

tro. Nesse sentido, Halbwachs (1992) também valoriza a memória individual, uma vez que é a partir do indivíduo que as memórias se manifestam. Contudo, o sociólogo considera que nossas memórias são evocadas através de nosso estar junto com outros e do sentimento de pertencimento ao grupo, que pode ser familiar, étnico, religioso ou de classe social, etc. Assim, cada grupo, cada filiação identitária, possui seu próprio quadro de memórias.

A compreensão da memória como fenômeno coletivo complexifica a leitura do que chamamos aqui de caráter especular. Pensando o lugar como um espaço de coexistências e de comunicação social a memória encarada como um espelho interior, que 'armazena' imagens do mundo externo, é ofuscada pela combinação das projeções oriundas desse mesmo espelho e dos espelhos interiores dos outros, armazenadas na 'nuvem de dados' formada pela interatividade entre os indivíduos em sociedade.

A partir da compreensão do lugar como espaço de coexistência e da memória como fenômeno coletivo é que podemos pensar numa complexificação da conceitualização fenomenológica do lugar. Esta complexificação nos permite pensar o lugar como modalidade do pensamento geográfico que escapa a uma geografia humana solipsista tornando-se elemento fundamental da cultura propriamente espacial.

Da casa à Nação: a dimensão coletiva da memória e a multiescalaridade do lugar

O lugar como um espaço de coexistência de indivíduos percipientes e comunicantes permite o compartilhamento de memórias e amplia para cada indivíduo o espaço e os eventos conhecidos. Nesses sentidos, Tuan (2008) compreende que o indivíduo concebe, para além do lugar como espaço percebido, um lugar ampliado, abstrato, como um espaço de pertencimento do coletivo do qual o indivíduo faz parte.

Através do contexto relacional oferecido pelo espaço a geógrafa Doreen Massey (2012) observa que, através dos contatos com seu grupo social, o indivíduo agrega a seu espaço de memórias esferas maiores do mundo, que vão além da casa e dos lugares diretamente vividos. A geógrafa destaca, portanto, que o lugar é onde somos "jogados juntos (...) num desafio inevitável de negociar o aqui e agora" (MASSEY, 2012, p. 141). Essa coimplicação de vidas, por sua vez, comporia não apenas o lugar numa escala ampliada, como defende Tuan, mas a própria ideia abstrata de espaço.

Assim, a partir das introyeções e projeções oriundas dos processos de percepção e memória toda a cultura se entrelaça e o mundo conhecido se amplia. Uma das

manifestações desse fenômeno é a difusão da ideia de um solo familiar. A ideia de nação como mãe-pátria, associando o solo político-territorial de nascimento à imagem da mãe, é uma forma de manifestação de uma dimensão ampliada do lugar. Em inglês a expressão *homeland* representa muito bem essa expansão da ideia de lugar, para além do domínio da percepção corporal (BLUNT e DOWLING, 2006).

Morley e Robins (2008) destacam que na era da comunicação nossos 'bancos de memória' são ampliados, incorporando os materiais fornecidos pelas indústrias do cinema e da televisão. Como consequência do frenesi de imagens e informações globalizantes, os autores observam que um grupo grande de pessoas se apegam com força a sua identidade pátria como um elo de ligação entre uma coletividade que se organiza por suas memórias comuns quanto ao solo pátrio. O termo *heimat* (terra-mãe), que coloca o lugar de nascimento como o centro do mundo, teria uma base menos centrada num território do que numa 'memória de origem', e envolve a noção de um retorno impossível às raízes.

Nesse mesmo sentido, Tim Cresswell (2010) argumenta que o Estado-nação "combina a abstração do espaço com as emoções profundas do lugar" (p. 99). Cresswell explica que os teóricos da nação sugerem que isso se dá porque a criação desta envolve a criação de 'comunidades imaginadas', onde pessoas com nada em comum acreditam estar conectadas através da ideia de nação como lugar.

De acordo com Pierre Nora (1989), o processo de disseminação da ideia de Estado-nação como pátria – tornando comum uma realidade político territorial abstrata aos diversos e heterogêneos grupos que coexistem num mesmo território – se dá de forma institucional, por meio da criação de 'lugares da memória' (*lieux de mémoire*). Tais lugares comporiam uma forma moderna de difusão da memória. Através da difusão de lugares institucionais como escolas, arquivos, livros, monumentos, cortejos, bandeiras, hino nacional etc. uma memória institucional da nação é contada como aquilo que une os corpos que habitam o território a uma história comum. Desse modo, os 'meios da memória' (*milieux de mémoire*), que constituiriam a memória social endógena das coletividades pré-modernas, muito baseadas num tempo cíclico do calendário agrícola/religioso, é substituído pela história linear e evolutiva da nação.

Tuan, nesse sentido, diz o seguinte:

O sentimento que uma vez uniu os povos a suas vilas, cidades ou regiões teve que ser transferido a uma unidade política mais ampla. O estado-nação, e não qualquer de suas partes, deveria obter visibilidade máxima. Como isso poderia ser feito? Um método era e é tornar o Estado um objeto de culto religioso (TUAN, 2008, p. 177).

O instituto do patrimônio histórico cultural ou natural são outras modalidades de lugares da memória criados com a intenção de perpetuar paisagens características do lugar ou da nação, forjando assim diferentes lugares de culto e visitação que passam a identificar o país ou região. A criação desses lugares da memória, no entanto, não ocorre sem contestação. Diversos grupos de interesses disputam a construção simbólica do lugar.

A memória, portanto, ultrapassa a percepção individual e ganha uma expressão coletiva, tornando-se objeto de disputas políticas. Essas disputas envolvem a produção do espaço com vistas a consolidar no imaginário popular uma hegemonia e dar à nação uma narrativa coerente que explique sua origem e projete seu destino. Nesse contexto, certas narrativas ganham visibilidade nas próprias formas simbólicas do espaço, enquanto outras encontram dificuldade em se difundir e acabam caindo no esquecimento.

Através dos lugares da memória descritos por Nora (1989), busca-se apontar os holofotes para uma versão institucional única da memória coletiva, impondo à população um esquecimento de suas memórias pessoais. As disputas contra-hegemônicas, por sua vez, também colaboram nesse processo, uma vez que as memórias institucionalizadas dos grupos contestantes se impõem sobre as memórias individuais de seus membros. Assim, a busca por criar-se uma memória institucional acaba por criar uma topologia simbólica, um *semiotopos*, que se impõe aos *mnemotopos* individuais de cada um. Caberia a cada indivíduo absorver a memória institucional apresentada nos mais diversos arquivos e substituir suas próprias memórias pela do grupo a que se filia.

Os cenários da memória

Em face dos lugares institucionais da memória e de toda a disputa por definir uma memória oficial que forge um sentido histórico e linear de nação é importante pensarmos o que é feito da memória pessoal e que papel é desempenhado pelos diversos grupos e seus lugares na construção cotidiana de suas identidades e em sua autoafirmação como sujeitos em uma sociedade multiescalar.

Aqui vale destacar o trabalho de Entrikin (1991) que ressalta a importância do recurso à narração e da compreensão da teatralidade da vida diária como formas de dar conta dos aspectos subjetivos do lugar sem deixar de lado o distanciamento necessário para a produção científica, fato bastante comum aos estudos de natureza fenomenológica.

É nesse sentido que o conceito de 'cenário' será aqui trabalhado. Recorre-se a este conceito por sua capacidade de destacar os aspectos característicos da teatralidade dos lugares. Em adição, este conceito

permite salientar a importância do caráter especular da memória, conforme veremos adiante. Este termo, como pudemos ver, foi citado quando revisitamos ou autores que lidam propriamente com a memória individual atrelada ao lugar. Assim, tanto Bachelard quanto Casey, recorrem a termos como 'cenários', 'cenas', 'mise-en-scène', para se referir a uma topologia própria da memória (mnemotopos) que opera como um espelho afetivo-narrativo dos lugares vividos.

O termo cenário tem origem no teatro e deriva de cenografia. Na Grécia antiga, o termo *skéne* (a cena) nomeava a parede, ou pano, que separava o espaço destinado à representação teatral dos bastidores. A *skenographie* (a cenografia) surge com a decoração da *skéne*, com vistas a criar um complemento contextual à encenação (SILVA, 2006). O termo cenário deriva do latim *scaenarium*, que correspondia ao 'lugar da cena, do teatro', ou seja, ao "espaço da encenação" (GOMES, 2008, p. 198). Podemos observar, portanto, que, desde sua origem, o termo cenário se refere a uma espacialidade imagética que sintetiza uma situação que contextualiza lugar, tempo e temática, como forma de embasar a ação que se quer apresentar.

Destaco aqui quatro autores das ciências humanas que fizeram uso do termo cenário como elemento fundamental para compreender as relações entre comportamento espacial e lugar. O primeiro deles é o sociólogo Irving Goffman. Goffman (2002) baseia seu trabalho na ideia de que os indivíduos, a partir do fenômeno da coexistência dos diferentes num mesmo lugar, não apenas fazem um julgamento da ação alheia com base em suas próprias observações, como também, sabendo que são observados pelos demais representam um papel e transmitem a imagem de como gostariam de serem vistos. Goffman recorda que o termo 'persona' originalmente significa máscara, deixando claro que os indivíduos em sociedade se tornam pessoas, ou seja, vestem a máscara de um personagem. Mas Goffman destaca que essa representação do 'eu' varia, entre outros fatores, conforme o cenário, ou seja, conforme o lugar morfológico e simbólico que ambienta a ação. Conforme sua compreensão esses cenários possuem localização e morfologia preferencialmente fixas e haveria uma relação entre o ambiente e o comportamento. Dessa maneira, os modos de autorrepresentação variam de lugar a lugar.

Na esteira de Goffman, os geógrafos Thiago Silva (2006) e Paulo Gomes (2008) valorizam os aspectos simbólicos e textuais que se pode extrair de um cenário, tomado como localidade física, de modo a compor uma cena que ambienta o discurso político. Silva (2006) define os cenários como um sistema de significados. Nesse sentido, Silva vislumbra duas dimensões do cenário: uma material e uma simbólica. A material seria constituída pelas formas que envolvem a cena, enquanto

a simbólica seria formada pelos valores adicionados às formas pela própria prática social. Assim, os políticos em seus comícios públicos se utilizam da simbologia contextual atribuída pelo cenário que escolhem para discursar como elementos que emprestam significado a suas falas.

Paulo Gomes (2008), em consonância, também trabalha dentro do domínio de uma semiologia espacial, uma vez que considera que "uma análise geográfica deve preservar como prioridade a observação da relação que, porventura, exista nos fenômenos entre a localização e as significações" (p. 188). O que Gomes busca enfatizar em seu trabalho é o caráter da visibilidade do que é público, donde observa que os fenômenos que caracterizam essa dimensão pública constroem-se como uma cena. Gomes (2008), assim como Goffman, estuda os espaços públicos como 'cenários' e demonstra profundo interesse pela compreensão dos espaços e dos comportamentos a eles associados.

O projeto de Gomes (2008) constitui-se, portanto, em "a partir da palavra cenário reconectar a dimensão física às ações, ou, em outras palavras, (...) associar os arranjos espaciais aos comportamentos e, a partir daí, poder interpretar suas possíveis significações" (p. 200). O conceito de cenário serviria, desse modo, como "instrumento para desvendar o conjunto das figurações espaciais" e sua relações com a própria estrutura da narrativa (p. 204). Gomes buscou mostrar como a cada lugar corresponde um tipo ou conjunto de ações, e isso está atrelado a um sistema que une objetos, ou formas espaciais, e a um sistema de valores ou significações.

Assim, casando as teorizações de Goffman (2002), Silva (2006) e Gomes (2008) com a argumentação aqui desenvolvida sobre o caráter especular da memória, podemos dizer que a partir da memória habitual os diferentes lugares, percebidos em sua morfologia, são diretamente associados aos movimentos que neles se desenvolvem. Desse modo, ao visitar um lugar que apresenta certa morfologia que se reconhece como de uma modalidade específica de lugares, devido a nossa habitualidade sensório-motora, este lugar passa a ser visto como um cenário pregnante dos movimentos esperados. Da mesma maneira, ao se visualizar a fachada de uma igreja convencional reconhece-se aquela morfologia como a de uma igreja onde se espera encontrar certos objetos, mas também certos tipos de pessoas, utilizando certas vestimentas e realizando certos tipos de ações. Deste mesmo modo, se encontramos neste cenário uma pessoa que não faz parte da cena esperada esta pessoa é rapidamente detectada como um elemento estranho, fora de lugar (CRESSWELL, 2010).

Contudo, para além da mera habitualidade sensório-motora, uma teia de significações envolve os cenários. É por esta via que compreendemos que a cena esperada

de um cenário não se liga apenas a percepção individual, mas é principalmente fruto de uma construção coletiva. Assim, não apenas esperamos encontrar em certo lugar certos movimentos sendo desempenhados por certo tipo de personagens, como também nos comportamos conforme a cena esperada. Representamos um papel e nos enquadrados numa cena institucionalizada.

O termo cenário é também utilizado de forma bastante interessante pela antropóloga Diana Taylor. Taylor procura, a partir do conceito de cenário, compreender o funcionamento das performances teatrais que são encenadas nos espaços públicos sem estarem fisicamente contextualizadas pela morfologia local. Portanto, ela se dedica a compreender os cenários como uma virtualidade inerente às performances corporais e que operam como mecanismo fundamental de disseminação da memória. Busca, num movimento oposto ao de Gomes, associar aos comportamentos, arranjos espaciais não necessariamente morfológicos, mas principalmente contextuais.

Taylor (2003) explica que as formas de expressão corporal compõem um repertório transmissor de conhecimento, memória e identidade. Compreende, portanto, que o repertório corporal, em oposição ao arquivo, funciona como uma instância cultural que opera paralelamente à comunicação escrita ou discursiva. Assim, se a produção discursiva tem o arquivo como base, onde a dialética do tempo se dá na forma do texto passado, que se impõe à interpretação dos fatos presentes, a expressão corporalizada, por sua vez, possui um repertório, o qual armazena a memória passada que se atualiza a cada nova situação. Ao defender essa diferenciação entre arquivo e repertório, Taylor (2003) contesta o modo como Nora difere os *lieux du memoire* dos *melieux du memoire* separando-os em um antes e um depois. Para Taylor, o fato de haverem memórias institucionais, impostas de cima para baixo, que disputam os corações e mentes das pessoas não significa que a memória propriamente orgânica, de baixo para cima, deixe de existir. Assim, embora abundem os 'arquivos' que transmitem a memória institucional, os diferentes corpos, a partir de seus movimentos e expressões, também transmitem um vasto 'repertório' de memórias.

Para Taylor (2003), o modo de comunicação das performances não se baseia em textos ou narrativas, mas compõe o que chama de 'cenários'. Os cenários seriam "paradigmas de criação de sentidos que estruturam os ambientes, comportamentos e potenciais respostas sociais" (TAYLOR, 2003, p. 28). De tal modo, Taylor (2003) compreende os cenários como uma espacialidade que se projeta imaginariamente a partir da observação da performance. Isto é, ainda que esta ocorra fora de um ambiente habitual, o mesmo está virtualmente presente

na performance. Esse cenário referido indiretamente não é uma materialização morfológica do lugar de onde a performance se origina, mas uma materialização afetivo-emocional e corpórea da cena, podendo inclusive remeter a uma leitura textual-descritiva da mesma. Deste modo, Taylor compreende que "o cenário torna visível, mais uma vez, o que já está lá, os fantasmas, imagens, os estereótipos" (TAYLOR, 2003, p. 28). Podemos compreender uma performance e nos relacionar afetivamente com ela, na medida em que reconhecemos os espaços nela indiretamente referidos, com base na projeção especular de nossa própria memória.

Isso quer dizer que os corpos não comunicam apenas a experiência diretamente vivida pelo corpo, mas também personificam certos papéis e comunicam uma memória que vem de outros, uma memória social e até mesmo uma memória ancestral.

Adaptando a nossa compreensão das propriedades especulares da memória, que opera de forma múltipla e complexa através de introjeções e projeções, pensamos que o lugar carrega, virtualmente, suas possibilidades de ação, e que as ações trazem, virtualmente, a marca do lugar. O conceito de cenário é fundamental por evidenciar este trabalho especular (de introjeções e projeções, virtualizações e atualizações) da memória. Assim como o cenário de um filme ou de uma peça de teatro somente pode exercer seu papel contextualizante uma vez que opera com elementos iconográficos e sonoros que encontram eco em nossa memória (adquirida diretamente ou por meio das informações sociais, os lugares também funcionam como cenários ao fazerem, para nós, referência a si mesmos ou a outros espaços e a toda uma simbologia que os acompanha porque impregnadas em nossas memórias. Da mesma forma, a *mise-en-scène* desempenhada pelos corpos presentes num lugar também remetem a um cenário, ou lugar. Apenas reconhecemos um cenário no mundo exterior porque primeiramente construímos em nossos corpos e mentes um cenário que espelha, ao nosso modo, o mundo.

Considerações finais

Pudemos ver, ao longo deste artigo, que a memória é fator fundamental para a compreensão do espaço humano. Não fosse a memória, não reteríamos do espaço pontos de ancoragem, ou fixações. As relações ultra imediatistas resultantes não permitiriam termos uma relação afetivo emocional aprofundada com os espaços vividos e não haveriam, assim, lugares, mas apenas localizações nos espaços onde perambulamos. As condições existenciais de habitar, destacadas por Heidegger, só são possíveis porque nos habituamos, nos familiarizamos, nos acostumamos com os lugares. Todas essas

condições são derivações da memória.

Nessa relação entre espaço e memória o corpo constitui um elemento essencial: uma centralidade. É a partir do corpo num lugar que conhecemos o mundo. Assim, tanto a noção de memória-hábito de Bergson (2010), quanto a de corpo costumeiro de Merleau-Ponty ou a de espaço experiencial de Malpas falam dessa relação do corpo com os lugares a partir de suas interações no movimento.

Constituímos, portanto, um espaço interior como um “espelho” do mundo-vivido. Nesses espaços armazenamos nossas memórias. Esse mundo interior opera por um princípio especular em que, com base nos atos de percepção e memorização, introjetamos elementos do mundo exterior, constituindo um tipo de imagem-síntese, virtual, que fica armazenada em nosso corpo de modo latente, pronta para ser atualizada quando houver um estímulo que faça com que projetemos a imagem memorizada, tornando-a atual. Assim, a simples contemplação de uma paisagem pode nos remeter a memórias.

A partir do fenômeno da copresença, propiciada pelos lugares, uma série de sentidos são compartilhados e assim ampliamos o espectro do nosso mundo conhecido. Esses sentidos compartilhados impregnam os lugares e paisagens de significados, tornando-os portadores de memórias não apenas para um indivíduo, mas para toda uma coletividade. Mas além disso, permitem aos indivíduos tomar conhecimento de – e mesmo ter um sentimento de pertencimento com relação a – espaços que vão além dos lugares-vividos presencialmente. A nação aparece, assim, como uma ampliação do lugar. Mas também, o próprio conceito de espaço, mais abstrato, dentro dessa ótica é visto por autores como Massey (2012) e Malpas (1999) como atrelado a experiência humana, surgindo juntamente com o lugar.

Do mesmo modo, se casarmos as conceituações de Goffman (2002), Silva (2006) e Gomes (2008) com a de Taylor (2003) sobre a noção de cenário, compreendemos esse termo como uma espacialidade psíquica relativa à vivência dos eventos, que apesar de intimamente ligada aos atributos visíveis (e também audíveis) encontrados numa cena – seja ligados à morfologia do espaço de realização do evento, seja aos componentes atribuídos aos corpos e objetos, seja nos movimentos corporais e no modo de expressão verbal –, está principalmente ancorada numa topologia interior, mnemônica, que opera como uma potência de atualização, pronta para ser projetada nas cenas que presenciamos nos palcos, filmes ou mesmo, nos espaços vividos. Para quem observa, o evento é uma cena, e, como tal, é memorizado (CASEY, 2000). Por outro lado (na maioria das vezes), ele aciona em nós a projeção de um cenário. O acontecer fático, dentro da esfera do visível, tem uma cenografia própria que gera a memória espacial do evento (cena). Quando andamos pelos espaços públicos, por exemplo, per-

cebemos cenários de grande expressão, porque somos induzidos diretamente pela paisagem local. Contudo, a leitura que fazemos é muitas vezes muito mais do que simplesmente visual: a expressão do visível aciona nosso cabedal de memórias, do qual projetamos os cenários que trazemos internamente. Assim, colocamos nosso corpo e nosso pensamento verbal conectados com esse contexto e sintonizamos nosso horizonte de expectativas e modos de comportamento com o cenário. Mas os cenários são também ativados quando assistimos a performances baseadas exclusivamente no corpo, sem recursos cenográficos, porque associamos aos movimentos do corpo espaço contextual, que tem suas próprias morfologia e simbologia. Sendo virtual e interno a nós, os cenários podem ser acionados tanto por eventos fáticos, quanto por teatralizações e performances artísticas.

Assim, o conceito de cenário, aqui apresentado, funciona como um complemento do conceito de lugar. Se o lugar pode ser conceituado como instância fenomenológica que funda a espacialidade do ser, permitindo sua vivência e sua experiência no tempo, a partir de seu corpo e do encontro de corpos que compartilham e disputam suas visões de mundo e memórias, o cenário permite pensar o mnemotopos, ou seja, os aspectos dos lugares que retemos em nosso interior e que projetamos nos mesmos ou em outros lugares, de forma a nos permitir uma base de comparação para prever os comportamentos alheios, preparar nossos próprios e compreender as diversas encenações, sejam nos palcos, telas ou na vida cotidiana.

O presente texto não esgota a discussão sobre espaço e memória. Há ainda muito a pesquisar e debater sobre essa mútua relação. Contudo, esperamos despertar o interesse de outros pesquisadores para darem sua contribuição a esta linha de pesquisa para que assim possamos produzir uma teorização mais robusta sobre a temática em tela. Em sendo o espaço e o tempo conceitos fenomenologicamente inseparáveis, o aprofundamento desta pesquisa só terá benefícios a trazer para a geografia, uma vez que para esta disciplina o conceito de espaço possui uma centralidade ímpar.

Referências

- ARISTÓTOLES. *Physics, books I-IV*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 242p.
- BERGSON, H. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 291p.
- BLUNT, A. e DOWLING, R. *Home*. Nova Iorque: Routledge, 2006. 304p.
- CASEY, E. *The fate of place*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1997. 488p.
- CASEY, E. *Remembering*. Bloomington: Indiana University Press, 2000. 362p.
- CRESSWELL, T. *Place – a short introduction*. Oxford: Blackwell, 2010. 153p.
- ENTRIKIN, N. *The betweenness of place*. Baltimore: John Hopkins University, 2007. 196p.
- FOUCAULT, M. *Of other spaces: utopias and heterotopias*. In: <http://web.mit.edu/allanmc/www/foulcault1.pdf>, 1984.
- GOFFMAN, I. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2002. 233p.
- GOMES, P. C. Cenários para a Geografia: Sobre a Espacialidade das Imagens e suas Significações. In: CORRÊA, R. e ROSENDAHL, Z. *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. pp. 187-210.
- HALBWACHS, M. *On collective memory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. 244p.
- HEIDEGGER, M. *The basic problems of phenomenology*. Bloomington: Indiana University Press, 1988. 394p.
- HEIDEGGER, M. *O ser e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 2012. 598p.
- LANGER, S. *Filosofia em Nova Chave*. 2004. 301p.
- LEIBNIZ, G. *Princípios da filosofia ou a monadologia*. Tradução livre de Fernando Gallas, <<http://www.leibnizbrasil.pro.br>>, 2007. Acessado em 18/02/2017.
- LOWENTHAL, D. Geography, experience, and imagination: towards a geographical epistemology. In: *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 51, Nº 3 (Set. 1961), 1961. pp. 241-260.
- MALPAS, J. *Place and experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 228p.
- MASSEY, D. *For space*. Londres: Sage, 2012. 222p.
- MERLEAU-PONTY, M. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2009. 271p.
- MORLEY, D, e ROBINS, K. "No place like Heimat: images of home(land). In: OAKES, T. e PRICE, P. *The cultural geography reader*. Londres: Routledge, 2008. p. 296-303.
- NORA, P. Between memory and history: les lieux de mémoire. In: *Representations* nº. 26. Berkeley: University of California Press, 1989. pp. 7-24.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2005. 337p.
- PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: LTC, 1990. 370p.
- RICCOEUR, P. *Memory, History, Forgetting*. Chicago: University of Chicago, 2006. 642p.
- ROWLES, G. Towards a geography of growing old. In: BUTTIMER, A. e SEAMON, D. *The human experience of space and place*. Londres: Croom Helm London, 1980. pp. 55-72.
- SEAMON, D. Body-Subject, Time-Space routines, and Place-Ballets. In: BUTTIMER, A. e SEAMON, D. *The human experience of space and place*. Londres: Croom Helm London, 1980. pp. 148-165.
- SILVA, T. Cenários, manifestações, discursos: o papel da paisagem na construção do discurso político. In: *Revista Discente Expressões Geográficas*. www.cfh.ufsc.br/~expgeograficas, 2006.
- TAYLOR, D. *The archive and the repertoire*. Durham: Duke University Press, 2003. 326p.
- TUAN, Y. *Space and place*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008. 235p.
- WHITEHEAD, A. *Science and the modern world*. Nova Iorque: The Free Press, 2010.

SOLOS FRÁGEIS DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ

Gustavo Souza Valladares*
Universidade Federal do Piauí

Cláudia Maria Sabóia de Aquino**
Universidade Federal do Piauí

Renê Pedro de Aquino***
Universidade Estadual do Piauí

Raphael Moreira Beirigo****
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: O Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC) tem alguns dos sítios arqueológicos mais importantes das Américas. A área onde os solos foram amostrados corresponde ao Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC) e uma área tampão de 10km no entorno de seus limites oficiais, no sudeste do Piauí. Para a elaboração do presente trabalho foram selecionados solos considerados frágeis, devido ao alto risco de degradação por erosão, formados de diferentes materiais geológicos representativos do PNSC. Todos os solos estudados são pouco evoluídos, com desenvolvimento pedogenético ainda incipiente, e enquadram-se nas ordens dos Neossolos ou Cambissolos. O bioma representativo da área de estudo é a caatinga, que pela vegetação com pouca biomassa e características decíduas confere pouca cobertura aos solos, aumentando a susceptibilidade dos mesmos à erosão. Foram coletados sete perfis de solos, em diferentes posições na paisagem e formados de materiais de origem. As amostras foram secas ao ar e analisados atributos químicos e granulométricos. Os solos estudados apresentam grandes variações em seus atributos morfológicos, químicos e granulométricos, reflexo dos diferentes materiais de origem. A fragilidade em quase todos os perfis é reflexo da incipiência dos solos, representada pelo baixo grau de agregação e coesão entre as partículas, pequena profundidade e o fator de formação relevo induz na maior erosão de cinco dos sete perfis estudados. Os solos frágeis do PNSC necessitam de cuidados especiais quanto ao manejo, pois alguns deles, principalmente os originários de rochas pelíticas da Formação Pimenteiras, encontram-se em forte processo de degradação, em muitas áreas com as rochas expostas.

Palavras-chave: Conservação do solo. Classificação de solos. Degradação ambiental. Semiárido tropical.

FRAGILE SOILS OF SERRA DA CAPIVARA NATIONAL PARK, PIAUÍ

Abstract: The Serra da Capivara National Park (PNSC) are some of the most important archaeological sites in the Americas. The area where the soils were sampled corresponds to the PNSC and a buffer area of 10km around of its official limits in southeastern of Piauí. For this work were considered fragile soils, due to the high risk of degradation by erosion, formed in different geological materials representative of PNSC. All soils are poorly evolved, with pedogenic development incipient fall in orders of Entisols or Inceptisols. The representative of the study area biome is the caatinga, which vegetation with little biomass and deciduous characteristics, gives little coverage to the soil, increasing susceptibility to erosion. Seven soil profiles were collected at different positions and mother rocks. The soils were classified according to the Brazilian System of Soil Classification (SiBCS). The samples were air dried and analyzed the chemical attributes and texture. The soils vary widely in their morphological and grain size, reflecting the different source material attributes. The weakness in nearly all profiles reflects the incipient soil, represented by a low degree of aggregation and cohesion between the particles of soil and small depth of relief factor induces the formation of further erosion profiles 5 of the 7 studied. Fragile soils of PNSC require special care in the mangement, because some soils, especially those originating from pelitic rocks by Pimenteiras Formation, are in strong degradation process in many areas with exposed rocks.

Keywords: Soil conservation. Soil classification. Environmental degradation. Tropical semiarid.

SUELOS FRÁGILES DEL PARQUE NACIONAL DE LA SIERRA DE CAPIVARA, PIAUÍ

Resumen: El Parque Nacional de la Sierra de Capivara (PNSC) tiene algunos de los sitios arqueológicos más importantes de las Américas. El área donde los suelos fueron muestreados corresponde al PNSC y un área tampón de 10km en el entorno de sus límites oficiales, en el sureste del Piauí. Para la elaboración del presente trabajo se seleccionaron suelos considerados frágiles, debido al alto riesgo de degradación por erosión, formados de diferentes materiales geológicos representativos del PNSC. Todos los suelos estudiados son poco evolucionados, con desarrollo pedogenético aún incipiente, y se encuadran en las órdenes de los Neossolos o Cambissolos (en portugués). El bioma representativo del área de estudio es la caatinga, que por la vegetación con poca biomasa y características decíduas, confiere poca cobertura a los suelos, aumentando la susceptibilidad de los mismos a la erosión. Se recogieron muestras de siete perfiles de suelos, en diferentes posiciones en el paisaje y formados de materiales geológicos distintos. Las muestras fueron secas al aire y analizados los atributos químicos y granulométricos. Los suelos estudiados presentan grandes variaciones en sus atributos morfológicos, químicos y granulométricos, reflejo de los diferentes materiales de origen. La fragilidad en casi todos los perfiles es reflejo de la incipiencia de los suelos, representada por el bajo grado de agregación y cohesión entre las partículas, pequeña profundidad y el factor de formación relieve induce en la mayor erosión de cinco de los siete perfiles estudiados. Los suelos frágiles del PNSC necesitan cuidados especiales en cuanto al manejo, pues algunos de ellos, principalmente los originarios de rocas pelíticas de la Formación Pimenteiras, se encuentran en fuerte proceso de degradación, en muchas áreas con las rocas expuestas.

Palabras clave: Conservación del suelo. Clasificación de suelos. Degradação ambiental. Semiárido tropical.

*Doutor em Ciência do Solo, professor associado e coordenador do curso Geografia do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, s/n – Ininga, Teresina/PI, 64049-550. E-mail: valladares@ufpi.edu.br

**Doutora em Geografia, professora adjunta do Departamento de Geografia e História do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, s/n – Ininga, Teresina/PI, 64049-550. E-mail: cmsaboia@gmail.com

***Mestre em Geografia, professor assistente da UESPI. UESPI – Campus Clóvis Moura, Rua Desembargador Berilo Mota, s/n - Dirceu Arcoverde I, Teresina/PI, 64078-213. E-mail: rene.uespi@hotmail.com

****Doutor em Ciências – Solos e Nutrição de Plantas, professor adjunto do Departamento de Solos e Engenharia Rural do Centro de Ciências Agrárias da UFPB, Campus II, Rodovia PB 079 km 12 s/n – Universitário, Areia/PB, 58397-000. E-mail: rmbeirigo@yahoo.com.br

Introdução

Com a necessidade de preservação dos recursos naturais disponíveis (solo, recursos hídricos, fauna, flora) foram instituídas as Unidades de Conservação (UCs). Nesse contexto, foi criado em 1979 no estado do Piauí o Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC), que ocupa uma área aproximada de 130 mil hectares, inserido no bioma caatinga.

Os Parques Nacionais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Segundo Milano (2000), as UCs vêm sendo alvo de vários tipos de pressão por parte das comunidades de entorno, traduzidas na forma de invasões, desmatamentos, extração de produtos, caça e pesca predatória e ainda a expansão de atividades agrícolas, que comprometem a conservação dos recursos naturais. Essa constatação exige que os estudos a serem realizados nas UCs contemplem a área circunvizinha chamada de zona de entorno, a exemplo do presente trabalho, que também inclui solos frágeis do entorno do PNSC – Piauí.

A taxa de erosão do solo é mais influenciada pela declividade do terreno, precipitação, tipo de cobertura, manejo e uso do solo, do que pelos atributos do solo (WISEHMEIER; SMITH, 1978). Porém alguns solos apresentam maiores taxas de erosão do que outros, mesmo quando todos os outros fatores relacionados à erosão são iguais (WISEHMEIER; SMITH, 1978). Essa diferença na susceptibilidade à erosão, devido aos atributos do solo, é definida como erodibilidade do solo (WISEHMEIER; SMITH, 1978; BERTONI; LOMBARDI NETO, 2005).

Uma das principais ameaças ao PNSC é a erosão dos solos no entorno da área do parque. Atividades ligadas à agropecuária que causam a degradação da cobertura vegetal tendem a acelerar o processo de erosão e, conseqüentemente, de desertificação (AQUINO ET AL., 2012).

O presente trabalho objetivou caracterizar atributos químicos e granulométricos de solos frágeis e incipientes do PNSC e seu entorno, originários dos principais materiais de origem, visando fornecer subsídios para a sua conservação.

Material e métodos

O Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC), localizado no sudeste do estado do Piauí (Figura 1), ocupa áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí (entre os paralelos de 08o26'50" e 08o54'23" S e meridianos 42o19'47" e 42o45'51" O), com uma área de 129.953ha (GUERIN ET AL., 2002). O clima é do tipo seco (Bsh), segundo a classificação de Köppen (1948), clima semiárido quente, precipitações irregulares com médias anuais de 650mm e uma evapotranspiração potencial anual da ordem de 1.400mm (BARROS ET AL., 2012). A precipitação concentra-se no mês de outubro e no final de abril, com chuvas, em geral, localizadas e de curta duração. A temperatura média anual é elevada (28°C), com máxima de 45°C e mínima de 12°C (GUERIN ET AL., 2002).

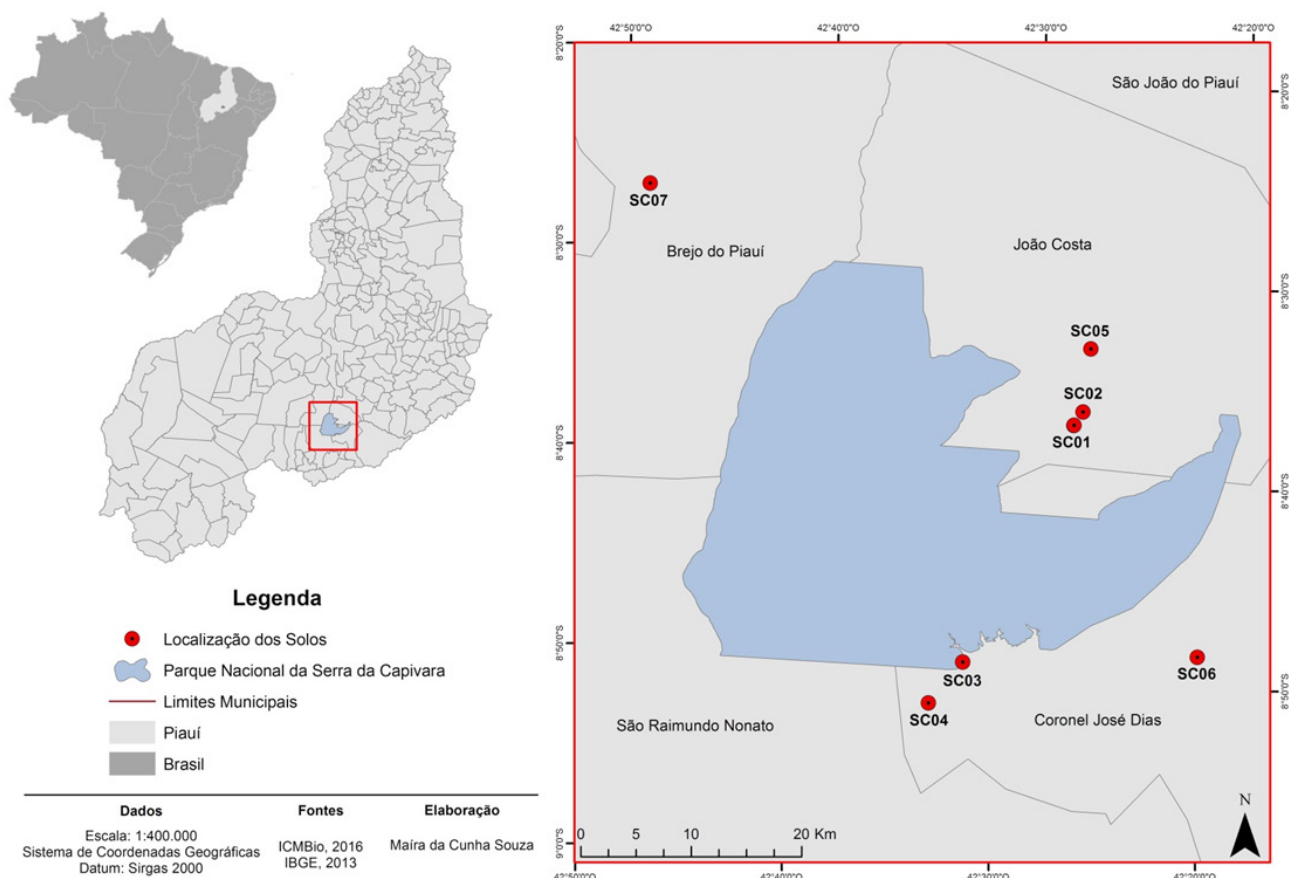
A área do PNSC está inserida na bacia sedimentar do Parnaíba, onde ocorrem rochas do tipo arenitos e conglomerados da Formação Cabeças e Serra Grande, micaxisto e calcários metamorfizados do Grupo Bambuí, Formação Barra Bonita com intrusões de granitos, folhelhos, argilitos e siltitos da Formação Pimenteira e sedimentos coluvialuvionares cenozoicos (BIGARELLA ET AL., 1965; RIODA, ET AL., 2011; BARTORELLI, 2012).

A vegetação na área é de Caatinga, segundo a classificação de Japiassu et al. (1973), e ocorrem as fitofisionomias de Caatinga Arbórea e Caatinga Arbustiva com as variações de densa e aberta, e, segundo IBGE (2012), Savana-Estépica Arborizada e de Savana-Estépica Florestada. As principais classes de solos na área do PNSC são Latossolos, Argissolos, Neossolos Quartzarênicos, Litólicos e Regolíticos (JACOMINE ET AL., 1986a e 1986b).

Foram coletadas 16 amostras de horizontes superficiais e subsuperficiais pertencentes a sete perfis de solos, distribuídos na área de estudo. O critério de amostragem dos solos foi a observação no campo de solos susceptíveis a erosão e representativos dos principais materiais geológicos do PNSC. Os solos foram coletados, descritos e caracterizados analiticamente em laboratório, seguindo as recomendações adotadas pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (EMBRAPA, 1997; SANTOS ET AL., 2005).

A terra fina seca ao ar (TFSA) foi analisada no laboratório da USP/ESALQ e foram caracterizadas, segundo a metodologia da Embrapa (1997), os seguintes atributos químicos e físicos do solo: pH em água, pH em solução de KCl 1N, K⁺, Na⁺, Ca²⁺, Mg²⁺, Al³⁺ trocáveis, acidez potencial (H⁺Al), T (Capacidade de troca catiônica), soma de bases (S), saturação por bases (V%), saturação por alumínio (m%), carbono orgânico (C), Fósforo assimilável (P), areia fina, areia grossa, silte e argila. Os teores de

FIGURA 1 – MAPA DO BRASIL, ESTADO DO PIAUÍ, PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA E LOCALIZAÇÃO DOS SOLOS ESTUDADOS



Fonte: organização dos autores.

cascalhos foram quantificados no laboratório de solos e sedimentos da UFPI. A partir da caracterização dos atributos morfológicos, físicos e químicos os solos foram classificados de acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos – SiBCS (EMBRAPA, 2013).

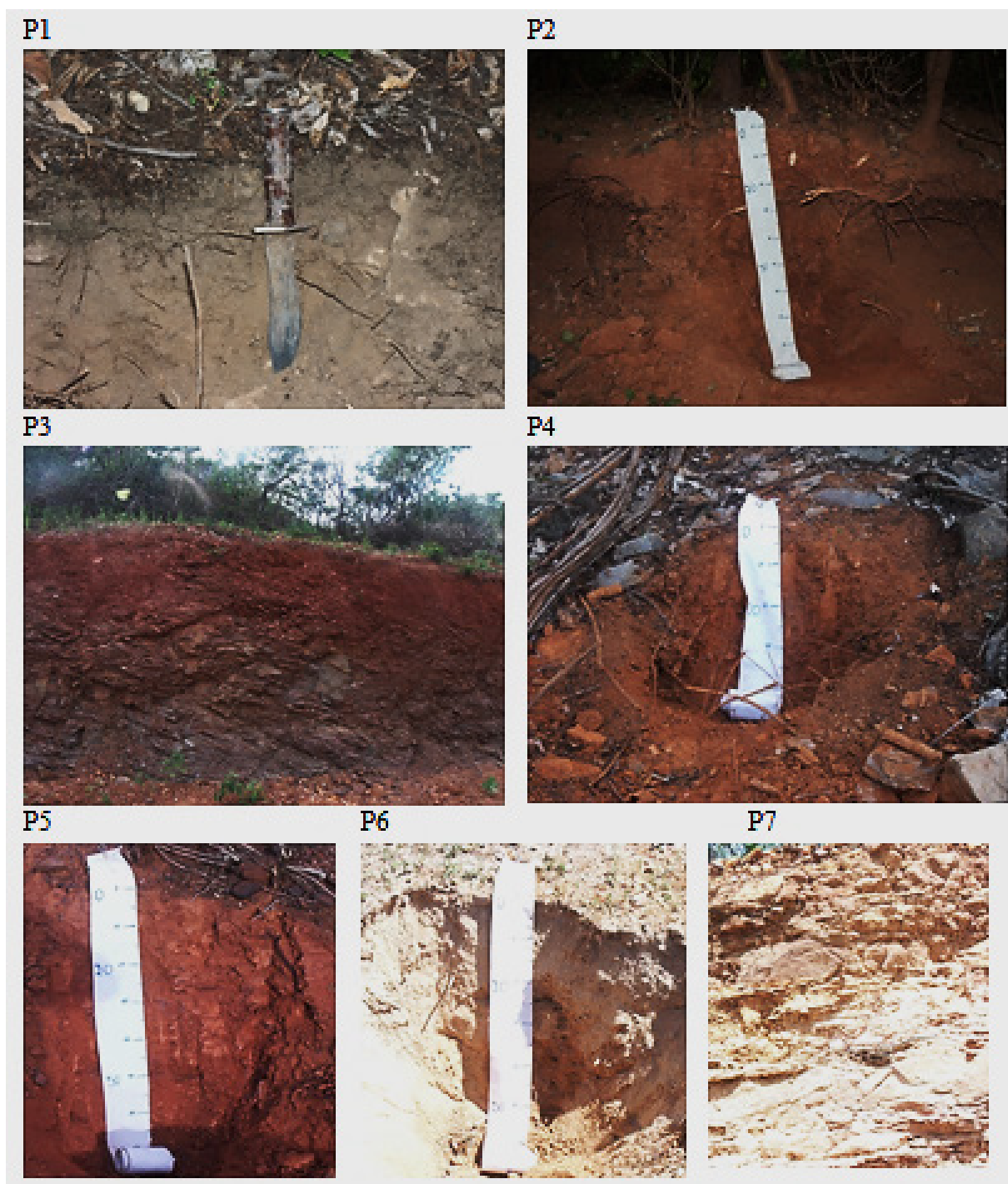
Foram efetuadas análises de correlação de Pearson e interpretação dos dados por meio de diagramas de dispersão. Os coeficientes de correlação tiveram sua significância testada pelo teste t de Student a 5% de probabilidade.

Na análise dos componentes principais (ACP) são calculados os fatores que se referem a informações de todas as variáveis pesquisadas, e cada amostra de solo, que era definida pelas variáveis, pode ser definida pelas novas variáveis (fatores), o que possibilita a utilização como ferramenta no agrupamento de variáveis e possíveis correlações.

Resultados e discussão

Os perfis de solos amostrados e suas características ambientais são mostrados na Figura 2 e no Quadro 1.

FIGURA 2 – PERFIS DE SOLOS COM ALTA FRAGILIDADE DO PNSC E ENTORNO



Fonte: organização dos autores.

Tais solos representam os sistemas pedogenéticos de maior fragilidade do PNSC representativos dos materiais geológicos mais abundantes. Dos sete perfis estudados três são da classe dos Neossolos Litólicos, um Neossolo Regolítico e três Cambissolos de acordo com o SiBCS (EMBRAPA, 2013). Cinco dos solos foram descritos e coletados em encostas, com relevo variando

de ondulado a fortemente ondulado, um foi coletado no fundo de um vale estreito, sujeito a inundações durante eventos com chuvas intensas, e um foi coletado em pediplano dissecado com relevo colinoso e plano a suave ondulado (Quadro 1).

QUADRO 1 – LOCALIZAÇÃO DOS SOLOS ESTUDADOS E CARACTERÍSTICAS DE SEUS RESPECTIVOS

Perfil	Localização/ ambiente	Rochosidade/ pedregosidade	Formação geológica	Erosão
P1-Neossolo Litólico eutrófico típico	780017 W; 9045835 S; 318m. Meia encosta de vales interplanálticos em relevo forte ondulado com cobertura de caatinga arbórea..	Extremamente rochoso e pedregoso.	Arenitos e conglomerados do Grupo Serra Grande.	Laminar forte.
P2-Cambissolo Flúvico eutrófico típico	780028 W; 9045855 S; 310m. Fundo de vale encaixado, ao lado da rede de drenagem, com relevo local suave ondulado e cobertura de capoeira.	Ausente.	Produtos do intemperismo de rochas pelíticas da Formação Pimenteiras.	Laminar forte e em sulcos com 0,6m de profundidade.
P3-Neossolo Litólico eutrófico saprolítico	771471 W; 9023381 S; 406m. Terço inferior de vertente em relevo forte ondulado com cobertura vegetal de caatinga arbustiva arbórea.	Não rochoso e pedregoso.	Micaxistos do Grupo Casa Grande, Formação Barra.	Laminar moderada.
P4-Cambissolo Háptico carbonático lítico	768660 W; 9019411 S; 413m. Patamar em escarpa de maciço calcário, com relevo local ondulado e caatinga arbórea/mata seca.	Extremamente rochoso e extremamente pedregoso.	Calcário metamorfozido do Grupo Bambuí, Formação Barra Bonita.	Laminar forte.
P5-Cambissolo Háptico eutrófico saprolítico	781094 W; 9053009 S; 350m. Terço médio de encosta de talus, com relevo forte ondulado e cobertura e sem cobertura vegetal devido a forte degradação.	Muito rochoso e muito pedregoso.	Rochas pelíticas da Formação Pimenteiras	Laminar forte e muitos sulcos de erosão, com exposição do material de origem.
P6-Neossolo Regolítico distrófico léptico	792263 W; 9025198 S, 344m. Terço superior de colina em pediplano dissecado com relevo plano, com cobertura de caatinga arbustiva aberta e solo exposto.	Não rochoso e pedregoso.	Rochas ácidas do Complexo Sobradinho Remanso.	Laminar moderada.
P7-Neossolo Litólico distrófico saprolítico	741108 W; 9065716 S, 400m. Terço médio de encosta com relevo ondulado, com cobertura de caatinga arbustiva aberta e solo exposto.	Muito rochoso e pedregoso.	Arenito da Formação Cabeças.	Laminar forte.

Fonte: Barros et al., (2012).

O baixo grau de pedogênese dos solos estudados reflete a natureza dos diferentes materiais de origem. O evidente desenvolvimento incipiente de seis dos solos, associado a uma paisagem fortemente dissecada, são os principais fatores responsáveis pela fragilidade dos solos estudados. Em todos os solos com maior grau de erosão foi verificada vegetação esparsa, fator que contribui ainda mais para a degradação ambiental. Somente o perfil P3 originário de micaxisto apresentou uma cobertura vegetal mais densa caracterizada por caatinga arbustiva arbórea. Apesar da pequena profundidade desse perfil, o solo é muito poroso e o substrato saprolítico favorece a infiltração das águas das chuvas, minimizando o escoamento superficial e a erosão. Os índices de intemperismo k_i , k_r , relação silte/argila e a CTC da fração argila não apresentaram correlação significativa entre si, com exceção do k_i e k_r , e não foram bons indicadores do baixo grau de intemperismo ou desenvolvimento dos solos, pois vários dos solos segundo os índices seriam considerados muito intemperizados.

Os atributos morfológicos dos solos do PNSC (Tabela 1) têm estreita relação com os seus respectivos materiais de origem. Os Neossolos Litólicos originários de rochas psamíticas/psefíticas da Formação Serra Grande (P1) e da Formação Cabeças (P7) apresentam cores amareladas e brunadas, com classe textural areia franca ou franco-arenosa, ambas cascalhentas. São solos que ocupam normalmente as encostas das chapadas com relevo variando de ondulado a escarpado, caracterizando grande parte dos *fronts* e reversos das cuestas. O clima semiárido, o relevo acidentado, a pequena profundidade do solo e a textura grosseira indicam que esses solos têm muito baixo potencial de disponibilidade de água para as plantas, refletindo em uma cobertura vegetal escassa, caracterizada por caatinga arbórea aberta no P1 e por caatinga arbustiva aberta com muito solo exposto no P7. Portanto, condições pedoclimáticas secas e em uma paisagem com relevo suave ondulado a escarpado que favorece a morfogênese em vez da pedogênese, refletindo em solos pouco desenvolvidos (TRICARD, 1977; CLEMENTE ET AL., 2009), rasos e com rochividade elevada.

TABELA 1 – ATRIBUTOS MORFOLÓGICOS E FÍSICOS DOS SOLOS DO PNSC E ENTORNO

¹ Hor.	² Prof. cm	Areia		Silte	Argila	Cascalho	Classe textural	Estrutura	Transição	Cor úmida (Munsell)
		Grossa	Fina							
g kg ⁻¹										
Perfil 1 – Neossolo Litólico eutrófico típico										
A	0-4	564	271	14	151	160	Franco arenosa cascalhenta	Grãos simples	Plana e abrupta	Bruno muito escuro
C	4-16	431	456	13	100	184	Areia franca cascalhenta	Grãos simples	Plana e abrupta	Bruno
R										
Perfil 2 – Cambissolo Flúvico eutrófico típico										
A	0-30	48	63	479	410	0	Argilo siltosa	Laminar, moderada, média a muito grande	Plana e clara	Bruno avermelhado escuro
Bi1	30-62	159	280	232	329	0	Franco argilosa	Prismática, moderada a forte, média e grande.	Plana e clara	Bruno avermelhado
Bi2	62-90	276	161	235	328	30	Franco argilosa	Prismática, moderada, média e grande	-	Bruno avermelhado
Perfil 3 – Neossolo Litólico eutrófico saprolítico										
A	0-10	277	220	275	228	484	Franca cascalhenta	Blocos subangulares, fraca, pequena	Plana e clara	Bruno avermelhado escuro
CA	10-28	228	231	313	228	367	Franca cascalhenta	Blocos subangulares, fraca, pequena e média	Plana e clara	Amarelo-avermelhado
Cr	28-48	179	179	269	331	500	Franco argilosa muito cascalhenta	Maciça	Plana e clara	Vermelho
R										
Perfil 4 – Cambissolo Háptico carbonático lítico										
Ak	0-18	153	161	405	281	89	Franco argilosa com cascalho	Blocos subangulares, moderada, pequena	Plana e clara	Bruno avermelhado
Bik	18-38	140	176	378	306	0	Franco argilosa	Blocos subangulares, moderada, pequena	Plana e abrupta	Amarelo-avermelhado
R										

TABELA 1 – ATRIBUTOS MORFOLÓGICOS E FÍSICOS DOS SOLOS DO PNSC E ENTORNO (CONTINUAÇÃO).

¹ Hor.	² Prof. cm	Areia		Silte	Argila	Cascalho	Classe textural	Estrutura	Transição	Cor úmida (Munsell)
		Grossa	Fina							
g kg ⁻¹										
Perfil 5 – Cambissolo Háptico eutrófico saprolítico										
A	0-20	75	416	229	280	40	Franco argilo arenosa	Blocos angulares, moderada, média	Plana gradual	Bruno avermelhado
Bi	20-50	27	199	317	457	143	Argila com cascalho	Blocos angulares e prismática, moderada, média	Plana gradual	Vermelho escuro
Cr	50-70 ⁺	25	135	353	487	459	Argila cascalhenta	Maciça	-	Vermelho escuro acinzentado
Perfil 6 – Neossolo Regolítico distrófico léptico										
A	0-20	408	338	153	101	540	Franco arenosa muito cascalhenta	Grãos simples	Plana e gradual	Bruno
C	20-50	277	201	363	159	336	Franca cascalhenta	Maciça	Plana e clara	Variegado de vermelho-amarelado e amarelo-claro-acinzentado
Cr*	50-65	-	-	-	-	-	Pedregosa muito cascalhenta	Grãos simples	-	-
R	65 ⁺									
Perfil 7 – Neossolo Litólico distrófico saprolítico										
A/Cr/R	0-10	646	138	40	176	347	Franco arenosa cascalhenta	Grãos simples/maciça	Quebrada e abrupta	Bruno amarelado claro
Cr/R	10-80	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1 = Horizontes; 2 = Profundidade e * = formado por calhaus e cascalhos, não foi coletado para análise.

Fonte: Barros et al., (2012).

O perfil P3, classificado como Neossolo Litólico, originário de micaxisto, apresentou cores vermelho-amarelas e vermelhas, com classe textural franco-argilo-arenosa cascalhenta, localiza-se em terço inferior de vertente com forma convexa. A textura média e a alta porosidade verificada no solo favorecem o estabelecimento de uma vegetação mais densa, caracterizada por caatinga arbustiva arbórea e um menor grau de erosão do solo na área. De todos os solos estudados este é o único que não se encontrava degradado ou erodido excessivamente, apesar de ser um solo raso e também frágil. A remoção da vegetação nativa e o uso agropecuário pode levar à degradação desse solo em um curto período de tempo. O Neossolo Regolítico (P6) tem sequência de horizontes A-C-Cr, com contato lítico a 0,65m de profundidade, indicando um solo pouco evoluído. Localiza-se em um pediplano dissecado, com colinas e relevo suave ondulado, sendo o material de origem granito, e o solo tem cores amarelas e vermelho-amarelas. A classe textural é franco-arenosa muito cascalhenta no horizonte A e franca cascalhenta no horizonte C. O horizonte Cr é formado basicamente pelas frações calhaus e cascalhos, indicando o intemperismo físico dos granitos em condições pedoclimáticas secas e depressões, como bem destacado por Penteadó (1983) em sua obra. Os afloramentos de rocha no ambiente são raros, porém em alguns locais os solos são mais rasos, apresentando contato lítico à profundidade inferior a

0,5m, mas os Neossolos Regolíticos são claramente os predominantes nesse ambiente. A vegetação na área de ocorrência do P6 é muito escassa, caracterizada por caatinga arbustiva aberta, com várias clareiras com solo exposto. A capacidade de suporte desse ambiente é muito baixa, apesar do relevo pouco acidentado, mas com evidente déficit hídrico prolongado devido à classe textural franco-arenosa no horizonte A, franca no C e o Cr ser formado por calhaus e cascalhos.

Foram coletados dois Cambissolos Hápticos (P4 e P5) e um Cambissolo Flúvico (P2), os Cambissolos originários de pelitos da Formação Pimenteiras têm cores vermelhas (P2 e P5) e os originários de rochas carbonáticas têm cores vermelho-amarelas (P4). A textura dos Cambissolos variou de média a argilosa, refletindo a textura mais fina dos materiais de origem. O perfil P4 originário de rochas carbonáticas ocorre em um patamar de escarpa com relevo local ondulado em ambiente extremamente declivoso e relevo regional escarpado, está localizado a poucos metros de uma caverna típica de calcários, com a presença de espeleotemas, e próximo a sítios arqueológicos abundantes no PNSC (ALMEIDA ET AL., 2012, FONTUGNE ET AL., 2013).

Apesar de o P4 ser um Cambissolo, é muito raso com apenas 0,38m para o contato lítico, caracterizado por sequência de horizontes A-Bi-R, com estrutura nos dois horizontes pedogenéticos do tipo em blocos e

com grau moderado, e reação com forte efervescência ao HCl a 10%, indicando a presença de carbonatos (SANTOS ET AL., 2005). Ferreira (2013), trabalhando com solos da Chapada do Apodi nos estado do CE e RN, também verificou efervescência forte e violenta em solos originários de calcários em ambiente semiárido. A vegetação nativa é caatinga arbustiva aberta, que confere baixa cobertura do solo.

O P5 classificado como Cambissolo Háplico originário de rochas pelíticas da Formação Pimenteiras é o solo mais erodido e degradado dentre os pesquisados, em boa parte da encosta onde ocorre houve decapitação do horizonte A e até do B, expondo o horizonte Cr ou a própria rocha. Na região de Gilbués/PI, há solos muito degradados, com alta erodibilidade natural em que a literatura relaciona a ocorrência de siltitos (SALES, 2003; SILVA ET AL., 2011; SILVA, 2013). Outros autores relacionam altos teores de silte com a erodibilidade dos solos (RESENDE, 1985; CLEMENTE ET AL, 2009). No caso do perfil P5, há baixa coesão entre as partículas do pelito, que se desagrega, e devido à declividade e à ação das chuvas sofre erosão e formação de sulcos, ravinas e voçorocas. A cobertura vegetal é esparsa com vegetação nativa do tipo caatinga arbustiva aberta e solo exposto. Esse ambiente necessita de intervenção,

com técnicas de recuperação de áreas degradadas para poder se regenerar.

Quanto aos atributos químicos, a maioria dos solos reflete o caráter eutrófico dos ambientes semiáridos e com moderada ou boa disponibilidade de nutrientes para a maioria das amostras (RAIJ ET AL., 1997). Os perfis P6 e P7 foram os menos férteis quando comparados aos demais solos, sendo os únicos distróficos e com baixos teores de nutrientes, originários respectivamente de rocha ácida do tipo granito e de arenito.

Os solos estudados, de forma geral, apresentaram caráter neutro ao se analisar os valores de pH em água com valores de média e mediana de 6,0 e coeficiente de variação relativamente baixo e igual a 10%. A maioria das amostras (81%) apresentou valores de pH entre 5,5 e 6,0, considerados ideais para o desenvolvimento de vegetais superiores (Tabela 2). Somente uma amostra tem pH em água de 4,8, considerada mais ácida. Os valores de pH em água apresentaram correlação positiva e significativa com os atributos pH em KCl ($r=0,81$), Ca^{2+} ($r=0,84$), saturação por bases ($r=0,83$), valor T ($r=0,71$), valor S (0,77), P ($r=0,57$) e MnO ($r=0,82$) (Tabela 3). A correlação foi negativa com os atributos acidez potencial ($r=-0,68$) e Al^{3+} ($r=-0,51$).

TABELA 2 – ATRIBUTOS QUÍMICOS DOS SOLOS DO PNSC E ENTORNO

Amostra	pH	pH	P	Na	K	Ca	Mg	Al	H+Al	SB	T	V	m	C	SiO ₂	Al ₂ O ₃	Fe ₂ O ₃	TiO ₂	K _i	Kr
	água	KCl																		
			mg kg ⁻¹	mmol _c .kg ⁻¹						%		g.kg ⁻¹			%					
P01A	6,1	5,7	70	0,1	2,3	62	19	0	17	83,5	100,9	83	0	30	2,5	2,72	1,11	0,25	1,56	1,24
P01C	5,7	5,2	28	0,1	1,0	17	4	0	10	22,6	33,1	68	0	6	2,9	2,32	1,00	0,32	2,13	1,67
P02A	6,1	5,4	18	0,1	6,5	58	21	0	15	86,0	100,8	85	0	13	17,0	13,2	8,10	1,51	2,19	1,57
P02Bi1	5,6	5,5	22	0,1	2,4	48	15	0	10	65,4	75,9	86	0	8	12,1	9,87	4,58	0,79	2,08	1,61
P02Bi2	6	5,5	32	0,1	2,4	29	10	0	10	42,3	52,8	80	0	4	12,3	11,89	4,82	1,09	1,76	1,40
P03A	6	5,3	7	0,1	5,7	59	39	0	26	103,5	129,7	80	0	31	11,5	7,25	4,51	0,83	2,70	1,93
P03CA	5,8	4,4	3	0,1	2,5	25	39	0	25	66,9	92,3	73	1	7	13,1	8,87	3,98	0,89	2,51	1,95
P03Cr	5,8	4	1	0,1	1,8	16	82	0	23	100,7	123,4	82	1	6	18,2	11,89	6,59	0,66	2,60	1,92
P04A	6,9	6,8	1	0,1	3,2	142	14	0	10	159,7	163,2	98	0	22	11,4	9,27	4,87	0,81	2,09	1,56
P04Bi	7,2	7,7	448	0,1	2,1	104	11	0	10	117,4	120,9	97	0	7	14,5	10,28	4,79	0,88	2,40	1,85
P05A	6,5	5,3	8	0,1	2,8	42	10	0	13	54,7	67,8	81	0	0	10,0	8,66	6,54	1,21	1,96	1,32
P05Bi	6,3	4,3	5	0,7	1,3	40	35	0	16	76,8	92,5	83	1	1	22,7	16,22	10,14	1,42	2,38	1,70
P05Cr	5,9	4,2	66	1,9	1,5	49	51	0	17	104,0	120,6	86	1	0	21,6	15,01	10,37	1,49	2,45	1,70
P06A	5,3	3,9	3	0,1	1,0	5	3	4	16	9,4	25,2	37	28	3	3,2	3,73	0,85	0,66	1,46	1,27
P06C	5,4	3,6	2	0,8	1,2	8	4	11	18	13,9	32,2	43	44	1	9,4	7,35	1,45	0,83	2,17	1,93
P07A	4,8	3,9	2	0,1	0,5	1	1	4	17	3,5	20,1	17	52	5	5,3	4,03	2,78	0,65	2,24	1,55

A correlação positiva dos valores de pH com os teores de Ca^{2+} , soma de bases e saturação por bases deve-se a maior proporção de cátions básicos ocupando

os sítios de troca dos solos em comparação aos cátions geradores da acidez do solo como H^+ e Al^{3+} .

TABELA 3 – MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE OS ATRIBUTOS DOS SOLOS ESTUDADOS.

	Areia	Silte	Argila	pH água	Na	Al	SB	T	V	SiO ₂	Al ₂ O ₃	Fe ₂ O ₃	TiO ₂	MnO	Ki	Kr
Areia	1,00	-0,92	-0,89	-0,49	-0,42	0,23	-0,60	-0,60	-0,58	-0,91	-0,93	-0,85	-0,85	-0,50	-0,48	-0,36
Silte	-	1,00	0,65	0,49	0,29	-0,01	0,56	0,56	0,48	0,74	0,75	0,61	0,72	0,58	0,44	0,45
Argila			1,00	0,40	0,49	-0,44	0,53	0,53	0,59	0,93	0,96	0,96	0,84	0,31	0,42	0,18
pH água				1,00	-0,07	-0,52	0,77	0,71	0,83	0,36	0,39	0,38	0,28	0,82	0,12	0,03
Na					1,00	0,19	0,09	0,11	0,04	0,50	0,47	0,50	0,50	-0,24	0,25	0,21
Al						1,00	-0,58	-0,57	-0,72	-0,31	-0,31	-0,45	-0,16	-0,40	-0,16	0,13
SB							1,00	0,99	0,83	0,53	0,48	0,51	0,24	0,75	0,40	0,24
T								1,00	0,80	0,55	0,48	0,52	0,24	0,70	0,46	0,30
V									1,00	0,53	0,54	0,53	0,31	0,62	0,23	0,11
SiO ₂										1,00	0,97	0,92	0,79	0,34	0,63	0,47
Al ₂ O ₃											1,00	0,92	0,85	0,34	0,45	0,30
Fe ₂ O ₃												1,00	0,86	0,31	0,49	0,19
TiO ₂													1,00	0,24	0,30	0,09
MnO														1,00	0,33	0,23
Ki															1,00	0,89
Kr																1,00

Segundo a literatura, os teores de Al³⁺ em solos com pH superiores a 5,5 tendem a zero (NACHTIGALL; VAHL, 1989). Os resultados encontrados vão de encontro aos relatos da literatura, uma vez que as únicas três amostras que apresentaram teores de Al³⁺ superiores a 0,1 cmol_c.kg⁻¹ têm pH em água inferiores a 5,5. Quanto à acidez potencial, todos os solos tiveram valores inferiores a 0,3 cmol_c.kg⁻¹, indicando baixa acidez (VALLADARES, 2009).

Em relação aos teores de K⁺, uma amostra de solo originário de arenito tem valor abaixo de 0,7 mmol_c.kg⁻¹, 31% das amostras estão entre 0,7 e 1,5 mmol_c.kg⁻¹, 44% das amostras estão entre 1,5 e 3,0 mmol_c.kg⁻¹ e três amostras apresentam valores altos superiores a 3,0 mmol_c.kg⁻¹ (Raij et al., 1997). Os teores de K⁺ apresentam correlação positiva e significativa a 5% com valor T (r=0,51) e CO (r=0,58).

Os teores de Na⁺ em todas as amostras foram muito baixos, próximos a zero, mesmo nas amostras originárias de granitos que são ricos em feldspatos sódicos. Esses teores indicam baixa saturação por sódio, mesmo nesse ambiente semiárido, em que é comum a ocorrência de solos com caráter sódico e solódico (Embrapa, 2013).

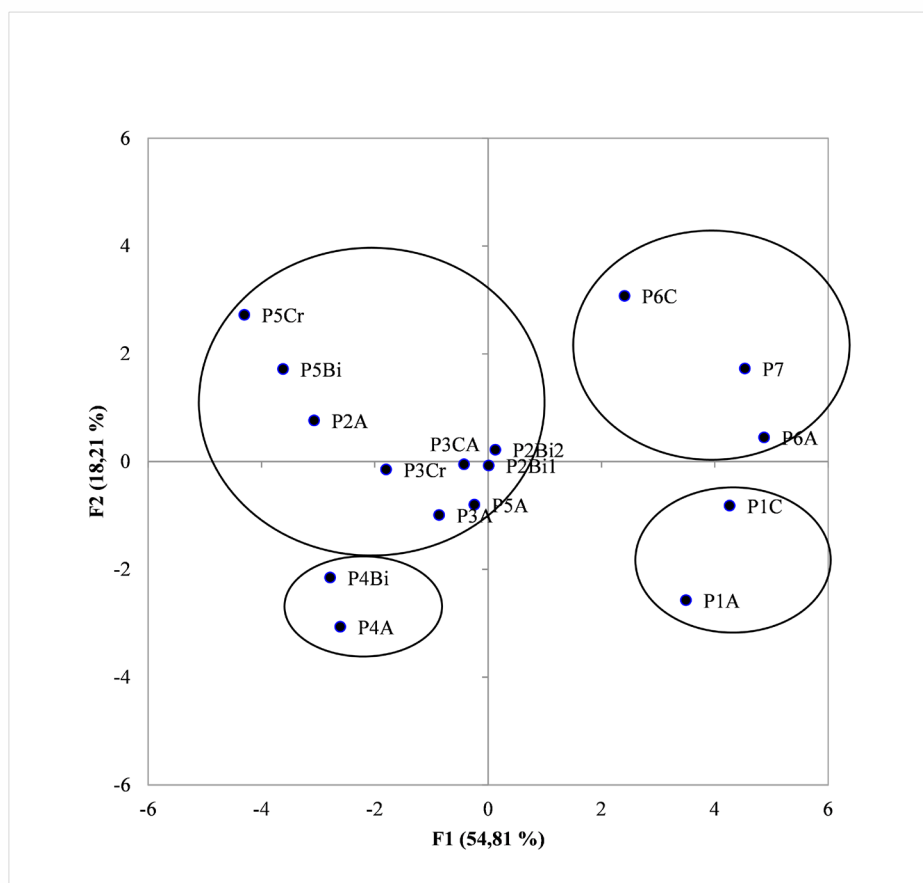
O Ca²⁺ em 31% das amostras tem teores entre 0,2 e 2,0 cmol_c.kg⁻¹, em 19% entre 2 e 4 cmol_c.kg⁻¹, em 38% entre 4 e 8 cmol_c.kg⁻¹, e somente os horizontes do P4 apresentaram teores maiores do que 8 cmol_c.kg⁻¹. Esse perfil é originário de calcário, e, como o ambiente pedoclimático favorece as baixas taxas de intemperismo,

as concentrações do cátion foram as mais elevadas. Esses teores apresentaram correlação positiva e significativa a 5% com Valor T (r=0,78), soma de bases (r=0,86), saturação por bases (r=0,73), CO (r=0,52) e MnO (r=0,80). A grande maioria das amostras apresenta Ca²⁺ elevado, segundo a classificação de Raij et al (1997), o que indica não haver deficiências para vegetais superiores (média de 4,4 cmol_c.kg⁻¹, mediana de 4,1 cmol_c.kg⁻¹ e coeficiente de variação elevado de 84%).

O Valor T ou CTC do solo teve grande variação com valores baixos de 2,0 cmol_c.kg⁻¹ para o perfil P07 originário de arenito da Formação Cabeças e valores elevados para o horizonte superficial do P04 (16,3 cmol_c.kg⁻¹), e apresentou correlação positiva com os teores de argila, silte, pH, soma de bases, C, sílica e óxido de manganês. E negativa com os teores de areia e alumínio.

Com base na análise dos componentes principais, em que foram utilizados os seguintes atributos dos solos: areia total, silte, argila, pH em água, valor T, valor V, Na⁺, Al³⁺, soma de bases, SiO₂, Fe₂O₃, TiO₂, MnO, ki e kr, a variabilidade foi explicada em 73% dos casos segundo o "Engeivalue" pelos fatores 1 e 2. O agrupamento das amostras foi eficiente, formando quatro grupos (Figura 3).

FIGURA 3 – AGRUPAMENTO DAS AMOSTRAS DE SOLO DO PNSC E ENTORNO COM BASE NA ANÁLISE DOS COMPONENTES PRINCIPAIS.



Nos quadrantes 1 e 4, com fatores F1 positivos, está representada a maioria das amostras de textura arenosa, sendo que aquelas com alta saturação por bases (P1) localizam-se no quadrante 4 e as com baixa saturação por bases no quadrante 1 (P6 e P7).

Na porção central do gráfico e nos quadrantes 2 e 3, localizam-se as amostras com textura média ou argilosa, sendo que o perfil com maior soma de bases (P4), originário de rochas calcárias, formou um grupo à parte das demais amostras.

Conclusões

Os solos considerados mais frágeis do PNSC e seu entorno foram classificados como Neossolos ou Cambissolos, sendo todos rasos ou pouco profundos, indicando baixo grau de desenvolvimento pedogenético, principalmente com base na morfologia, já que os índices de intemperismo não foram bons indicadores. Todos os solos estudados apresentam grande fragilidade pela avaliação de diferentes atributos, como a classe textural com predomínio da fração areia, grau de desenvolvimento da estrutura, pedregosidade e rochosidade, principalmente nos horizontes superficiais.

A caracterização e a interpretação dos atributos morfológicos, físicos e químicos do solo com base nos fatores de formação (material de origem, relevo, clima,

organismos e o tempo) é uma das melhores formas para estratificar os ambientes terrestres. O SiBCS, por ser um sistema de classificação de solos morfogenético, permite relacionar a formação e o desenvolvimento do solo aos fatores ambientais, e avaliar a suscetibilidade a degradação. As áreas de ocorrência destes solos devem ser manejadas com cuidado, a partir de técnicas que reduzam os impactos ambientais negativos, já que os solos se encontram bastante degradados, com atenção especial aos solos originários de rochas pelíticas da Formação Pimenteiras.

Os planos de manejo das unidades de conservação (UNCs) devem ter como base os mapas de solos das áreas, sendo que o levantamento e o mapeamento são fundamentais para a gestão destas UNCs, por ser o solo a base de sustentação dos diversos ecossistemas terrestres.

Referências

- ALMEIDA, V. J. M.; ETCHEBEHERE, M. L. C.; SAAD, A. R.; RAMPANELLI, A. M. (2012) O registro de fauna nas pinturas rupestres do Parque Nacional da Serra da Capivara (PI) e seus prováveis indicadores paleoambientais. *Revista UnG – Geociências*, v. 11, p. 19-58.
- AQUINO, C. M. S.; OLIVEIRA, J. G. B.; ALMEIDA, J. A. P. de. (2012) Análise da desertificação do núcleo de São Raimundo Nonato Piauí. *Revista Brasileira de Cartografia*, v. 64, p. 287-299.
- BARROS, J. S.; FERREIRA, R. V.; PEDREIRA, A. J.; GUIDON, N. (2012) Geoparque Serra da Capivara-Proposta. In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. da. (Orgs.). *Geoparques do Brasil: Propostas*. 1. ed. Rio de Janeiro: CPRM, p. 493-542.
- BARTORELLI, A. (2012) Serra da Capivara. In: HASUI, Y.; CARNEIRO, C. D. R.; ALMEIDA, F. F. M.; BARTORELLI, A. (Orgs.). *Geologia do Brasil*. São Paulo: BECA, p.395-406.
- BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. (2005) *Conservação do solo*. 5. ed. São Paulo: Ícone. 355p.
- BIGARELLA, J. J.; MABESSONE, J. M.; LINS, C. J. C.; MOTTA, F. O. (1965) Paleogeographical features of the Serra Grande and Pimenteira Formations (Parnaíba Basin, Brazil). *Palæogeography, Palæoclimatology, Palæoecology*, v. 1, p. 259-296.
- BRASIL. (2000) *Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dap_cnuc2/_arquivos/snuc.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2013.
- CLEMENTE, E. P.; SCHAEFER, C. E.; OLIVEIRA, F. S.; ALBUQUERQUE FILHO, M. R.; ALVES, R. J. V.; FIRME SÁ, M. M.; MELO, V. F.; CORRÊA, G. R. (2009) Topossequência de dolos na Ilha da Trindade, Atlântico Sul. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, v. 33, p. 1.357-1.371.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (1997) Manual de métodos de análise de solo. EMBRAPA/SNLCS. Rio de Janeiro. 212 p.
- _____. (2013) *Sistema brasileiro de classificação de solos*. 3. ed. Brasília. 353 p.
- FERREIRA, E. P. (2013) *Gênese e classificação de solos em ambiente cárstico na Chapada do Apodi*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- FONTUGNE, M.; SHAO, Q.; FRANK, N.; THILL, F.; GUIDON, N.; BOEDA, E. (2013) Cross-dating (Th/U-14C) of calcite covering prehistoric paintings at Serra da Capivara National Park, Piauí, Brazil. *Radiocarbon*, v. 55, p. 1.191-1.198.
- GUÉRIN, C.; FAURE, M.; SIMÕES, P. R.; HUGUENEY, M.; MOURER-CHAUVIRE, C. (2002) Toca da janela da Barra do Antonião, São Raimundo Nonato/PI. In: DNPM/CPRM/SIGEP. *Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, p. 131-137.
- IBGE. (2012) *Manual técnico da vegetação brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 274 p.
- JACOMINE, P. K. T. (1986a) *Levantamento exploratório-reconhecimento de solos do estado do Piauí*. Recife: DPP, AgMA/DNPEA, SUDENE/DRN. (Boletim de pesquisa n. 26).
- _____. (1986b) *Levantamento exploratório – reconhecimento de solos do estado do Piauí*. Recife: DPP, AgMA/DNPEA, SUDENE/DRN. (Boletim Técnico n. 28).
- JAPIASSU, A. M. S.; FILHO, L. G.; LEITE, P. F. (1973) *Vegetação: estudos fitogeográficos da Folha SB.23 Teresina e Parte da Folha SB.24 Jaguaribe*. In:
- BRASIL. *Ministério de Minas e Energia*. Projeto RADAMBRASIL. Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-84.
- KÖPPEN, W. (1948) *Climatologia: con un estudio de los climas de la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica. 478 p.
- MILANO, M. S. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: IAP/UNILIVRE: rede Pró-Unidades de Conservação. *Anais* v. 1, p. 11-25.
- NACHTIGALL, G.R.; VAHL, L.C. (1989) Parâmetros relacionados à acidez em solos da região sul do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, Viçosa. v.13, n. 2, p. 139-143.
- PENTEADO, M. M. (1983) *Fundamentos de Geomorfologia*. Rio de Janeiro: IBGE. 188 p.
- PEREIRA, M. G.; VALLADAES, G. S.; SOUZA, J. M. P. F. e; PEREZ, D. V.; ANJOS, L. H. C. dos. (1998) *Parâmetros relacionados à acidez em solos do Estado do Rio de Janeiro*. Circular técnica 02, Circular Técnica, Rio de Janeiro: Embrapa CNPS. 14p. Disponível em:<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/88359/1/circularartecnica-02-1998.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2013.
- RAIJ, B. van; CANTARELLA, H.; QUAGGIO, J. A.; FURLANI, A. M. C. (1997) *Recomendações de adubação e calagem para o estado de São Paulo*. 2. ed. rev. e atual. Campinas: Instituto Agrônomo/Fundação IAC. 285 p. (Boletim Técnico, 100)

- RESENDE, M. (1985) Aplicação de conhecimentos pedológicos à conservação de solos. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, v.11, n.128, p.3-18.
- RIODA, V.; CANDELATO, F.; MOTA, L.; PARENTI, F. (2011) Jazidas de rochas silicosas na área do Parque Nacional da Serra da Capivara (Piauí, Brasil): primeiros dados geoarqueológicos. *Revista Museu Arq. Etn*, v. 21, p. 103-113.
- SALES, M. C. L. (2003) Degradação Ambiental em Gilbués, Piauí. *Revista Mercator*. Fortaleza, v. 02, n. 04. p.115-124.
- SANTOS, R. D.; LEMOS, R. C.; SANTOS, H. G.; KER, J. C.; ANJOS, L. H. C. (2005) *Manual de descrição e coleta de solo no campo*. 5. ed. Viçosa: SBCS. 100 p.
- SANTOS, H. G.; JACOMINE, P. K. T.; ANJOS, L. H. C.; OLIVEIRA, V. A.; OLIVEIRA, J. B.; COELHO, M. R.; LUMBRERAS, J. F.; CUNHA, T. J. F. (2006) *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos. 306 p.
- SANTOS, H. L., MARQUES JÚNIOR, J., MATIAS, S. S. R., SIQUEIRA, D.S.; MARTINS FILHO, M. V. (2013) Erosion factors and magnetic susceptibility in differet compartments of a slope in Gilbués - PI, Brazil. *Engenharia Agrícola*, Jaboticabal. V. 33, n.1, p. 64-74.
- SILVA, I. A. S.; SILVA, J. C.B.; SILVA, K. A.; BARROS, J.R. (2011) Estudo da Desertificação em Gilbués-Piauí: Caracterização Física, Variabilidade Climática e Impactos Ambientais. *Revista de Geografia (UFPE)*, Recife. v.28, n.2, p. 95 - 108.
- TRICART, J. (1977) *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE. 91 p.
- VALLADARES, G. S. (2009) Caracterização química e granulométrica de solos do Golfão maranhense. *Acta Amazonica*, v. 39, p. 923-933.
- WISCHMEIER, W. H.; SMITH, D. D. (1978) *Predicting rainfall erosion losses: a guide to conservation planning*. Washington, DC: USDA. (Agriculture handbook, 537)

PROBLEMAS TEÓRICOS DA AUTOGESTÃO*

Henri Lefebvre

I. Sobre a Unidade do Movimento Revolucionário dos Trabalhadores

Quem iria discordar de que o problema da unidade, ou seja, da reunificação do movimento é essencial? Não é válido adicionar a todo momento as palavras "trabalhadores" e "revolucionário" à palavra "movimento". Na realidade, sem a intervenção ativa da classe trabalhadora revolucionária, não há movimento. A experiência contemporânea nos mostra bem que pode haver *crescimento* econômico e tecnológico sem *desenvolvimento* social real, sem o enriquecimento das relações sociais. Na prática social, isso leva apenas a uma fragmentação do movimento, deixando estagnados numerosos setores da realidade social: a vida política, ideológica, cultural e estética. O crescimento quantitativo da produção e da maquinaria técnica pode até certo ponto ser separado do desenvolvimento qualitativo. Será que o hiato entre esses dois aspectos do movimento será preenchido por um novo período da história? Podemos ter esperança que sim. Esse questionamento faz parte da "problemática" da unidade.

Esse problema fundamental é geralmente posto por

órgãos oficiais e teóricos de uma forma limitada e que o torna insolúvel. Entre instituições e aparatos, trata-se na melhor das hipóteses pelo caminho de negociações que terminam em compromissos ou fazem emergir as divergências. Especialistas em ideologia se consideram especialistas da unidade, sempre prontos a confiscá-la. Como suportes da burocracia política, eles justificam e sustentam essa condição. Eles trazem à investigação sobre a unidade as condições e as circunstâncias da divisão, seus temas, que essencialmente não podem submeter a uma crítica radical.

Esses especialistas têm difundido a tese segundo a qual o movimento dos trabalhadores tem se dividido em duas tendências: a corrente reformista e a corrente revolucionária.

Deixemos de lado a definição exata do termo "corrente", assim como o estudo histórico dessa cisão. Essa tese é em si mesma falsa e tendenciosa. O movimento foi dividido em três: a espontaneidade anarquista, o pragmatismo inteligente e habilidoso daqueles com medo da reformas, e a vontade revolucionária.

Examinemos isso mais de perto. No nível teórico, quando divergências vieram à tona no tempo em que

* Traduzido de : Lefebvre, Henri. 2009. Space, State and World: selected essays (tradução para o inglês de Gerald Moore, Neil Brenner e Stuart Elden). Minneapolis-Londres: University of Minnesota Press (p. 138-152) e cotejado com o original francês: Lefebvre, H. 1966. Problèmes théoriques de l'autogestion. Autogestion : études, débats, documents. Cahier n. 1, dez. 1966.. Tradução: Maria Lucia Oliveira. Revisão técnica: Rogério Haesbaert. Agradecemos a Willian Antunes de Sousa pelo trabalho de acesso e envio dos originais em francês. Na apresentação do texto da edição inglesa, os autores comentam: "Este artigo foi publicado anteriormente às teorias sobre Estado apresentadas nos escritos de Lefebvre durante os anos setenta, mas apresenta uma de suas principais afirmações sobre a noção de autogestão e, em geral, sobre transformação política revolucionária. Baseia-se na discussão sobre desaparecimento do Estado (capítulo 2 [da coletânea em inglês]) e também representa um interessante contraponto a 'Revoluções' (capítulo 15). Lefebvre contextualiza sua análise no quadro de consolidação do capitalismo industrial no século XIX e no esforço de teóricos como Marx, Lassale e Proudhon no sentido de compreender suas implicações para a mobilização política anticapitalista. Lefebvre examina várias lutas paradigmáticas, desde a Comuna de Paris em 1871 e a Revolução Soviética em 1917 à resistência anticolonial na Argélia nos anos 50, antes de colocar a questão fundamental: como acionar as forças básicas da autogestão nas condições do capitalismo moderno? Essa exposição propicia uma das discussões teóricas mais importantes sobre a questão, concluindo com quatro teses sucintas sobre: características básicas, condições de possibilidade, contradições e possíveis implicações da autogestão. Aqui Lefebvre também reitera um aspecto chave do conceito leninista de autogestão (como foi discutido no capítulo 2). Para Lefebvre, essa noção se refere não ao desaparecimento do Estado como aparato institucional, mas sim à sua submissão ao controle popular democrático como 'estado de autogestão' (p. 138) O livro em inglês dos textos de Lefebvre, "Space, State and World", encontra-se disponível on-line em: <https://is.cuni.cz/studium/predmety/index.php?do=download&did=88556&kod=JMMZ108>.

Marx e Lenin estavam elaborando suas posições doutrinárias, as divergências se referiam essencialmente ao famoso “período de transição”. Para Marx e Lenin, três aspectos indissolúveis e indissociáveis deviam marcar ou mesmo constituir o movimento durante esse período: a expansão e aprofundamento da democracia, o desaparecimento do Estado e a ditadura do proletariado. Para Marx, esse objetivo não era oposto ao dos anarquistas: o fim do Estado, o fim das hierarquias e instâncias políticas, acompanhado pela abolição da propriedade privada dos meios de produção. Entretanto, os anarquistas (bakunianos) pretendiam abreviar o período de transição ou mesmo saltar essa etapa. A seguir, os revolucionários enfatizavam a ditadura do proletariado, separando-a do aprofundamento da democracia e desaparecimento do Estado. Os reformistas davam também ênfase à democracia, deixando de lado a ditadura do proletariado e certamente o desaparecimento do Estado. Reformistas e revolucionários entraram em controvérsias violentas e sem saída, colocando em oposição evolução contínua [gradualismo] e descontinuidade. Em um acordo tácito sobre o não desaparecimento do Estado, os primeiros admitiam a permanência do Estado nacional constituído, enquanto os revolucionários apregoavam energicamente a transformação do Estado burguês em um assim chamado Estado dos trabalhadores (ou mesmo de “trabalhadores e camponeses”). A divisão política associou-se à quebra da unidade teórica na concepção de movimento em Marx.

O reformismo se apresentava como uma ideologia realista, uma estratégia gradual contra a visão de transformação radical das relações sociais. Não há dúvida de que foi um equívoco. Os reformistas não obtiveram qualquer “reforma estrutural”. Sua pressão, apoiada nos grandes países industrializados pela classe trabalhadora organizada em sindicatos, só conseguiu medidas compatíveis com a manutenção das relações de produção capitalistas e com a propriedade e gestão burguesa dos meios de produção. Um reformismo sem reformas permitiu o crescimento da mais-valia relativa, mesmo quando a classe trabalhadora obteve escassos benefícios do crescimento da produtividade.

Contudo, o reformismo não estava completamente equivocados. Se não tivesse qualquer sentido, teria desaparecido. Sua permanência não pode ter sido sem algum fundamento. Uma ruptura absoluta, um salto da necessidade para a liberdade, uma revolução total e, simultaneamente, o fim de todas as alienações humanas, é uma imagem sem dúvida ingênua que não poderia manter-se, embora se mantivesse forte por um longo tempo. A transformação da sociedade é inicialmente definida como um conjunto de reformas, das reformas agrárias à planificação implicando no controle dos investimentos. Mas, embora necessário, esse conjunto de reformas não é suficiente; algo essencial precisa ser acrescentado. A

transformação da sociedade é uma série de reformas *mais* a eliminação da burguesia como classe gestora dos meios de produção.

A “corrente” revolucionária teria razão? Mais precisamente, teria para ela razão ao longo da história? Sim. Seria necessário tomar de assalto o poder, explorando-se lacunas e brechas no *sistema* imperialista. Seria necessário provocar a maior descontinuidade possível. Dito isso, é óbvio que nossa era sofre as consequências de um certo fracasso da revolução mundial. Ela abalou e mesmo fez recuar o capitalismo e sua expressão política, o imperialismo. Ela não os aboliu, e mesmo impulsionou a burguesia, provocando uma arrancada de vitalidade no capitalismo. Um movimento dialético – o conflito entre dois “sistemas” e seu mútuo desafio implica em múltiplas conseqüências – foi substituído por um processo que poderia ter seguido um ou outro dos “sistemas” em si mesmos. A extensão do movimento revolucionário a países em que predominam questões agrárias e problemas de crescimento industrial pode passar apenas como uma vitória parcial da revolução. O movimento que buscava a transformação social foi transformado de tal maneira que nem sempre pode ser chamado de “positivo”. Caiu em contradições (entre soviéticos e chineses) cujo significado exato ainda não podemos aferir.

É preciso render-se às evidências. Entre 1860 e sua morte, Marx lutou contra a tendência rumo ao socialismo de Estado assumida por F. Lassale. Um texto importante e mal compreendido, *a Crítica ao Programa de Gotha* (1875), é eloquente a esse respeito. Esse texto configura uma ideologia específica, raramente estudada como tal: o lassalismo. Hoje podemos confirmar, depois de um século de luta feroz: o lassalismo sobrepujou o marxismo. A assim chamada tendência revolucionária e a dita tendência reformista são, de fato, nada mais que variações do socialismo de Estado, ou seja, do lassalismo.

A “corrente” anarquista foi a primeira a ser refutada, repudiada, rejeitada do caminho da revolução. Foi atacada (a história da Guerra Civil Espanhola ainda não está longe!).

Essa é a corrente da revolta espontânea. Afirma, pressupõe, busca isso até o fim. Sob o pretexto de erros históricos e teóricos, a espontaneidade tem sido combatida, inibida. Agora sua ausência é dramaticamente sentida. Mesmo que se suponha que não seja suficiente, o elemento anarquista também é necessário. Se a natureza de um movimento espontâneo não pode ser completamente antevista, não pode ser presa numa moldura rígida, não pode ser “estruturada”, se ninguém pode dizer de antemão onde começa e onde termina, de forma que sempre contém um elemento de imprevisibilidade, não é menos verdade que onde não há espontaneidade, nada acontece. Lênin, que tanto criticava o espontâneo, afirmava, contudo, a existência de um “instinto revolucio-

nário". Ele via na espontaneidade um degrau inicial no primeiro nível de intervenção das massas atuantes, uma energia para orientar, a ser submetida às exigências do conhecimento político, mas sem destruí-la enquanto espontaneidade. Os soviéticos foram uma invenção da espontaneidade. Como a Comuna de Paris¹. Não seria hoje a primeira tarefa da teoria reabilitar a espontaneidade? Isso não pode se dar sem uma análise profunda, que iria sem dúvida transformar esse conceito embrionário e confuso, aderindo mais de perto às suas condições, suas manifestações e suas implicações. Se é verdade que a Sociologia proporciona um conhecimento da liberdade, e que a Sociologia tem por objeto a potência criativa da sociedade (como pensavam, ainda que de modos distintos, Gurvitch e Marx), então essa tarefa é incumbência da Sociologia.

Hoje o movimento prático e teórico clama por uma concepção unitária que não resulte nem de um constrangimento nem da pressão de uma "tendência" sobre as outras. A base e o cimento dessa unidade não virão da corrente a mais combatida, a mais reprimida, a mais humilhada?

Ora, a forma adotada hoje pela espontaneidade revolucionária não é mais o anarcosindicalismo, mas a *autogestão*.

II. Elementos para uma Sociologia da Autogestão

Comumente remontamos a teoria "gestionária" a Proudhon e ao proudhonismo. Na realidade, de acordo com Proudhon, uma sociedade econômica é constituída espontaneamente e que pode e deve se tornar a sociedade no seu todo.

Essencialmente oposta à sociedade política, ao Estado, a sociedade econômica tem "sua própria realidade", sua individualidade, sua essência, sua vida, sua própria razão".² O produtor e a oficina opõem-se ao governo. O Estado é apenas representante abstrato dos consumidores, enquanto a sociedade real é um conjunto concreto de trabalho e produção. Para além do aparato do Estado, na sombra das instituições políticas, a sociedade lenta e silenciosamente produz seu próprio organismo, sua constituição econômica ou mesmo sociopolítica. Em vista disso existem duas constituições por natureza incompatíveis. A constituição socioeconômica tende a se subordinar e a absorver o sistema político.

¹A respeito de estudos recentes sobre a Comuna de Paris, ver artigo de M. Decoufle em *Cahiers de l'ISEA* (Agosto 1965): 173-207. Acréscimo da edição inglesa: O título do artigo é "A espontaneidade revolucionária em uma revolução popular: O exemplo da Comuna de Paris".

²Nota da edição inglesa: Pierre-Joseph Proudhon, *General Idea of the Revolution in the Nineteenth Century* [Ideia geral da revolução no Século XIX], tradução de John Beverly Robinson (Londres: Freedom Press, 1923), p. 147: "O povo não é apenas uma criação de minha mente, a personificação do pensamento, como disse Rousseau, mas uma verdadeira personalidade, que tem sua própria realidade, sua própria individualidade, sua própria essência, sua própria vida, seu próprio poder racional".

Nesse ponto essencial, as ideias de Proudhon oscilam. Em seus cursos sobre Proudhon,³ Georges Gurvitch trouxe à luz essas flutuações. "O Estado, como a propriedade, está em plena metamorfose; a democracia industrial não exclui, mas completa e reforça a democracia política" (*Information au Manuel d'un Spéculeur*, 1853). A democracia industrial tem como elementos constitutivos e pontos de referência as associações de trabalhadores, bases da constituição social. A democracia industrial irá eliminar o papel dos empregadores nas fábricas e no Estado. Fará todos os trabalhadores co-proprietários, confiando o poder a seus representantes. Irá organizar uma propriedade mutualista ou federativa dos meios de produção. A democracia industrial é assim revelada como "parceira silenciosa do trabalho, através do trabalho ou colaboração mútua [mutualidade] universal". Existe portanto equilíbrio entre o Estado político e a sociedade econômica organizada.

Não é nosso propósito aqui retomar a discussão sobre Proudhon e o proudhonismo. Justiça lhes foi feita há alguns anos por Georges Gurvitch e, mais recentemente, por Daniel Guérin⁴. Podemos afirmar que três orientações, que mais tarde deverão se cindir e se opor, coexistem, relativamente indiferenciadas, em Proudhon. Alguns de seus textos têm a audácia revolucionária de Marx antes de Marx. Outros deslizam na direção do que viria a se tornar o reformismo. A questão do Estado é fundamental. As teses se distinguem em termos de posições em relação ao Estado e ao problema do Estado. Esse é o critério. Quando Proudhon, mesmo sem designar assim, antecipa a abolição do Estado, aproxima-se singularmente do pensamento de Marx. Entretanto, é um erro teórico e metodológico colocar questões a Proudhon que só fariam sentido em um contexto posterior. Seu próprio relativismo proíbe isso. As ideias são falsas, ele mesmo escreve, "se alguém as toma como tendo um significado exclusivo e absoluto, ou se alguém se deixa levar por esse significado..." (*Philosophie du Progrès*, ed. 1946, p. 51) De um ponto de vista filosófico, ele certamente oscilou entre determinismo, pragmatismo e voluntarismo. A crítica que acusa Proudhon de se contradizer corre o risco de esconder a riqueza de seus argumentos e a complexidade de seu pensamento, tomando como pretexto a ausência de uma coerência que ele não buscava.

Sem dúvida ele não concebeu as associações gestórias que se instalavam em pontos privilegiados, portanto fortes, da sociedade existente, em setores econômicos e sociais que estavam bem posicionados como referência ao mercado e à concorrência. Por exemplo, os bancos. Nesse ponto, as visões de Proudhon não foram

³Nota da edição inglesa: *Cours de 1952-3*, 2:54-55. Georges Gurvitch, *Les fondateurs français de la sociologie contemporaine: Saint-Simon et Pierre Joseph Proudhon* (Paris: Les cours de Sorbonne, 1955)

⁴Nota da edição inglesa: *L'Anarchisme* (Paris: Gallimard, 1965). Traduzido por Mary Klopper como *Anarchism: from theory to practice*. (New York: Monthly Review Press, 1970).

confirmadas pela experiência, ou seja, pela prática social. As associações gestonárias que foram estabelecidas pelos trabalhadores e que pretendiam instalar-se nos "pontos fortes" da sociedade burguesa, fracassaram.. Ou entraram em falência, ou, com raras exceções (que ainda precisam ser melhor examinadas) foram absorvidas pelo capitalismo; elas funcionaram como empresas capitalistas sob o rótulo "comunitário" ou "cooperativo".

Serge Mallet recentemente propôs uma teorização que está ligada à mesma hipótese, embora (certa ou equivocadamente) sem explicitamente declará-la proudhoniana.

Serge Mallet estudou com perspicácia a "nova classe trabalhadora", aquela das indústrias técnicas de vanguarda. Ele acreditou ser possível tirarmos conclusões políticas desse estudo socioeconômico. Para Mallet, a nova classe trabalhadora se afasta das "velhas ideologias" que são incapazes de expressar as necessidades vividas pelos trabalhadores. Ele identificou o advento de "um tipo novo e superior de politização, decorrente de uma afirmação positiva da classe operária". E isso emergindo do movimento sindical. "Nós estamos avançando no problema da participação, da responsabilidade pela gestão em si, seja qual for a forma que essa gestão assuma." Do ponto de vista dos trabalhadores, as questões discutidas entre empregadores e sindicatos tendem a se concentrar "no esquema de controle da organização e da organização da produção"⁵.

É cedo ainda para condenar decisivamente essa hipótese. Podemos, porém, supor que essas visões não têm sido confirmadas ao longo do tempo. Teria Serge Mallet sucumbido à tentação de extrapolar a partir de suas brilhantes análises, de saltar do socioeconômico ao ideológico e ao político?

Nossa hipótese aqui é completamente diferente. A experiência (a prática social) mostra, em nossa opinião, que associações gestonárias - em sua forma mais clara e interessante, chamada *autogestão* - aparecem nos *pontos fracos* da sociedade existente. Em cada sociedade, podemos perceber os pontos fortes, o todo que constitui seu contexto, ou, se preferirmos, sua estrutura. Sabemos que o todo social tem uma coesão, uma coerência. O Estado existente é baseado nesses pontos fortes. Os homens do Estado ocupam-se em colmatar as fissuras por todos os meios disponíveis.¹¹ Assim que esses pontos fortes estão consolidados, reforçados,

⁵Ver "Les Nouveaux comportements politiques de la classe ouvrière" (Paris: PUF, 1962), 52-55, um texto em que a posição teórica de Serge Mallet se exprime com muita clareza. Acréscimo da edição inglesa: Serge Mallet foi anteriormente um membro do PCF que, durante os anos sessenta, passou a ser um dos teóricos liderando o PSU, uma organização socialista dissidente que promoveu autogestão em fábricas e apoiou as revoltas estudantis em maio de 1968. Foi um defensor e teórico da autogestão. Ficou muito conhecido na esquerda francesa e europeia por suas ideias sobre a transformação das políticas da classe trabalhadora em desenvolvimento, o capitalismo "tecnocrático". Lefebvre refere-se a uma coletânea de entrevistas editadas por Leo Hamon. O estudo mais detalhado e amplamente discutido de Mallet foi "La nouvelle classe ouvrière" (Paris: Seuil, 1963); traduzida para o inglês por A. Shepherd e B. Shepherd como "The New Working Class" (Nottingham: Spokesman, 1975).

nada acontece. Entre eles estão zonas frágeis, ou mesmo lacunas. E é aí que as coisas acontecem. Iniciativas e forças sociais agem e intervêm nessas lacunas, ocupando-as e transformando-as em pontos fortes ou, ao contrário, em "outra coisa" diferente daquilo que existe de modo consolidado. Partes fracas, vácuos, são revelados apenas na prática, através da iniciativa de indivíduos capazes de tal iniciativa ou das investigações embrionárias de grupos com capacidade de intervir. Se pontos fracos podem assim se transformar em pontos fortes no conjunto da estrutura social, eles podem reciprocamente resultar de um decréscimo ou colapso do conjunto (de-estruturção)⁶.

Em 1870, Paris era o ponto fraco do império bonapartista. No princípio de 1871, a capital era o ponto fraco da França, devido à industrialização e ao crescimento do proletariado em decorrência da atividade política, à oposição a Badinguet⁷. Em virtude da guerra, da derrota, da proclamação da República, do cerco, do armistício. Certamente, mas também por causa da segregação social conduzida por Haussmann, da realocação de trabalhadores para bairros periféricos, do aburguesamento [gentrificação] e conseqüente deterioração comercial do centro da cidade. Após 18 de março, o povo assumiu a gestão de seus próprios negócios nos bairros e também da Prefeitura [Hotel de Ville]. Sob a Comuna, os trabalhadores tentaram conduzir por meio da autogestão as empresas que tinham sido abandonadas pela burguesia de Versalhes, um projeto que não chegou a obter êxito. Nos P.T.T., Theisz previa uma autogestão ou cogestão, ainda pouco distintas entre si.⁸ Infelizmente, a burguesia e seu Estado, e as relações capitalistas de produção, permanecem fortes fora de Paris. Em Versalhes, Thiers consegue rapidamente reconstituir o aparelho de Estado e o exército, sob o beneplácito de Bismarck.

Em 1917, durante o colapso do czarismo, os pontos fortes tradicionais de sua estrutura sociopolítica, isto é, o exército e a aldeia, transformaram-se em pontos fracos. Eles juntaram-se nessa situação às empresas capitalistas que uma burguesia enfraquecida não tinha conseguido consolidar. Os setores fracos se juntaram. Os sovietes de soldados, de camponeses e de trabalhadores uniram-se em um imenso movimento, o da revolução. É preciso lembrar que Lênin, ao proclamar o slogan -"todo poder aos sovietes" - não os viu como corpos represen-

⁶Essa concepção poderia ser generalizada sem, entretanto, pretender dar conta de todos os fatos sociológicos e culturais. Os grupos "anômicos" - em que uns destroem e outros ajudam a transformar a sociedade - não são constituídos nesses vácuos do tecido social? Não se poderia argumentar que ideias, representações, imagens, e mesmo mitos, todos esses fenômenos da consciência social surgem para preencher ou tentar preencher os vazios, em vez de serem o resultado pleno ou representarem a armadura social bem estruturada?

⁷Nota da edição inglesa: Badinguet era um nome satírico para Napoleão II. Isso aparentemente se refere ao nome de um homem cuja identidade ele usou durante sua fuga da captura em 1846.

⁸Nota da edição inglesa: Albert Theisz (1839-81), revolucionário francês na Comuna. P.T.T.: Postes, Telecommunications et Telediffusion - nome atual para esse serviço de utilidade pública.

tativos ou destinados a eleger representantes, mas sim como grupos de trabalhadores associados, gerindo livre e diretamente seus interesses? Uma conjuntura surpreendente. Nunca antes tinha sido possível a generalização da autogestão até esse ponto. Nunca antes fora tão difícil concretizá-la. Hoje temos de certa forma um entendimento melhor de suas causas e razões históricas.

O exemplo recente da Argélia confirma essa tentativa de análise. Onde se erige a autogestão? Nos domínios abandonados pelos colonizadores. A autogestão coloca em questão a sociedade como um todo e os aparelhos herdados da era colonial ou que foram estabelecidos no tempo da independência.

Seria de grande interesse teórico e prático desvendar os pontos fracos do atual Estado e sociedade franceses. Onde estão situados? Nas universidades, entre os estudantes? Na vida rural das regiões ao Sul do Loire? Nos novos conjuntos habitacionais urbanos? No setor público (estatizado) da economia? Essas afirmações têm que ser articuladas com extremo cuidado. Uma análise dupla é necessária: seja uma análise das tentativas de autogestão que surgem aqui e ali, seja uma análise da sociedade francesa em sua totalidade.

As implicações teóricas dessa análise são as seguintes: cada sociedade tem sua estrutura, ou seja, uma coesão ou coerência global. Entretanto, é impossível atribuir-se um caráter definitivo a essa coesão: ela nem apresenta nem se representa em um único nível, em um único plano. Uma representação unitária iria ignorar as características de precariedade e de equilíbrio momentâneo de uma situação, algo em que Georges Gurvitch insiste tão enfática e acertadamente. Ela iria supor acabado e completo o trabalho de integração para o qual as instituições são empregadas. No âmago dessas estruturas agem forças e tendências à desestruturação. Ao lado ou mesmo no seio de setores fortes, cada sociedade tem seus fracassos e deficiências, suas lacunas. Sem isso a sociedade iria se manter consolidada para sempre. Ela não teria mais problemas, não haveria mais história. As relações jurídicas dão forma às relações de produção, sinalizando suas dificuldades e tentando consolidá-las. Da mesma forma, instituições políticas colmatam os pontos fortes como parte de uma estratégia global, aquela da classe dominante ou das frações de classe que estão no poder. O mesmo acontece com as ideologias. Mas a conjuntura intervém na estrutura, esta pode enfraquecer e ser alterada rumo a uma reestruturação.

Como os esforços de autogestão emergem? Essa é uma questão de intervenção da liberdade criativa, como diria Jean-Paul Sartre? Ou de uma efervescência da consciência social, como sugere Georges Gurvitch? Ou é o caso de esforços humanos, quando é objetivamente possível, para assumir a organização da vida diária, para *apropriar por si mesmos* sua própria vida social, abolin-

do a discrepância entre o controle técnico do mundo exterior e a estagnação das relações práticas, entre o poder sobre a natureza material e a miséria da "condição humana"? Pouco importa a terminologia. Ela será superada por aquela que for mais consistente com os fatos e que permita sua previsão.

III. A Problemática da Autogestão

Sabemos que autogestão nasce espontaneamente, mas não nasce em qualquer lugar ou de qualquer forma. Ao contrário. Talvez tenhamos tido êxito em localizar seu surgimento, em definir algumas de suas condições. Autogestão requer uma conjuntura, um lugar privilegiado.

Não cabe imaginarmos um caminho perfeito, traçado previamente rumo à autogestão. Em qualquer lugar e momento em que a autogestão espontaneamente se manifesta, ela traz consigo a *possibilidade* de sua generalização e radicalização; mas, ao mesmo tempo, mostra e cristaliza diante dela as contradições da sociedade. Aberta a perspectiva ótima e máxima, surge a fratura da sociedade como um todo, a metamorfose da vida. Mas por mais que a autogestão se consolide e se estenda, falta ocupar os pontos fortes da estrutura social que se erigem contra ela. De setor privilegiado, é preciso se tornar união, globalidade, "sistema". Um caminho difícil, ao longo do qual pode acontecer da autogestão entrar em conflito consigo mesma. Ao administrar-se um domínio ou uma empresa, e com mais razão ainda um ramo industrial, não há necessidade de competências, especialistas, contabilistas, técnicos? Assim, no interior da autogestão tende a se constituir uma burocracia que a nega por essência, e que ela deve atenuar sob pena de negar a si mesma.

A principal contradição que a autogestão introduz e suscita é sua própria contradição com o Estado. Em essência, a autogestão questiona o Estado enquanto poder constrangedor erigido sobre a sociedade como um todo, capturando e absorvendo a racionalidade que é inerente às relações sociais (à prática social). Uma vez brotando ao nível do solo, em uma fissura, essa planta humilde começa a ameaçar o robusto edifício do Estado. Isso é bem conhecido pelos homens do Estado. A autogestão tende a reorganizar o Estado em função de seu desenvolvimento, ou seja, tende a engendrar o seu desaparecimento. A autogestão revive todas as contradições no seio do Estado, e especialmente a suprema contradição que pode expressar-se, apenas em termos gerais, filosóficos, entre a razão do Estado e a razão humana, ou seja, a liberdade.

Generalizando-se, transformando-se em um "sistema" na escala da sociedade como um todo – unidades

de produção, unidades territoriais, compreendendo instâncias e níveis ditos superiores – a autogestão não pode evitar uma colisão com o “sistema político-estatal”, não importa qual seja o “sistema”, e desde que ainda exista o sistema estatal e político. A autogestão não pode escapar dessa obrigação brutal: constituir-se como um poder que não seja estatal.

Ela deverá confrontar um Estado que, embora enfraquecido, mesmo abalado, mesmo desaparecendo no sentido de Marx, poderá sempre tentar se reafirmar, consolidar seu próprio aparelho, transformar a autogestão em uma ideologia do Estado para, na prática reprimi-la. Sendo burguês ou não, o Estado por essência opõe um princípio centralizador ao princípio descentralizador da autogestão, que se move da base ao topo, do elemento à totalidade. Por essência, o princípio estatal tende a limitar o princípio da autogestão, a reduzir suas aplicações. Essa não será uma das principais contradições da nossa história, um novo momento dialético recém começado?

A autogestão precisa também confrontar e resolver os problemas da organização do mercado. Nem em seus princípios, nem em sua prática, ela nega a lei do valor. Ninguém pode em seu nome pretender “transcender” o mercado, a rentabilidade dos negócios, as leis do valor de troca. Só o estatismo centralizado tem tido essa ambição excessiva.

É apenas em uma concepção estreita que a autogestão tende a dissolver a sociedade em unidades distintas, as comunas, as empresas, os serviços. Em uma concepção ampliada, as modalidades de autogestão podem ser propostas e implementadas em todos os níveis da prática social, incluindo os organismos de coordenação. O princípio da autogestão reaviva a contradição entre valor de uso e valor de troca. Tende a restituir a primazia ao valor de uso. Este “é” o valor de uso dos seres humanos em suas relações práticas. Ele os valoriza contra o mundo da mercadoria. Ele coloca em questão o mundo da mercadoria, sem contudo negar que esta tem leis que devem ser administradas, e não negligenciadas. Limitar o mundo das mercadorias não significa livrar-nos delas por um processo mágico. Trata-se de realizar projetos de planificação democrática, priorizando as necessidades sociais formuladas, controladas e administradas por seus interessados.

A organização do mercado e a planificação democrática não acontecem sem riscos. O princípio da autogestão envolve a recusa à “cogestão” exercida com um aparelho econômico, um planejamento burocrático. É incompatível com a recaída no capitalismo que ocorre quando é acordada com os “trabalhadores” uma partilha que logo a seguir lhes é negada⁹.

⁹Sobre cogestão na Alemanha, ver sugestões interessantes nas novas séries de “Allemagne d’Aujourd’hui” [Alemanha hoje], no. 1, 1966. A agenda de cogestão de “Gaullistas da Esquerda” expressa-se na emenda introduzida na lei de finanças de 12 de julho de 1965, a pedido de Louis Vaillon e que pretende oferecer vantagens fiscais às empresas que distribuem ações aos empregados. Exprime intenções

Em si mesmo e através de si mesmo, o conceito de autogestão tem conseqüentemente *importância crítica*, decisiva. Uma vez concebendo-se a autogestão, uma vez pensando-se em sua generalização, contesta-se radicalmente a ordem existente desde o mundo da mercadoria e o poder do dinheiro até o poder do Estado.

O verdadeiro caráter das instituições e também do mundo da mercadoria é revelado diante dessa reflexão. Por outro lado, quando alguém contesta as instituições estatais e burocráticas, ou o mundo generalizado da mercadoria, como não evocar o que poderia substituí-los? Uma vez que a autogestão apareça espontaneamente, uma vez concebida em pensamento, seu princípio abala o sistema inteiro, ou os sistemas, a ordem estabelecida. Mas esse princípio é imediatamente posto em questão e tudo busca aniquilar. Se tentarmos agora sistematizar essas reflexões, proporemos as seguintes formulações:

a) A autogestão nasce e renasce no seio de uma sociedade contraditória, mas que tende, através de várias ações (do Estado, das técnicas e das burocracias e tecnocracias) na direção de uma integração global e de uma coesão altamente estruturada. A autogestão introduz e reintroduz a única forma de movimento, de contestação eficaz, de desenvolvimento efetivo numa tal sociedade. Sem isso, há apenas crescimento sem desenvolvimento (cumulação quantitativa da produção, estagnação qualitativa da prática e das relações sociais). Nesse sentido, a ideia de autogestão coincide com a de liberdade. Autogestão é a essência teórica da liberdade, hoje concentrada e identificada com uma noção prática e política.

b) Autogestão nasce dessas contradições, como tendência a resolvê-las e superá-las. Nasce da forma atual e universal (embora não excluindo outras formas) da luta de classes. Acrescenta às contradições da sociedade em que nasce uma contradição nova - essencial, principal, superior - com o aparelho de Estado existente, que se pretende sempre o único organizador, racional, unificador da sociedade.

c) A autogestão, portanto, tende a solucionar a totalidade das contradições diversas. superadas numa totalidade nova, porém através de um paroxismo teórico e prático em que o conjunto dessas contradições é impulsionado até o limite, até seu termo dialético. Isso pressupõe um momento histórico, uma conjuntura favorável.

d) A autogestão precisa ser estudada em duas formas diferentes: como meio de luta, abrindo caminho, e como meio de reorganização da sociedade, transformando-a de baixo para cima, da vida cotidiana ao Estado.

Seu princípio implica sua extensão a todos os níveis da sociedade. Dificuldades e obstáculos correm contra esse processo e são maiores à medida que se coloquem

“cogestionárias” entre os “gaullistas de esquerda”.

em questão os níveis superiores da sociedade, as instâncias.

Nunca podemos esquecer que a sociedade constitui um todo e que não consiste em uma soma de unidades elementares. Mesmo radicalizada, uma autogestão que se instaure apenas em unidades parciais, sem alcançar o global, está destinada ao fracasso. Mesmo o global incorpora o nível das decisões estratégicas, da política, dos partidos.

Em relação à autogestão radicalizada e generalizada, é conveniente rever conceitos e práticas da representação, eleição, delegação de poderes, o controle da democracia “pela base”.

Com o Estado sendo incapaz de coexistir pacificamente com a autogestão radicalizada e generalizada, esta deve submeter o Estado ao controle democrático “da base”. O Estado da autogestão, isto é, o Estado em cujo âmago a autogestão é elevada ao poder, só pode ser um Estado em eliminação. Consequentemente, o partido da autogestão só pode ser o partido que conduz à meta e ao fim da política, através da democracia política.

Conclusões (provisórias)

O princípio da autogestão seria um ideal cujo cerne racional e conteúdo são claramente derivados do ideal democrático? Sem dúvida, mas autogestão não é apenas um ideal. O fato de que a cada momento, a cada oportunidade favorável, ela entra em prática, é uma experiência fundamental de nosso tempo.

O projeto da autogestão generalizada é uma ideologia? Melhor seria vermos isso através de um entendimento teórico, tão livre de ideologia quanto possível, embora essa “liberação” não passe de um limite. Podemos ver nisso a forma atual da ciência da liberdade.

Seria a autogestão uma utopia? Não, se essa ideia não evoca a imagem de uma explosão espontânea, uma efervescência inflamando o conjunto da sociedade, tanto como a de uma longa sequência, de um longo processo. A autogestão poderá ser apenas um elemento de uma estratégia política, mas será o elemento essencial sem o qual o resto não terá valor e que valoriza o resto. O conceito de autogestão, hoje, é a *abertura na direção do possível*. É ao mesmo tempo o caminho e o fim, a força que pode suportar o peso colossal que se exerce sobre a sociedade e que pode superá-lo. Mostra o caminho prático para *mudar a vida*, que permanece sendo a palavra de ordem, o objetivo e o sentido de uma revolução.

Apenas através da autogestão os membros de uma livre associação podem ter em mãos as suas próprias vidas, de forma que ela passe a ser sua obra. Isso também se chama: apropriação, desalienação.

Tratar-se-ia então de um caso particular daquilo que Henri Desroche denomina “ucoopia”, ou seja, uma utopia socializadora e praticante ou praticada? Sim, se por esse vocábulo entende-se que a teoria e a prática, em um dado momento e em uma dada conjuntura, tentam o impossível para preparar, através da combinação entre pensamento e ação, o momento desconcertante e a conjuntura que irá transformar esse impossível em possibilidade. Não, se Henri Desroche entende por esse termo engenhoso uma simples versão moderna da utopia e da ucronia. Além disso, Desroche tem firmemente assinalado como a perspectiva e a prospectiva socialistas estão vinculadas ao conceito de autogestão radicalizada e generalizada. Na conclusão de seu estudo, em que pesem algumas reservas, ele não volta a aceitar a definição programática de um socialismo através de uma densa rede de organismos de base mais equipamentos eletrônicos? A rede de organismos de autogestão no interior das unidades de produção e dentro das unidades territoriais asseguraria a expressão das necessidades sociais e o controle social da produção. Sem essa rede, a eletrônica e a cibernética aplicadas à gestão da economia concedem poder aos tecnocratas, programadores das máquinas e se servindo desses meios para manipular os homens. Sem máquinas, a democracia corre o risco de ser confundida com desorganização econômica e social; corre o risco de não superar a democracia política, de não realizar as possibilidades da autogestão¹⁰.

¹⁰Ver H. Desroche, [“Voyages en ucoopies . . .”] Esprit, February 1966, 222-245, que contém referência a um artigo de Henri Lefebvre no jornal Le Monde, 29 de janeiro de 1964. [esse texto de Lefebvre foi intitulado “S’agit-il de penser”]. Acréscimo da edição inglesa: A parte citada por Desroche diz respeito à famosa sugestão de Lênin sobre o socialismo constar dos soviets mais a eletrificação. A atualização por Lefebvre em 1964 enfatizou organizações de base mais do que soviets, modernos equipamentos eletrônicos mais do que eletrificação, e territórios também como sítios de produção.

ESPAÇO

Ruy Moreira

Universidade Federal Fluminense

Passa-se com o espaço algo estranho. Nos verbetes dos dicionários, é apresentado como extensão, distância, simplesmente. E, assim, um ente geral, abstrato, dado. Ali onde recebe maior tratamento, os dicionários de filosofia, somos informados não ser matéria de maiores atenções, comparado à atenção dada ao tempo.

Não há um conceito sistemático e assentado de espaço em Platão. Em Aristóteles, é visto como lugar. A referência é Demócrito, identificado ao contraponto do ser e do não ser, o cheio e o nada, o presente e o ausente. Demócrito está se referindo à estrutura da matéria, sua composição de átomos e vazios. Aristotélico, Hegel concebe-o como um *quantun*, quase na noção da distância de Parmênides, referência mais próxima de Platão, a partir da metáfora da lebre e da tartaruga do parmenídio Zenão.

É com Descartes, no entanto, que o espaço-extensão-distância se consolida como conceito, trazendo a noção platônico-parmenídea para o fundamento do espaço-tempo da modernidade, na rejeição renascentista do paradigma aristotélico de ciência, dominante na Idade Média, pelo surgimento dos termos paradigmáticos de ciência moderna trazido pelas mãos de Bacon e Galileu Galilei.

Segundo Bacon, só é ciência e científico o conhecimento apoiado em três parâmetros: a experiência sensível, o emprego dos aparelhos de medição e a quantificação matemática precisa. A experiência sensível, uma relação externo-ambiental do corpo humano, é o pressuposto de todo conhecimento. Trata-se, todavia, de um campo de captação de natureza qualitativa do real, vazada em equívocos e incertezas, próprios da limitação de precisão da sensibilidade, que só o rigor da quantificação matemática pode corrigir e equacionar. Há que dar-se, então, o trânsito de passagem do qualitativo impreciso ao quantitativo preciso, do incerto e duvidoso ao positivo e indiscutível,

o campo da certeza que só os aparelhos de medição, corpos sensíveis, como o corpo humano, mas sem as limitações e imperfeições deste, podem rigorosamente realizar. Nasce, assim, o fundamento do conhecimento científico, afirmativo, demonstrativo e positivo, que a ciência aristotélica antiga não detém.

É a Galileu Galilei a quem cabe, todavia, concretizar a trilogia propositiva do *Novo Organon*, o contraposto discursivo que Bacon oferece ao *Organon* de Aristóteles, transformando-a, efetivamente, num novo paradigma, acrescentando aos três requisitos a repetição da experiência laboratorial, assim nascendo, combinando a experiência sensível, a metrificação, a quantificação e a repetição, a base do que será, a partir da Física galileiana, logo convertida no marco do nascimento da ciência moderna com a Física de Newton, o fundamento epistemológico de todo o sistema de ciências de nosso tempo.

Descartes acrescentará, entretanto, um quinto critério, necessário, segundo ele, à universalização dos outros critérios, sem a qual a ciência não passará de uma epistemologia regional: o espaço. Descartes tem sob os olhos atentos a experiência fundante desse nascimento, a repetitividade, feita ao ar livre, das investigações galileanas da queda dos corpos. Percebe que, por trás do modelo de simulação, já então um instrumento do método, o artifício de fixação e autonomização de um elo como variável independente, a distância, de que decorre estabelecer num só padrão de comportamento todos os outros elos, tornados dependentes, assim obtém a relação de constância – fundamento da lei científica – que Galileu Galilei normaliza e alça em teoria do real fenomênico. Tomada a distância da queda – a diferença métrica entre o teto da Torre de Pisa e o chão da queda – como a medida fixa que unifica e generaliza na coerência do conteúdo a totalidade das variáveis restantes – a velocidade, o ritmo, a aceleração, o peso,

o impacto da queda, a energia da força movente –, Galileu dela faz, diz Descartes, o fundamento da teoria física dos corpos, a verbalização fazendo o resto. Assim dando ao espaço, ao que tudo indica sem o perceber, a condição central sem de paradigma.

Se assim é, é porque é o espaço – a distância –, não o corpo, o ente portador da propriedade matemática. O ente-proprietário que fornece, seja ao corpo e seja ao movimento, o atributo padronizante que é só dele, propiciando ao quarteto cognoscente de Galileu-Bacon – a sensibilidade, a metrificacão, a quantificacão e a repetição – o valor de universalidade que, este sim, é o fundamento real do conhecimento.

Não é como pensa seu contemporâneo Leibniz. Um aristotélico tão modernista quanto aquele. Leibniz vê o real como um combinado de matéria e movimento, a matéria em movimento, de que espaço e tempo são formas, o movimento que de potência pela incorporação da forma se entifica em ato no objeto. O espaço, como igualmente o tempo, é esse ato da forma objetificada. Assim, ao invés do corpo estar no espaço, o espaço está no corpo. É seu elemento orgânico. Condição ontológica de existência.

Contraditam, pois, o espaço-receptáculo, a extensão cujo lugar ocupa o corpo, de Descartes e Newton, e o espaço-corpo, o ente monadológico de Leibniz. O primeiro alçado a fundamento da cientificidade da ciência. O segundo, reduzido a um capítulo das páginas amarelecidas da história das teorias do pensamento.

Passa-se com o espaço, assim, numa evidência que melhor ilustra a crítica de Heidegger à redução platônica da filosofia a uma teoria do conhecimento, uma filosofia da ciência, que de Descartes a Kant converte-se numa ciência das ciências, sua conversão num suporte e fundamento paradigmático do próprio paradigma da ciência moderna. Um reducionismo geometrizar a que não escapa mesmo Hegel.

Daí advir como primado, exclusividade absoluta, diríamos mesmo, o paradigma de extensão-distância frente o ontologismo de Leibniz, consolidado por Newton como o continente-receptáculo que reduz o conceito a uma categoria que instrumentaliza a descrição, uma trama sem drama, no dizer crítico de Lacoste, ao tempo que uma impossibilidade analítica, o substrato onde tudo está, e nada é.

Condição paradigmática fundante do próprio paradigma de ciência que instrui como teoria e método – é a abstratividade que universaliza o quadrado galileano-baconiano à escala da totalidade dos fenômenos e do sistema de ciências – o espaço cartesiano entra em crise quando entra em crise o paradigma de ciência que sustenta, liberando-se do casulo da indeterminabilidade, do vazio e opacidade de conteúdo e de indiferentismo epistemológico – posto que reduzido a pura condição

de continente – a que foi lançado, abrindo na libertação para a emergência de alternativas ontológicas a partir de reolhares leibnizianos que, ávidos na recuperação do tempo proustiano, refazem criticamente o percurso.

Referências

Arantes, Paulo Eduardo. *Hegel e a ordem do tempo*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 2002.

Bolnow, Otto Friedrich. *O homem e o espaço*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

Lefebvre, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

Jammer, Max. *Conceitos de espaço. A história do espaço na física*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Editora da PUC-Rio, 2010.

Moreira, Ruy. Espacidade. A fonte do problema da ontologia do espaço na geografia. In: *Geografia e Praxis. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MELGAÇO, Lucas; PROUSE, Carolyn (Org.). Milton Santos: A Pioneer in Critical Geography from the Global South. Londres: Springer, 2017, 165 p. (ISBN 978-3-319-53825-9)

João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro*
Universidade Federal Fluminense (UFF)

O livro *Milton Santos: A Pioneer in Critical Geography from the Global South* foi organizado por Lucas Melgaço, professor assistente do Departamento de Criminologia da Vrije Universiteit Brussel (Bélgica) e Carolyn Prouse, doutoranda em Geografia na University of British Columbia (Canadá). A obra faz parte da série *Pioneers in Arts, Humanities, Science, Engineering, Practice*, proposta pela editora suíça Springer como coleção de divulgação do trabalho de pensadores destacados em diversas disciplinas por suas produções inovadoras e relevantes. A série conta também com uma tradução em inglês do livro *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (SANTOS, 2017), publicado originalmente em 2000.

Milton Santos (1926-2001) foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros do campo das ciências humanas e o principal expoente da Geografia latino-americana das últimas décadas. Ao longo de meio século de carreira como professor universitário e consultor em diversos países, Santos se comprometeu com a construção de uma escola de pensamento geográfico "do Sul", recusando a reprodução direta de teorias e conceitos formulados por intelectuais "do Norte". No entanto, seu objetivo de elaborar uma teoria da Geografia desde a periferia do capitalismo não negligenciou a importância do diálogo com a literatura acadêmica internacional, em particular com os autores franceses que influenciaram fortemente o

seu trabalho. Como nos lembram os organizadores do livro, as teorizações de Santos contêm características que atualmente são atribuídas ao chamado pensamento pós-colonial, enquanto suas críticas à colonialidade do saber estavam presentes bem antes que esse debate alcançasse a importância que tem hoje nas ciências sociais. Mesmo que o esforço de Santos por uma renovação da Geografia tenha ganhado reconhecimento internacional – ele foi laureado com o prêmio Vautrin-Lud, o "Nobel da Geografia", em 1994 – uma grande parte da sua obra continua desconhecida fora da América Latina. Com o objetivo de preencher esta lacuna, Melgaço e Prouse oferecem uma publicação em inglês, composta por doze capítulos escritos por diferentes autores, sobretudo jovens geógrafos brasileiros. Também estão incluídas fotos que ilustram a trajetória de Santos, uma bibliografia seletiva e uma biografia do geógrafo.

Na introdução, os organizadores expõem as motivações que guiaram a elaboração do livro, sua composição e a divisão de cada uma das partes, além de uma introdução da vida e da obra de Santos destinadas ao público anglófono. Em seguida, trazem uma tradução inédita para o inglês de um importante texto do geógrafo intitulado "O retorno do território", publicado originalmente há mais de duas décadas (SANTOS, 1994). Escrito em um momento de efervescência dos debates sobre a globalização e quando prosperavam as hipóteses sobre o "fim da geografia", o texto oferece

* Doutorando em Geografia (UFF) e doutorando em Estudos Urbanos (Université du Québec à Montréal). E-mail: joaocarlosmonteiro@gmail.com

uma reinterpretação das conceituações tradicionais sobre o território e evoca a metáfora do “retorno” para sublinhar que, apesar da crescente transnacionalização dos espaços pelas redes, o território, ao ser entendido como espaço banal, coloca em questão os processos associados à globalização e impõem uma revanche, autorizando o emprego do conceito de “território usado”. Os dez capítulos seguintes foram escritos por doze autores, muitos jovens pesquisadores e professores, engajados com a obra de Santos. Diferentes temas são abordados, todos concernentes à aplicação da teoria do geógrafo a contextos particulares e a situações complexas da realidade brasileira. Neles encontramos as interpretações desses autores para conceitos-chave da teoria de Santos, tais como o “meio técnico-científico-informacional”, o “território usado”, os “dois circuitos da economia” (superior e inferior), a “economia política do território”, a “psicoesfera” e a “tecnoesfera”, o “sistema de objetos” e o “sistema de ações”, as “verticalidades” e as “horizontalidades”, entre outros. As temáticas exploradas são tão variadas quanto os estudos empíricos presentes na obra do autor: a expansão do agronegócio, o espaço urbano, o planejamento territorial, o federalismo brasileiro, os territórios indígenas, as áreas de proteção natural, etc.

Como é usual em grande parte das obras coletivas, os capítulos apresentam-se desconectados e não dialogam entre si. Talvez a publicação alcançasse uma melhor harmonia se os organizadores limitassem as temáticas e as abordagens que compõem o livro. Alguns dos textos expressam uma tendência de reprodução dos pressupostos de método de Santos, muitas vezes sem as mediações necessárias, uma tendência observada em vários círculos da Geografia brasileira e que acabam por colocar a obra do autor em um patamar de doutrina.¹ Mas as discussões levantadas podem se mostrar importantes para pesquisadores estrangeiros que buscam aprofundar seus conhecimentos sobre a realidade nacional, principalmente por conta da pequena quantidade de textos em língua inglesa publicados por geógrafos brasileiros. Além disso, para esses pesquisadores, o livro é uma referência importante para familiarizarem-se com o vocabulário sofisticado e os conceitos complexos de Santos.

Curiosa coincidência que o livro organizado por Melgaço e Prouse apareça exatamente uma década após o lançamento por Jacques Lévy de uma publicação em francês em homenagem à Santos (LÉVY, 2007). E

lamentável constatarmos que, dez anos depois, este autor brasileiro continue sendo tão pouco citado nos meios acadêmicos francófonos. Mesmo os geógrafos estrangeiros que se aventuram em analisar a realidade brasileira desconhecem ou desconsideram sua importância, e seus trabalhos estão raramente presentes na literatura sobre o Brasil publicada no exterior. Um simples exercício de busca em uma página de pesquisa como o Google Acadêmico revela que a obra de Santos continua restrita às fronteiras da América Latina. Como ele próprio ressaltou em algumas de suas exposições, a globalização é um fenômeno seletivo e hierarquizante, qualidades que se reproduzem igualmente na forma como a produção científica se organiza em escala mundial. Este livro é, portanto, uma nova ocasião para que o “Norte global” conheça o trabalho pioneiro deste geógrafo “filósofo do mundial”.

Bibliografia

LÉVY, J. *Milton Santos, philosophe du mondial, citoyen du local*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes, 2007.

TENDLER, S. *Encontro com Milton Santos: ou o mundo global visto do lado de cá*. Rio de Janeiro: Caliban Produções, 2006, DVD (89 min), son., color.

SANTOS, M. O Retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec e ANPUR, 1994, p. 15-20.

SANTOS, M. *Toward an Other Globalization: From the Single Thought to Universal Conscience*. Londres: Springer, 2017. (Traduzido por Lucas Melgaço e Tim Clarke).

¹ Interessante observar que o capítulo de introdução do livro traz a transcrição de um trecho do depoimento de Santos no documentário *Encontro com Milton Santos: ou o mundo global visto do lado de cá* (2006), de Silvio Tandler, no qual o geógrafo critica a ortodoxia marxista: “I believe that every doctrine that does not renew itself risks of becoming a religion, a dogma, and consequently dumb down instead of clarify. Having said that, I do consider myself a Marxist, or if you prefer, a marxizing” (Tandler, 2006 apud Melgaço e Prouse, 2017, p. 5).